

RELATÓRIO

PROJETO PAIPUFRGS/SINAES: 4º CICLO

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PERMANENTE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

2006-2008

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

Relatório

PROJETO PAIPUFRGS/SINAES: 4º CICLO

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PERMANENTE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
2006-2008**



Porto Alegre

2010

**Reitor**

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor

Rui Vicente Oppermann

Chefe de Gabinete

João Roberto Braga de Mello

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Opperman

Pró-Reitora de Graduação

Valquíria Linck Bassani

Vice-Pró-Reitora de Graduação

Andrea dos Santos Benites

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Aldo Bolten Lucion

Vice-Pró-Reitora de Pós-Graduação

Lia Teresinha Silva

Pró-Reitor de Pesquisa

João Edgar Schmidt

Vice-Pró-Reitora de Pesquisa

Marininha Aranha Rocha

Pró-Reitora de Extensão

Sandra de Fátima Batista de Deus

Vice-Pró-Reitor de Extensão

Ângelo Ronaldo Pereira da Silva

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Maurício Viegas da Silva

Vice-Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Vânia Cristina Santos Pereira

Pró-Reitora de Planejamento e Administração

Maria Aparecida Grendene de Souza

Vice-Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Luis Roberto da Silva Macedo

Coordenador da Educação Básica e Profissional

Jorge Luiz Day Barreto

Secretário de Educação a Distância

Sérgio Roberto Kieling Franco

Vice-Secretário de Educação a Distância

Silvestre Novak

Secretária de Desenvolvimento Tecnológico

Raquel Santos Mauler

Secretária de Relações Internacionais

Liane Hentschke

Secretário de Assistência Estudantis

Edilson Amaral Nabarro

Vice-Secretário de Assistência Estudantil

Alberto Morem Cossio

Secretário de Avaliação Institucional

Gilberto Dias da Cunha

Vice-Secretária de Avaliação Institucional

Cláudia Medianeira Cruz Rodrigues

Secretário do Patrimônio Histórico

André Luis Martinewski

Superintendente de Infraestrutura

Alberto Tamagna

Vice-Superintendente de Infraestrutura - Obras

Pedro César Saul Almeida

Vice-Superintendente de Infraestrutura - Manutenção

Sílvio Henrique Bersagui

Secretário de Comunicação Social

Flávio Antônio Camargo Porcello

Coordenador de Segurança

Daniel Augusto Pereira

Procurador Geral

Armando Pitrez

Auditor Interno

Celso Anversa

Presidente da Comissão Permanente de Seleção

Maria Adélia Pinhal de Carlos

Diretora da Biblioteca Central

Viviane Carrion Castanho

Diretora do Centro de Processamento de Dados

Jussara Issa Musse

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Relatório: Avaliação Institucional Permanente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: 2006-2008. Projeto PAIPUFRGS/SINAES 4º Ciclo / Comissão Própria de Avaliação, Secretaria de Avaliação Institucional.

Porto Alegre: UFRGS, 2010.

2 v.: il., tabs.

Inclui Anexos e apêndices (v.2)

1.UFRGS – Programa de avaliação institucional. 2.Avaliação institucional.

I.UFRGS. Secretaria de Avaliação Institucional. II. UFRGS. Comissão Própria de Avaliação. III. Título.

CDU 378.4(047)

Catálogo-na-publicação: Biblioteca Central/UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: 4º CICLO
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - SAI

COORDENAÇÃO GERAL

Comissão Própria de Avaliação
Secretaria de Avaliação Institucional

COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO

Secretaria de Avaliação Institucional

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

SECRETÁRIO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
GILBERTO DIAS DA CUNHA

VICE-SECRETÁRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
CLÁUDIA MEDIANEIRA CRUZ RODRIGUES

TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS
ANTÔNIO EDMAR TEIXEIRA DE HOLANDA
DÉBORA TRINDADE DE ANGELIS

BOLSISTAS DE GRADUAÇÃO
PATRÍCIA RAMOS
RAFAEL COUTINHO GIL

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

REPRESENTAÇÃO DOCENTE

GILBERTO DIAS DA CUNHA - PRESIDENTE
CLÁUDIA MEDIANEIRA CRUZ RODRIGUES
DALTRO JOSÉ NUNES
EDUARDO DE BASTOS SANTOS
LORENA HOLZMANN
PAULO ROBERTO FERRARI MOSCA
RONALD JOSÉ ELLWANGER
SÉRGIO ALEXANDRE KORNDÖRFER
SUSANA MARIA WERNER SAMUEL

REPRESENTAÇÃO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

ANA MARIA SOARES RECCHI
CLÁUDIA HOCHHEIM OLIVEIRA
CRISTIANE DORNELLES REMIÃO DIFINI
GIOVANI LOCK GOMES
HUBERT AHLERT
JANISE SILVA BORGES DA COSTA
REBECA CAMPANI DONAZAR

REPRESENTAÇÃO DISCENTE

MARCUS VINÍCIUS ROSSI DA ROCHA (TITULAR)
PEDRO DOS SANTOS DE BORBA (TITULAR)
LUCIANO PIAZZETA GYSI (SUPLENTE)
RAFAEL LEMES VIEIRA DA SILVA (SUPLENTE)

REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

RENATO MACHADO DE BRITO
ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL – AAAUFRGS

LISTA DE SIGLAS

AAAUFRGS – Associação dos Antigos Alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos
ACG – Avaliação de Cursos de Graduação
AEI – Avaliação Externa Institucional
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
APNES – Núcleo de Pesquisa e Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais
ASSUFRGS – Associação dos Servidores da UFRGS
ATUT – Associação de Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital São Pedro
AUDIN – Auditoria Interna
BI – *Business Intelligence*
BIC – Programa Interno de Bolsa de Iniciação Científica da UFRGS
BP – Bolsa Permanência
CAAR – Centro Acadêmico André da Rocha
CADETEC – Casa do Desenvolvimento tecnológico
CAEA – Centro Acadêmico da Escola de Administração
CAMEX – Câmara de Extensão
CAMPG – Câmara de Pós-Graduação
CAP – Colégio de Aplicação
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAVI – Conselho de Avaliação Institucional
CEBP – Coordenadoria de Educação Básica e Profissional
CECLIMAR – Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos
CEFAV – Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária
CEI – Centro de Empreendimento do Instituto de informática da UFRGS
CENERG – Centro Tecnológico em Energia da UFRGS
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CES/CNE – Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação
CEU – Casa do Estudante Universitário
CEUE – Centro Acadêmico de Engenharia
CEUFRGS - Casa do Estudante Universitário da UFRGS
CESUP – Centro de Supercomputação
CGA – Coordenadoria de Gestão Ambiental
CGTRQ – Centro de Gestão e Treinamento de Resíduos Químicos do Instituto de Química
CINTED – Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias da Educação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCEP – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
COMCET – Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia
COMEX – Comissão de Extensão
COMGRAD – Comissão de Graduação
COMPÓS – Comissão de Pós-Graduação
COMUT – Programa de Comutação Bibliográfica
CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONCUR – Conselho de Curadores
CONEP – Comissão Nacional de Ética e Pesquisa
CONSUN – Conselho Universitário
COORLICEN – Coordenadoria de Licenciatura
COORSAÚDE – Coordenadoria de Saúde
COPERSE – Comissão Permanente de Seleção
COPESUL – Companhia Petroquímica do Sul
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPD – Centro de Processamento de Dados
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPPTA – Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo
CREAL – Centro de Reprodução Experimental de Animais de Laboratório
CTE – Centro de Teledifusão Educacional
DACOM – Departamento de Assuntos da Comunidade Universitária
DAFA – Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura
DAFF – Diretório Acadêmico da Faculdade de Farmácia
DAFV – Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina Veterinária
DAGE – Diretório da Faculdade de Geografia
DAL – Divisão de Alimentação

DAS – Departamento de Atenção à Saúde
DCE – Diretório Central de Estudantes
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DDC – Departamento de Difusão Cultural
DE – Regime de Dedicação Exclusiva
DECORDI – Departamento de Controle e Registro Discente
DEDS – Departamento de Educação e Desenvolvimento Social
DIL – Divisão de Lazer
DME – Divisão de Moradia Estudantil
DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DPCGPE – Departamento de Projetos de Cursos de Graduação e Programas Especiais
DPGA – Departamento de Planejamento e Gestão Acadêmica
EAD – Educação a Distância
EDUCOM – Projeto Nacional de Informática na Educação
EITT – Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ESCALA/AUGM – Programa de Intercâmbio de Graduação
ESEF – Escola de Educação Física
ET – Escola Técnica
FABICO – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
FADERS – Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul
FAMED – Faculdade de Medicina
FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FAURGS – Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FIC – Feira de Iniciação Científica
FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FNOU – Fórum Nacional de Ouvidores Universitários
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil
FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FORTEC – Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia
GED – Gratificação de Estímulo à Docência
GERTE – Gerência de Serviços Terceirizados

GPE – Grau de Participação Estudantil
HCPA – Hospital de Clínicas de Porto Alegre
HEO – Hospital de Ensino Odontológico da Faculdade de Odontologia
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICBS – Instituto de Ciências Básicas da Saúde da UFRGS
ICT – Instituições de Ciência e Tecnologia
IECBiot – Incubadora Empresarial do Centro de Biotecnologia
IES – Instituição de Ensino Superior
IFES – Instituição Federal de Ensino Superior
IGC – Índice Geral de Cursos
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INFOPEQ – Informativo de Pesquisa
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente
IQTA – Índice de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo
IRA – Índice de Risco Ambiental
ITACA – Incubadora Tecnológica Empresarial de Alimentos e Cadeias Agroindustriais
ITM/CDTF – Incubadora Tecnológica de Medicamentos do Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Farmacêuticos
ITR – Incubadora Tecnológica de Reciclagem
LEC – Laboratório de Estudos Cognitivos da UFRGS
LNC – Levantamento de Necessidade de Capacitação
MEC – Ministério da Educação
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MS – Ministério da Saúde
NAUs – Núcleo de Avaliação de Unidades
NAVI – Núcleo de Aprendizagem Virtual
NDS – Núcleo de Design de Superfície
NIT – Núcleos de Inovações Tecnológicas
NUTED – Núcleo de Tecnologia Digital Aplicada à Educação
ONU – Organização das Nações Unidas
PAAP – Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico

PAEP – Programa de Apoio à Edição de Periódicos
PAIUB – Programa de Avaliação Institucional em Universidades Brasileiras
PAIUFRGS – Programa de Avaliação Institucional Permanente da UFRGS
PCCTAE – Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos
PDEE – Programa de Doutorado de Estudantes Estrangeiros
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G – Programa de Estudante Convênio da Graduação
PEG – Programa Especial de Graduação
PET – Programa de Educação Tutorial
PIBIC – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica
PIBICIT – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica
PLAGEDER – Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Rural
PLANIN – Plano Nacional de Informática e Automação
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNPD – Plano Nacional de Pós-Doutorado
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PPC – Projeto Pedagógico de Curso
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PPGIE – Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação
PROCAD – Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica
PRODOC – Programa de Aperfeiçoamento Docente
PROGESP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura
PROPESP – Pró-Reitoria de Pesquisa
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão
PRORH – Pró-Reitoria de Recursos Humanos
RAAIs – Relatórios de Auto-Avaliação Institucional
REGESD – Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância
REINTEC – Rede de Incubadoras Tecnológicas da UFRGS
RELINTER – Secretaria de Relações Internacionais
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
REVIS – Refúgio de Vida Silvestre
ROODA – Rede Cooperativa de Aprendizagem

RSSS – Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde
RUs – Restaurantes Universitários
SAADVIS – Setor de Apoio a Alunos com Deficiência Visual
SABi – Sistema de Automação de Bibliotecas
SAE – Secretaria de Assistência Estudantil
SAI – Secretaria de Avaliação Institucional
SAM – Serviço de Acompanhamento ao Servidor
SBU – Sistema de Bibliotecas da UFRGS
SCT/RS – Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul
SEAD – Secretaria de Educação a Distância
SEBRAE/RS – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECOM – Secretaria de Comunicação Social
SEDAI – Secretaria de Estado do Desenvolvimento e Assunto Internacionais
SEDETEC – Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da UFRGS
SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SISCAI – (*Software*) – *Sistema Computer Aided Instruction*
SUSESU – Projeto Nacional de Informática na Educação
SESu – Secretaria de Ensino Superior
SEURS – Seminário de Extensão Universitária da Região Sul
SIBRATEC – Sistema Brasileiro de Tecnologia
SIC – Salão de Iniciação Científica
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINAPAD – Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho
SPH – Secretaria do Patrimônio Histórico
SPR – Serviço de Proteção Radiológica
SUINFRA – Superintendência de Infraestrutura
SUS – Sistema Único de Saúde
TAs – Técnico-Administrativos
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TI – Tecnologia da Informação
TSD – Taxa de Sucesso no Doutorado
TSG – Taxa de Sucesso na Graduação
TSM – Taxa de Sucesso no Mestrado

TVE – Televisão Educativa do Rio Grande do Sul

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UAM – Universidade de Ciências da Comunicação (China)

UBEA – União Brasileira de Educação e Assistência

UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNITV – Televisão Universitária

VRML – *Virtual Reality Modeling Language*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Número de Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> na UFRGS	67
Figura 2 - Número de Alunos Matriculados e Titulados em Doutorado na UFRGS	68
Figura 3 - Percentual de distribuição dos Programas de Pós-Graduação, conforme avaliação da CAPES (triênio 2004-2006), UFRGS e demais Universidades do Brasil	77
Figura 4 - Revistas Cadastradas no PEAP de Acordo com Entidade Responsável, 2008	95
Figura 5 - Distribuição dos Grupos de Pesquisa por Área de Conhecimento, 2008	97
Figura 6 - Ações de Extensão na UFRGS	134
Figura 7 - Alunos Internacionais, 2009	166
Figura 8 - Acordos por País, 2006-2009	167
Figura 9 - Qualificação dos Técnicos-administrativos – Classificação D.....	210
Figura 10 - Classificação dos Técnicos-administrativos - Classificação E	210

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Avaliação da Dimensão referente ao PDI.....	32
Quadro 2 - Vagas, Inscritos e Densidade (Candidato/Vaga) nos Concursos Vestibulares, 2005-2008.....	39
Quadro 3 - Vagas, Duração e Condição Legal dos Cursos de Oferecimento Diurno, 2008	42
Quadro 4 - Vagas, Duração e Condição Legal dos Cursos de Oferecimento Noturno, 2008	43
Quadro 5 - Avaliação de Cursos nas Dimensões de Projeto de Curso, Administração Acadêmica, Corpo Docente, Biblioteca, Infraestrutura, Equipamentos e Materiais e Conceito Global. UFRGS, 1997-1998	47
Quadro 6 - Avaliação de Cursos nas Dimensões de Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. UFRGS, 1999-2000.....	48
Quadro 7 - Avaliação de Cursos nas Dimensões de Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente e Instalações Físicas. UFRGS, 2002-2003*	48
Quadro 8 - Avaliação de Cursos nas Dimensões de Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente e Instalações Físicas. UFRGS, 2004.....	48
Quadro 9 - Desempenho dos Alunos no Exame Nacional de Cursos. UFRGS, 1996-2003.....	49
Quadro 10 - Número de Cursos e Respectivos Conceitos Obtidos Pelos Alunos que	49
Quadro 11 - Desempenho no ENADE dos Estudantes Ingressantes e Concluintes de Cursos. UFRGS, 2004	50
Quadro 12 - Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante - ENADE, 2004-2008.	52
Quadro 13 – Conceitos UFRGS.....	54
Quadro 14 - IGC de Universidades com Conceito 5 (INEP, 2008).....	54
Quadro 15 - Avaliação da Dimensão Ensino de Graduação	56
Quadro 16 - Número de Docentes da Educação Básica e Profissional na UFRGS, por Titulação, 2008	57
Quadro 17 - Docentes da Educação Básica e Profissional na UFRGS, por Carga Horária, 2008	58
Quadro 18 - Alunos do Colégio de Aplicação, 2006-2008.....	59
Quadro 19 - Alunos da Escola Técnica, 2008.....	59
Quadro 20 - Crianças Beneficiadas Pela Creche e Brinquedoteca, 2007-2008.....	59
Quadro 21 - Avaliação da Dimensão Educação Básica e Profissional.....	64
Quadro 22 - Número de Estudantes Titulados e Matriculados no Mestrado, 2005-2008.....	69
Quadro 23 - Número de Estudantes Titulados e Matriculados no Doutorado, 2005-2008.....	69
Quadro 24 - Número de Cursos, Estudantes ingressantes, Matriculados e Titulados em Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> (Especialização presencial)	75

Quadro 25 - Número de Cursos, Estudantes ingressantes, Matriculados e Titulados em Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> (Especialização à distância)	76
Quadro 26 - Número de Bolsas e Recursos PROF/CAPES dos Programas de Pós-Graduação da UFRGS, 2005-2008.....	81
Quadro 27 - Avaliação dos PPGs/UFRGS pela CAPES – Mestrado (M), Doutorado (D) e Mestrado Profissional (MP), 2004-2006.....	82
Quadro 28 - Avaliação da Dimensão Pós-Graduação	83
Quadro 29 - Trabalhos inscritos, aceitos e apresentados, no SIC, e total de sessões, de destaques, ouvintes e indicações ao prêmio, 2005-2008.....	89
Quadro 30 - Estudantes participantes no SIC, segundo a atividade, 2005- 2008.....	89
Quadro 31 - Professores Participantes no SIC, Segundo a Atividade, 2005-2008	89
Quadro 32 - Escolas e Estudantes de Ensino Médio e Fundamental Participantes no UFRGS.....	90
Quadro 33 - Modalidades Solicitadas e Concedidas de Fomento à Pesquisa, 2005-2008.....	91
Quadro 34 - Revistas Divulgadas no Portal de Periódicos – UFRGS, 2008	93
Quadro 35 - Revistas aprovadas no Edital PAEP 2008.....	94
Quadro 36 - Revistas Cadastradas e Vinculadas a Programas de Pós-Graduação – UFRGS, 2008 .	95
Quadro 37 - Distribuição das Bolsas PQ/CNPq/UFRGS, por Área do Conhecimento, 2008.....	98
Quadro 38 - Produção Científica da UFRGS, 2005-2008.....	100
Quadro 39 - Avaliação da Dimensão Pesquisa	102
Quadro 40 - Propriedade Intelectual, 2004-2008.....	105
Quadro 41 - Maratona de Empreendedorismo em números, 2004-2008	105
Quadro 42 - Dados do Projeto CT-INFRA na UFRGS, 2006-2007	106
Quadro 43 - Processos analisados, 2004-2008.....	107
Quadro 44 - Empresas Incubadas e Pré-incubadas, 2004-2008.....	110
Quadro 45 - Avaliação da Dimensão Inovação Tecnológica	111
Quadro 46 - Certificados Emitidos, 2005-2008	119
Quadro 47 - Alunos Beneficiados com Bolsas de Extensão, 2005-2008	120
Quadro 48 - Salões de Extensão, 2005-2008.....	121
Quadro 49 - O DDC em Números: Atividades e Público Atingido, 2005-2008.....	126
Quadro 50 - O DEDES em Números: Público Atingido Pelos Principais Programas, 2005-2008.....	127
Quadro 51 - O Planetário em Números: Atividades e Público Atingido, 2005-2008	129
Quadro 52 - O Museu em Números: Atividades e Público Atingido, 2005-2008.....	131
Quadro 53 - Resumo das Atividades de Extensão, 2005-2008.....	133
Quadro 54 - Ações de Extensão, 2005- 2008.....	138
Quadro 55 - Extensionistas Envolvidos na Equipe de Trabalho, 2005-2008	139
Quadro 56 - Ações de Extensão por Área Temática, 2005-2008	140
Quadro 57 - Atividades de Extensão por Modalidade, 2005-2008	141
Quadro 58 - Avaliação da Dimensão Extensão	143
Quadro 59 - Cursos de Graduação em Andamento	151

Quadro 60 - Número de Alunos Matriculados em Cursos de Graduação Ministrados a Distância	154
Quadro 61 – Número de Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância.....	154
Quadro 62 - Número de Alunos Matriculados em Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância	154
Quadro 63 - Cursos de Especialização em Andamento, 2008	155
Quadro 64 - Cursos de Especialização Concluídos, 2008	156
Quadro 65 - Número de Cursos de Pós-Graduação – Especialização Ministrados a Distância	156
Quadro 66 - Número de Alunos Matriculados em Cursos de Pós-Graduação	156
Quadro 67 - Número de Disciplinas de Pós-Graduação – Especialização Ministradas a Distância ..	157
Quadro 68 - Número de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação – Especialização Ministradas a Distância	157
Quadro 69 - Número de Disciplinas de Pós-Graduação – Doutorado/Mestrado Ministradas a Distância	157
Quadro 70 - Número de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação – Doutorado/Mestrado Ministradas a Distância	157
Quadro 71 - Número de Cursos de Extensão Ministrados a Distância	158
Quadro 72 - Número de Alunos Matriculados em Cursos de Extensão Ministrados a Distância.....	158
Quadro 73 - Núcleos de Estudos, 2008	158
Quadro 74 - Grupos de Disciplinas, 2008-2012.....	159
Quadro 75 - Avaliação da Dimensão EAD.....	160
Quadro 76 - Convênios de Setores da UFRGS com Instituições Externas e Quantidades, 2008	164
Quadro 77 - Contratos de Setores da UFRGS com Instituições Externas e suas Quantidades, 2008	165
Quadro 78 - Protocolos de Setores da UFRGS com Instituições Externas e suas Quantidades, 2008	165
Quadro 79 - Avaliação da Dimensão Responsabilidade Social.....	189
Quadro 80 - Editora da UFRGS em Números	199
Quadro 81 - Avaliação da Dimensão Comunicação com a Sociedade	201
Quadro 82 - Quantitativo de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo, Conforme a Qualificação Formal, 2007-2008	209
Quadro 83 - Quantitativo de Pessoal Docente Conforme o Regime de Dedicção, 2007-2008.....	211
Quadro 84 - Quantitativo de Pessoal Docente Conforme o Tipo de Contratação, 2007-2008	211
Quadro 85 - Quantitativo de Pessoal Docente e Técnico Administrativo, 2000-2006.....	212
Quadro 86 - Quantitativo de Pessoal Docente e Técnico Administrativo, 2007-2008.....	212
Quadro 87 - Quantitativo de Pessoal Terceirizado Conforme a Área, 2008	213
Quadro 88 - Quantitativo Referente aos Atendimentos de Saúde, 2006-2008	217
Quadro 89 - Avaliação da Dimensão Gestão de Pessoas.....	220
Quadro 90 - Estrutura do CONSUN	223
Quadro 91 - Estrutura do CEPE.....	224
Quadro 92 - Estrutura da Câmara de Graduação.....	225

Quadro 93 - Estrutura da Câmara de Pós-Graduação	226
Quadro 94 - Estrutura da Câmara de Pesquisa.....	227
Quadro 95 - Estrutura da Câmara de Extensão.....	228
Quadro 96 - Estrutura do CONCUR.....	229
Quadro 97 - Estrutura da Reitoria	230
Quadro 98 - Estrutura das Unidades Universitárias.....	233
Quadro 99 - Avaliação da Dimensão Organização e Gestão	241
Quadro 100 - Relatório de Infraestrutura Física de UFRGS (em m ²), 2008	244
Quadro 101 - Área Física e Construída da UFRGS, 2008	245
Quadro 102 - Transações de Circulação de Coleções no SBU, 2006-2008	261
Quadro 103 - Nº de Usuários por Categoria X Nº de Transações de Empréstimo, Renovação	262
Quadro 104 - Nº de acessos e <i>downloads</i> aos documentos disponíveis no Lume, 2008.....	263
Quadro 105 - Eventos de Capacitação Oferecidos para as Equipes do SBU, 2006-2008.....	264
Quadro 106 - Instalações Oferecidas aos Usuários, 2006-2008	265
Quadro 107 - Avaliação da Dimensão Infraestrutura.....	267
Quadro 108 - Avaliação da Dimensão Planejamento e Avaliação	283
Quadro 109 - Estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados em empresas conveniadas, 2005-2008.....	288
Quadro 110 - Beneficiados com Bolsas Permanência e Treinamento, 2005-2008.....	289
Quadro 111 - Total de Vagas nas Casas de Estudantes.....	289
Quadro 112 - Refeições Servidas e média mensal nos RUs, 2005-2008	290
Quadro 113 - Número de Beneficiados nas Colônias de Férias, 2006-2008	292
Quadro 114 - Investimentos realizados em obras e equipamento, 2008	298
Quadro 115 - Avaliação da Dimensão Política de Atendimento ao Estudante.....	301
Quadro 116 - Orçamento Autorizado, 2006-2008.....	315
Quadro 117 - Convênios e Emendas, 2006-2008.....	316
Quadro 118 - Avaliação da Dimensão Sustentabilidade Financeira.....	318

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	24
1 A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	26
1.1 HISTÓRICO DA UFRGS.....	26
1.2 CONDIÇÃO JURÍDICA	27
1.3 MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS	27
1.4 PLANOS DE GESTÃO	28
1.5 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO.....	32
2 A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO E A EXTENSÃO	33
2.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO	33
2.1.1 Estrutura da Pró-Reitoria de Graduação	33
2.1.2 Princípios, Diretrizes e Normas para a Gestão Acadêmica	34
2.1.3 Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação	38
2.1.4 Cursos de Graduação	40
2.1.5 Cursos Novos	44
2.1.6 Programas da Graduação.....	45
2.1.7 Salão de Graduação.....	46
2.1.8 Avaliação da Graduação.....	47
2.1.9 Avaliação da Dimensão	55
2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL.....	56
2.2.1 Colégio de Aplicação	59
2.2.2 Escola Técnica	61
2.2.3 Avaliação da Dimensão	64
2.3 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO	65
2.3.1 Políticas Institucionais para Criação, Expansão e Manutenção da Pós-Graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i>	66
2.3.2 Integração entre o ensino de Graduação e de Pós-Graduação	78
2.3.3 Formação de Pesquisadores e de Profissionais para o Magistério Superior	79
2.3.4 Avaliação da Dimensão	83
2.4 A PESQUISA.....	84
2.4.1 Programas de Bolsas de Iniciação Científica.....	86

2.4.2 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica PIBITI/CNPq - UFRGS 2008/2009.....	87
2.4.3 Programa de Atividades Complementares de Formação Científica.....	87
2.4.4 Salão e Feira de Iniciação Científica.....	87
2.4.5 Programa de Fomento à Pesquisa.....	90
2.4.6 Programa de Apoio à Edição de Periódicos Científicos.....	92
2.4.7 Programa Primeira Ciência.....	95
2.4.8 Jornal Eletrônico para divulgar oportunidades de Pesquisa - INFOPESQ.....	96
2.4.9 Grupos de Pesquisa.....	96
2.4.10 Bolsas de Produtividade em Pesquisa.....	97
2.4.11 Sistema Pesquisa.....	98
2.4.12 Avaliação da Pesquisa nas sistemáticas de trabalho da PROPESQ.....	100
2.4.13 Avaliação da Pesquisa na UFRGS.....	101
2.4.14 Avaliação da Dimensão.....	102
2.5 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	103
2.5.1 Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC).....	103
2.5.2 Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia (EITT).....	109
2.5.3 Rede de Incubadoras Tecnológicas da UFRGS (REINTEC).....	109
2.5.4 Avaliação da Dimensão.....	110
2.6 A EXTENSÃO.....	111
2.6.1 Histórico da Trajetória da Regulamentação Interna da Extensão na UFRGS.....	111
2.6.2 Regulamentação da Extensão Hoje: Interna e Externamente à Universidade.....	113
2.6.3 Pró-Reitoria de Extensão.....	117
2.6.4 Departamentos.....	123
2.6.5 Avaliação da Dimensão.....	134
2.7 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	144
2.7.1 Histórico da Educação a Distância na UFRGS.....	144
2.7.2 Normatização da Educação a Distância na UFRGS.....	146
2.7.3 Órgãos de Gestão e de Suporte.....	148
2.7.4 Políticas Institucionais para Cursos de Graduação a Distância e Suas Formas de Operacionalização.....	150
2.7.5 Políticas institucionais para Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu e Stricto Sensu</i>, na Modalidade a Distância, e suas Formas de Operacionalização.....	155
2.7.6 Extensão.....	158
2.7.7 Pesquisa.....	158
2.7.8 Ampliação da EAD na UFRGS.....	158
2.7.9 Avaliação da Dimensão.....	160
3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO.....	161

3.1 COERÊNCIA DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS	161
3.2 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE, SETOR PÚBLICO, SETOR PRIVADO E MERCADO DE TRABALHO	162
3.3 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: INCLUSÃO SOCIAL	167
3.3.1 A Responsabilidade Social nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão	167
3.4 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	183
3.5 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO.....	189
4 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	190
4.1 COERÊNCIA DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS	190
4.2 COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	193
4.3 OUVIDORIA	199
4.4 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO.....	199
5 AS POLÍTICAS DE PESSOAL E DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	202
5.1 COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO COM AS POLÍTICAS FIRMADAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS.....	204
5.1.1 Políticas de carreira do corpo docente.....	206
5.1.2 Políticas de carreira do corpo técnico-administrativo	208
5.2 FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	209
5.3 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA OS DOCENTES	210
5.4 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	212
5.4.1 Qualificação do corpo técnico-administrativo	214
5.5 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS: SAÚDE, SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA.....	215
5.6 FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA E SUAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS.....	217
5.7 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO.....	218
6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO	221
6.1 COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE	221
6.1.1 Órgãos da Administração Central	222
6.1.2 Hospital Universitário	231
6.1.3 Unidades Universitárias	231
6.1.4 Institutos Especializados	239
6.1.5 Centros de Estudos Interdisciplinares	239
6.2 A GESTÃO INSTITUCIONAL.....	239
6.3 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO.....	240
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA	242

7.1 COERÊNCIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS.....	246
7.1.1 Investimentos em Infraestrutura	247
7.1.2 Recursos de Informação e Comunicação.....	250
7.2 INSTALAÇÕES GERAIS.....	254
7.2.1 Colônias de Férias	255
7.2.2 Infraestrutura para Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais	256
7.2.3 Manutenção e Conservação do Patrimônio Histórico.....	256
7.2.4 Laboratórios	257
7.2.5 Prevenção de Riscos Ambientais.....	258
7.3 INSTALAÇÕES GERAIS NOS POLOS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	258
7.4 BIBLIOTECA: ACERVO, SERVIÇOS, PESSOAL E ESPAÇO FÍSICO.....	259
7.4.1 Acervo	259
7.4.2 Serviços.....	260
7.4.3 Pessoal.....	263
7.4.4 Espaço Físico	265
7.5 BIBLIOTECAS DOS POLOS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ACERVO, SERVIÇOS E ESPAÇO FÍSICO.....	265
7.6 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO.....	266
8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO.....	268
8.1 O CONTEXTO EXTERNO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	268
8.2 O CONTEXTO INTERNO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	269
8.3 BREVE HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UFRGS	270
8.4 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – MOMENTO ATUAL	276
8.5 AVALIAÇÃO DA GESTÃO INSTITUCIONAL NO PERÍODO 2006-2008.....	279
8.6 PLANO DE GESTÃO 2004-2008.....	280
8.7 ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA GESTÃO INSTITUCIONAL	281
8.8 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO.....	283
9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES	284
9.1 COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS.....	284
9.1.1 Estágios.....	287
9.1.2 Bolsas Acadêmicas.....	288
9.1.3 Benefícios da Moradia Estudantil.....	289
9.1.4 Restaurantes Universitários (RUs).....	290
9.1.5 Benefícios de Alimentação.....	290
9.1.6 Benefício Saúde	290
9.1.7 Colônias de Férias	291

9.2 PROGRAMAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DOS DISCENTES REFERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS.....	292
9.3 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	294
9.3.1 Ações Específicas de Atendimento ao Discente	296
9.3.2 Investimentos em melhorias na infraestrutura das Casas de Estudantes, dos Restaurantes Universitários e das Colônias de Férias	298
9.4 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS E CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	298
9.5 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO.....	299
10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	302
10.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	302
10.1.1 Breve histórico da PROPLAN	305
10.1.2 Estrutura da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração.....	305
10.2 COERÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA APRESENTADA PELA IES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS.....	308
10.3 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO E POLÍTICAS DE CAPTAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	311
10.3.1 Convênios	312
10.3.2 Emendas (Individuais/Bancadas).....	312
10.4 POLÍTICAS DIRECIONADAS À APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	313
10.4.1 Dispêndios com pessoal	313
10.4.2 Outros Custeios e Capital (OCC).....	314
10.5 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO.....	316
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	319
REFERÊNCIAS.....	321

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório tem como objetivo atender demanda do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que preconiza a apresentação de relatórios de auto-avaliação institucional anuais das Instituições de Ensino Superior (IES).

Constitui-se em elemento base do processo de avaliação externa institucional ocorrido em maio de 2009 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com vistas a seu credenciamento.

A partir da legislação pertinente, este Relatório de Auto-Avaliação Institucional procura responder às determinações constantes nos documentos oficiais, especialmente no documento intitulado “Instrumento de Avaliação Institucional Externa” – INEP/MEC, outubro de 2008.

É também objetivo deste documento dar continuidade a uma série histórica de relatórios já produzidos por esta Universidade, o último dos quais referente ao biênio 2004/2005. Assim, o documento ora apresentado atualiza dados das séries históricas relativas ao período compreendido entre 2006-2008, oferecendo elementos que possibilitam uma avaliação mais qualitativa, tendo em vista o horizonte temporal contemplado.

Foi elaborado sob a responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFRGS, conforme proposição do SINAES. Para sua realização, contou com amplo apoio da Administração Central e, de forma especial, da Secretaria de Avaliação Institucional, órgão responsável por coordenar e articular as diversas ações de avaliação desenvolvidas na Universidade.

Está organizado de acordo com as dez dimensões propostas pelo SINAES, quais sejam:

1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização;

3. A responsabilidade social da Instituição;
4. A comunicação com a sociedade;
5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo;
6. Organização e gestão da Instituição;
7. Infraestrutura física;
8. Planejamento e avaliação;
9. Políticas de atendimento aos discentes;
10. Sustentabilidade financeira.

O Relatório apresenta a estrutura e o funcionamento da Universidade, as ações desenvolvidas no período, os resultados, dados quanti-qualitativos e, ao final de cada tema, um quadro resumo com potencialidades, fragilidades e recomendações de cada área, buscando contemplar o modelo referido. Após o corpo principal, são apresentados os apêndices, que contêm informações de caráter perene sobre o funcionamento de algumas áreas da Instituição e, na sequência, são incluídos os anexos, os quais contêm documentos relevantes para a compreensão do funcionamento e gestão institucional.

É importante reportar ainda que, a par deste Relatório exigido pela legislação, existem outros documentos internos que trazem elementos avaliativos de importância para a compreensão do contexto institucional. Neste sentido, cumpre destacar os relatórios anuais de gestão apresentados à Controladoria Geral da União (CGU), também baseados em legislação específica, e os próprios relatórios dos Núcleos de Avaliação das Unidades Universitárias da Instituição (NAUs).

Estes documentos visam, sobretudo, agregar dados e informações que possam contribuir para a avaliação institucional, tanto interna quanto externamente, e desta forma, subsidiar melhorias progressivas na Instituição, em nível acadêmico, administrativo e gerencial.

1 A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

1.1 HISTÓRICO DA UFRGS

A história da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) começou com a fundação, em Porto Alegre, da Escola de Farmácia e Química em 1895, seguida da Escola de Engenharia, em 1896. Essas primeiras escolas profissionais iniciaram, também, a educação de nível superior no Estado do Rio Grande do Sul. Ainda no século XIX, foram fundadas a Faculdade de Medicina de Porto Alegre e a Faculdade de Direito, cuja fundação, em 1900, marcou o início do oferecimento de cursos humanísticos no Estado.

Do agrupamento dessas unidades isoladas e autônomas, colocadas sob a tutela do Estado pelo Decreto nº 5.758, de 28 de novembro de 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre, com a finalidade de "dar uma organização uniforme e racional ao ensino superior no Estado, elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica e concorrer eficientemente para aperfeiçoar a educação do indivíduo e da sociedade".

A Universidade de Porto Alegre (UPA) foi formada pela Escola de Engenharia, com os Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com a Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes.

A denominação de Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) passou a ser utilizada em 1947, com a incorporação da Faculdade de Direito e Faculdade de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Em dezembro de 1950 foi federalizada, através da Lei nº 1.254, passando à esfera administrativa da União, e a ser denominada Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em 1970, a reforma do ensino alterou a estrutura didática e administrativa da Universidade. Os departamentos passaram a ser unidades fundamentais, reunidos em faculdades, institutos ou escolas, que abrigam os cursos de graduação e pós-graduação, laboratórios de pesquisa e projetos de extensão.

A UFRGS é, hoje, uma Instituição que abrange todas as áreas do conhecimento, desenvolvidas através do ensino, da pesquisa e da extensão.

1.2 CONDIÇÃO JURÍDICA

A UFRGS goza do *status* jurídico de Universidade a partir da edição do Decreto Estadual nº 5.758/1934 e passou à categoria de Instituição federal a partir da Lei nº 1.254/1950. Como Instituição federal, a mantenedora da UFRGS é o Ministério da Educação.

1.3 MISSÃO, PRINCÍPIOS E VALORES INSTITUCIONAIS

O Estatuto e o Regimento Geral da Universidade estabelecem sua missão, seus princípios e seus valores. A missão é estabelecida através do Art. 5º, título II do Estatuto: “A Universidade Federal do Rio Grande do Sul tem por finalidade precípua a educação superior e a produção de conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico integradas no ensino, na pesquisa e na extensão”.

A par dessa definição, a Universidade, pelo seu próprio histórico de formação, forjado a partir da união de diferentes faculdades em períodos diversos, buscou constituir, ao longo do tempo, um conjunto de regramentos de convívio entre as suas unidades baseado no respeito à diversidade e à autonomia acadêmica. Isto pode ser inferido a partir de um sólido conjunto de resoluções internas que disciplinam as diversas matérias inerentes a aspectos da vida acadêmica e administrativa da Instituição, pautados pela observância de padrões de qualidade exigentes.

Da análise do Estatuto da Universidade é possível abstrair princípios e valores que permeiam a sua cultura institucional e que configuram o norteamento dos seus processos decisórios internos, os quais são listados a seguir:

- Compromisso com a ética;
- Compromisso com os interesses públicos;
- Compromisso com a produção de conhecimento inovador e crítico;
- Compromisso com a formação em bases científicas sólidas;
- Compromisso com a formação integral (e não apenas tecnicista) do indivíduo;
- Compromisso com o respeito à diversidade, à heterogeneidade, à pluralidade de ideias;
- Compromisso com o exercício da cidadania através do desenvolvimento de uma consciência ética na comunidade universitária;

- Vinculação entre pesquisa, extensão e ensino, em caráter de indissociabilidade;
- Desvinculação ao balizamento de ordem político-ideológico ou religioso;
- Foco na visão interdisciplinar do conhecimento científico;
- Compromisso com o desenvolvimento regional e nacional, bem como com a qualidade da vida humana;
- Compromisso com a articulação entre as diversas Unidades da Universidade e as entidades públicas e privadas de âmbito regional, nacional e internacional;
- Liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Gratuidade do ensino;
- Gestão democrática;
- Valorização dos profissionais do ensino;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais.

Além desses, a própria existência de determinadas estruturas administrativas já consagradas na Universidade configura seu compromisso com as questões ambientais e com a universalização e democratização do ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Ainda, da análise do Estatuto e Regimento Geral, observa-se a tendência à configuração de uma organização acadêmico-administrativa baseada na separação hierárquica e funcional entre suas instâncias legislativas-avaliativas, executivas e jurídicas.

1.4 PLANOS DE GESTÃO

O planejamento do desenvolvimento institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com base na sua estrutura legislativa interna, é tradicionalmente realizado através da elaboração de planos de gestão para os períodos em que seus dirigentes ocupam cargos eletivos. Este planejamento é balizado pelos limites expressos no conjunto de peças legislativas internas, a sua missão, princípios e valores institucionais, além da observância da legislação externa. É neste contexto que foram concebidos os Plano de Gestão 2004-2008 e o da atual Administração para o período 2008-2012 (Anexo 1).

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, até o início da gestão 2008-2012, não possui propriamente um documento de planejamento institucional nos termos previstos pelo Art. 16 do Decreto nº 5773/2006, o qual define a composição do documento de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Assim, na ausência de um documento específico de PDI, o Plano de Gestão Reitoral constitui-se no documento mais importante acerca do planejamento do desenvolvimento institucional, referencial maior sobre diretrizes e metas previstas para o quadriênio de gestão. Por isso, apresenta-se o plano referente ao período 2004-2008, base para a análise deste Relatório.

Contexto referente ao Plano de Gestão Reitoral do Período 2004-2008

A UFRGS vem, ao longo dos anos, aumentando a oferta de vagas em cursos existentes, criando novos cursos de graduação e pós-graduação, ampliando as atividades de extensão e de desenvolvimento tecnológico. Esta política foi, particularmente, observada na gestão 2004/2008.

Novos docentes e servidores técnico-administrativos foram incorporados ao quadro mediante concurso público. A viabilização das atividades demandou alocação de recursos materiais advindos da matriz orçamentária, fontes extraordinárias, convênios, contratos e, ao final, pelo Programa REUNI.

Merece destaque a inserção da UFRGS na adoção de políticas afirmativas, em consonância com a política nacional. O Plano de Gestão do Reitorado iniciado em setembro de 2004 é apresentado a seguir.

PLANO DE GESTÃO

PERÍODO 2004-2008

Dirigentes:

Reitor: Prof. Dr. José Carlos Ferraz Hennemann
Vice-Reitor: Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca

1. META: Qualificação das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão

Estratégias:

1.1 Criar a Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica, com o objetivo de buscar maior integração e qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

1.2 Articular a graduação com a educação básica e profissional e com a pós-graduação, e estas com a pesquisa e a extensão;

- 1.3 Implementar estrutura de Apoio Pedagógico por área de conhecimento;
- 1.4 Realizar a avaliação institucional permanente da UFRGS de forma integrada, articulando-a com os correspondentes sistemas nacionais;
- 1.5 Acelerar a implantação do Sistema de Educação a Distância, criando núcleos de apoio e implementando ações visando à integração entre ensino, pesquisa e extensão;
- 1.6 Estimular a excelência e a interdisciplinaridade da pesquisa e da extensão universitária;
- 1.7 Reforçar as atividades de desenvolvimento tecnológico, o empreendedorismo, a incubação de empresas;
- 1.8 Apoiar a produção de material didático para o ensino de graduação e de pós-graduação, presencial e semipresencial;
- 1.9 Realizar acompanhamento dos egressos e incrementar o oferecimento de oportunidades de formação continuada;
- 1.10 Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Pedagógico Institucional (PPI).

2. META: Ampliação da oferta de vagas e de novas formas de acesso, preservada a qualidade acadêmica

Estratégias:

- 2.1 Apoiar a criação de novos cursos de graduação;
- 2.2 Expandir os cursos noturnos, as licenciaturas e os programas de educação a distância;
- 2.3 Oportunizar a discussão sobre a implementação de ações afirmativas;
- 2.4 Buscar a otimização da utilização de vagas nos cursos de graduação;
- 2.5 Incentivar os programas de educação continuada;
- 2.6 Ampliar as vagas discentes na pós-graduação;
- 2.7 Institucionalizar o pós-doutorado nos programas de pós-graduação.

3. META: Fortalecimento da integração da Universidade com a sociedade nos âmbitos regional, nacional e internacional

Estratégias:

- 3.1 Intensificar a interação com a administração pública, o setor privado e organizações não-governamentais;
- 3.2 Fomentar a integração com as IES públicas e comunitárias do Estado, da Região Sul e do País;
- 3.3 Ampliar oportunidades de formação de professores e a pesquisa no ensino fundamental e médio;
- 3.4 Estimular atividades de pesquisa e de extensão em tecnologias sociais;
- 3.5 Estabelecer uma política de cooperação internacional;
- 3.6 Incrementar o intercâmbio de estudantes, docentes e técnico-administrativos.

4. META: Valorização, qualificação e otimização dos quadros de servidores docentes e técnico-administrativosEstratégias:

- 4.1 Aprimorar a matriz de alocação docente;
- 4.2 Oferecer oportunidades de formação pedagógica e acadêmica continuada aos docentes;
- 4.3 Desenvolver uma política de alocação dos servidores técnico-administrativos;
- 4.4 Aprimorar o programa de qualificação institucional dos servidores técnico-administrativos, contemplando meios diversificados, inclusive técnicas de educação a distância;
- 4.5 Buscar condições para viabilizar plano de assistência à saúde de servidores docentes e técnico-administrativos;
- 4.6 Reforçar e incrementar as ações que visam a adequar e qualificar o ambiente e a convivência na Universidade;
- 4.7 Desenvolver políticas de integração e valorização dos servidores aposentados.

5. META: Qualificação do ambiente acadêmico e fortalecimento da assistência ao estudanteEstratégias:

- 5.1 Estabelecer uma política de redução da evasão, visando à permanência e à conclusão dos cursos pelos estudantes;
- 5.2 Propiciar condições para o bom desempenho acadêmico do estudante de baixa renda, através do apoio às casas de estudante e aos restaurantes universitários e através da concessão de bolsas;
- 5.3 Implantar uma política que contemple a diversidade das expressões artístico-culturais contemporâneas;
- 5.4 Implantar uma política de esporte universitário;
- 5.5 Concluir a instalação de salas de informática com acesso à rede mundial de computadores nas Casas de Estudantes e no Centro de Vivência;
- 5.6 Incentivar a implantação de salas de informática, nas unidades de ensino, para uso dos estudantes.

6. META: Qualificação, manutenção e segurança dos espaços e da infraestrutura da UniversidadeEstratégias:

- 6.1 Criar política de planejamento e controle integrado do uso do espaço acadêmico nos *campi* da UFRGS;
- 6.2 Implantar um plano estratégico de segurança para a UFRGS;
- 6.3 Implantar um Sistema de Gestão Ambiental;
- 6.4 Melhorar e expandir a infraestrutura das salas de aula, laboratórios, bibliotecas e auditórios;
- 6.5 Viabilizar a construção de bibliotecas multissetoriais nos *campi* da Universidade;

6.6 Dar continuidade ao projeto de recuperação do Patrimônio Histórico e às ações de revitalização dos *campi* da UFRGS.

7. META: Modernização das instâncias e dos processos de planejamento e de gestão

Estratégias:

7.1 Aperfeiçoar o planejamento e a gestão, a partir da avaliação institucional;

7.2 Dar continuidade à informatização de atividades, processos gerenciais e de decisão;

7.3 Possibilitar acesso eletrônico às informações relacionadas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à infraestrutura;

7.4 Criar setor, vinculado à Administração Central, voltado à captação de recursos para projetos institucionais.

8. META: Ampliação dos espaços democráticos da Instituição de forma ética e transparente, ancorada no diálogo permanente

Estratégias:

8.1 Garantir a representação e a participação de todos os segmentos da comunidade universitária nas instâncias de gestão da Universidade, de forma democrática;

8.2 Implantar política global de comunicação da UFRGS, através da criação da Secretaria de Comunicação Social;

8.3 Otimizar práticas de ampliação da transparência sobre alocação dos recursos orçamentários.

1.5 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

O Quadro 1, abaixo, apresenta a avaliação desta dimensão.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Inexistência de PDI nos moldes exigidos pelo Art. 16 do Decreto nº 5773/2006.	<p>Especialistas de excelência em todas as áreas do conhecimento;</p> <p>Conjunto de regimentos que disciplinam todas as áreas de atuação da Universidade;</p> <p>Existência de um conjunto de documentos que, compilados, podem resultar num PDI;</p> <p>Intenção política de construção de um PDI participativo, elaborado a partir da discussão com os vários segmentos da comunidade universitária.</p>	<p>Estabelecimento de uma metodologia capaz de envolver os diversos segmentos da Universidade na construção do PDI;</p> <p>Dar início ao processo, através da promoção de palestras de sensibilização, divulgação e reflexão acerca do tema à comunidade universitária;</p> <p>Organização de debates sobre o documento a ser construído.</p>

Quadro 1 - Avaliação da Dimensão referente ao PDI

2 A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A PÓS-GRADUAÇÃO E A EXTENSÃO

2.1 ENSINO DE GRADUAÇÃO

O ensino de graduação é afeto à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que tem como responsabilidade elaborar, em conjunto com a Pró-Reitoria Acadêmica (PROCAD), as políticas do ensino de graduação e coordenar as atividades dos órgãos executores. É a instância responsável pelas atividades desenvolvidas no nível da graduação, bem como pelo diagnóstico e resolução de seus problemas.

2.1.1 Estrutura da Pró-Reitoria de Graduação

A PROGRAD conta com a seguinte estrutura: Departamento de Controle e Registro Acadêmico (DECORDI), Departamento de Planejamento e Gestão Acadêmica (DPGA) e Departamento de Projetos de Curso de Graduação e Programas Especiais (DPCGPE). Desenvolve seu trabalho no sentido de organizar o conjunto de cursos de graduação em estruturas coordenadas por focos formativos, já tendo consolidada a Coordenadoria das Licenciaturas (COORLICEN). A Coordenadoria da Saúde (COORSAÚDE) encontra-se em fase de definição regimental e, até 2012, a Coordenadoria das Engenharias deverá ser igualmente estruturada.

2.1.1.1 Departamentos

Departamento de Controle e Registro Acadêmico (DECORDI) - controla e registra, através do Sistema Acadêmico da Universidade, as informações relativas aos cursos de graduação (currículos, horários, vagas das disciplinas, lotação de espaço físico para aulas de graduação), e também os registros relacionados aos alunos (dados cadastrais, histórico escolar, matrículas, etc.). Planeja e acompanha a matrícula dos alunos e expede documentos como históricos escolares, atestados, certificados, conteúdos programáticos e diplomas, entre outros.

Departamento de Projetos de Cursos de Graduação e Programas Especiais (DPCGPE)

- tem como principais atividades o acompanhamento das determinações legais emanadas do MEC e Colegiados da UFRGS, especificamente aquelas relacionadas ao ensino de graduação; disponibilizar suporte técnico-pedagógico às Comissões de Graduação dos diferentes cursos, com vistas ao desenvolvimento de ações que garantam a qualidade da formação proposta pela UFRGS; disponibilizar suporte técnico-pedagógico às Unidades para criação e reorganização de novos cursos de graduação; assessorar os departamentos

da PROGRAD do ponto de vista legal; propor e organizar projetos e ações relacionadas aos cursos de graduação e assessorar o desenvolvimento de Programas Especiais de interesse da Universidade, na área de graduação.

Departamento de Planejamento e Gestão Acadêmica (DPGA) - foi estruturado com o intuito de ampliar as atividades da PROGRAD. O DPGA tem em sua estrutura duas divisões, a Divisão de Acompanhamento e Análise Docente, que trata das atividades relacionadas aos Processos Seletivos Simplificados, tendo como objeto a contratação de professores substitutos, além de desempenhar papel fundamental no acompanhamento de vagas geradas que instituem o banco de Professor - Equivalente (Portarias nº 22 e nº 224 de abril de 2007); e a Divisão de Monitoria Acadêmica que é responsável pela gestão dos diversos Programas de Monitorias. Além das atividades específicas das Divisões, o DPGA tem dentre suas atividades o Planejamento e Gestão que envolve o desenvolvimento de Manuais de Rotinas; desenvolvimento de Procedimentos Operacionais Padrão; desenvolvimento de formulários eletrônicos; revisão do *site* e o planejamento estratégico da PROGRAD.

2.1.1.2 Coordenadorias

A COORLICEN é responsável pelas questões relacionadas com a formulação, a execução e a avaliação do Projeto de Formação de Professores. A COORSAÚDE é responsável pelas questões relacionadas com a formulação, a execução e a avaliação do Projeto de Formação de Profissionais da área da Saúde de forma coordenada, no âmbito da Universidade e no seu relacionamento com o campo de trabalho, em atendimento às diretrizes emanadas tanto do Ministério da Educação (MEC) quanto do Ministério da Saúde (MS).

2.1.2 Princípios, Diretrizes e Normas para a Gestão Acadêmica

O Estatuto e o Regimento da UFRGS fixam as principais políticas de graduação, as quais são discutidas também nos órgãos normativos e deliberativos e resultam em Resoluções e Decisões que regulamentam a sua implementação.

O desenvolvimento das diretrizes e normas de gestão acadêmica é resultado do trabalho conjunto do CEPE, em suas Câmaras, do CONSUN e das Pró-Reitorias Acadêmicas. A aprovação de novos instrumentos normativos internos, associados às mudanças na Legislação Federal, constitui-se no principal promotor do desenvolvimento de

diretrizes e normas de gestão. Os marcos legais que afetam a área da graduação estão disponibilizados nos Anexos 2 a 36 e no Apêndice 1 deste Relatório.

Projeto Pedagógico Institucional - a Universidade ainda não possui uma minuta do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) tramitando em seus conselhos superiores, nos moldes ora propostos. A maioria dos cursos foi criada antes da atual LDB e foi recebendo atualizações através de normas internas, sendo a mais recente a Resolução CEPE nº 32/98, que estabelece diretrizes curriculares dos cursos de graduação da UFRGS, resultado de longo processo de discussão interna.

Gestão Acadêmica dos Departamentos e Órgãos do Ensino Fundamental, Médio e Profissional - o conjunto de Decisões e Resoluções prevê normas para a alocação de vagas docentes (Decisão nº 118/2001 e suas alterações: estabelece a sistemática para definição das vagas estratégicas, considerando cursos novos, licenciaturas, novas áreas de desenvolvimento, e necessidades da pós-graduação e da pesquisa); a contagem de carga horária das atividades de caráter prático-aplicativo para o mesmo fim (Resolução nº 28/2003), entre outras, e que podem ser acessadas através do endereço <http://www.ufrgs.br/consun>.

Diretrizes para a Graduação - a Resolução CEPE nº 32/1998 é a primeira norma a propor diretrizes curriculares gerais para todos os cursos de graduação da Universidade, construídas a partir de linhas caracterizadoras de um Projeto de Universidade Pública de final de milênio.

Gestão dos Cursos de Graduação - as Decisões do CONSUN definem normas para institucionalização do trote universitário e sanções para abusos que eventualmente sejam praticados (Decisão nº 02/2001); para a colação de grau, composição e regras de funcionamento das Comissões de Formatura e para a sua atuação (Decisão nº 28/2002). Resoluções do CEPE regulamentam o processo de alterações curriculares dos cursos de graduação (Resolução nº 18/2003); o ingresso extravestibular unificado para todos os cursos que possuam vagas decorrentes de evasão, edição anual, (Resolução nº 14/2008), visando ao melhor aproveitamento das vagas não ocupadas nas disciplinas dos cursos de graduação; regulamentação do programa de formação e titulação de professores leigos (Resolução nº 02/2001); regulamentação dos Programas Especiais para a Graduação (Resolução nº 37/2006), que permite a criação de cursos de oferta temporária e que vem lastreando o funcionamento da oferta em EAD; normas para as Atividades Complementares

na Graduação (Resolução nº 24/2006), entre outras, foram consolidadas através da Resolução nº 17/2007 do CEPE que estabelecem as Normas Básicas da Graduação; normas para regulamentação da Educação a Distância (Resolução nº 10/2006).

Diretrizes para o Plano Pedagógico das Licenciaturas - a Resolução CEPE nº 04/2004, elaborada a partir da Resolução CEPE nº 32/1998, define a identidade e o projeto pedagógico para as Licenciaturas, a articulação entre a teoria e a prática, a pesquisa como eixo articulador da construção do conhecimento, o estágio supervisionado e outros elementos importantes. O CEPE editou a Resolução nº 29/2008 para a regulamentação dos Estágios de Docência.

Gestão das Atividades Docentes - contempla a regulamentação dos concursos para o cargo de professor (Decisões nº 25/2000 e 283/2002); a avaliação do desempenho didático para fins de progressão funcional (Resolução nº 51/1997); requisitos para a concessão de regime de dedicação exclusiva (Decisões nº 180/1995 e 93/1998); avaliação do estágio probatório (Decisões nº 224/2000 e 07/2002); afastamento da Universidade para fins de aperfeiçoamento (Resoluções nº 04/2001 e 30/2002), reconhecimento de notório saber (Resolução nº 28/1998); regulamentação para a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão a título de Docente Convidado ou Técnico-Administrativo Convidado (Decisão nº 372/2007); normas para progressão funcional de Docentes para classe de professor Associado (Decisão nº 197/2006).

Gestão das Atividades Discentes - a Resolução nº 17/2007 do CEPE incorpora: Resolução nº 15/1998, que regulamenta a abreviação de curso; nº 19/2000, que define critérios de ocupação de vagas geradas pelo jubramento e recusa de matrícula; nº 09/2003, que atualiza o processo de ordenamento de matrícula; nº 27/2003, que regulamenta o Programa de Estágio Não Obrigatório e nº 07/2004, que institui o Código Disciplinar Discente. Estas normativas buscam aprimorar a gestão dos discentes de graduação, incluindo o tempo de permanência na Universidade e o desempenho acadêmico mínimo, disposições para alunos que ingressaram em mais de um curso, ordenamento de matrícula, operacionalização do estágio não obrigatório e regime disciplinar discente. E, ainda, a Decisão nº 07/2000 do CONSUN e Art. 60 da Resolução nº 17/2007 que instituem a recusa de matrícula.

Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico (PAAP) - ciente da importância do preparo para o exercício docente, a Universidade, através da Resolução nº 01/1994-COCEP, atual CEPE, instituiu o Programa de Atividades de Aperfeiçoamento

Pedagógico (PAAP), que visa acompanhar o plano de trabalho do docente recém-ingresso na Universidade e em regime de estágio probatório. Tal Programa é desenvolvido pela Pró-Reitoria de Graduação, Faculdade de Educação e Unidades de Ensino de origem dos professores em questão. Implementado a partir de 1994, o PAAP foi idealizado sob a concepção de ensino baseada na ideia de que todo professor tem que ser capaz de propor e resolver situações complexas. Isso exige práticas pedagógicas desenvolvidas em e para cenários específicos que, em função da avaliação de seus resultados, são consolidadas ou reformuladas. Dessa forma, o Programa objetiva: favorecer a reflexão sobre a prática docente universitária; propiciar a análise dessa prática e contribuir para a reorganização das experiências docentes específicas. A experiência que vem sendo vivenciada nesse Programa tem-se mostrado valiosa para a maioria dos participantes, conforme depoimentos críticos/avaliativos. Tais manifestações têm estimulado alterações, introduções e supressões de atividades no desenvolvimento do PAAP.

Já foram realizadas 15 edições e, na última, ocorrida em dezembro de 2008, a temática desenvolvida foi *“Novas Tecnologias para a Educação”*. A 16ª edição está em organização, devendo ocorrer no ano de 2009 com perspectiva de novas abordagens, conforme previsão contida no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). As novas abordagens expandem o público-alvo para docentes em exercício e para temáticas setoriais em atendimento a demandas específicas, decorrentes do processo de reorganização curricular.

Flexibilização Curricular - a Resolução nº 17/2007 do CEPE no Art. 52 regulamenta o afastamento para complementação de estudos; no Art. 51 regulamenta o aproveitamento de estudos; no Art. 62 viabiliza o ingresso como aluno visitante vinculado a instituições nacionais ou estrangeiras; no Art. 41 regulamenta as Atividades Complementares que permitem a flexibilização da estrutura curricular dos cursos de graduação, com o objetivo de oferecer uma formação de natureza mais ampla, enriquecedora e capaz de atender às rápidas mudanças proporcionadas pelo desenvolvimento científico e tecnológico e pelo mundo do trabalho. Os espaços abertos pelas normas permitem ao aluno, dentro do projeto pedagógico de seu curso, a liberdade de modular sua formação aos seus interesses específicos.

Mobilidade/Intercâmbio dos Estudantes de Graduação - a Resolução nº 17/2007 regulamenta a possibilidade de realização de mobilidade/intercâmbio, aos estudantes de graduação, tais como: Mobilidade ANDIFES, Mobilidade de Aluno Visitante, Afastamento para a Realização ou Complementação de Estudos, Dupla Diplomação, Programa de

Estudante Convênio (PEC-G), Programa de Intercâmbio de Graduação - ESCALA/AUGM, entre outros, para a realização de estudos e/ou atividades em outras instituições de ensino, brasileiras ou estrangeiras, contribuindo para a qualificação dos estudantes, ampliando suas possibilidades profissionais, troca de experiências acadêmicas e a integração aos diversos contextos e cenários mundiais. Esta regulamentação definiu, também, a sistemática e as formas de validação desses estudos ou atividades.

Jubilamento e Recusa de Matrícula - a Resolução nº 38/1995 e Art. 60 da Resolução nº 17/2007 do CEPE e Decisão nº 07/2000 do CONSUN e Art. 60 regulamentam o desligamento de estudantes, através de Jubilamento e Recusa de Matrícula, respectivamente. Suas implementações resultaram, nos últimos anos, em maior eficiência no uso de recursos materiais e humanos da graduação, através de matrículas responsáveis, reduzindo o tempo médio de permanência dos alunos nos cursos.

Programa de Ações Afirmativas - através da Decisão nº 134/2007 do CONSUN foi instituída a política de reserva de vagas para acesso de candidatos egressos do sistema público de ensino fundamental e médio (15%) e de candidatos autodeclarados negros, egressos do sistema público (15%), totalizando 30% em todos os cursos de graduação e cursos técnicos. O Programa também criou 10 vagas para acesso a candidatos indígenas. Além de ampliar o acesso e de promover a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário, há um conjunto de ações que visam apoiar a permanência e o sucesso acadêmico desses ingressantes. Esta política foi implementada a partir do Concurso Vestibular de 2008.

Programa Incluir - consiste em um edital de fomento à inclusão social através de ações de acessibilidade aos ambientes e currículos para portadores de necessidades educacionais especiais (PNEEs) nas universidades federais.

2.1.3 Formas de Ingresso nos Cursos de Graduação

A regra geral de ingresso na UFRGS é através de Concurso Vestibular admitidas, em caráter complementar, as formas definidas em Processo de Ingresso Extravestibular (conforme Resolução nº 11/2005) e outras, de pequeno significado numérico: transferência compulsória (de acordo com legislação específica), aluno convênio (conforme normas do Programa de Estudante Convênio - MEC), aluno especial (sem vínculo a cursos, conforme Resolução nº 17/2007 do CEPE), aluno visitante (por solicitação de outra Instituição e de acordo com a Resolução nº 33/2000), matrícula cortesia (com base no Decreto nº

89.758/84, com respeito às Missões Diplomáticas) e aluno visitante, dentro do Programa de Mobilidade Estudantil.

2.1.3.1 Concurso Vestibular

O Concurso Vestibular da UFRGS destina-se à seleção de candidatos com, no mínimo, o ensino médio concluído, com vistas ao preenchimento das vagas que oferece em seus cursos de graduação. O referido concurso, regido por edital específico, realiza-se anualmente e, em 2008, foram ofertadas 4.312 vagas distribuídas em 69 cursos da UFRGS.

Tem o propósito de selecionar candidatos que evidenciem habilidades e competências que possam ser, efetivamente, aportes para uma formação qualificada e competente.

É realizado em quatro dias, tradicionalmente no mês de janeiro, e constitui-se de provas que visam à avaliação dos conteúdos adquiridos pelos candidatos, nas matérias do núcleo comum do ensino médio que, para fins do concurso, são as seguintes: Biologia, História, Matemática, Literatura de Língua Portuguesa, Língua Portuguesa, Redação, Química, Língua Estrangeira Moderna, Física e Geografia. Cada conjunto de questões de uma matéria constitui uma prova e as provas são iguais para todos os candidatos, exceto as de Língua Estrangeira Moderna - admitida a escolha entre Alemão, Espanhol, Francês, Inglês ou Italiano.

O Quadro 2 apresenta o número de vagas, de inscritos e de candidato/vaga nos últimos quatro anos.

Indicador	2005	2006	2007	2008
Vagas no Vestibular	4.162	4.212	4.212	4.312
Inscritos no Vestibular	40.801	40.754	37.779	34.999
Densidade no Vestibular	9,838679	9,710269	9,00143	8,116651

Quadro 2 - Vagas, Inscritos e Densidade (Candidato/Vaga) nos Concursos Vestibulares, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação.

É oportuno enfatizar que na UFRGS já é tradicional a determinação de local específico, com fiscais especialmente treinados, para que pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida possam realizar o Concurso Vestibular; além dessas, também são atendidas adequadamente pessoas com limitações de caráter temporário (gestantes, acidentados, etc.) durante a realização das provas.

2.1.3.2 Ingresso Extravestibular

A UFRGS tem promovido a utilização plena de seus recursos respondendo às demandas constantes da sociedade por um maior número de vagas. O processo de ingresso extravestibular é o mecanismo usual de reaproveitamento de vagas resultantes da mobilidade dos estudantes por transferência interna de curso, transferência para outra Instituição, abandono de curso, desistência, recusa de matrícula, jubramento e falecimento. Esse processo propicia o aproveitamento das vagas disponíveis através de três modalidades: a transferência interna (troca de curso efetuada por aluno da UFRGS), transferência voluntária (aluno de outra Instituição que ingressa em curso idêntico ou assemelhado ao cursado na Instituição de origem) e ingresso de diplomado.

Em 2003, por iniciativa da PROGRAD, foi instituída uma Comissão para o aperfeiçoamento da sistemática de ocupação das vagas ociosas aferidas nos cursos de graduação e na agilização e uniformização do processo de seleção dos candidatos. Em 2008 as normas para ocupação das vagas ociosas, decorrentes da evasão, foram estabelecidas através da Resolução nº 14/2008 do CEPE. Essas normas são atualizadas e editadas anualmente.

2.1.4 Cursos de Graduação

O ensino de graduação, voltado à formação profissional de nível superior, é desenvolvido através de modalidades de oferecimento de cursos¹ que, em 2008, totalizaram 69, das quais 57 modalidades foram oferecidas com vagas previamente determinadas para o turno diurno e 12 para o turno noturno. Acresce-se a esse conjunto, o oferecimento de inúmeras disciplinas no turno da noite para alunos matriculados em cursos cujo funcionamento é previsto para o turno diurno.

O ensino de graduação vem sendo continuamente expandido para abranger novas áreas de atuação da Universidade. Assim, entre 2005 e 2008, foram implantados 07 novos cursos. A partir de 2008, decorrem principalmente da participação da Universidade no REUNI.

A Universidade, para o ano de 2008, através da Decisão nº 225 de 2007, do CONSUN, autorizou o aumento de 100 vagas novas para o ano, decorrente da criação de 3 novos cursos: Fonoaudiologia, Museologia e Engenharia de Controle e Automação.

¹ Modalidade de oferecimento de cursos significa a maneira como os cursos são disponibilizados no Concurso Vestibular. Por exemplo, o curso de Ciências Jurídicas e Sociais é oferecido em duas modalidades, diurno e noturno, e outros, que formam licenciados e bacharéis, podem aparecer como modalidade única.

Os Quadros 3 e 4 contêm a relação dos cursos de graduação de oferta permanente da Universidade, vagas anuais oferecidas, vagas ocupadas, carga horária, tempo de duração em semestres e condição legal, referentes ao ano de 2008, respectivamente, dos cursos diurnos e noturnos.

Cursos	Vagas Oferecidas	Vagas Ocupadas	Duração CH	Duração Etapas	Ato Legal de Criação ou Reconhecimento	Condição Legal¹
Administração - Diurno	80	82	3000	10	Port. Min. nº 588 12/09/2006	RR
Agronomia	80	82	4800	10	Decreto nº 727 08/12/1900	R
Arquitetura e Urbanismo	100	102	4470	10	Decreto nº 28.371 12/07/1950	R
Artes Visuais - Bacharelado	44	44	2970	5	Decreto nº 7.197 20/05/1941	R
Artes Visuais - Licenciatura	44	44	3000	4	Decreto nº 7.197 20/05/1941	R
Biblioteconomia	75	74	3030	8	Lei nº 1.254 04/12/1950	R
Biomedicina	30	30	4545	8	Port. SESu nº 148 16/02/2007	R
Ciência da Computação	100	100	3270	9	Port. Min. nº 375 24/06/1988	R
Ciências Biológicas	100	104	3525	8	Decreto nº 17.400 19/12/1944	R
Ciências Econômicas	140	142	2970	8	Decreto nº 7.988 22/09/1945	R
Ciências Jurídicas e Sociais - Direito - Diurno	70	73	3510	10	Decreto nº 4.875 06/07/1903	R
						R
Ciências Sociais - Diurno	65	68	2670	8	Lei nº 1.254 04/12/1950	R
Comunicação Social - Jornalismo	50	51	3180	8	Port. Min. nº 625 16/03/2004	RR
Comunicação Social - Public. e Propaganda	50	50	3090	8	Lei nº 1.254 04/12/1950	R
Comunicação Social - Relações Públicas	50	52	3120	8	Lei nº 1.254 04/12/1950	R
Design - Habilitação Design Produto	20	20	3645	9	Decisão nº 121 CONSUN 10/06/2005	A
Design - Habilitação Design Visual	20	20	3630	9	Decisão nº 121 CONSUN 10/06/2005	A
Educação Física - Bacharelado	78	78	3090	8	Decisão nº 140 CONSUN 23/07/2004	A
Educação Física - Licenciatura	78	80	3120	8	Decreto nº 15.582 16/05/1944	R
Enfermagem	94	94	4125	9	Lei 1.254 nº 04/12/1950	R
Engenharia Ambiental	30	30	4170	10	Decisão nº 122 CONSUN 10/06/2005	A
Engenharia Civil	150	156	4055	10	Port. Min. nº 260 28/03/2007	RR
Engenharia de Alimentos	30	31	4350	10	Port. Min. nº 260 28/03/2007	RR
Engenharia de Computação	60	60	3585	10	Port. Min. nº 340 27/01/2004	R
Engenharia de Controle e Automação	30	31	4370	10	Decisão nº 224 CONSUN 20/07/2007	A

Cursos	Vagas Oferecidas	Vagas Ocupadas	Duração CH	Duração Etapas	Ato Legal de Criação ou Reconhecimento	Condição Legal ¹
Engenharia de Materiais	30	31	4125	10	Port. Min. nº 260 28/03/2007	RR
Engenharia de Minas	25	26	4250	10	Decreto nº 28.371 12/07/1950	R
Engenharia de Produção	60	61	3810	10	Port. Min. nº 2.88216/09/2004	R
Engenharia Elétrica	80	80	3850	10	Decreto nº 727 08/12/1900	R
Engenharia Mecânica	120	123	4115	10	Decreto nº 727 08/12/1900	R
Engenharia Metalúrgica	50	55	3920	10	Decreto nº 727 08/12/1900	R
Engenharia Química	75	75	4115	10	Decreto nº 727 08/12/1900	R
Estatística	40	42	2790	8	Port. Min. nº 179 02/05/1983	R
Farmácia	110	109	5065	11	Decreto nº 3.758 01/09/1900	R
Filosofia	60	64	2970	8	Decreto nº 17.400 19/12/1944	R
Física	100	104	2715	8	Decreto nº 17.400 19/12/1944	R
Fonoaudiologia	30	30	3765	8	Decisão nº 222 CONSUN 20/07/2007	A
Geografia - Diurno	30	30	3165	9	Decreto nº 17.400 19/12/1944	R
Geologia	40	40	4005	10	Decreto nº 40.783 18/01/1957	R
História - Diurno	40	41	2790	8	Decreto nº 17.400 19/12/1944	R
Letras - Bacharelado	83	83	3285	9	Decreto nº 80.798 22/11/1977	R
Letras - Licenciatura	132	133	3615	9	Decreto nº 17.400 19/12/1944	R
Matemática - Bacharelado	46	46	2400	8	Decreto nº 17.400 19/12/1944	R
Matemática - Licenciatura - Diurno	45	46	2910	8	Decreto nº 17.400 19/12/1944	R
Medicina	140	140	10170	12	Port. Min. nº 251 19/06/2006	RR
Medicina Veterinária	80	84	5010	11	Decreto nº 4.643 06/09/1939	R
Museologia	30	31	2505	8	Decisão nº 223 CONSUN 20/07/2007	A
Música	50	50	2850	8	Decreto nº 7.197 20/05/1941	R
Nutrição	30	30	4155	8	Port. Min. nº 1.794 21/06/2004	R
Odontologia	88	90	5040	10	Decreto nº 3758 01/09/1900	R
Pedagogia	120	120	3420	8	Port. Min. nº 378 24/06/1988	R
Psicologia	40	41	4170	10	Decreto nº 63.854 28/06/1979	R
Química	30	30	3195	8	Decreto nº 17.400 19/12/1944	R
Química Industrial	30	30	2940	8	Port. SESu nº 148 16/02/2007	R
Relações Internacionais	40	44	2610	8	Port. SESu nº 148 16/02/2007	R
Teatro	20	20	3660	9	Lei nº 1.254 04/12/1950	R
Teatro - Licenciatura	15	16	2970	8	Lei nº 1.254 04/12/1950	R
Total de Vagas	3577	3643				

Obs.1: Os cursos admitem uma variação de carga horária, conforme a ênfase ou habilitação. Os dados apresentados no quadro foram considerados a partir do número médio de horas/aula; da mesma forma, pode haver variação na duração do curso em semestres.

Obs.2: Na coluna "vagas" o índice de ocupação, algumas vezes é superior a 100%, em função de sistemática da Universidade de total aproveitamento das vagas disponibilizadas.

Obs.3: Na coluna "situação legal", as letras indicam A – Autorizado; R – Reconhecido; RR – Renovação de Reconhecimento do Curso.

Quadro 3 - Vagas, Duração e Condição Legal dos Cursos de Oferecimento Diurno, 2008

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação, 2008.

Cursos	Vagas Oferecidas	Vagas Ocupadas	Duração CH	Duração Etapas	Duração Etapas	Condição Legal¹
Administração - Noturno	160	166	3000	10	10	RR
Arquivologia - Noturno	30	30	2625	8	8	R
Ciênc. Atuariais – noturno	30	31	2700	8	8	R
Ciênc. Contábeis – noturno	140	140	3000	8	8	R
Ciências Jurídicas e Sociais - Direito – Noturno	70	75	3510	10	10	R
Ciências Sociais – Noturno	100	102	2670	10	10	R
Engenharia Cartográfica – Noturno	25	27	3960	10	10	R
Física – Licenciatura - Noturno	30	30	2985	10	10	R
História - Noturno	45	47	2790	10	10	R
Geografia - Noturno	30	31	3165	9	9	R
Matemática – Licenciatura – Noturno	45	45	2910	8	8	R
Química - Licenciatura – Noturno	30	30	3225	10	10	R
Total de Vagas	735	754				

Obs.1: Os cursos admitem uma variação de carga horária, conforme a ênfase ou habilitação. Os dados apresentados no quadro foram considerados a partir do número médio de horas/aula; da mesma forma, pode haver variação na duração do curso em semestres.

Obs.2: Na coluna “vagas” o índice de ocupação, algumas vezes é superior a 100%, em função de sistemática da Universidade de total aproveitamento das vagas disponibilizadas.

Obs.3: Na coluna “situação legal”, as letras indicam A – Autorizado; R – Reconhecido; RR – Renovação de Reconhecimento do Curso.

Quadro 4 - Vagas, Duração e Condição Legal dos Cursos de Oferecimento Noturno, 2008

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação, 2008.

A população estudantil, regularmente matriculada em 2008, foi de aproximadamente 24.500 alunos distribuídos pelos quatro *campi* da Universidade.

Os cursos de graduação possuem uma estrutura curricular que contempla as disciplinas teóricas, teórico-práticas, os estágios obrigatórios e os trabalhos de conclusão de curso (TCC), sempre atendendo ao que é determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e às especificidades de cada curso. A forma de realização do TCC, orientação, apresentação e avaliação, são normatizadas pelas Comissões de Graduação (COMGRAD).

Seguindo uma tendência mundial, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFRGS vêm incorporando diferentes práticas dos alunos, além dos estágios propriamente ditos, de forma a oportunizar uma formação integral e responsável ao futuro profissional. Essas experiências práticas também podem vir a integrar o histórico escolar do aluno sob a forma de atividades complementares, a critério da respectiva COMGRAD.

Cada curso de graduação disponibiliza sua grade curricular, compreendida como a expressão gráfica dos projetos pedagógicos de curso, de forma *on-line*, através do endereço eletrônico <<http://www1.ufrgs.br/graduacao/xInformacoesAcademicas/cursos.php>>.

As disciplinas que compõem a grade curricular possuem um programa de ensino, proposto pelo professor, aprovado pelo Departamento e disponibilizado às COMGRADs nas quais a disciplina é oferecida. Nos termos do Regimento e Calendário Acadêmico, o programa da disciplina deve ser disponibilizado aos alunos no início de cada semestre.

2.1.5 Cursos Novos

Os novos cursos de graduação nascem por iniciativa de uma ou mais Unidades Universitárias, estimuladas ou não pelas políticas estratégicas institucionais. O projeto de um novo curso deve conter todo o detalhamento necessário do projeto pedagógico, da infraestrutura e de recursos humanos e deve contar com a aprovação dos departamentos que oferecem as disciplinas. O curso passa por uma análise inicial na Câmara de Graduação sendo, em etapa subsequente, submetido ao CEPE e ao CONSUN. O ato legal de criação de cursos de oferta permanente, no âmbito da UFRGS, é Decisão do CONSUN, resultante desta cadeia de análises e, a partir da edição deste ato, as vagas do novo curso podem ser ofertadas no Concurso Vestibular. Cabe esclarecer que existem cursos de oferta limitada a determinado número de processos seletivos, cujos trâmites podem ser concluídos no CEPE.

A UFRGS, em conjunto com as demais IFES, foi chamada a participar do Programa REUNI. Através desta ação, o Ministério da Educação propõe a expansão qualificada, em pelo menos 20%, do ensino público de graduação. A UFRGS teve aprovada, em dezembro de 2007, sua proposta de expansão e reestruturação para 5 anos (2008-2012), na qual serão contemplados 22 cursos novos e outras modalidades de curso, bem como a ampliação de vagas em cursos já existentes; ampliação de 35% das vagas de ingresso, sendo a maioria (930 de 1532 vagas) em cursos noturnos que corresponde a 65% da expansão; cursos na modalidade tecnológica e reorganização/expansão de cursos já existentes; ações para a redução da evasão; ocupação de vagas ociosas; renovação pedagógica e estímulo à mobilidade estudantil intra e interinstitucional; ações de compromisso social visando à permanência e o apoio dos estudantes que ingressaram por meio da reserva de vagas e articulação graduação/pós-graduação.

2.1.6 Programas da Graduação

Além das atividades discentes regulares dos cursos, a UFRGS propicia aos estudantes de graduação diferentes espaços de vivência acadêmica e de aprendizagem.

Programa de Monitoria - oferecido a estudantes bolsistas ou voluntários, a partir do 2º semestre do curso, tem como objetivo principal promover a intermediação nos processos de ensino e aprendizagem, integrando professores e alunos, contribuindo para despertar o interesse pela carreira docente e pela pesquisa. Valoriza o desempenho acadêmico dos estudantes e seu engajamento nas atividades relacionadas ao ensino.

Programa de Estudante Convênio da Graduação (PEC-G) - sob a coordenação do Departamento de Planejamento e Gestão Acadêmica da PROGRAD, é um Programa de cooperação educacional que o Governo Brasileiro oferece a outros países em vias de desenvolvimento, especialmente da África e da América Latina. A UFRGS participa desta ação governamental oferecendo vagas em seus cursos de graduação, as quais são preenchidas através de seleção realizada nos países de origem dos estudantes. É desenvolvido com base na assinatura de Protocolos conjuntos entre o MEC, com a participação das Instituições de Ensino Superior (IES), e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), com a participação das missões diplomáticas e repartições consulares. Atualmente são 89 estudantes-convênio matriculados na UFRGS, entre os quais 24 latino-americanos e 65 africanos.

Monitoria PEC-G - criado em 2008, com o intuito de melhor atender o estudante de convênio, contribuindo para qualificar seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, garantir sua permanência e sucesso na Universidade, conta, atualmente, com 15 monitores e já se revela uma ação inovadora que aponta para resultados promissores, tanto na melhoria do desempenho acadêmico quanto na adaptação do estudante de convênio.

Programa de Monitoria Indígena - implementado em 2008, a fim de qualificar e potencializar a permanência dos estudantes indígenas ingressantes através do Programa de Ações Afirmativas, tem por objetivos o acompanhamento acadêmico e o auxílio à inserção desses estudantes na Universidade. Neste sentido, cada um dos nove monitores bolsistas acompanhou um estudante indígena durante dois semestres, tendo os mesmos sido orientados por um tutor designado pela Comissão de Graduação.

Programa de Educação Tutorial - também sob a coordenação da PROGRAD, existe o Programa de Educação Tutorial (PET), apoiado pela SESu/MEC, envolve nove cursos de

graduação, a saber: Educação Física, Engenharia Civil, Geografia, Ciências da Computação, Odontologia, Psicologia, Ciências Sociais, Letras e Ciências Biológicas, totalizando 96 bolsistas que desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão, durante 20 horas semanais, sob a orientação de um professor tutor, tendo como principal objetivo a qualificação dos cursos nos quais estão inseridos.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência - sob coordenação da Coordenadoria das Licenciaturas da PROGRAD, visa a fortalecer as carreiras docentes, incentivando o aluno-bolsista a permanecer na Licenciatura e estimulando-o a atuar como docente na Educação Básica da rede pública. A participação e atuação do bolsista no ambiente escolar contribui para a formação do professor da Educação Básica das escolas conveniadas, estimulando a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação como ferramenta importante no processo ensino-aprendizagem; a criação e manutenção de laboratórios didáticos das diferentes disciplinas; favorecendo a atualização dos conteúdos tratados nas diferentes disciplinas e aproximando a abordagem utilizada nas escolas das pesquisas mais recentes sobre abordagens curriculares e metodológicas. Teve início em 2008 e conta com 58 bolsistas, distribuídos em 20 escolas, com financiamento da CAPES.

Programa Pró-Cálculo - é constituído por um conjunto de atividades que envolvem o aluno calouro e os alunos regulares daqueles cursos da Universidade que possuem a disciplina de Cálculo em seu currículo. É organizado em dois níveis: a) Curso Pré-Cálculo, para calouros, com o objetivo de preencher lacunas dos conteúdos do ensino médio mais utilizados no ensino de cálculo e, b) disciplinas de Cálculo, específicas para alunos com mais de duas reprovações, proporcionando uma oportunidade efetiva de superação das dificuldades.

2.1.7 Salão de Graduação

O 3º Salão de Graduação ocorreu concomitantemente com o 4º Salão de Educação a Distância no período de 27 a 29 de maio de 2008, por uma ação conjunta da Pró-Reitoria de Graduação e da Secretaria de Educação a Distância, com o objetivo de apresentar as experiências de graduação e os projetos de educação a distância que vêm sendo desenvolvidos na Universidade. A iniciativa de realizar os dois eventos conjuntamente teve o intuito de promover os pontos de interação e cooperação que existem entre as duas áreas, buscando fomentá-los dentro de uma visão de futuro, em que não mais se percebam as fronteiras entre as modalidades de educação. Além das atividades da Programação Geral, no Salão de Graduação de 2008 aconteceram relatos de experiências dos alunos nos

estágios das Licenciaturas, nas atividades desenvolvidas no Programa de Educação Tutorial, na Monitoria, nos Estágios/Internatos e na Mobilidade Acadêmica, além de experiências dos alunos através do Serviço de Assistência Judiciária (SAJU), Empreendedorismo e Empresa Júnior o que, de certa forma, pode ser considerado como uma modalidade de avaliação dos Programas da graduação.

2.1.8 Avaliação da Graduação

A avaliação institucional e sistemática da graduação teve seu início em 1994 com a implantação, pelo MEC, do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Oficialmente, o PAIUB foi apoiado até 1996. Esse Programa teve um caráter diagnóstico e de autoanálise com indicações de melhorias feitas internamente e por pares externos. De 1996 até 2004, foi desenvolvido um novo sistema que avaliou cursos de graduação por meio de duas modalidades: provas aplicadas aos estudantes concluintes, o Exame Nacional de Cursos (Provão), e avaliações das condições de ensino dos cursos de graduação, exclusivamente através de pares externos, instrumentos e conceitos padronizados.

A partir de 2004, o MEC reformulou a avaliação da graduação, inserindo-a na avaliação institucional, através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem o objetivo de organizar a avaliação da educação superior, levando em conta a dimensão formativa e a dimensão de regulação. Os elementos que o SINAES utiliza são: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), Avaliação de Cursos de Graduação (ACG) e Avaliação Institucional, com autoavaliação e avaliação externa.

Nos Quadros 5 a 14 estão sintetizados os resultados das avaliações da UFRGS, realizadas pelo MEC.

Cursos	PC	AA	CD	BIB	IE	EeM	CGC
Engenharia Civil	A	A	A	A	A	A	A
Engenharia Química	B	A	A	B	C	B	B

PC – Projeto do Curso AA – Administração Acadêmica CD – Corpo Docente BIB – Biblioteca IE – Infraestrutura EeM – Equipamentos e Materiais CGC – Conceito Global do Curso.

Quadro 5 - Avaliação de Cursos nas Dimensões de Projeto de Curso, Administração Acadêmica, Corpo Docente, Biblioteca, Infraestrutura, Equipamentos e Materiais e Conceito Global. UFRGS, 1997-1998

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2005.

Cursos	Organização Didático-pedagógica	Corpo Docente	Infraestrutura
Administração	CB	CB	CB
Agronomia	CMB	CB	CR
Biologia - Bacharelado	CMB	CMB	CR
Biologia - Licenciatura	CMB	CMB	CR
Direito	CMB	CB	CMB
Economia	CMB	CMB	CMB
Engenharia Elétrica	CMB	CMB	CB
Engenharia Mecânica	CMB	CMB	CB
Física-Bacharelado	CB	CMB	CB
Física-Licenciatura	CMB	CMB	CB
Jornalismo	CI	CB	CI
Letras - Língua Portuguesa	CMB	CMB	CMB
Letras - Grego e Latim	CMB	CMB	CMB
Mat. Lic.(diurno e noturno)	CB	CR	CB
Mat. Pura - Bach.	CB	CMB	CMB
Mat. Aplicada e Comput.- Bacharelado	CB	CB	CMB
Medicina	CB	CB	CB
Medicina Veterinária	CMB	CB	CMB
Odontologia	CB	CMB	CMB
Psicologia	CB	CMB	CB
Química Industrial	CMB	CR	CMB

CMB: Condições Muito Boas; CB: Condições Boas; CR: Condições Regulares; CI: Condições Insuficientes

Quadro 6 - Avaliação de Cursos nas Dimensões de Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. UFRGS, 1999-2000

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2005.

Cursos	Organização Didático-pedagógica	Corpo Docente	Instalações Físicas
Eng. Química	CB	CMB	CB
Estatística	CMB	CB	CB
Jornalismo	CB	CB	CR
Engenharia Cartográfica*	CB	CB	CB
Engenharia de Computação*	CMB	CMB	CMB
Medicina*	CMB	CMB	CMB

CMB: Condições Muito Boas; CB: Condições Boas; CR: Condições Regulares

Quadro 7 - Avaliação de Cursos nas Dimensões de Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente e Instalações Físicas. UFRGS, 2002-2003*

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2005.

Cursos	Org. Didático-pedagógica	Corpo Docente	Instalações Físicas
Arquivologia	CMB	CB	CB
Eng. de Produção	CMB	CMB	CMB
Nutrição	CR	CB	CR

CMB: Condições Muito Boas; CB: Condições Boas; CR: Condições Regulares

Quadro 8 - Avaliação de Cursos nas Dimensões de Organização Didático-pedagógica, Corpo Docente e Instalações Físicas. UFRGS, 2004

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2005.

Cursos	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Administração	A	A	A	B	A	A	A	A
Agronomia	-	-	-	-	A	C	A	A
Arquitetura e Urbanismo	-	-	-	-	-	-	A	A
Biologia	-	-	-	-	A	A	A	A
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	A	A
Direito	C	A	A	A	A	A	A	A
Economia	-	-	-	A	A	A	A	A
Enfermagem	-	-	-	-	-	-	A	D
Eng. Civil	A	A	A	A	A	A	A	A
Eng. Elétrica	-	-	A	A	A	A	A	A
Eng. Mecânica	-	-	-	B	B	A	B	A
Eng. Química	-	B	B	A	A	A	A	A
Farmácia	-	-	-	-	-	A	A	A
Física	-	-	-	-	A	A	A	A
Geografia	-	-	-	-	-	-	-	A
História	-	-	-	-	-	-	A	A
Jornalismo	-	-	D	A	C	E	E	E
Letras	-	-	A	A	A	A	A	A
Matemática	-	-	A	A	A	A	A	A
Medicina	-	-	-	B	D	A	A	C
Med. Veterinária	-	C	B	B	B	B	A	B
Odontologia	-	B	C	A	A	A	C	A
Pedagogia	-	-	-	-	-	A	A	A
Psicologia	-	-	-	-	A	A	A	A
Química	-	-	-	-	A	A	A	A

Quadro 9 - Desempenho dos Alunos no Exame Nacional de Cursos. UFRGS, 1996-2003

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2005.

Conceito	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
A	2	3	6	9	14	17	21	21
B	-	2	2	4	2	1	1	1
C	1	1	1	-	1	1	1	1
D	-	-	1	-	1	-	-	1
E	-	-	-	-	-	1	1	1
Total de Cursos	3	6	10	13	18	20	24	25

Quadro 10 - Número de Cursos e Respetivos Conceitos Obtidos Pelos Alunos que participaram do Exame Nacional de Cursos. UFRGS, 1996-2003

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2005.

Curso	Número de Estudantes		Média Formação Geral	Média do Componente Específico		Média Final	Conceito
	Ingres.	Concluin.		Ingres.	Concluin.		
Agronomia	84	38	3,9	4,7	4,3	4,3	5
Ed. Física	104	122	4,6	3,9	3,7	3,9	4
Enfermagem	117	70	2,1	1,4	1,6	1,7	2
Farmácia	152	89	3,8	3,6	4,5	4,2	5
Medicina	211	138	4,0	3,4	4,0	3,9	4
Medicina Veter.	72	26	4,0	3,2	4,0	3,9	4
Nutrição	27	23	4,3	3,3	4,6	4,3	5
Odontologia	45	49	4,9	3,8	4,4	4,5	5

Obs.: Os conceitos do ENADE variam de 1 a 5, sendo que o 5 é o máximo.

Quadro 11 - Desempenho no ENADE dos Estudantes Ingressantes e Concluintes de Cursos. UFRGS, 2004

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2005.

Curso, Ano e Conceito	2004	2005	2006	2007	2008
Agronomia	5				
Educação Física	4				
Enfermagem	2				
Farmácia	5				
Medicina	4				
Medicina Veterinária	4				
Nutrição	5				
Odontologia	5				
Total de Cursos	8				
Média dos Conceitos	4,3				
Arquitetura e Urbanismo		5			
Biologia		5			
Ciências Sociais		4			
Ciência da Computação		5			
Engenharia de Alimentos		5			
Engenharia Cartográfica		SC*			
Engenharia Civil		5			
Engenharia da Computação		5			
Engenharia Elétrica		4			
Engenharia Eletrônica		4			
Engenharia Mecânica		4			
Engenharia de Materiais		5			
Engenharia Metalúrgica		2			
Engenharia de Minas		SC*			
Engenharia de Produção		5			
Engenharia Química		5			
Filosofia		5			
Física		3			
Geografia		5			
História		1			
Letras		4			
Matemática		5			
Pedagogia		4			
Química		5			
Total de Cursos		22			
Média dos Conceitos		4,3			

Curso, Ano e Conceito	2004	2005	2006	2007	2008
Administração			5		
Arquivologia			3		
Biblioteconomia			3		
Biomedicina			SC*		
Ciências Contábeis			5		
Ciências Econômicas			4		
Design			SC*		
Direito			5		
Jornalismo			2		
Musica			5		
Psicologia			5		
Publicidade e Propaganda			2		
Relações Públicas			2		
Teatro			4		
Total de Cursos			12		
Média dos Conceitos			3,8		

Agronomia				5	
Biomedicina				5	
Educação Física				1	
Enfermagem				4	
Farmácia				4	
Medicina				5	
Medicina Veterinária				5	
Nutrição				4	
Odontologia				5	
Total de Cursos				9	
Média dos Conceitos				4,2	

Arquitetura e Urbanismo					5
Biologia					4
Ciências Sociais					4
Ciência da Computação					5
Engenharia Ambiental					SC*
Engenharia de Alimentos					5
Engenharia Cartográfica					3
Engenharia Civil					5
Engenharia da Computação					5
Engenharia de Controle e Automação					SC*
Engenharia Elétrica					5
Engenharia Mecânica					4
Engenharia de Materiais					4
Engenharia Metalúrgica					4
Engenharia de Minas					5
Engenharia de Produção					5
Engenharia Química					4
Filosofia					4
Física					5
Geografia					4
História					3
Letras					5
Matemática					5

Curso, Ano e Conceito	2004	2005	2006	2007	2008
Pedagogia					5
Química					4
Total de Cursos					23
Média dos Conceitos					4,4

SC* = Sem conceito por não existirem 10 ou mais cursos no Brasil.

Quadro 12 - Exame Nacional de Avaliação de Desempenho do Estudante - ENADE, 2004-2008.

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2008.

Em 2008, o INEP introduziu dois novos indicadores para avaliação de cursos das IES, o Conceito Preliminar de Curso (CPC), e o Índice Geral de Cursos (IGC). Os Quadros 13 e 14, abaixo, apresentam os resultados da avaliação do IGC, posicionando a UFRGS em relação às demais IES.

Como é possível constatar da análise desses dados, a UFRGS encontra-se como a segunda melhor IES entre as classificadas por este índice, podendo ser considerada a primeira melhor entre as IES de maior porte. Cabe lembrar, porém, que as IES estaduais não foram classificadas por este índice avaliativo porque não participaram do SINAES até este ano.

ÁREA	ANO	CONCEITO ENADE	CONCEITO IDD	CONCEITO CPC	CONCEITO CURSO (CC)
Administração	2006	5	4	-	
Agronomia	2004	5	3	-	
	2007	5	3	4	4
Arquitetura e Urbanismo	2005	5	2	-	
	2008	5	5	5	
Arquivologia	2006	3	4	-	
Biblioteconomia	2006	3	4	-	
Biologia	2005	5	5	-	
	2008	4	3	4	
Biomedicina	2006	SC	SC	-	
	2007	5	4	4	4
Ciências Contábeis	2006	5	5	-	
Ciências da Computação	2005	5	4	-	
	2008	5	5	5	
Ciências Econômicas	2006	4	4	-	
Ciências Sociais	2005	4	4	-	
	2008	4	3	3	
Design	2006	SC	SC	-	
Direito	2006	5	4	-	
Educação Física	2004	4	4	-	
	2007	1	3	3	3

ÁREA	ANO	CONCEITO ENADE	CONCEITO IDD	CONCEITO CPC	CONCEITO CURSO (CC)
Enfermagem	2004	2	1	-	
	2007	4	4	4	4
Engenharia Ambiental	2008	SC	SC	SC	
Engenharia Cartográfica	2005	SC	-	-	
	2008	3	SC	3	
Engenharia Civil	2005	5	4	-	
	2008	5	5	4	
Engenharia da Computação	2005	5	3	-	
	2008	5	5	5	
Engenharia de Alimentos	2005	5	4	-	
	2008	5	4	4	
Engenharia de Controle e Automação	2008	SC	SC	SC	
Engenharia de Materiais	2005	5	4	-	
	2008	4	5	4	
Engenharia Elétrica	2005	4	3	-	
	2008	5	5	5	
Engenharia Mecânica	2005	4	5	-	
	2008	4	3	4	
Engenharia Metalúrgica	2005	2	4	-	
	2008	4	3	4	
Engenharia de Minas	2005	SC	-	-	
	2008	5	SC	5	
Engenharia de Produção	2005	5	4	-	
	2008	5	4	4	
Engenharia Química	2005	5	4	-	
	2008	4	3	4	
Farmácia	2004	5	4	-	
	2007	4	3	4	4
Filosofia	2005	5	4	-	
	2008	4	1	3	
Física	2005	3	1	-	
	2008	5	5	4	
Geografia	2005	5	-	-	
	2008	4	3	4	
História	2005	1	-	-	
	2008	3	1	3	
Jornalismo	2006	2	2	-	
Letras	2005	4	3	-	
	2008	5	4	4	

ÁREA	ANO	CONCEITO ENADE	CONCEITO IDD	CONCEITO CPC	CONCEITO CURSO (CC)
Matemática	2005	5	4	-	
	2008	5	5	5	
Medicina	2004	4	3	-	
	2007	5	5	5	5
Medicina Veterinária	2004	4	5	-	
	2007	5	5	5	5
Música	2006	5	2	-	
Nutrição	2004	5	5	-	
	2007	4	4	4	4
Odontologia	2004	5	3	-	
	2007	5	4	5	5
Pedagogia	2005	4	2	-	
	2008	5	5	4	
Psicologia	2006	5	3	-	
Publicidade e Propaganda	2006	2	2	-	
Química	2005	5	3	-	
	2008	4	4	4	
Relações Públicas	2006	2	2	-	
Teatro	2006	4	3	-	

Quadro 13 - Conceitos UFRGS

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional, 2008.

IES	Sigla	UF (Sede)	Dependência Administrativa	IGC	
				Contínuo	Faixas
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP	FEDERAL	439	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS	FEDERAL	415	5
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG	FEDERAL	413	5
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS	FEDERAL	408	5
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG	FEDERAL	404	5
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	FEDERAL	403	5
Fundação Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG	FEDERAL	400	5
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG	FEDERAL	400	5

Quadro 14 - IGC de Universidades com Conceito 5 (INEP, 2008)

2.1.9 Avaliação da Dimensão

O Quadro 15 apresenta a avaliação da dimensão Graduação.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Vagas ociosas ou falta de vagas em disciplinas do mesmo semestre.	Mobilidade Intra e Inter-institucional; Ingresso "Extravestibular" nas modalidades de Transferência Interna, Ingresso de Diplomado e Transferência Voluntária; Compromisso social; Articulação graduação/pós-graduação.	Reestruturação acadêmica; Renovação pedagógica; Redução das taxas de evasão; Ocupação de vagas ociosas; Ampliação da oferta: aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno.
A natureza multicampi e a departamentalização levam o estudante a mover-se entre dois ou mais <i>campi</i> para acompanhar o curso.	A otimização dos horários de oferecimento de disciplinas em cursos já existentes vem sendo trabalhada na área da educação, ciências exatas e engenharias.	Combinar o oferecimento de disciplinas-turma para determinado curso por <i>campus</i> e por turno.
Formação pedagógica de docentes.	A UFRGS possui especialistas de excelência na área da educação.	Reestruturar e ampliar o PAAP para todo o corpo docente.
Acolhimento dos novos docentes.	Programa de acolhimento já implementado.	Aperfeiçoar a rotina de acolhimento e acompanhamento dos novos docentes pelos respectivos tutores e setores nas unidades.
Ordenamento para matrícula.	Sistema informatizado já implantado.	Simplificar o ordenamento de matrícula de forma que possa ser de fácil acesso também para outros fins como ordenamento para estágios, por exemplo.
Disciplinas código 99 (ligadas às COMGRADs) dificultam relações com o sistema, pois não estão ligadas a apenas um departamento.	Multidisciplinaridade de cursos novos.	Adequar e simplificar o Sistema Informatizado de Graduação para todos os fins.
Manutenção dos alunos ingressantes pelas ações afirmativas.	Recursos do REUNI: pessoal e aporte financeiro.	Apoio pedagógico aos estudantes e docentes.
Avaliação dos programas (monitoria, estágios, mobilidade, etc).	Programas já instituídos e ampliados.	Aprimorar o sistema de avaliação da relação custo-benefício dos programas da graduação a curto e longo prazo (relatórios, salão de graduação, avaliação de egressos, etc.).

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Avaliação docente e discente.	Especialistas de excelência na área de avaliação da educação.	Buscar desenvolver instrumentos mais adequados à real avaliação dos docentes e melhor capacitar os docentes à avaliação discente.
Dificuldade de adesão ao regime de trabalho DE para algumas áreas, especialmente no momento do oferecimento das vagas para concurso (saúde, direito).	Regime de trabalho docente DE.	Definir a política da Universidade, respeitando as peculiaridades das áreas.
Registros docentes complexos (carga horária) nem sempre correspondentes à realidade.	Ampliação das atividades de tutorias, orientações, supervisões na graduação.	Simplificar os registros - aperfeiçoá-los e coordená-los de maneira a evitar informações equivocadas; Rever a legislação.
Inexistência de documento aprovado nos conselhos superiores explicitando o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), para ajuste às exigências legais.		Proceder à elaboração e à aprovação do PPI nos Conselhos Superiores.
Os Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação da Instituição (PPC), encontram-se em duas situações específicas: cursos antigos não possuem PPC nos moldes atualmente exigidos pela legislação e cursos mais recentes precisam complementar as informações necessárias para ajuste às exigências legais.		Proceder à elaboração, complementação e aprovação, nos conselhos superiores, dos Projetos Pedagógicos de diversos cursos de Graduação da Instituição (PPC).
Os resultados da Avaliação Externa aos cursos de Graduação são ainda pouco explorados para fins de qualificação dos mesmos.		Mobilizar o fórum de coordenadores de cursos de Graduação para intensificar a análise e aproveitamento dos resultados da Avaliação Externa.

Quadro 15 - Avaliação da Dimensão Ensino de Graduação

2.2 EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

A UFRGS atua na educação básica e profissional, através do ensino infantil, fundamental, médio e profissionalizante, desenvolvidos na Creche Francesca Zacaro Faraco, Brinquedoteca, Colégio de Aplicação e Escola Técnica.

A Coordenadoria de Educação Básica e Profissional (CEBP) coordena estas atividades e foi criada através da Portaria nº 3802 de 28 de dezembro de 2001, com as seguintes atribuições:

- a) Estabelecer a integração entre os Órgãos e Setores que desenvolvem atividades de Educação Básica, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos, e, dessas, com a Reitoria, Pró-Reitorias e demais Unidades Universitárias;
- b) Servir de ligação da Educação Básica, da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos da UFRGS com os Sistemas Federal, Estadual e Municipal de Educação;
- c) Manifestar-se sobre os projetos que buscam a qualidade da Educação Básica, Profissional e da Educação de Jovens e Adultos da UFRGS;
- d) Acompanhar as atividades administrativas e didáticas dos Órgãos e Setores de Educação Básica, Profissional e de Jovens e Adultos da UFRGS;
- e) Opinar sobre assuntos que digam respeito à Educação Básica, à Educação Profissional e à Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da UFRGS, e
- f) Apreciar e opinar sobre outras matérias que lhes sejam atribuídas no âmbito da sua atuação, como: convênios, ampliação e reformas de prédios, aquisição de equipamentos, contratação de recursos humanos, atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os Quadros 16 e 17 apresentam o número de docentes da educação básica e profissional da UFRGS no ano de 2008 e a respectiva carga horária.

Docentes	Graduados	Especialistas	Mestres	Doutores
Nº de Docentes Permanentes	29	39	48	17
Nº de Docentes Substitutos	32	8	12	5
Nº de Docentes Visitantes	-	-	-	-
Nº de Docentes Afastados para Capacitação e/ou Cedidos para outros órgãos*	2	5	7	1

*Não considerar esses docentes nas totalizações anteriores.

Quadro 16 - Número de Docentes da Educação Básica e Profissional na UFRGS, por Titulação, 2008

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS, 2008.

Docentes	DE	40h	20h
Nº de Docentes Permanentes	87	11	23
Nº de Docentes Substitutos	-	47	11
Nº de Docentes Visitantes	-	-	-
Nº de Docentes Afastados para Capacitação e/ou cedidos para outros órgãos*	12	1	2

*Não considerar esses docentes nas totalizações anteriores.

Quadro 17 - Docentes da Educação Básica e Profissional na UFRGS, por Carga Horária, 2008

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS, 2008.

Ao desenvolver suas ações no ano de 2008, a CEBP promoveu mais uma edição do evento “UFRGS Portas Abertas”, que teve início em 2003, a partir de iniciativa dos diretores das diversas unidades acadêmicas e dos pró-reitores da área, que estavam preocupados em estabelecer um espaço definido para a apresentação da Universidade à comunidade em geral e aos estudantes de ensino médio em especial.

Tem por finalidade divulgar as diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão que são desenvolvidas pela Universidade. Esta divulgação acontece através da recepção de alunos das escolas de ensino médio do Rio Grande do Sul, bem como visitantes em geral, nas diversas Unidades de Ensino, Órgãos e Setores da Universidade. É realizado anualmente, sempre num sábado. Nesse dia, parte da comunidade interna - alunos, professores e servidores técnico-administrativos - recebe os interessados em conhecer a Universidade. Todas as unidades de ensino e administrativas dos quatro *campi* (Centro, Vale, Saúde e Olímpico) permitem o acesso a suas instalações, laboratórios, trabalhos e pesquisas em suas respectivas áreas. As atividades são realizadas na forma de apresentação de vídeos, exposições, visitas e palestras.

A UFRGS se fez presente na “Feira das Profissões” realizadas por diversas escolas de ensino médio, tanto da Capital como do interior do Estado, atingindo 2.560 alunos. Nestes eventos, foram apresentadas a Universidade e sua estrutura acadêmico-administrativa, bem como suas atividades de pesquisa e extensão, os cursos de graduação e informações sobre os concursos vestibulares de 2008 e 2009.

Já o projeto de extensão “Conta Mais”, que tem como objetivo geral divulgar e incentivar a leitura - literatura infantil e juvenil - junto aos alunos que frequentam a Educação Básica (Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental) beneficiou 2.003 alunos. Atendeu principalmente a alunos da Creche, Brinquedoteca e Colégio de Aplicação da Universidade e, também, de escolas da rede pública de Porto Alegre.

Quanto às ações de integração propostas pela Coordenadoria, considerando os recursos disponíveis, procurou-se promover a qualificação dos processos de trabalho e estimular os recursos humanos de forma a beneficiar o público-alvo da CEBP, que são os alunos, docentes e servidores técnico-administrativos da Educação Básica e Profissional da UFRGS.

Os Quadros a seguir apresentam o número de alunos do Colégio de Aplicação e da Escola Técnica e de beneficiados pela Creche e Brinquedoteca da Universidade.

Alunos	2006	2007	2008
Matriculados 1º grau	321	325	312
Matriculados 2º grau	270	278	269
Concluintes 1º grau	56	65	68
Concluintes 2º grau	79	86	81
Matriculados EJA - EF	-	-	45
Matriculados EJA - EM1	-	30	30
Matriculados EJA - EM3	-	-	-

Quadro 18 - Alunos do Colégio de Aplicação, 2006-2008

Fonte: Secretaria do Colégio de Aplicação, 2008

Escola Técnica	Cursos Técnicos	
	2008/01	2008/02
Nº de candidatos	1.513	800
Nº de selecionados	305	255
Matrículas efetivas	1.061	1.094
Concluintes	140	156

Quadro 19 - Alunos da Escola Técnica, 2008

Fonte: Secretaria da Escola Técnica, 2008

Nº de Crianças Beneficiadas	2007	2008
Creche	112	112
Brinquedoteca	18	17
Total	130	129

Quadro 20 - Crianças Beneficiadas Pela Creche e Brinquedoteca, 2007-2008

Fonte: Secretaria da Creche e da Brinquedoteca, 2008

2.2.1 Colégio de Aplicação

A base curricular do ensino fundamental e médio, segundo consta nos marcos de referência utilizados no Colégio de Aplicação, objetiva a estruturação das diversas áreas de

conhecimento, através da especificidade de cada disciplina. Objetiva, também, a ação-reflexão-ação pressupondo o estudo teórico, a pesquisa interdisciplinar e a seleção de conteúdos/contextos complexos que permitam ao aluno aprender através de suas próprias experiências, construindo suas categorias de pensamento, ao mesmo tempo em que organiza seu mundo.

O referencial epistemológico do ensino fundamental e médio tem como pressupostos da sua prática a permanente releitura e ressignificação de sua base teórica, buscando contemplar teorias que irão auxiliar no encaminhamento de suas propostas curriculares. O aluno é o centro do processo educativo: é incentivado a investigar, perguntar e não apenas a responder, de forma a ser valorizado em seus diferentes estilos cognitivos e culturais. Ao professor cabe fazer da sala de aula um campo de pesquisa e de seu campo de trabalho um laboratório.

A troca de saberes, o estudo e a atualização constantes, o trabalho em equipe e a busca da multidisciplinaridade são atitudes, dentre outras, que norteiam a prática escolar docente voltada para a construção do conhecimento. Para tanto, no início de cada ano letivo promove o Seminário de Verão, espaço dedicado ao estudo, avaliação e planejamento de ações conjuntas.

O Parecer CNE/CEPB nº 26/2002, da Câmara de Educação Básica do Ministério de Educação, ratifica o caráter experimental e de formação na prática do ensino e da educação atribuído aos Colégios de Aplicação das Universidades Federais.

A visibilidade do caráter experimental se dá através dos projetos de ensino que reestruturam a grade curricular tradicional. São eles:

- a) Projeto Unialfas, que se refere à integração entre as séries iniciais;
- b) Projeto Amora é a reestruturação do currículo em 5ª e 6ª séries, a partir dos projetos de aprendizagem e da inserção de novas tecnologias;
- c) Enriquecimento Curricular: o aluno escolhe uma disciplina que compõe a parte diversificada do currículo;
- d) Projeto *Webwrites*: é a escrita coletiva de uma peça teatral em ambiente digital, a partir da adaptação de uma obra literária escolhida pelo aluno.

Destaca-se, na sua infraestrutura, um Laboratório de Educação a Distância, criado em abril de 2004, com o intuito de promover institucionalmente o desenvolvimento e a implementação de atividades de educação a distância; aperfeiçoar as ações pedagógicas, mediante a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação no ensino e

investigar processos educacionais em modificação acelerada/estudos sobre impactos e transformações pedagógicas relacionadas ao uso de ambientes informatizados.

2.2.2 Escola Técnica

A educação profissional é desenvolvida na Escola Técnica que oferece cursos de nível técnico, destinados a proporcionar a habilitação profissional a alunos que tenham o ensino médio completo, e cursos de nível básico, destinados à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia.

No projeto pedagógico da Escola, a educação profissional é desenvolvida em sintonia com as tendências e demandas do mundo do trabalho e busca o desenvolvimento, a participação e a melhoria da qualidade de vida do indivíduo e da sociedade. Tem por missão formar e qualificar profissionais, contribuindo para a formação da cidadania, através da implementação de um novo modelo de educação profissional. Suas ações pedagógicas são desenvolvidas através de um trabalho participativo, cujo objetivo é a formação de uma sociedade mais justa e fraterna, em que o homem seja valorizado antes e acima da técnica; em que os valores humanos embasem e sustentem o homem técnico.

Para isso, considera o aluno em três aspectos: como indivíduo, através do pensamento, da criatividade e da crítica; como cidadão, que desenvolve o espírito de cidadania, da sociabilidade, da integração, da motivação e da visão geral da sociedade; como profissional, viabilizando condições para a formação de competências, habilidades e atualização permanente. Portanto, a educação profissional de nível técnico, desenvolvida na Universidade, não se esgota na conquista de um certificado ou diploma. É desenvolvida a educação continuada e permanente, como forma de atualizar, especializar e aperfeiçoar jovens e adultos em seus conhecimentos tecnológicos, dando ênfase na sua organização aos valores políticos e éticos, desenvolvendo competências para a laboralidade, flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização com a permanente articulação entre o mercado de trabalho, conhecimento e tecnologia.

Conforme o Art. 102 do Regimento Geral da UFRGS, a Escola Técnica é um órgão de ensino profissionalizante da Universidade, cujo Regimento Interno, aprovado pelo CONSUN, define sua estrutura didática e administrativa, dentro dos parâmetros do Estatuto e do Regimento Geral da UFRGS.

Tendo como referencial estes dois documentos normativos e, ainda, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, artigo 3º, que se refere aos princípios e fins da educação nacional e artigos 39 a 42, que trata da Educação Profissional; o

Decreto nº 2.208/97 que regulamenta estes artigos e, em especial, a Portaria nº 646/97, cujo artigo 1º, § 1º integra as Escolas Técnicas das Universidades nas Instituições Federais de Educação Tecnológica, a Escola Técnica da UFRGS está se adequando a nova proposta de educação profissional, nas seguintes perspectivas:

- A dimensão política da educação, enquanto formadora da cidadania;
- Conceito de autonomia para a escola pública;
- A concepção de democracia na forma de gestão do ensino público, definindo uma estrutura diretiva compartilhada com a representação da sociedade organizada.

Por se tratar de um órgão de ensino da Universidade e, ao mesmo tempo, fazer parte das instituições que compõem a Rede Federal de Educação Tecnológica, juntamente com as Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica, Portaria MEC nº 646/97, a Escola Técnica formula sua estrutura como Instituição de ensino que oferece os níveis da Educação Profissional, dentro dos parâmetros legais determinados pela peculiaridade da sua vinculação à UFRGS e à Rede Federal de Educação Tecnológica.

A Escola Técnica oferece 11 cursos de educação profissional de nível técnico, com estruturas curriculares e habilitações específicas, cujas estruturas de ensino sustentam-se sob os pilares de três áreas estratégicas: técnico-pedagógica, administrativa e integração escola/comunidade.

Entre os anos de 2006 e 2008, ofereceu os seguintes cursos técnicos, todos na modalidade subsequente, ou seja, aqueles onde o aluno deve obrigatoriamente já ter concluído o ensino médio:

- Biblioteconomia;
- Biotecnologia;
- Contabilidade;
- Gestão;
- Monitoramento e Controle Ambiental;
- Química;
- Redes de Computadores;
- Secretariado;

- Segurança do Trabalho;
- Sistemas de Informação;
- Transações Imobiliárias.

Neste período, aproximadamente 8.000 candidatos se submeteram ao processo seletivo para ingresso na Escola Técnica da UFRGS, sendo que destes, 1.800 foram aprovados, o que resulta em uma relação de aproximadamente 4 candidatos por vaga oferecida. Neste mesmo período, a Escola teve cerca de 1.200 matrículas simultâneas e formou 930 técnicos altamente preparados para o mundo do trabalho.

A Escola tem cada vez mais consolidada a sua vocação para formar profissionais de nível técnico e isto pode ser comprovado pelas altas taxas de empregabilidade dos profissionais formados, os quais são quase que imediatamente absorvidos pelo mercado. A busca pela excelência é uma constante na Escola, e, graças ao acréscimo de novos e qualificados professores, somados à experiência dos mais antigos, a Escola tem melhorado significativamente a qualidade do ensino ofertado.

Um aspecto importante da formação dos técnicos é a oportunidade oferecida aos alunos de participarem de atividades práticas integradoras, seja na forma de projetos desenvolvidos pelos alunos e orientados pelos professores ou na forma de estágios curriculares supervisionados. Em ambos os casos, os alunos têm a oportunidade de iniciar o seu convívio com o mundo do trabalho e aproximar-se das funções que desempenharão depois de formados.

Todas as práticas pedagógicas são concebidas nos cursos e contam com o apoio do Setor de Ensino da Escola. Nas questões relativas aos estágios, a Escola conta com uma Coordenadoria de Relações Empresariais, que auxilia o aluno na condução deste processo.

Possui um Núcleo de Educação a Distância, que oferece apoio aos professores que desejam utilizar-se de ferramentas de informática em suas atividades pedagógicas.

No ano de 2007, a Escola Técnica tornou-se um espaço para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas. O projeto intitulado “Micropropagação, caracterização genética e de propriedades bactericidas da espécie vegetal pitanga (*Eugenia uniflora* L.)” foi contemplado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) com três bolsas de Iniciação Científica Júnior. Tal projeto foi desenvolvido no ano de 2008 e gerou publicações sobre seus resultados.

No ano de 2008, o projeto intitulado “Aproveitamento de resíduos agroindustriais para a produção de enzimas por cultivo em estado sólido” foi contemplado com duas bolsas de iniciação científica em programas da Universidade.

Além disso, cabe destacar os projetos de pesquisa pontuais, desenvolvidos por alunos dos Cursos Técnicos de Química e de Biotecnologia, que aproveitam as disciplinas de “Projetos” para desenvolverem estudos e pesquisas que complementam sua formação técnica.

Por tudo isto, a quase centenária Escola Técnica da UFRGS credencia-se como uma das mais importantes instituições de ensino profissional do estado do Rio Grande do Sul e cumpre plenamente com os objetivos para os quais foi criada.

2.2.3 Avaliação da Dimensão

O Quadro 21 apresenta a avaliação da Dimensão Educação Básica e Profissional.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Pouca integração com as Secretarias de Educação do Estado e Municípios, bem como com o ensino privado.	O trabalho qualificado dos órgãos vinculados a CEBP.	Maior interação com as Secretarias de Ensino do Estado e dos Municípios.
Terceirização de serviços crescente na Creche e Brinquedoteca.		Solicitar junto ao MEC que sejam concedidas vagas para concurso de profissionais, de acordo com a especificidade da Educação Infantil.
A Creche não está adequada à legislação atual.	Há docentes com uma formação acadêmica bem estruturada, mestres e doutores, atuando na Educação Básica.	Adequar o trabalho da Creche à legislação atual, transformando-a em Núcleo de Educação Infantil.
Não reposição das vagas docentes do Colégio de Aplicação por concurso, tendo como consequência o incremento na contratação de professores substitutos.		Buscar junto ao MEC autorização para a realização de concursos nas vagas do CAp, oriundas de vacâncias legais.
Com relação à CEBP, destaca-se a pouca autonomia, tanto administrativa quanto financeira.	Trabalho cooperativo e bom relacionamento entre a chefia, servidores e bolsistas, bem como com a Administração Central; Servidores técnico-administrativos experientes com possibilidades de participar de qualquer atividade proposta pela Universidade e também de propor outras ações de integração entre os vários setores da UFRGS.	Buscar, através de projetos e ações de planejamento interno, uma maior autonomia administrativa e financeira; Manutenção da política de qualificação dos servidores docentes e técnico-administrativos; Continuar realizando as reuniões setoriais e com as Direções e serviços dos órgãos vinculados.

Quadro 21 - Avaliação da Dimensão Educação Básica e Profissional

2.3 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

O sistema de pós-graduação da UFRGS compreende atividades de ensino e pesquisa que visam à capacitação, altamente qualificada, de recursos humanos, nas diversas áreas do conhecimento, para a docência, a pesquisa e o exercício profissional, capazes de atuar no processo de transformação da realidade nacional.

O artigo 66 do Estatuto da UFRGS estabelece que “o Ensino de Pós-Graduação visa à habilitação ao exercício, em nível avançado, do ensino, da pesquisa e de atividades correlatas, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o Curso de Graduação”. O ensino de pós-graduação na UFRGS é afeto a Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG).

O artigo 36, do Regimento Geral da UFRGS, estabelece que compete à PROPG: formular diagnósticos dos problemas da Instituição na área da pós-graduação, elaborar as propostas de política de atuação na área, bem como coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução desta política.

O artigo 6º do Regimento Geral da UFRGS estabelece que a Câmara de Pós-Graduação (CAMPG) do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) tem como principais competências propor diretrizes e normas específicas para as atividades de pós-graduação da Universidade, a serem submetidas ao plenário do CEPE, de acordo com a política geral estabelecida pelo CONSUN.

As legislações e atribuições da Câmara de Pós-Graduação estão disponíveis publicamente em <http://www.ufrgs.br/cepe/campg>; a Resolução nº 12/2007 do CEPE estabelece as normas da pós-graduação *stricto sensu* na UFRGS em <http://www.ufrgs.br/cepe>, assim como outras resoluções do CEPE e do CONSUN referentes à normatização do sistema de pós-graduação.

Legislação complementar à Resolução nº 12/2007-CEPE:

- Decisão nº 372/2007 CONSUN (Docente Convidado)
- Resolução nº 28/98 CEPE (Notório Saber)
- Resolução nº 56/98 CEPE (Defesa Direta de Tese)
- Resolução nº 29/2005 CEPE (Titulação simultânea em dois países)
- Resolução nº 129/2005 CAMPG (Biblioteca Digital)
- Resolução nº 084/2006 CAMPG (Co-orientação de alunos)
- Resolução nº 201/2007 CAMPG (Credenciamento de docentes)

- Resolução nº 150/2008 CAMPG (Editais de seleção)

Além disso, tem-se o Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação, que tem por finalidade promover a integração dos mesmos, discutir e encaminhar sugestões à Administração Central sobre a implementação de políticas e decisões institucionais.

Quanto aos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização), as duas principais Resoluções que os normatizam são a nº 19/2004 do CEPE e a nº 036/2006 da CAMPG (<http://www.ufrgs.br/cepe>). Os cursos de especialização são propostos pelos departamentos, aprovados pelas Unidades Acadêmicas e, posteriormente, analisados e aprovados pela CAMPG.

Cabe salientar que está disponível nos Anexos 37 a 47 e Apêndice 2 deste Relatório de Avaliação a regulamentação que normatiza o sistema de pós-graduação.

2.3.1 Políticas Institucionais para Criação, Expansão e Manutenção da Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*

2.3.1.1 Criação e Expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu*

As atividades de pós-graduação na UFRGS tiveram início na primeira metade da década de 1960 com um curso de doutorado. Em 2008, havia 142 cursos de pós-graduação *stricto sensu* presenciais (69 mestrados acadêmicos, 9 mestrados profissionais e 64 doutorados), perfazendo um total de 71 programas de pós-graduação (PPG). Um número expressivo de cursos de doutorado foi implantado em meados da década de 1990. No período referente a este Relatório, o número de cursos de pós-graduação tem aumentado (Figura 1), consolidando um sistema de pós-graduação *stricto sensu* maduro e dinâmico.

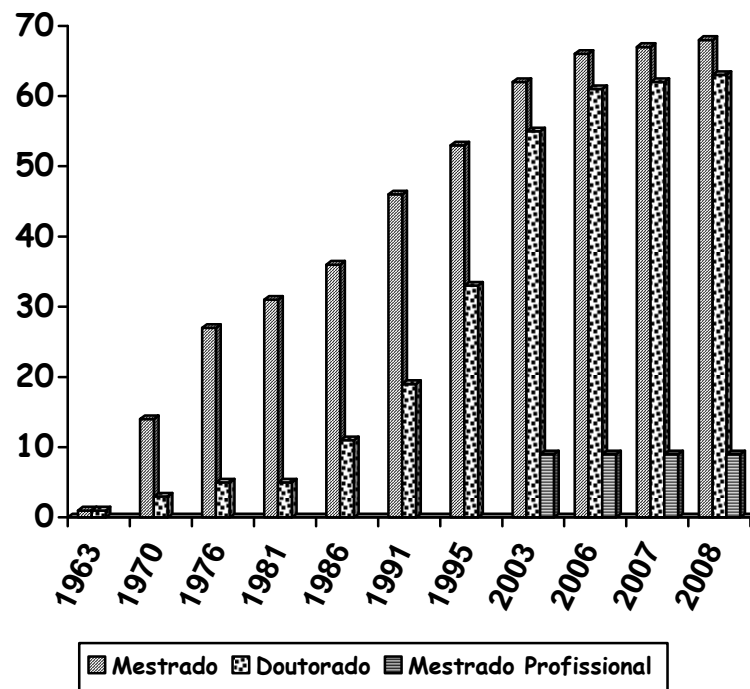


Figura 1 - Número de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* na UFRGS

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2008.

A UFRGS adota como política institucional a expansão, tanto quantitativa como qualitativa, segundo o Plano de Gestão da Instituição, e seguindo também as projeções do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010. Nos últimos anos, a expansão do sistema de pós-graduação *stricto sensu* na UFRGS se deu pela criação de cursos novos, especialmente os multidisciplinares com vocação integrativa, e pelo aumento do número de estudantes em cursos consolidados (Figura 2).

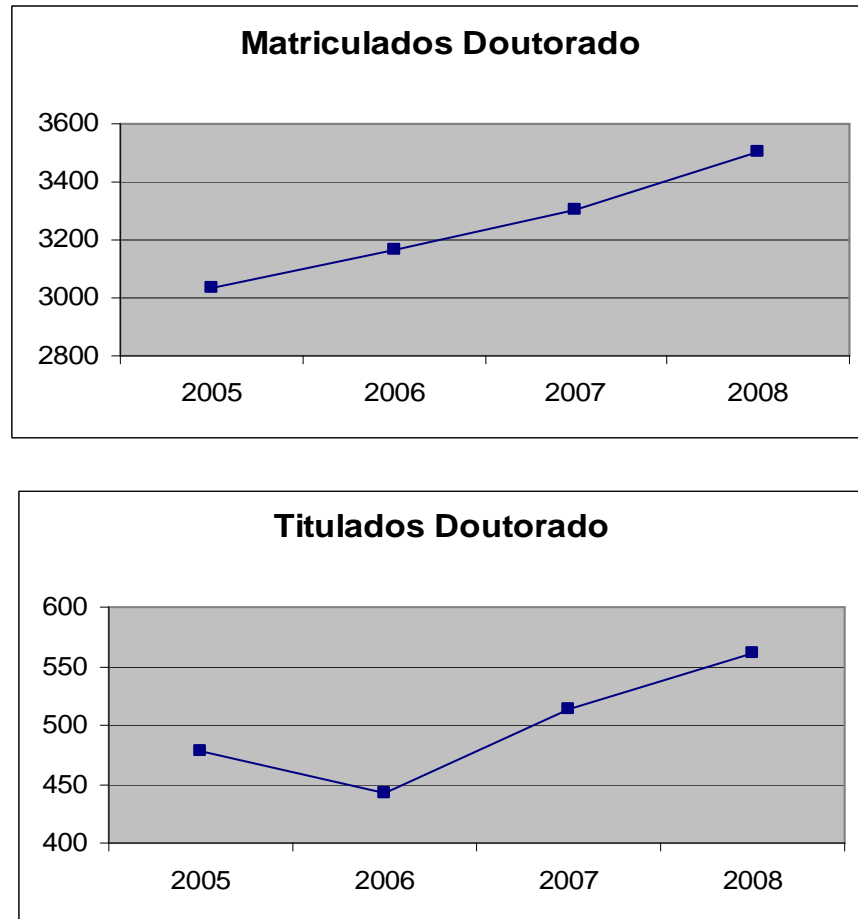


Figura 2 - Número de Alunos Matriculados e Titulados em Doutorado na UFRGS
 Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2008.

Cursos novos em 2006:

- 1) Ensino de Física (Mestrado Acadêmico e Doutorado) na área de Ensino de Ciências e Matemática (capacitação de professores do ensino básico e superior);
- 2) Ciências dos Materiais (Mestrado Acadêmico);
- 3) Enfermagem (Doutorado).

Cursos novos em 2007:

- 1) Microeletrônica (Mestrado Acadêmico);
- 2) Artes Cênicas (Mestrado Acadêmico);
- 3) Epidemiologia (Gestão em Tecnologia em Saúde, Mestrado Profissional);
- 4) *Design* (Mestrado Acadêmico).

Cursos novos em 2008:

- 1) Química da Vida e Saúde (Mestrado Acadêmico e Doutorado) em associação de IES com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e com a Fundação Universidade de Rio Grande (FURG) na área de Educação em Ciências;
- 2) Medicina Animal: Equinos (Mestrado Acadêmico e Doutorado) na área de Veterinária, aprovado pela CAPES, com início em 2009.

Além da implementação de novos cursos de mestrado e doutorado, a Universidade desenvolve também políticas com vistas ao aumento do número de vagas em programas já estabelecidos, tendo por meta o pleno desenvolvimento das potencialidades do sistema de pós-graduação (Quadros 22 e 23). Em 2008, havia um total de 8.321 alunos matriculados: 4.820 no mestrado e 3.501 no doutorado.

Ano	Mestrado	Total
2005	Número de alunos titulados	1173
	Número de alunos matriculados	4535
2006	Número de alunos titulados	1211
	Número de alunos matriculados	4561
2007	Número de alunos titulados	1215
	Número de alunos matriculados	4695
2008	Número de alunos titulados	1146
	Número de alunos matriculados	4820

Quadro 22 - Número de Estudantes Titulados e Matriculados no Mestrado, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

Ano	Doutorado	Total
2005	Número de alunos titulados	478
	Número de alunos matriculados	3036
2006	Número de alunos titulados	442
	Número de alunos matriculados	3165
2007	Número de alunos titulados	514
	Número de alunos matriculados	3305
2008	Número de alunos titulados	561
	Número de alunos matriculados	3501

Quadro 23 - Número de Estudantes Titulados e Matriculados no Doutorado, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

A excelência da pós-graduação da UFRGS ficou demonstrada pela avaliação trienal 2004-2006 da CAPES, que coloca a Instituição em evidência em relação a outras do mesmo porte. Acompanhando essa evolução quantitativa e qualitativa do mestrado e doutorado, a Universidade desenvolve política para institucionalizar o estágio de pós-doutorado nos programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, através da regulamentação de estágios

de pesquisa em pós-doutorado. Nesse sentido, em 2007, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) aprovou normas de regulamentação dos estágios de pós-doutorado na UFRGS (Resolução nº 46/2007 do CEPE).

A inserção de recém-doutores no meio acadêmico tem como objetivo dar continuidade a sua produção científica, oportunizando o desenvolvimento de estágio de pós-doutorado em atividades de ensino (graduação e pós-graduação), de pesquisa e orientação de alunos. Trata-se, entre outros objetivos, de preparar candidatos com larga experiência e currículo consolidado aos concursos públicos para reposição de aposentadorias, o que é fundamental para a continuidade da excelência da pós-graduação. Em 2008 ingressaram 17 novos bolsistas do PRODOC/CAPES e 18 do PNPd/CAPES.

Sob a perspectiva gerencial com a finalidade de acompanhar a expansão da pós-graduação, a UFRGS desenvolveu e implantou em sua plenitude o Sistema de Controle Acadêmico (POSGRAD), aprimorando a gestão do sistema de pós-graduação.

2.3.1.2 Manutenção da Pós-Graduação *Stricto Sensu*

O Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF) da CAPES é o principal financiamento sistemático institucional dos PPGs (Quadro 26). Através do PROF, a CAPES repassa recursos de custeio e capital à UFRGS, os quais são utilizados primordialmente para inserção institucional dos PPGs. A Comissão de Planejamento e Gerência (CPG) analisa estratégias e destina os recursos aos programas. É formada por representantes dos PPGs de todas as grandes áreas da CAPES e presidida pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação. Também pode ser chamada para analisar e definir a destinação de recursos de outros editais institucionais da CAPES.

A PROPG participa também da elaboração dos projetos CTINFRA-FINEP. A destinação desses recursos segue políticas definidas institucionalmente de apoio aos programas de pós-graduação para a conquista e manutenção da excelência nacional e internacional.

Considerando a capacidade instalada do sistema de pós-graduação e pesquisa, a UFRGS investe também no aprofundamento da qualidade da produção cultural, científica e tecnológica, através da obtenção de recursos financeiros para a renovação dos equipamentos de pesquisa, para o incremento do acervo bibliográfico e para construção e reforma de prédios e instalações. Com os recursos PROF/CAPES e os provenientes do Fundo Institucional gerado pela contribuição dos cursos de especialização para a infraestrutura (Decisão nº 78/2003 do CONSUN), foram adquiridos *softwares* de uso comum,

livros, livros eletrônicos, bases de dados e assinaturas de periódicos, não disponíveis no portal da CAPES, no montante anual de cerca de R\$ 500.000,00, em 2007 e 2008. Foram destinadas bolsas de apoio à manutenção das páginas *web* e às secretarias dos PPGs (2 bolsas para cada Unidade e 2 para cada PPG) com um valor anual aproximado de R\$ 500.000,00, em 2007 e 2008. Além disso, houve investimento no apoio à modernização e atualização dos laboratórios de informática, terminais das bibliotecas, estrutura multimídia, Casa do Estudante, mesas e cadeiras escolares, com recursos do Fundo Institucional dos cursos de especialização, no valor anual de cerca de R\$ 400.000,00, em 2007 e 2008. A política adotada pela Universidade foi a elaboração do CT-INFRA com base nos PPGs de maior qualificação e o apoio a Programas Multidisciplinares. A Universidade teve por meta a inserção da pós-graduação no CT-INFRA-2006 através de projetos de infraestrutura para a pesquisa na Pós-Graduação em diversas áreas como: Exatas, Saúde e Ciências Humanas. Com vistas a estimular a expansão do Sistema, foi elaborado projeto para a edificação de prédio para programas de pós-graduação multidisciplinares, obtendo-se recursos financeiros junto ao MEC/SESU (R\$ 1.352.793,00) para salas de estudo, salas de aula, laboratórios de informática, secretarias e salas de Coordenação dos Programas Multidisciplinares.

Como política institucional, e seguindo o PNPG 2005-2010, a UFRGS tem investido na redução de assimetrias de desenvolvimento da pós-graduação. As assimetrias internas têm sido enfrentadas pela alocação de recursos e bolsas de estudo a PPGs novos ou que estejam em dificuldade, como descrito acima para as políticas de manutenção da pós-graduação.

As assimetrias regionais e nacionais têm sido enfrentadas pela implementação de programas de cooperação interinstitucional como mestrado interinstitucional (MINTER) e doutorado interinstitucional (DINTER). Houve também apoio à nucleação e consolidação de PPGs e grupos de pesquisa em outras IES. Essa estratégia tem por objetivo fomentar a integração com as IES públicas e comunitárias do Estado, da Região Sul e do País, apoiando a nucleação e a consolidação de seus cursos de pós-graduação.

Em 2006, foram implementadas as seguintes medidas para o sistema de pós-graduação.

- 1) Promoção da inserção social, através de:

- a) Nucleação e consolidação de Programas de Pós-Graduação e Grupos de Pesquisa em outras IES, com o início de dois DINTER, no âmbito do Plano Sul de Pós-Graduação, e
 - b) Cooperação acadêmica PROCAD/CPD: projeto e implantação da rede MetroPOA através do CPD. O projeto foi definido e aprovado pelo Comitê Gestor, Rede Nacional de Pesquisa com 15 instituições.
- 2) Projeto de recuperação dos Programas de Pós-Graduação com conceito 3, com vistas a sua consolidação, envolvendo os PPGs em Sensoriamento Remoto, Psicologia Social e Institucional e Pneumologia, por meio da formulação de plano de metas, desenvolvido de 2004 a 2006.
 - 3) Alocação de vagas docentes estratégicas nos Programas de Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto e em Informática na Educação. O PPG em Sensoriamento Remoto também foi apoiado com duas bolsas suplementares para estudantes de mestrado, oriundas da cota PROPG/PROF/CAPES.
 - 4) Apoio aos PPGs por meio de alocação de bolsistas provindos do Fundo Institucional para Manutenção, Infraestrutura e Desenvolvimento Institucional (Decisão nº 78/2003 do CONSUN).
 - 5) Inclusão dos PPGs no Projeto de solicitação de apoio à infraestrutura submetido à FINEP (CT-INFRA-5). O subprojeto do PPG em Física (conceito 7) foi aprovado com alocação de um montante de R\$ 3.240.865,56 e o Projeto de atualização de Rede de Informática, com o montante de R\$ 1.292.707,44, o qual contempla todos os Programas de Pós-Graduação da UFRGS.

Em 2007, as medidas implementadas para o sistema de Pós-Graduação foram:

- 1) Promoção da inserção social, através da nucleação e consolidação de Programas de Pós-Graduação e Grupos de Pesquisa em outras IES através dos projetos Mestrado Interinstitucional (MINTER) e Doutorado Interinstitucional (DINTER), constituída de dois MINTER em andamento e dois aprovados para 2008; 3 DINTER em andamento e um aprovado para início em 2008. Cooperação acadêmica PROCAD/CAPES: 20 projetos em andamento; Edital "Casadinhos" FAPERGS/CAPES: 8 projetos; e Associação de IES Temporária (2).
- 2) Promoção da inserção internacional:

- a) 54 alunos realizaram estágio de doutorado no exterior, com bolsa do programa PDEE/CAPES (40 na Europa, 13 EUA e 1 na China), e
 - b) Início do intercâmbio para apoiar a Universidade de Cabo Verde na implantação de três mestrados: Ciências Sociais, Engenharia e Gestão Territorial.
- 3) Consolidação dos PPGs Psicologia Social e Institucional, Sensoriamento Remoto e Pneumologia. Todos estes Programas passaram para conceito 4.
 - 4) Obtenção de recursos financeiros junto ao MEC/SESU, no montante de R\$ 1.352.793,00, para construção de prédio destinado aos cursos multidisciplinares.
 - 5) Atualização do acervo bibliográfico.
 - 6) Bolsas de apoio à manutenção das páginas *web* e às secretarias dos PPGs (duas bolsas para cada Unidade e duas para cada PPG).
 - 7) Apoio à modernização e atualização dos laboratórios de informática, terminais das bibliotecas, estrutura multimídia, mesas e cadeiras escolares.
 - 8) Inserção da PG no CT-INFRA, buscando garantir a infraestrutura necessária para a pesquisa na pós-graduação.
 - 9) Revisão da distribuição e gestão dos recursos do PROF/CAPES pela Comissão de Planejamento e Gerência.
 - 10) Implantação plena do Sistema de Controle Acadêmico da PG (POSGRAD).

Em 2008, as medidas implementadas pelo sistema de pós-graduação foram:

- 1) Promoção da inserção social:
 - a) Nucleação e consolidação de Programas de Pós-Graduação e Grupos de Pesquisa em outras IES, com três novas turmas de MINTER e uma de DINTER. Nesta ação encontram-se em andamento cinco turmas MINTER e oito DINTER, perfazendo um total de 194 alunos-docentes em capacitação.
 - b) Cooperação acadêmica PROCAD/CAPES: 17 novos projetos.
- 2) Promoção da inserção internacional:
 - a) Foram implementados 14 novos projetos de cooperação internacional institucional, apoiados pela CAPES, sendo três COFECUB/França, três

SECyT/Argentina, dois DGU/Espanha, dois DAAD/Alemanha e quatro GRICES/Portugal.

- b) Estágio de doutorado no exterior do Programa PDEE/CAPES: 59 alunos realizaram doutorado sanduíche (30 na Europa, 12 nos EUA, 9 no Canadá, etc.).
 - c) A UFRGS contou com 18 alunos-bolsistas de mestrado e 23 de doutorado do Programa Estudante Convênio-PEC/PG, oriundos de países com os quais o Brasil mantém acordos de cooperação. O Programa é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e as bolsas são concedidas pela CAPES e CNPq.
- 3) Atualização e modernização de laboratórios:
- a) Edital nº 01/2007 - CAPES - Pró-Equipamentos - executado em 2008: 18 projetos foram contemplados, cujos equipamentos foram agregados aos laboratórios, num valor em torno de um milhão de reais.
 - b) Edital CAPES 2007 - Pró-Engenharias - executado em 2008: 12 projetos.
 - c) Edital CAPES 2007 - RH em Televisão Digital - executado em 2008: 4 projetos.
 - d) Edital nº 13/2008 - Pró-Equipamentos Institucional. A UFRGS foi contemplada com um valor de R\$ 2.000.000,00. Os Programas de Pós-Graduação apresentaram 49 projetos, perfazendo um total de 7 milhões de reais. A Comissão de Gerência do PROF/CAPES/UFRGS foi convocada para a avaliação e seleção institucional dos projetos, de acordo com as normas do edital. Os recursos foram empenhados em dezembro, ao final do exercício financeiro, com entrega dos equipamentos em 2009.
 - e) Fundo Institucional - Decisão nº 78/2003-CONSUN - melhoria da infraestrutura de ensino e dos laboratórios de informática, com a aquisição de microcomputadores e projetores de multimídia: R\$ 370.000,00.
 - f) Fundo Institucional - Decisão nº 78/2003-CONSUN - Tratamento térmico por incineração de passivo ambiental de resíduos químicos líquidos perigosos do Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos da UFRGS e transporte dos resíduos químicos para incineração: R\$ 45.200,00.
- 4) Investimento no Sistema de Bibliotecas:

- a) PROFCAPES: livros eletrônicos (Lecture Notes in Computer Sciences, Iconda, Primal Picture Full, Ebooks Atheneu); e aquisição de livros nacionais e estrangeiros para os diversos Programas de Pós-Graduação através de Pregão Eletrônico.
 - b) Fundo Institucional - Decisão nº 78/2003-CONSUN: assinatura de Base de Dados Newspaper Direct Library Solution *on line*; assinatura de Base de Dados - Coleção de livros eletrônicos Ebrary e pregão eletrônico para aquisição de livros.
- 5) Apoio à melhoria dos processos de gestão:
- a) O Sistema POSGRAD (mestrado e doutorado) está em fase de consolidação, tendo sido implantada a matrícula via *internet* e os processos eletrônicos de credenciamento de docentes.
 - b) Manutenção de dois bolsistas de apoio tecnológico e institucional aos Programas de Pós-Graduação para atualização das páginas *web*, registros acadêmicos do POSGRAD e COLETA/CAPES, bem como de apoio aos laboratórios de informática.

2.3.1.3 Pós-Graduação *Lato Sensu*

A Universidade também tem respondido positivamente às demandas sociais por cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*). Trata-se de um sistema de formação em que a Universidade atende à comunidade, a partir de uma constante demanda tanto de instituições privadas quanto públicas para a formação especializada. Tiveram início em 2008, 80 cursos de especialização. Neste mesmo ano, havia um total de 5.142 estudantes matriculados (982 na modalidade à distância) e 1.411 titularam-se (Quadros 24 e 25).

Especialização	2005	2006	2007	2008
Nº cursos iniciados	62	62	75	80
Nº cursos concluídos	51	56	52	65
Nº estudantes matriculados	3.745	4.480	4.912	5.142
Nº estudantes titulados	1.084	1.379	1.382	1.411

Quadro 24 - Número de Cursos, Estudantes ingressantes, Matriculados e Titulados em Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização presencial)

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

Especialização	2005	2006	2007	2008
Nº cursos iniciados	3	3	5	7
Nº cursos concluídos	-	2	3	5
Nº estudantes matriculados	629	919	1.001	982
Nº estudantes titulados	-	32	184	319

Quadro 25 - Número de Cursos, Estudantes ingressantes, Matriculados e Titulados em Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização à distância)

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

A Universidade desenvolve políticas para facilitar a implantação e regulamentação institucional, criando um ambiente propício para os cursos de especialização com ações como, por exemplo, a regulamentação do gerenciamento dos recursos destes cursos pela Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS) e um Sistema de Controle Acadêmico.

O Sistema visa disponibilizar o potencial científico e tecnológico na qualificação e atualização de profissionais para o mercado de trabalho, a educação básica e órgãos públicos, a implantação de processos eletrônicos dos projetos, relatórios e a expedição dos certificados dos cursos de especialização, agilizando os processos, reduzindo custos e racionalizando os recursos humanos. Além disso, a UFRGS elabora projeto de informatização da gestão e da aplicação de recursos provindos do Fundo Institucional dos cursos de especialização.

2.3.1.4 Política de Melhoria da Qualidade da Pós-Graduação

A UFRGS desenvolve política de expansão da qualidade da pós-graduação que tem por objetivo apoiar os programas de pós-graduação para a conquista e manutenção da excelência nacional e internacional de sua produção. Na última avaliação trienal da CAPES, 2004-2006, a UFRGS obteve o primeiro lugar entre as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com mais de 50 PPGs (Figura 3).

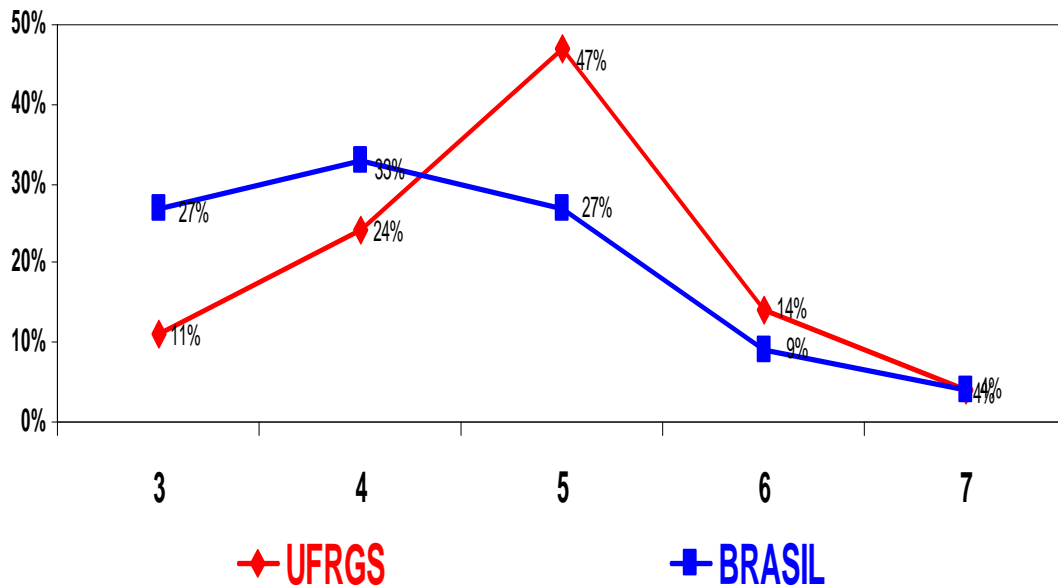


Figura 3 - Percentual de distribuição dos Programas de Pós-Graduação, conforme avaliação da CAPES (triênio 2004-2006), UFRGS e demais Universidades do Brasil
 Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2008.

A média aritmética dos conceitos dos PPGs da UFRGS nesta avaliação foi de 4,95 (Quadro 27). Neste período, 20 programas subiram de conceito; o número de programas com a nota máxima (7) dobrou, passando a 6 PPGs; e todos os programas que tinham nota 3 em mais de uma avaliação passaram para nota 4. O conjunto de medidas adotadas contribuiu significativamente para a excelente posição da UFRGS no *ranking* das IFES. Além da competência de cada Programa, concorreram para o êxito alcançado, os Seminários Institucionais de Avaliação da Pós-Graduação (2005 e 2007); o estabelecimento de metas claras pelos Programas para o seu desempenho no triênio; o apoio à infraestrutura dos Programas aliado ao acompanhamento de desempenho constante, pela Câmara, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e CEPE.

Em 2005, o I Seminário de Avaliação Institucional da Pós-Graduação apontou as principais reivindicações dos Programas e determinou ações políticas, tais como a destinação de vagas docentes estratégicas a Programas de Pós-Graduação, a elaboração do CT-INFRA com base nos PPGs de maior qualificação e o apoio a Programas Multidisciplinares. Ponderou também acerca da necessidade de discussão das regras para criação de novos cursos para que sejam previamente consideradas a infraestrutura dos cursos já existentes e daqueles a implantar, bem como a disponibilidade de servidores técnico-administrativos.

Em 2007, a PROPG coordenou a realização do II Seminário de Avaliação Institucional da Pós-Graduação, no período de 26 de novembro a 03 de dezembro 2007, que analisou o desempenho dos Programas no triênio 2004-2006, traduzido pelas notas da

CAPES em 2007. O objetivo de atingir o patamar de 51 Programas de Pós-Graduação com notas 5, 6 e 7 foi alcançado. O II Seminário estabeleceu novas metas de desenvolvimento, por Programa, por Área e Institucional.

2.3.2 Integração entre o ensino de Graduação e de Pós-Graduação

A UFRGS criou a Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica, com o objetivo de buscar maior integração e qualificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim estabeleceu-se uma coordenação das atividades das Pró-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, bem como das Secretarias de Avaliação Institucional, de Desenvolvimento Tecnológico, de Educação à Distância, de Relações Internacionais e das Coordenadorias do Ensino Básico e Profissional e das Licenciaturas. Dessa forma, articulou-se a graduação com a educação básica e profissional e com a pós-graduação, e estas com a pesquisa e a extensão. Estimula-se, também, a excelência e a interdisciplinaridade do ensino de graduação e pós-graduação; da pesquisa e da extensão universitária, assim como o apoio à implantação de cursos de pós-graduação interdisciplinares em ensino de ciências.

Na pós-graduação destacam-se as seguintes atividades de integração com a graduação:

- 1) Grupos de pesquisa - integração por intermédio do professor orientador e os mestrandos, doutorados e os graduandos de iniciação científica. Esta integração existe desde a implantação da pós-graduação e o início dos programas de iniciação científica nos anos 70.
- 2) Implantação do estágio docência para os bolsistas CAPES regulamentada na UFRGS pela Resolução nº 42/99-CEPE. Vários PPGs incluíram o estágio docência como obrigatório para todos os alunos em seus regimentos internos. Estas ações ampliaram o contato em sala de aula dos pós-graduandos com os graduandos.
- 3) Em 2008, com a implementação das Bolsas REUNI de Assistência ao Ensino (mestrado e doutorado) nova demanda aflora no meio acadêmico, em virtude das prerrogativas da Portaria nº 582/2008-MEC, que estabelece a obrigatoriedade aos bolsistas de desenvolver atividades acadêmicas na graduação, auxílio à docência, durante todo o período de bolsa. As Câmaras de Graduação e de Pós-Graduação propuseram nova resolução que abrangesse as duas categorias de estágio docência, que foi aprovada pelo CEPE pela Resolução nº 02/2009, cujo detalhamento é apresentado a seguir.

2.3.3 Formação de Pesquisadores e de Profissionais para o Magistério Superior

O objetivo primordial da implantação da pós-graduação no Brasil foi impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico do País com a formação de pesquisadores. Essa premissa permeia a pós-graduação até os dias atuais, considerando os critérios de área da avaliação CAPES, nos quais a "produção intelectual" é o quesito com maior fator de pontuação. Portanto, a formação de pesquisadores ainda prevalece na ação formativa da pós-graduação.

No entanto, a CAPES verificou a falta de formação para a atuação no magistério superior e, visando suprir esta lacuna, implantou o estágio docente para os bolsistas. Com a implantação do REUNI, a formação docente constitui-se numa das políticas governamentais centrais do MEC para a melhoria da educação básica e superior. Em 2008, a implantação das 40 bolsas de mestrado e 50 de doutorado do REUNI trouxe uma visão inovadora de titular mestres e doutores com formação e estágio para a docência no ensino superior.

O Comitê Gestor das Bolsas REUNI de Assistência ao Ensino da UFRGS encaminhou, em 2008, a seguinte proposta para implementação e acompanhamento do Programa.

Objetivos:

- 1) Preparar os estudantes de pós-graduação para a docência no ensino superior, incluindo a formação pedagógica e o uso de tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem.
- 2) Oportunizar experiências de ensino na graduação por meio de estágio docente supervisionado.

Metodologia:

- 1) Oferta de disciplinas para os alunos de pós-graduação beneficiados com bolsas do REUNI;
- 2) Disciplinas pedagógicas (Teoria e Prática do Ensino Superior);
- 3) Disciplina de formação em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Estágio na Graduação:

- 1) O aluno de pós-graduação beneficiado com bolsa REUNI terá como atividade a participação em estágio de docência, sob a supervisão do professor responsável pela disciplina/atividade.

O projeto institucional REUNI da UFRGS incluiu, também, bolsas de pós-doutorado. Embora estas bolsas ainda não tenham sido liberadas, a sistemática para a sua implementação é a seguinte:

Objetivos:

- 1) Preparar docentes com formação inovadora para o ensino superior;
- 2) Qualificar as licenciaturas para aprimorar a educação básica.

Metodologia:

- 1) Alocar bolsas de pós-doutorado para recém-doutores colaborarem nas disciplinas de formação didático-pedagógica junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, na oferta de disciplinas aos bolsistas de mestrado e doutorado REUNI e aos demais alunos de pós-graduação;
- 2) Alocar bolsas de pós-doutorado para recém-doutores colaborarem nas disciplinas de formação em Tecnologias de Comunicação e Informação para os bolsistas REUNI e para os demais alunos de pós-graduação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação;
- 3) Alocar bolsas de pós-doutorado para recém-doutores colaborarem na supervisão do estágio de docência dos bolsistas REUNI;
- 4) Alocar bolsas de pós-doutorado para recém-doutores colaborarem nas licenciaturas, as quais ainda não oferecem disciplinas de Tecnologias de Informação e Comunicação no processo ensino-aprendizagem.

Bolsas de Estudo	2005		2006		2007		2008	
	M	D	M	D	M	D	M	D
Total Geral CAPES	703	438	692	472	697	464	725	506
Total Geral CNPq	500	547	528	577	532	579	530	582
Total Bolsas	1203	985	1220	1049	1229	1043	1255	1088
Total Alunos Matriculados	4535	3036	4561	3165	4695	3305	4820	3501
% Alunos com bolsa	26,53	32,44	26,79	33,30	26,20	31,55	26,0589701	31,07684
Recursos PROF/CAPES (R\$)	14.788.838,11		15.084.444,00		16.559.669,53		18.342.928,55	

Quadro 26 - Número de Bolsas e Recursos PROF/CAPES dos Programas de Pós-Graduação da UFRGS, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2008.

Conceito/ Área	7	6	5	4	3
Ciência Exatas e da Terra	Física – M/D Geociências – M/D	Química – M/D Computação – M/D	Matemática – M/D Química – MP	Mat. Aplicada – M/D Sem. Remoto – M	
Ciências Biológicas	Bioquímica – M/D Genética Biol.Mol. – M/D	Biol. Cel. e Molecular - M/D	Biologia Animal – M/D Botânica – M/D, Ecologia – M/D, Neurociências – M/D Fisiologia – M/D		
Engenharias	Eng. Minas, Met. Mat – M/D	Eng. Civil – M/D	Eng. Produção – M/D Eng.Química – M/D Rec. Hid. e San. Amb. – M/D Eng.Mecânica – M/D	Eng. Elétrica – M/D Eng. Produção – MP Microeletrônica – M/D	Eng. Minas, M. Mat. – MP
Ciência da Saúde			C.Farmacêuticas - M/D/MP C. Mov. Humano – M/D Cardiologia – M/D Ciências Médicas – M/D Endocrinologia – M/D Epidemiologia – M/D Pediatria – M/D, Psiquiatria – M/D Odontologia – M/D	Cirurgia – M/D Enfermagem – M/D Gastroenterologia – M/D Pneumologia – M/D Epidemiologia – MP	
Ciências Agrárias		C. Veterinárias – M/D	Fitotecnia – M/D Mic. Agric.e do Amb. – M/D Zootecnia – M/D Medicina Animal: Equinos – M/D	Ciência do Solo – M/D	Ciência e Tecnologia de Alimentos – M
Ciências Sociais e Aplicadas		Administração – M/D	Administração – MP, Arquitetura - M/D, Economia – M/D, Plan. Urbano e Reg.– M/D	Comunicação e Inf. M/D Direito – M/D Economia – MP	Design – M
Ciências Humanas	Psicologia – M/D	Antrop. Social – M/D Educação – M/D Sociologia – M/D	Ciência Política – M/D Filosofia – M/D, Geografia – M/D, História – M/D	Psicologia Soc. e Inst - M	
Linguística, Letras e Artes		Música – M/D	Artes Visuais – M/D Letras – M/D		Artes Cênicas – M
Multidisciplinares e Ensino de Ciências			Ensino de Física – M/D/MP Informática na Educação – D Desenvolvimento Rural – M/D	Agronegócios – M/D Edu. em Ciências: Quím da Vida e Saúde – M/D Relações Internac. – M C. Materiais – M/D	Ens. de Matemática – MP
	12	20	73	32	5

Quadro 27 - Avaliação dos PPGs/UFRGS pela CAPES – Mestrado (M), Doutorado (D) e Mestrado Profissional (MP), 2004-2006

Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2008.

2.3.4 Avaliação da Dimensão

O Quadro 28 apresenta a avaliação da dimensão Pós-Graduação.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Inexistência de um planejamento estratégico que balize a expansão da pós-graduação com redução de assimetrias.	Programas de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento; Demanda qualificada de candidatos e alunos na pós-graduação.	Expansão uniforme em todas as áreas de conhecimento; Desenvolvimento de cursos multidisciplinares e redes de pesquisa.
Inadequação do sistema de avaliação da CAPES à implantação de atividades de estímulo à formação docente.		Aprimoramento do sistema da avaliação da CAPES.
Instabilidade no fluxo de recursos financeiros.		Garantia de continuidade dos programas de fomento à pós-graduação e à pesquisa.
Número expressivo de aposentadorias de docentes; Renovação do corpo docente aquém do necessário para expansão.	Corpo docente qualificado (79% do corpo docente são doutores).	Plano de contratação de docentes.
Número expressivo de aposentadorias de servidores técnico-administrativos; Renovação do corpo técnico-administrativo aquém do necessário para expansão.	Corpo técnico-administrativo qualificado e experiente.	Plano de contratação de servidores técnico-administrativos.
Obsolescência do parque de equipamentos; Infraestrutura física aquém da necessidade de expansão.	Laboratórios equipados em várias áreas de conhecimento; Sistema de bibliotecas amplo e atualizado.	Modernização e expansão da infraestrutura física e equipamentos.

Quadro 28 - Avaliação da Dimensão Pós-Graduação

2.4 A PESQUISA

A pesquisa científica é uma das atividades essenciais do projeto acadêmico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma Instituição de pesquisa fundamentada nos princípios da indissociabilidade entre as atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, envolvendo nestas atividades todas as áreas do conhecimento.

A partir da Reforma Universitária de 1970, a UFRGS instituiu uma nova estrutura acadêmica a qual é mantida até os dias de hoje. A gestão da pesquisa foi realizada, de 1970 a 1993, pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), e os aspectos legais e regulamentares das atividades de pesquisa eram definidos pelo então Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEP), sendo que suas ações contavam com o apoio institucional de cinco Câmaras, assim denominadas: Tecnologia e Ciências Exatas, Ciências Biológicas, Filosofia e Ciências do Homem, Letras e Artes, Pós-Graduação e Pesquisa.

Em 1985, foi criado na PROPESP o Departamento de Incentivo à Pesquisa, com o objetivo de fomentar e estimular a investigação científica em todos os níveis da atividade acadêmica e nos diferentes campos do conhecimento.

Em 1993, a PROPESP desmembrou-se, passando as atividades de pesquisa a serem coordenadas pela recém criada Pró-Reitoria Adjunta de Pesquisa, com o propósito de expandir a capacidade acadêmica das atividades de pesquisa na UFRGS espelhando-se nas mais importantes universidades do País.

A consolidação de uma Pró-Reitoria de Pesquisa autônoma aconteceu em 1996, com a implementação do novo Estatuto da Universidade, que estabeleceu uma estrutura administrativa que contempla as atividades fim da Instituição. O objetivo primordial desta modificação estrutural era buscar a materialização, de forma mais efetiva, dos princípios acima expostos que contemplam a indissociabilidade entre as atividades de ensino, de graduação e de pós-graduação, de pesquisa e de extensão, envolvendo, nestas atividades, todas as áreas do conhecimento. Neste contexto, a atividade de pesquisa adquiriu uma nova dimensão tendo como fundamentos os princípios da pertinência, da excelência acadêmica e da internacionalização das atividades de pesquisa. Tal condição oportunizou uma melhor compreensão, por parte da comunidade acadêmica, das implicações destes princípios e do papel da pesquisa em termos de inserção de conhecimentos e saberes, em processos e produtos, essencial para a geração de riquezas e melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social.

O Estatuto possibilitou também a criação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), e das Câmaras de Pesquisa, Graduação, Pós-Graduação e Extensão, em substituição à estrutura correspondente então existente. A Câmara de Pesquisa em particular é uma instância acadêmica que tem por atribuição acompanhar e estabelecer normas para as atividades de pesquisa da UFRGS. Esta instância tem atuado de forma cada vez mais integrada com a PROPESQ. No âmbito das Unidades, os projetos de pesquisa são analisados, por sua vez, pelas Comissões de Pesquisa.

Ressalte-se ainda a criação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (CEP/UFRGS), instituído em 12 de março de 1997 e credenciado junto à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde, em abril de 1997. O CEP/UFRGS é um órgão colegiado que exerce atividades de caráter consultivo e educativo e cuja finalidade primordial é a de avaliar e acompanhar os projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico realizados no âmbito da Instituição, em seus aspectos éticos e metodológicos. O CEP/UFRGS é subordinado regimentalmente à Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica e, operacionalmente, à PROPESQ.

A gestão da pesquisa é, hoje, um processo articulado e descentralizado, envolvendo um conjunto de programas de fomento, de apoio a grupos de pesquisa e de formação de recursos humanos. A formação de recursos humanos para a pesquisa, nos níveis de mestrado e doutorado, é ligada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), no que concerne aos Cursos de Pós-Graduação, e à PROPESQ, no que concerne às atividades de pesquisa propriamente ditas que são inerentes à formação de recursos humanos de excelência acadêmica. A PROPESQ realiza assim ações de apoio às publicações científicas, à aquisição de equipamentos para os laboratórios e para os grupos de pesquisa, à participação de estudantes e orientadores em eventos científicos e às atividades de intercâmbio de cientistas e de estudantes das mais diferentes instituições do País e do exterior. Além destas ações, cabem à PROPESQ iniciativas de incentivo e fomento ao desenvolvimento da Iniciação Científica.

Também ações que envolvem o desenvolvimento de tecnologias e de inovação tecnológica estão vinculadas à PROPESQ, bem como à Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico da UFRGS, a ser abordada na seção 2.5 deste Relatório.

Os Programas da Pró-Reitoria de Pesquisa têm sido organizados a partir da concepção de que a ciência contemporânea expressa a capacidade do homem de compreender a natureza das transformações sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e inovadoras do mundo moderno e deve ter como meta contribuir para a inserção de

conhecimentos e saberes em produtos e processos objetivando o bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o respeito à natureza.

Estes elementos estão presentes nos processos de seleção de alunos e professores aos Programas da PROPESQ, realizados por Comitês de Iniciação Científica e por Consultores Externos, cujos critérios de avaliação são fundamentados ademais em aspectos técnicos de natureza universal, previamente divulgados em edital.

A regulamentação das atividades de Pesquisa da Universidade constam nos Anexos 48 e 49 deste Relatório.

2.4.1 Programas de Bolsas de Iniciação Científica

Os Programas de Bolsas de Iniciação Científica são voltados aos alunos dos cursos de graduação da UFRGS e envolvem duas modalidades: o Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (BIC/UFRGS) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq/UFRGS).

2.4.1.1 Programa Interno Bolsas de Iniciação Científica

O Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (BIC/UFRGS) tem como objetivo estimular a participação de estudantes de graduação em atividades de pesquisa, sob a orientação de professor pesquisador. No ano de 2008, sua vigência aumentou de 9 para 12 meses, com o mesmo valor das bolsas do PIBIC-CNPq, alterando seu início para o mês de agosto. No período 2007/2008, atendeu a 330 bolsistas, passando, no período de 2008/2009, para 357 bolsistas.

2.4.1.2 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq/UFRGS) é, similarmente ao Programa BIC/UFRGS, voltado para a iniciação à pesquisa de alunos dos cursos de graduação e tem como objetivos principais: despertar vocações científicas, incentivar novos talentos potenciais para a pesquisa entre estudantes de graduação e contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores. A coordenação do Programa é descentralizada, envolvendo cada uma das Instituições de Ensino do País. Sua vigência, em 2008, foi de 12 meses, atendendo a 674 bolsistas.

Os estudantes envolvidos com atividade de pesquisa e cadastrados nos Programas de Iniciação Científica cumprem 20 horas semanais. Além dos 1.031 bolsistas efetivos, a PROPESQ cadastrou em 2008, mais 104 voluntários com as mesmas atribuições dos bolsistas, totalizando 1.135 estudantes oficialmente cadastrados como participantes de projetos de pesquisa na UFRGS. Além desses bolsistas cadastrados no sistema da

Universidade, existem bolsistas cuja bolsa é solicitada pelo pesquisador orientador diretamente às agências de fomento como FAPERGS e CNPq, de tal forma que atualmente o número total de bolsistas de Iniciação Científica na UFRGS é de 1.792 alunos.

2.4.2 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica PIBITI/CNPq - UFRGS 2008/2009

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) visa estimular estudantes do ensino técnico e superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação.

Para o período 2008/2009, a UFRGS recebeu 20 bolsas distribuídas conforme edital publicado de acordo com a Resolução Normativa do CNPq. Entende-se que este número é insuficiente para desencadear o devido impacto na Universidade. Neste sentido, foi solicitado um aporte mais significativo de bolsas a fim de suprir as necessidades para o ano de 2009.

2.4.3 Programa de Atividades Complementares de Formação Científica

A PROPESQ promove seminários temáticos que têm por objetivo preparar os bolsistas para atividades inerentes à divulgação da pesquisa. Os temas propostos no Programa envolvem a participação dos estudantes em congressos científicos e em outras atividades de divulgação. Após a apresentação dos Seminários Temáticos, o material utilizado fica disponível para consulta da comunidade acadêmica, na página virtual da PROPESQ. Os temas enfocados nestes Seminários são: “Como apresentar um trabalho num Congresso Científico” (elaboração de resumo, apresentação oral e elaboração de pôster), “Autoria e Ética na Pesquisa” e “Como elaborar Referências Bibliográficas em um Trabalho Científico”. Devido à receptividade da atividade, elaborou-se uma compilação desses seminários sob forma de manuais, também disponíveis no *site* da PROPESQ. Além disso, o referido material foi transformado em livros que passaram a compor a série “Iniciação Científica” que foi editada e publicada pela Editora da Universidade e disponibilizada para aquisição pelos interessados.

2.4.4 Salão e Feira de Iniciação Científica

O Salão de Iniciação Científica (SIC) teve sua primeira edição em 1989 com a apresentação de 198 trabalhos, e desde então, mantém os objetivos originalmente propostos, ou seja, divulgar, valorizar e avaliar os trabalhos de pesquisa realizados pelos estudantes de graduação da Instituição, com o acompanhamento dos orientadores, abrangendo todas as áreas do conhecimento.

No ano de 2008 foi realizado o XIX SIC, com a participação de alunos da UFRGS, bem como de alunos de outras universidades do Estado, do País e do Mercosul, além da participação de professores e estudantes de escolas de ensino de nível médio e fundamental, estes participando mais especificamente na parte do evento denominado *UFRGS Jovem*. Nessa edição do SIC, houve 2.879 trabalhos inscritos, sendo 2.747, aceitos para apresentação e 2.567 efetivamente apresentados em 335 sessões de apresentação oral, além da exposição de pôsteres. Do total de trabalhos apresentados no Salão, 291 mereceram destaque, sendo que 157 destes destaques foram indicados a concorrer ao prêmio Jovem Pesquisador.

O Programa UFRGS Jovem contou com uma intensa programação especialmente dirigida aos estudantes do ensino médio e do fundamental, que incluiu a exposição de trabalhos de alunos (cujos resumos foram previamente apreciados por uma Comissão Julgadora), participação desses alunos em oficinas, interação deles com os apresentadores dos Estandes Institucionais e Escolares e visita dos mesmos à Feira de Iniciação Científica da UFRGS.

Desde 1992, juntamente com o SIC, vem sendo realizada a Feira de Iniciação Científica (FIC) com o intuito de, através da organização de estandes de diferentes áreas do conhecimento, divulgar os resultados da produção técnico-científica e artística de estudantes de Iniciação Científica que atuam em pesquisa e cujos resultados de suas pesquisas apresentem potencialidade inovadora. A FIC objetiva estimular as apresentações de caráter interdisciplinar e de inovação tecnológica, bem como a utilização de recursos computacionais, gráficos e audiovisuais e sua apresentação vem progressivamente sendo inovada.

Em 2008, a Feira de Iniciação Científica permitiu a divulgação de trabalhos e laboratórios da UFRGS com a utilização de vídeos cujo acesso ficava à disposição dos interessados. Isso tem possibilitado uma grande comunicação com o público universitário e estudantil estimulando o interesse pela ciência e pela tecnologia. Os Quadros 29 a 32 apresentam, respectivamente, dados relacionados ao SIC, UFRGS Jovem e FIC.

Trabalhos, Sessões, Destaques, Ouvintes, Indicações ao Prêmio	2005	2006	2007	2008
Trabalhos inscritos no SIC	2985	3006	3070	2879
Trabalhos aceitos no SIC	2912	2881	2899	2747
Número de trabalhos apresentados	2716	2670	2673	2567
Número de sessões	330	335	327	335
Número de destaques	330	331	327	291
Destaques com indicação ao Prêmio	176	191	175	157
Ouvintes	334	238	447	292

Quadro 29 - Trabalhos inscritos, aceitos e apresentados, no SIC, e total de sessões, de destaques, ouvintes e indicações ao prêmio, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2009.

Estudantes Participantes	2005	2006	2007	2008
Apresentadores	2912	2881	2899	2567
Co-autores	5725	6600	6779	6625
Coordenadores de Sessão	330	335	354	335
Monitores envolvidos com a pesquisa de opinião (*)	139	143	205	189
Projeto arquitetônico	6	6	6	6
Estudantes da disciplina de Assessoria de Comunicação, do Curso de Comunicação	10	-	-	-
Estudantes do Instituto de Artes envolvidos nas atividades culturais	-	15	-	30
Participantes da Feira	11	9	39	22
Participantes do UFRGS Jovem	5	128	33	190
Total	8999	10117	10315	9964

(*) Monitores envolvidos na organização do Evento.

Quadro 30 - Estudantes participantes no SIC, segundo a atividade, 2005- 2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2009.

Professores Participantes	2005	2006	2007	2008
Comissões Julgadoras – Salão e Feira	759	919	919	1005
Comissão Organizadora	40	36	36	53
UFRGS Jovem	7	9	5	5
Divulgação	5	2	13	1
Projeto Gráfico	2	2	2	2
Coordenação de atividades realizadas no evento	16	12	4	4
Total	829	980	979	1065

Quadro 31 - Professores Participantes no SIC, Segundo a Atividade, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2009.

Escolas e Estudantes de Ensino Médio e Fundamental Participantes no UFRGS Jovem, por Categoria	2005	2006	2007	2008
Escolas	13	18	19	25
Escolas Expositoras	10	18	19	25
Estudantes de ensino fundamental e médio (*)	866	680	715	655

(*) Número de alunos visitantes

Quadro 32 - Escolas e Estudantes de Ensino Médio e Fundamental Participantes no UFRGS Jovem, por Categoria, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2009.

2.4.5 Programa de Fomento à Pesquisa

O Programa de Fomento à Pesquisa tem como objetivo estimular e apoiar as atividades de pesquisa em todas as áreas do conhecimento e em todos os níveis acadêmicos. Desde a sua criação, o Programa tem a característica fundamental de complementação dos recursos financeiros captados pelos pesquisadores junto às agências de fomento. São analisadas pela PROPESQ, anualmente, mais de 1.000 solicitações ao Programa, incluindo-se neste número solicitações de docentes, bem como de discentes de pós-graduação e de graduação e de técnicos da Instituição. Todas as solicitações encaminhadas ao Programa são analisadas quanto ao mérito, por consultorias *ad hoc*, através de processos de consulta e análise totalmente informatizados.

Importantes inserções ao Programa original foram o estabelecimento de programas complementares de apoio institucional à organização de eventos e a visitas de pesquisadores de outras instituições, denominado de Programa Professor Convidado. Algumas importantes ações que têm buscado aprimorar o Programa original são: informatização plena do Programa que inclui o envio de informações referentes ao andamento do processo ao requerente; envio, também de forma eletrônica, de justificativas em caso do não-atendimento ao pleito correspondente; diversificação na forma de atendimento à modalidade de auxílio à pesquisa. As solicitações de fomento são de fluxo contínuo de forma emergencial ou pontual.

O Quadro 33 apresenta dados sobre as modalidades de fomento à pesquisa solicitadas e atendidas, no período 2005-2008.

Modalidades	2005		2006		2007		2008	
	Solicitadas	Concedidas (%)	Solicitadas	Concedidas (%)	Solicitadas	Concedidas (%)	Solicitadas	Concedidas (%)
Auxílio à Pesquisa	60	52 (86,67%)	68	50 (73,53%)	69	43 (62,32%)	35	23 (65,71%)
Participação em eventos	1020	772 (75,68%)	975	681 (69,84%)	1021	651 (63,71%)	845	658 (77,87%)
Prof. Convidado/Organização de Eventos	37	34 (91,89%)	30	21 (70%)	32	24 (75%)	22	22 (100%)
Apresentações no Mercosul	136	84 (61,76%)	90	30 (33,33%)	146	96 (65,75%)	114	86 (75,44%)
Total	1253	942 (75,18%)	1163	782 (67,24%)	1268	814 (64,2%)	1016	789 (77,66%)

Quadro 33 - Modalidades Solicitadas e Concedidas de Fomento à Pesquisa, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2009.

2.4.6 Programa de Apoio à Edição de Periódicos Científicos

A PROPESQ, através de seu Programa de Apoio à Edição de Periódicos e sua Comissão Assessora para a Edição de Periódicos, implementa formas de apoio e incentivo à editoração de periódicos na UFRGS. Com o objetivo de conferir visibilidade às revistas científicas da Instituição, mantém o Portal dos Periódicos Científicos e, anualmente, lança editais que instituem diferentes modalidades de auxílio para estas publicações.

Esse Programa visa a assegurar a publicação de periódicos de qualidade na UFRGS, tanto no conteúdo quanto na forma, de maneira a criar e manter canais de comunicação entre a coletividade científica local, nacional e internacional. Visa, ainda, a incentivar a circulação de conhecimentos na sociedade, divulgando resultados de pesquisas realizadas na Instituição e em outras universidades e institutos de pesquisa. Estimula e apoia a publicação das revistas existentes, assegurando um padrão de qualidade editorial e gráfica, bem como sua identificação institucional. Apoia, também, a criação de novos periódicos, em áreas específicas e/ou transdisciplinares, em formato impresso e eletrônico de acesso aberto. As revistas divulgadas no Portal de Periódicos estão listadas no Quadro 34.

Título da Revista	Área
Acta Scientiae Veterinariae	Veterinária
Ambiente Construído	Engenharia
Análise Econômica	Ciências Econômicas
Anos Noventa	História
Arqtexto	Arquitetura
Caderno de Farmácia	Farmácia
Cadernos do Aplicação	Educação
Cena	Teatro
Ciencias Sociales y Religión/Ciências Sociais e Religião	Antropologia
Contexto	Ciências Contábeis
Contingentia	Letras – Alemão
Debates	Filosofia e Ciências Humanas
Debates do NER	Antropologia
Educação & Realidade	Educação
Em Questão	Biblioteconomia e Comunicação
Episteme	Filosofia e Ciências Humanas
Espaço Ameríndio	Antropologia
Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento	Interdisciplinar
Horizontes Antropológicos	Antropologia
Intexto	Biblioteconomia e Comunicação
Movimento	Educação Física
Nau Literária	Letras
Pesquisas em Geociências	Geociências
Produto e Produção	Engenharia
Psicologia: Reflexão e Crítica	Psicologia

Título da Revista	Área
READ – Revista Eletrônica de Administração	Administração
Revista Brasileira de Agroecologia	Interdisciplinar
Revista Brasileira de Biociências	Biociências
Revista da Faculdade de Odontologia	Odontologia
Revista Gaúcha de Enfermagem	Enfermagem
Revista do Hospital de Clínicas	Medicina
Revista de Informática Teórica e Aplicada - RITA	Informática
Sociologias	Sociologia

Quadro 34 - Revistas Divulgadas no Portal de Periódicos Científicos – UFRGS, 2008

Fonte: Portal de Periódicos Científicos, <<http://www.periodicos.ufrgs.br>>

2.4.6.1 Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER)

O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas é um *software* desenvolvido para a construção e gestão de uma publicação periódica eletrônica. Esta ferramenta contempla ações essenciais à automação das atividades de editoração de periódicos científicos. O SEER foi traduzido e customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) baseado no *software* desenvolvido pelo *Public Knowledge Project (Open Journal Systems)*, da Universidade *British Columbia*.

Atualmente 22 revistas da UFRGS utilizam o SEER/UFRGS, instalado no Centro de Processamento de Dados.

2.4.6.2 Editais PAEP

A PROPESQ lança anualmente o Edital do Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP), que institui diferentes modalidades de auxílio para as publicações científicas da Universidade. Para o Edital 2008, foram recebidas 36 propostas, sendo 28 aprovadas e estão no Quadro 35.

Título da Revista	Área
Acta Scientiae Veterinariae	Veterinária
Análise Econômica	Ciências Econômicas
Anos 90	História
Cadernos do Aplicação	Educação
Cena	Artes
Contexto	Ciências Contábeis
Contingentia	Letras – Alemão
Debates do NER	Antropologia
Educação e Realidade	Educação
Em Pauta	Artes
Em Questão	Biblioteconomia e Comunicação
Ensaio de Psicologia	Psicologia

Título da Revista	Área
Episteme	Filosofia e Ciências Humanas
Espaço Ameríndio	Antropologia
Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento	Interdisciplinar
Horizontes Antropológicos	Antropologia
Informática na Educação	Informática
Intexto	Biblioteconomia e Comunicação
Movimento	Educação Física
Nau Literária	Letras
Porto Arte	Artes
Produto e Produção	Engenharia
Psicologia: reflexão e crítica	Psicologia
Revista Brasileira de Biociências	Biociências
Revista Debates	Filosofia e Ciências Humanas
Revista Gaúcha de Enfermagem	Enfermagem
RITA	Informática
Sociologias	Sociologia

Quadro 35 - Revistas aprovadas no Edital PAEP 2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2008.

2.4.6.3 Exposição de Revistas Científicas da UFRGS

A exposição “Revistas Científicas da UFRGS: uma trajetória de qualidade” tem o objetivo de divulgar a história das revistas da Universidade, bem como a parceria estratégica entre a Universidade e a empresa Copesul Braskem para a disseminação da informação científica no Rio Grande do Sul e no Brasil. A exposição é itinerante e, ao longo de 2008, percorreu diferentes *campi* da UFRGS. Sua última montagem ocorreu no mês de novembro, em Gramado, durante o V Workshop da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). O apoio da Copesul Braskem, nos últimos nove anos de convênio, possibilitou a publicação de 100.000 exemplares, de todas as áreas do conhecimento.

2.4.6.4 Cadastro de Revistas

O Programa de Apoio à Edição de Periódicos mantém atualizado um cadastro das Revistas da Universidade. São 58 revistas cadastradas, das mais diversas áreas do conhecimento, sendo: 20 revistas de Unidades (Faculdades, Escolas e Institutos), 17 de Programas de Pós-Graduação, 16 de Núcleos ou Centros de Estudo e 5 de Associações parceiras da UFRGS, conforme apresentado na Figura 4.

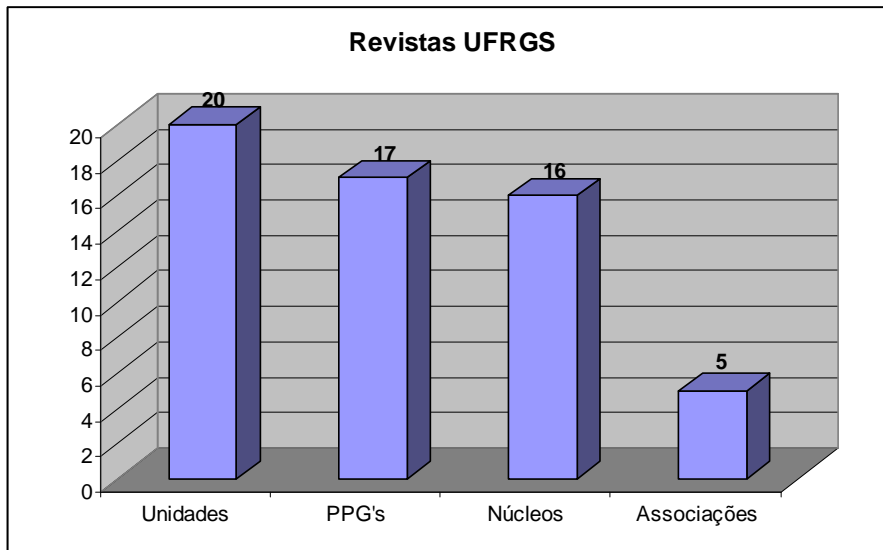


Figura 4 - Revistas Cadastradas no PEAP de Acordo com Entidade Responsável, 2008
 Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2008.

Do total de revistas cadastradas, 30% são diretamente vinculadas a Programas de Pós-Graduação, conforme apresentado no Quadro 36.

Periódico	Programa
Anos 90	História
Arqtexto	Arquitetura
Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito	Direito
Cena	Arte Dramática
Debates do NER	Antropologia Social
Em Pauta	Música
Horizontes Antropológicos	Antropologia Social
Intexto	Comunicação e Informação
Informática na Educação	Informática na Educação
Nau Literária	Letras
Porto Arte	Artes Visuais
Produto e Produção	Engenharia de Produção
Psicologia: reflexão e crítica	Psicologia
Revista da Faculdade de Direito	Direito
Revista Perfil	Curso de Mestrado da SESEF
Sociologias	Sociologia
AEDOS – Revista dos Discentes do PPG de História	História

Quadro 36 - Revistas Cadastradas e Vinculadas a Programas de Pós-Graduação – UFRGS, 2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2008.

2.4.7 Programa Primeira Ciência

Tem como finalidade viabilizar ações colaborativas e interlocução sistemática de pesquisadores da Universidade com professores da Educação Básica e Profissional que

orientam atividades de iniciação e divulgação científico-tecnológicas nas Escolas. Mantém um Projeto permanente para estruturar a Iniciação Científica Júnior, na UFRGS.

2.4.8 Jornal Eletrônico para divulgar oportunidades de Pesquisa - INFOPESQ

A PROPESQ produz o informativo INFOPESQ, jornal eletrônico veiculado semanalmente com notícias, editais e temas de interesse dos pesquisadores da UFRGS, criando um canal de divulgação entre os pesquisadores e professores da Universidade com as atividades de pesquisa e contemplando, ainda, informações sobre bolsas, fontes e oportunidades de financiamento. Orientadores e bolsistas recebem o INFOPESQ, via *e-mail* e, quando necessário, são produzidas edições especiais.

2.4.9 Grupos de Pesquisa

A UFRGS, através da Pró-Reitoria de Pesquisa, participa do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq desde a sua primeira edição. No último censo, realizado em 2008, o número total de Grupos foi 625, envolvendo todas as áreas do conhecimento, e registrando um aumento de 68% com relação aos dados do censo anterior.

A Figura 5 apresenta a distribuição dos grupos, por área de conhecimento, sendo que o maior número de grupos (111) está na área da Saúde (18%), 98 grupos nas Humanas e nas Ciências Exatas e da Terra (16%), 91 grupos nas Biológicas (15%), 69 grupos nas Sociais Aplicadas (11%), 65 nas Engenharias (10%), 54 nas Agrárias (9%) e 39 na área de Linguística, Letras e Artes (6%). Salienta-se que dos 625 Grupos registrados, 17 foram constituídos em 2007 e 52 em 2008, totalizando um incremento de mais 69 novos grupos de pesquisa nos últimos 2 anos.

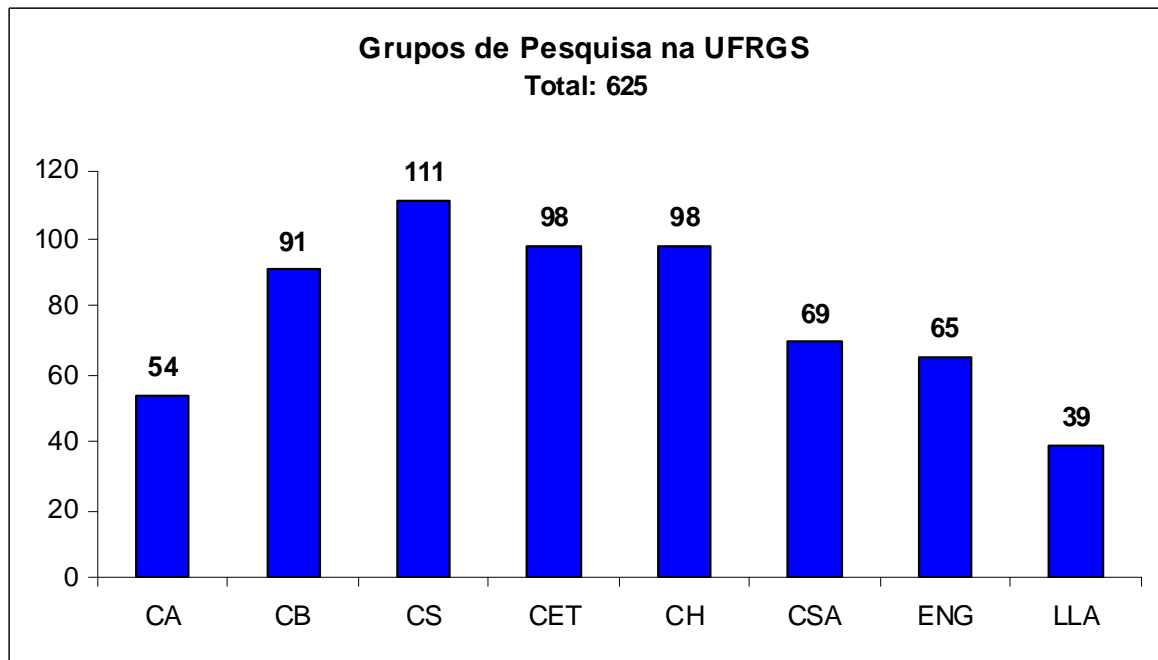


Figura 5 - Distribuição dos Grupos de Pesquisa por Área de Conhecimento, 2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2008.

A UFRGS participou da implantação do sistema de coleta de dados e do acompanhamento e evolução do Diretório da Pesquisa do CNPq desde sua primeira versão em 1993. A consolidação dos Grupos de Pesquisa é baseada em critérios específicos: permanência, formação de recursos humanos, produção acadêmica de excelência, entre outros. A última estratificação dos Grupos pelo CNPq ocorreu no Censo de 2004, quando 64,46% foram considerados consolidados, 28,18% em consolidação e 7,37% em formação.

2.4.10 Bolsas de Produtividade em Pesquisa

A excelência e a produtividade da pesquisa institucional também podem ser avaliadas pela participação de seus pesquisadores no Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Em 2008, a UFRGS registrou 526 pesquisadores com bolsa de Produtividade do CNPq - PQ, atingindo 31% dos Doutores da UFRGS, originários de todas as áreas do conhecimento. Destes, 285 estão no nível 1, e 241, no nível 2, conforme classificação do CNPq.

O Quadro 37 apresenta a distribuição das bolsas de produtividade por área de conhecimento, referente ao ano de 2008, na UFRGS.

Área do Conhecimento	Bolsistas Produtividade em Pesquisa	% por Área	Bolsas PQ Nível 1		Bolsas PQ Nível 2	
	n°	%	n°	%	n°	%
Ciências Exatas e da Terra	132	25	79	60	53	40
Engenharias	77	15	38	49	39	51
Biológicas	73	14	48	66	25	34
Humanas	65	12	35	54	30	46
Saúde	59	11	22	37	37	63
Agrárias	51	10	25	49	26	51
Sociais Aplicadas	42	8	22	52	20	48
Linguística, Letras e Artes	27	5	16	59	11	41
TOTAL DE BOLSAS PQ	526	PQ 1	285	PQ2	241	

Quadro 37 - Distribuição das Bolsas PQ/CNPq/UFRGS, por Área do Conhecimento, 2008

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, 2008.

2.4.11 Sistema Pesquisa

O denominado Sistema Pesquisa da UFRGS foi desenvolvido pelo Centro de Processamento de Dados (CPD) e pela PROPESQ, tendo como objetivos: automatização do processo de atualização e consulta de informações relacionadas às atividades de pesquisa realizadas na UFRGS; planejamento e formulação de políticas institucionais para a área da pesquisa; qualificação permanente das atividades de pesquisa realizadas pela comunidade acadêmica e gerenciamento das informações das atividades de pesquisa pelos próprios pesquisadores. O sistema está disponibilizado no *site* da PROPESQ.

Para garantir a consistência das informações e a atualização dos dados, o sistema é executável através de módulos respeitando-se as hierarquias funcionais. Destaca-se o módulo pesquisador, o qual permite que se mantenham atualizados os dados referentes aos projetos e às linhas de pesquisa, às orientações na pós-graduação e graduação, sendo que as informações sobre a produção intelectual dos estudantes e orientadores estão disponíveis através das bases *Lattes* e *SABi*.

2.4.11.1 Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi)

O Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBU) mantém, desde 1998, a base de dados *SABi*, catálogo *on-line* de acesso público que registra o acervo das 33 bibliotecas que integram o SBU.

No *SABi* é registrada toda a produção intelectual da Universidade assegurando o controle bibliográfico e a preservação da memória institucional. Caracteriza-se pela possibilidade de atualização permanente, tendo em vista que vários indicadores

institucionais são definidos a partir desses dados para compor, por exemplo, o Índice Departamental utilizado para o processo de alocação de vagas docentes. Desde 2001, a Universidade vem utilizando os dados de produção registrados no SABI em seus processos internos de avaliação.

A produção intelectual dos pesquisadores da UFRGS, no período de 2004 a 2007, geraram um acervo de mais de 41.000 documentos, entre teses, dissertações, livros, capítulos de livros, artigos e trabalhos publicados em anais de eventos científicos e outros. São considerados como dados oficiais da produção científica da UFRGS somente aqueles obtidos mediante consulta ao SABI, de modo a garantir a fidedignidade das informações contidas nos Currículos *Lattes*.

A preocupação com a preservação da memória institucional, a grande quantidade de documentos produzidos pelos pesquisadores, a publicação cada vez mais expressiva de documentos digitais e a necessidade de maximizar a disseminação e uso dos documentos produzidos no âmbito da Universidade foram os fatores que impulsionaram o desenvolvimento do Lume - Repositório Digital da UFRGS, que já reúne e dá acesso ao texto completo de mais de 15.000 documentos produzidos no âmbito da Universidade.

O Quadro 38 mostra a produção científica da UFRGS, referente ao período 2005-2008.

Tipo de Produção	2005	2006	2007	2008
Tese	486	433	509	541
Dissertação	1144	1152	1147	1055
Livro	223	312	241	258
Capítulo de livro	586	971	797	809
Artigo publicado em periódico estrangeiro	921	1029	1119	1135
Artigo publicado em periódico nacional	1218	1382	1397	1475
Trabalho publicado em anais de evento realizado fora do país	659	757	826	787
Trabalho publicado em anais de evento realizado no país	5415	5094	4808	4355
Relatório técnico e de pesquisa	35	33	32	37
Entrevista	57	37	36	46
Palestra	15	36	14	27
Trabalho técnico	20	10	8	15
Tradução	73	117	103	76
Projeto arquitetônico	8	1	0	0
Projeto paisagístico	0	4	1	6
Apostila	32	66	39	30
Material cartográfico	6	4	1	1
Artigo de divulgação	89	146	100	105
Patente	2	1	0	1
Música	5	3	6	25
Material visual	18	18	12	20

Tipo de Produção	2005	2006	2007	2008
Outros Documentos ²	2077	2654	2837	2086
Total Geral	15094	16266	16040	14898

Quadro 38 - Produção Científica da UFRGS, 2005-2008

Fonte: Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi). Em 28/01/2010.

Cumpra esclarecer que, para que ocorra o registro da produção no SABi, o autor deve entregar o documento publicado junto à Biblioteca da respectiva Unidade e, normalmente, essa entrega ocorre num período posterior à publicação. Desta forma, o número de documentos de produção técnica, científica e artística, está em constante alteração conforme são depositados nas bibliotecas.

2.4.12 Avaliação da Pesquisa nas sistemáticas de trabalho da PROPESQ

A avaliação é um processo fundamental para as ações de fomento realizadas pela PROPESQ. Os programas de bolsas de iniciação, os editais de auxílio à pesquisa, os programas temáticos que envolvem o conjunto das Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação, de Extensão e Pesquisa geram um fluxo constante de solicitações à PROPESQ.

A avaliação da pesquisa na UFRGS é uma prática rotineira e consolidada que orienta a distribuição de bolsas e de recursos de fomento. Esta avaliação constitui-se num instrumento para o acompanhamento das atividades dos grupos de pesquisa e valorização dos programas de iniciação científica.

Apoiada numa estreita parceria com o CPD, a PROPESQ conta com formulários informatizados para solicitação e emissão de pareceres pelos Comitês que, baseados no mérito e na trajetória do solicitante, priorizam as solicitações para a futura implementação do auxílio ou da bolsa.

A avaliação interna dos projetos da pesquisa é fundamentada nos critérios de mérito científico e de relevância da produção intelectual e científica declarada pelo pesquisador no *Curriculum Vitae*, sobretudo no Currículo *Lattes* (Plataforma *Lattes/CNPq*), e naquela depositada e registrada nas Bibliotecas Setoriais. O julgamento das solicitações pelos pares ganhou impulso na PROPESQ com a informatização de todo o processo de avaliação. O

² Outros documentos referem-se a trabalhos de conclusão de disciplina de doutorado, trabalhos de conclusão de disciplina de mestrado, trabalhos de conclusão de mestrado profissional, trabalhos de conclusão de disciplina/curso de ensino profissional, arquivos de computador, documentos administrativo/de planejamento, trabalhos de conclusão de disciplina/curso de especialização, trabalhos de conclusão de disciplina/curso de graduação, regulamentos administrativos, catálogos de cursos de graduação, pós-graduação, extensão, etc., catálogos de evento, publicações seriadas e textos de apresentação, entre outros.

quadro total de consultores em 2008 é de 164 docentes pesquisadores, oriundos de todas as áreas do conhecimento.

A avaliação interna dos trabalhos de pesquisa da Iniciação Científica da UFRGS acontece através do Salão de Iniciação Científica e da atividade Iniciação Científica em Relatos, explicitados a seguir.

2.4.12.1 Salão de Iniciação Científica (SIC)

O Programa de Iniciação Científica da UFRGS é anualmente avaliado nas atividades do Salão de Iniciação Científica, desde 1989. Neste evento, os estudantes de Iniciação Científica expõem seu trabalho oralmente e em pôster. As exposições são avaliadas por comissões julgadoras constituídas por três professores.

2.4.12.2 Iniciação Científica em Relatos

Atividade que tem por objetivo proporcionar a apresentação de trabalhos dos bolsistas que não tiveram condições de se inscrever no Salão, quer pela entrada recente no programa de IC, quer pela etapa inicial de seu trabalho. Nessa atividade, o aluno tem 10 minutos para apresentar o seu trabalho com base no plano de atividades proposto no início da vigência da bolsa. Desta forma, a UFRGS cumpre a exigência de avaliação dos trabalhos realizados pelos bolsistas, promove a divulgação dos mesmos e garante a valorização da Iniciação Científica no âmbito da pesquisa na Universidade.

2.4.13 Avaliação da Pesquisa na UFRGS

Novas ações para acompanhar o desenvolvimento da pesquisa na UFRGS estão sendo implementadas, baseadas em indicadores da pós-graduação, dos grupos de pesquisa, da produção intelectual, da qualificação do corpo docente, do número de pesquisadores com bolsa de produtividade e de outros.

No atual cenário, a UFRGS tem quase 80% de professores doutores, sendo que 37% com titulação recente. Em função disso, foi importante ampliar os espaços de comunicação: reformulação da página da PROPESQ e criação do informativo da pesquisa. Em sequência, abriu-se um novo campo de ação da Pró-Reitoria no sentido de atuar na captação de recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa. Esta atividade tem o gerenciamento feito pela PROPESQ, contando com a participação de pesquisadores dentro da área específica de atuação. A soma das ações implementadas com os projetos já consolidados definem um novo perfil da PROPESQ, que busca responder à demanda da pesquisa da UFRGS.

2.4.14 Avaliação da Dimensão

O Quadro 39 apresenta algumas fragilidades, potencialidades e recomendações para a dimensão Pesquisa.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Espaço físico insuficiente para o número de participantes do Salão de Iniciação Científica (aproximadamente 3.000 apresentadores).	Capacidade de valorizar e destacar a Iniciação Científica nas atividades de pesquisa e no âmbito das Instituições de Ensino Superior; divulgar, acompanhar e avaliar os trabalhos de Iniciação Científica; Promover o intercâmbio de conhecimento.	Buscar um espaço apropriado e condizente com o tamanho e importância do SIC.
Dificuldade de atender a grande demanda reprimida por bolsas de iniciação científica.	Desenvolver Programas de Fomento à Pesquisa, através de concessão de Bolsas de Iniciação Científica (IC), Auxílio a Eventos e Apoio à Editoração de Periódicos; Crescente número de doutores com potencialidade para orientar bolsistas de IC; A PROPESQ está em constante contato junto ao CNPq, FAPERGS e outros órgãos financiadores para aumentar o apoio financeiro de bolsas de IC.	Ampliar programas de bolsas e fomento de modo a atender às demandas das atividades de pesquisa já consolidadas e favorecer o surgimento de novas iniciativas, privilegiando áreas emergentes e/ou interdisciplinares; Atuar mais fortemente na captação de recursos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa.
Inobservância da orientação da entrega da produção técnica, científica e artística na biblioteca da unidade de vinculação do autor, tão logo tenha sido publicada, para registro no SABI.		Criar mecanismos para garantir a entrega da produção técnica, científica e artística na biblioteca da unidade de vinculação do autor, tão logo tenha sido publicada, para registro no SABI.
Sistema Pesquisa em constante adaptação, mas ainda deficiente.		Efetuar de maneira rápida e eficaz o registro de dados necessários ao suporte, acompanhamento e divulgação de programas, de linhas e de projetos de pesquisa desenvolvidos na Universidade.
	Credibilidade e satisfação da comunidade acadêmica quanto ao atendimento (Pesquisa de Opinião 2008).	Ampliar e intensificar as relações entre o universo de pesquisa da Universidade e a comunidade externa (outras entidades, empresas e escolas).

Quadro 39 - Avaliação da Dimensão Pesquisa

2.5 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

2.5.1 Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC)

O campo tecnológico da UFRGS abrange um amplo espectro de atividades, contribuindo para o desenvolvimento de inovações e a melhoria da competitividade dos produtos e serviços das empresas. Com a necessidade de gerenciamento mais efetivo e especializado das ações desenvolvidas pela UFRGS no campo do desenvolvimento tecnológico, em 2000 foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico (SEDETEC), com os objetivos de fornecer à sociedade as condições necessárias à valorização e transferência do conhecimento científico e tecnológico produzido na Universidade e de integrar as ações do Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia (EITT), da Rede de Incubadoras Tecnológicas da UFRGS (REINTEC) e do Programa de Empreendedorismo.

Desta forma, busca promover a interação da Universidade com a sociedade, por meio do estímulo e apoio às atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação. Estas ações estão em consonância com a Lei de Inovação, nº 10.973/04, em especial ao Art. 16, que trata das obrigações atribuídas aos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) a fim de gerir a política de inovação das instituições federais.

Considerando que a criação da Secretaria foi anterior à Lei, a UFRGS destacou-se por possuir conhecimento prático na gestão da tecnologia e da inovação, levando a Secretaria a ser referência no cenário nacional.

Com a crescente demanda de atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), bem como a disputa de interesses envolvendo resultados e direito da propriedade intelectual, houve a necessidade de uma análise específica a respeito das cláusulas da propriedade intelectual, resultados alcançados, sigilo das informações e publicações a respeito das pesquisas executadas. A intenção era garantir à Universidade os seus direitos, oriundos da participação dos pesquisadores nas inovações tecnológicas geradas.

Assim, foi estabelecida uma rotina administrativa, fazendo-se necessária a análise das atividades desenvolvidas pela Universidade que possibilitassem a geração de inovações tecnológicas.

A legislação pertinente ao funcionamento e normatização desta Secretaria encontram-se nos Anexos 50 a 57 deste Relatório.

No caso específico da gestão da propriedade intelectual, a SEDETEC atua com base na Lei de Propriedade Industrial, nº 9.279/96, que regula os direitos e obrigações relativas à propriedade industrial na realização dos procedimentos relacionados ao patenteamento e ao

registro de marcas perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Também para o atendimento às legislações internas específicas, a Secretaria atende ao disposto na Portaria nº 3064/98, que estabelece regras para a transferência de tecnologia e registro da propriedade industrial no âmbito da UFRGS; à Portaria nº 349/02, que estabelece regras, no âmbito da UFRGS, para o registro intelectual de cultivares e à Portaria nº 493/02, que estabelece regras, no âmbito da UFRGS, para o desenvolvimento, aplicação e comercialização de plantas transgênicas.

A SEDETEC desenvolve ações de apoio institucional com base nas seguintes atividades:

- a) assessoria jurídica na formalização de instrumentos jurídicos para a prestação de serviços e ações de parceria;
- b) negociação e formalização contratual de projetos de interação entre a Universidade e o setor produtivo;
- c) proteção, registro e gestão da propriedade intelectual;
- d) comercialização de tecnologia e licenciamento de patentes;
- e) apoio e formalização das ações de transferência de tecnologia;
- f) promoção de eventos para a disseminação de programas de apoio e incentivo ao desenvolvimento tecnológico e inovação, bem como de informações e difusão tecnológica;
- g) incentivo ao empreendedorismo e à inovação;
- h) apoio à incubação de empresas de base tecnológica;
- i) participação em projetos multi-institucionais para a promoção do desenvolvimento local e regional, e
- j) consolidação do Parque Tecnológico.

Em 2008, a SEDETEC atendeu a todos os interessados na área de propriedade intelectual, obtendo nove novos pedidos de invenção e uma carta patente nacional. Além disso, foram registradas uma nova marca e dois novos *softwares* no INPI e realizados 17 processos de buscas em bancos de patentes, nacionais e internacionais, orientando os pesquisadores na elaboração de relatórios de invenção, quando pertinente. O Quadro 40 apresenta o registro da propriedade intelectual no período de 2004-2008.

	Até 2004	2005	2006	2007	2008	Total
Depósitos no Brasil	46	06	07	09	10	78
Concedidas no Brasil	02	01	-	-	-	03
Depósitos no Exterior	04	-	-	02	-	07*
PI Licenciados e outros	-	-	-	15	01	16
PI em Co-titularidade	04	04	03	02	02	15
Marcas	08	-	01	07	01**	15
Softwares	07	-	04	02	02	15
Cultivares	-	-	-	-	***	08

* Em três países foram retirados os pedidos. Os pedidos existentes estão no Uruguai, Peru, Argentina e Estados Unidos.

**Aguardando confirmação do depósito.

***São 8 cultivares registradas e em comercialização, sendo 1 (Guapa) protegida. Números 7; 14; 15; 19; 20; 21; 22; Guapa.

Quadro 40 - Propriedade Intelectual, 2004-2008

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, 2008.

Além disso, deu-se prosseguimento ao processo de comercialização do Edital 01/2007 para o licenciamento da PI (Patente de Invenção) denominado “Medicamento para o Tratamento do Ronco” junto à empresa licenciada, Laboratório Teuto Brasileiro. Ocorreram reuniões específicas sobre a interação com empresas para a realização de parcerias científicas e tecnológicas com Natura, Braskem, Biolab, Petrobrás, Aquafлот, Embrapa, entre outras.

Cabe também destacar a IX Maratona de Empreendedorismo da UFRGS que foi realizada novamente em dois módulos, totalizando 77 inscrições e apresentação de quatro planos para o Concurso de Plano de Negócios, conforme observado no Quadro 41. Pelo segundo ano, foram realizadas palestras com profissionais de empresas de destaque no mercado, abordando temas de diferentes naturezas.

Maratona de Empreendedorismo	2004	2005	2006	2007	2008
Nº de alunos participantes	94	41	50	65	74
Nº de alunos inscritos	94	41	50	95	77
Nº de Planos de Negócios apresentados	11	13	07	10	04

Quadro 41 - Maratona de Empreendedorismo em números, 2004-2008

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, 2008.

Teve início o processo de execução do CT-INFRA 01/2006, que se constitui em projeto institucional apoiado pelo fundo setorial de investimento em infraestrutura para pesquisa, recursos oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A Secretaria realizou a gestão desses recursos, tendo executado valores de aproximadamente dois milhões de reais, referentes à primeira parcela,

adquirindo equipamentos de alta tecnologia via importação, bem como pequenas obras em laboratórios.

No que tange ao CT-INFRA 01/2007, a SEDETEC realizou a elaboração e coordenação do projeto, tendo obtido, novamente, o segundo lugar no montante de recursos em nível nacional, conforme Quadro 42.

CT-INFRA	2006	2007
Valores	4.663.543,00	5.338.700,00
Posição Nacional	2º lugar	2º lugar
Situação	Execução da 2ª parcela	Aguardando liberação da 1ª parcela

Quadro 42 - Dados do Projeto CT-INFRA na UFRGS, 2006-2007

Fonte: Resultado Final dos Editais PROINFRA 2006 e 2007 da FINEP.

Cabe ao Secretário de Desenvolvimento Tecnológico a coordenação da comissão que tem por objetivo assessorar a Administração Central na implantação do Centro de Energia da UFRGS (CENERG), o qual se refere à construção de área física para pesquisa e desenvolvimento tecnológico, investimentos estes implementados em parceria com a Petrobrás. No ano de 2008, foi obtida a licença ambiental junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Conforme consta em suas atividades, a SEDETEC também é responsável pela análise dos projetos (contratos e convênios) de interação com empresas para o desenvolvimento de ações conjuntas e/ou prestação de serviços tecnológicos. No ano de 2008, foram analisados 89 convênios e 22 contratos, no âmbito da Decisão do CONSUN nº 717/08, que trata das ações de parceria na Universidade, que são aquelas que permitem a realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo com instituições públicas ou privadas. No âmbito da Decisão nº 242/05 e da Portaria nº 4870/08, que tratam da prestação de serviços, foram analisados 229 projetos com outras empresas e/ou instituições.

Observou-se que no ano de 2008 houve uma maior demanda por formalização das ações de Transferência de Tecnologia pelas Unidades Acadêmicas, assim como reconhecimento da qualificação da UFRGS para a realização de contratos de transferência de tecnologia, os quais são regulamentados no âmbito da Portaria nº 4870/08 da UFRGS. Em comparação ao ano de 2007, obteve-se um aumento bastante significativo (em média 190%).

Cabe salientar que, ano a ano, tem havido um maior reconhecimento por parte das Unidades Acadêmicas acerca da importância da propriedade intelectual e transferência de

tecnologia. Este movimento tem acontecido tanto interna quanto externamente. Sendo assim, também ocorreram contatos de empresas com a Universidade para realização de ações em conjunto.

O número de convênios também teve um aumento significativo em função do montante de recursos disponíveis para a realização de atividades conjuntas com a Universidade nas instituições públicas e privadas, e em especial pela FINEP e Petrobrás. Considera-se que o incremento dos montantes de fomento está vinculado às razões expostas no parágrafo anterior, bem como à política nacional de investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico com as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). Dentro deste movimento, os projetos encaminhados pela Universidade na busca deste fomento têm sido mais qualificados, obtendo o mérito do apoio pleiteado.

O Quadro 43 mostra o número de processos analisados.

	2004	2005	2006	2007	2008	Total
Portarias nº 143 e 3363/2007; 4870/2008	-	-	-	124	229	353
Outros projetos (contratos e convênios)	34	58	58	99	111	360

Quadro 43 - Processos analisados, 2004-2008

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico, 2008.

A UFRGS, através da Secretaria, participa ativamente em diferentes fóruns, projetos e eventos ligados à área, tais como:

- a) Comitê Gestor do Projeto AEROMÓVEL do Brasil, com a PUCRS, União Brasileira de Educação e Assistência (UBEA) e FINEP;
- b) Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (COMCET);
- c) Conselho de Inovação e Tecnologia da Federação das Indústrias do RS (CITEC-FIERGS) e no Grupo Temático Universidade-Empresa;
- d) Projeto conjunto com várias instituições de ensino superior do Estado (PUCRS, UFPel, UFSM, UCS, UNIJUÍ, FEEVALE, UNISC e UPF) para a CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/AT - PRO-INOVA - 01/2008 - LINHA 02, sob o título de "NIT-RS: Implantação da Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica de Universidades Gaúchas", sendo o projeto aprovado na íntegra, totalizando o valor de R\$ 1.603.648,84. Este projeto tem como objetivo geral cooperar na integração das instituições parceiras para a implantação e estruturação de seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs),

para a promoção de políticas de inovação tecnológica sólidas e disseminadas no âmbito regional e o fortalecimento das ações de P,D&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, de maneira organizada e alinhada aos objetivos estratégicos do país, de acordo com o estabelecido na Lei de Inovação, bem como de acordo com a necessidade do mercado;

- e) Convênio em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), o Instituto Euvaldo Lodi da Federação das Indústrias do Estado Rio Grande do Sul (IEL-FIERGS), a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (SCT/RS), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Sul (SEBRAE/RS), a Universidade de Caxias do Sul (UCS), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), a Universidade de Passo Fundo (UPF) e o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), visando a promover a disseminação da cultura da Propriedade Intelectual (PI), para um melhor atendimento e uso do sistema de proteção do intangível por parte de universidades, centros de pesquisa, entidades de classe e empresas inovadoras do estado do Rio Grande do Sul como incentivo à produção, comercialização e transferência de tecnologia;
- f) II Encontro do Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia (FORTEC) realizado em abril de 2008, na cidade de Gramado. A UFRGS representa a coordenação da regional Sul do país no âmbito do FORTEC;
- g) Evento para apresentação das competências da UFRGS ao coordenador do Programa SIBRATEC (Sistema Brasileiro de Tecnologia), que tem por finalidade apoiar o desenvolvimento tecnológico do setor empresarial nacional, por meio da promoção de atividades de: I - pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos voltados para a inovação e II - prestação de serviços de metrologia, extensionismo, assistência e transferência de tecnologia. Essas ações serão organizadas em 3 tipos de redes: Centros de Inovação; Serviços Tecnológicos e Extensão Tecnológica.

A UFRGS, desta forma, estará habilitada para atuar na rede dos Centros de Inovação;

- h) Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) e ao *International Association of Science Park* (IASP) como associada.

2.5.2 Escritório de Interação e Transferência de Tecnologia (EITT)

O EITT, criado em março de 1997, constitui-se numa instância promotora do contato com diferentes segmentos da sociedade, na busca de parcerias para o desenvolvimento de projetos tecnológicos conjuntos, incentivando a ampliação do intercâmbio da UFRGS com o setor produtivo nas áreas industrial, agropecuária e de serviços. Caracterizando-se como um mecanismo de interface, o EITT atua na compatibilização das ofertas tecnológicas existentes na UFRGS com as demandas empresariais, apoiando o encaminhamento de possíveis soluções, através de diferentes ações. O EITT também é o responsável institucional pela gestão da propriedade intelectual, desde os procedimentos para o registro e proteção de uma invenção, *software* ou cultivar, até sua comercialização junto ao setor produtivo. Através de parcerias entre a Universidade, Empresas e Governo, busca auxiliar na pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias, produtos e processos, na capacitação de pessoal na área tecnológica e na busca de recursos para projetos tecnológicos.

2.5.3 Rede de Incubadoras Tecnológicas da UFRGS (REINTEC)

A REINTEC tem como objetivos principais organizar, integrar e coordenar ações e serviços comuns desenvolvidos pelas incubadoras tecnológicas de empresas da Universidade. Para tanto:

- a) fornece apoio para o melhor desenvolvimento das atividades ligadas à administração das incubadoras, objetivando a melhoria dos resultados das empresas incubadas;
- b) promove a associação da Universidade e destas incubadoras a entidades de apoio como ANPROTEC e REGINP;
- c) divulga os mecanismos de captação de recursos para as incubadoras e incubados indicando fontes e meios para a captação;
- d) incentiva a cultura do empreendedorismo na Universidade; e
- e) qualifica as empresas graduadas.

Neste sentido, presta informações a docentes e alunos referentes à incubação de empresas; realiza apresentações a fim de divulgar as incubadoras e seus mecanismos; identifica parceiros para o desenvolvimento de projetos junto às empresas incubadas e facilita o acesso dos empreendimentos às inovações tecnológicas gerenciais. Apoia a Maratona de Empreendedorismo para o desenvolvimento de futuros projetos a serem incubados.

O Quadro a seguir apresenta os números de empresas Incubadas e Pré-incubadas em cada incubadora, no período de 2004 a 2008.

Nº de Empresas Incubadas e Pré-incubadas	2004		2005		2006		2007		2008	
	Inc	Pré	Inc	Pré	Inc	Pré	Inc	Pré	Inc	Pré
CEI – Centro de Empreendimentos do Instituto de Informática da UFRGS	07	-	09	-	05	01	03	-	03	01
IECBiot – Incubadora Empresarial do Centro de Biotecnologia	05	-	03	-	04	01	05	-	08	-
ITACA – Incubadora Tecnológica Empresarial de Alimentos e Cadeias Agroindustriais	03	-	03	-	02	-	03	-	02	01
HÉSTIA – Incubadora Tecnológica Héstia	-	-	03	-	01	-	01	-	07	02
ITM/CDTF – Incubadora Tecnológica de Medicamentos do Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Produtos Farmacêuticos*	01	-	01	-	01	-	-	-	-	-
ITR – Incubadora Tecnológica de Reciclagem*	01	-	01	03	-	03	-	-	-	-
Total	17	-	20	03	13	05	12	-	20	04

* A partir de 2007, estas Incubadoras entraram em fase de reestruturação.

Inc - Empresas Incubadas

Pré - Projetos de Pré-incubação

Quadro 44 - Empresas Incubadas e Pré-incubadas, 2004-2008

Fonte: Rede de Incubadoras Tecnológicas da UFRGS, REINTEC/SEDETEC, 2008.

Com base nos dados apresentados, pode-se observar que atualmente a Universidade abriga 24 empresas, o maior número obtido desde 2004. Vale ressaltar que, neste período, foram graduadas 14 empresas que estão consolidadas no mercado.

2.5.4 Avaliação da Dimensão

O Quadro 45 apresenta a avaliação da Dimensão Inovação Tecnológica.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
<p>Dificuldade de reconhecer/obter informações sobre as competências, projetos desenvolvidos, tecnologias, <i>know how</i> para com empresas e outras instituições;</p> <p>Necessidade de informações e divulgação dos serviços e ações realizadas pela Secretaria às comunidades interna e externa.</p>	<p>Competências para a disseminação da cultura nas áreas de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, incubadoras de empresas, empreendedorismo e inovação;</p> <p>Ser, na UFRGS, a “porta de entrada” para empresas e outras instituições na busca por competências, tecnologias, etc. e o elo de comunicação da Universidade com setores associados à questão da inovação, desenvolvimento tecnológico e empreendedorismo;</p> <p>Fonte de informações e apoio na realização de projetos de desenvolvimento conjunto com empresas, busca de recursos.</p>	<p>Mapear as competências da UFRGS - grupos de pesquisa, laboratórios, tecnologias desenvolvidas - ampliando o conhecimento das áreas e sua atuação com o setor produtivo, na proposição de novas interações entre os setores;</p> <p>Disseminar as informações/histórico sobre as tecnologias e competências da Instituição, criando um canal mais eficiente de comunicação com o setor externo e divulgar as ações de promoção do desenvolvimento científico e tecnológico para a sociedade.</p>
<p>Falta de integração de informações envolvendo áreas de pesquisa, extensão, pós-graduação, além dos diversos laboratórios existentes na Universidade;</p> <p>Pouca informação, por parte da Secretaria, acerca dos projetos incubados e empresas graduadas.</p>		<p>Criar um banco de dados integrado para o registro das informações, a fim de facilitar a identificação das principais pesquisas e a relação de parcerias da UFRGS, os projetos incubados e as empresas graduadas;</p> <p>Padronizar, planejar os procedimentos internos (mapear os processos, identificar os pontos fracos e buscar a melhoria). Com isso também será possível criar alguns indicadores de gestão.</p>
<p>Metade da equipe da SEDETEC com menos de um ano de atuação na Universidade.</p>		<p>Capacitar a equipe interna para qualificar o atendimento das demandas.</p>

Quadro 45 - Avaliação da Dimensão Inovação Tecnológica

2.6 A EXTENSÃO

2.6.1 Histórico da Trajetória da Regulamentação Interna da Extensão na UFRGS

A institucionalização da extensão na UFRGS ocorreu com a implantação da reforma universitária em 1971 contando, portanto, com 38 anos de história. Naquele momento, foram

organizadas quatro Comissões de Extensão, uma para cada área do conhecimento, a saber: Ciências Exatas e Tecnologia; Ciências Biológicas; Filosofia e Ciências Humanas e Letras e Artes; responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e controle da atividade extensionista e pela execução da política de extensão definida pelo então COCEP. As atividades burocráticas, administrativas e financeiras foram assumidas, à época, pela Superintendência Acadêmica, que abrangia as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 1976, a estrutura da UFRGS foi alterada para adequar-se à nova realidade, resultante da reforma universitária. Foram criadas seis Pró-Reitorias, entre elas a de Extensão. A Pró-Reitoria de Extensão (PROREXT) passou a ser responsável pela execução da política traçada pelo COCEP nas formas de difusão artístico-cultural, extensão na área de ensino e prestação de serviços. Também assumiu as funções executivas relacionadas aos projetos aprovados pelas Comissões de Extensão das Unidades.

Com a entrada em vigor, em 1996, do novo Estatuto e Regimento Geral da Universidade, foi criada a Câmara de Extensão (CAMEX), membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), como uma nova instância na área de extensão. Já sob a égide da CAMEX, a Resolução nº 02/1994, que estabelecia as normas gerais para a extensão universitária, foi alterada pela Resolução nº 41/1998, de 19 de agosto de 1998, que estende a todos os órgãos e unidades da Universidade a possibilidade de tomar a iniciativa para o desenvolvimento de projetos ou atividades de extensão.

No aspecto dos recursos humanos envolvidos em ações de extensão, a Resolução nº 41/1998 também inova, pois amplia a possibilidade de servidores técnico-administrativos coordenarem ações de extensão, função esta restrita a docentes pela Resolução em vigor até então.

Essa Resolução define que a coordenação de atividades de extensão deve ser de um servidor ativo, docente ou técnico-administrativo, com área de atuação e/ou formação vinculada à área da proposta extensionista, sendo exigido curso superior completo para poderem desempenhar essas funções.

Ano a ano, outras Decisões do CONSUN vêm cooperando na regulamentação e incentivo ao desenvolvimento das atividades de extensão na UFRGS. Tanto a alteração para regime de dedicação exclusiva (Decisão nº 93/1998 - CONSUN), quanto a progressão funcional dos docentes (Decisão nº 197/2006 - CONSUN) consideram a extensão desenvolvida pelos docentes nos seus processos avaliativos.

Outro salto quanti-qualitativo no desenvolvimento da extensão foi a Decisão nº 118/2001 - CONSUN que considera as atividades de extensão registradas como um dos indicadores que definem o cálculo da alocação das vagas docentes nas Unidades Acadêmicas.

Mais recentemente, as normas relativas às mais diversas áreas de atuação da e na Universidade têm considerado a extensão como parte indissociável do processo ensino-aprendizagem e importante canal de relacionamento com a sociedade através de atividades complementares na graduação, regulamentação das ações de educação a distância, prestação de serviços à comunidade, ações de parceria na UFRGS.

2.6.2 Regulamentação da Extensão Hoje: Interna e Externamente à Universidade

As ações e projetos de extensão da UFRGS contemplam, em seu desenvolvimento, as obrigações, diretrizes e orientações previstas na legislação vigente, tanto àquelas de âmbito nacional, como os demais documentos legais que normatizam as atividades da Instituição.

Dentro deste escopo, a Pró-Reitoria de Extensão é a instância administrativa que responde pelo desenvolvimento da extensão universitária da UFRGS. Em razão disso, o planejamento de suas atividades deve atender às obrigações e diretrizes previstas na legislação vigente, em especial aquelas previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996).

O Art. 43, inciso VII, da referida Lei salienta que é uma das finalidades da Educação Superior a promoção da extensão “aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição”. É caracterizada, aí, a natureza da extensão universitária que aproxima a Universidade da sociedade em que está inserida, difundindo o conhecimento técnico-científico e cultural e contando com a participação da população, o que permite a reflexão e atualização da prática acadêmica. A Extensão revela, assim, o compromisso de inclusão social da universidade pública e a articulação entre as diversas áreas do conhecimento, reconhecendo a importância da atuação em parceria com agentes e segmentos sociais para que sejam alcançados os objetivos de construção do conhecimento e de formação profissional.³

³ Percebe-se, ainda, que outras finalidades da Educação Superior mencionadas na LDB, Art.43, são também contempladas pela Extensão. O desenvolvimento de ações extensionistas permite, aos seus agentes e à comunidade envolvida: o estímulo à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo (inciso I), a divulgação de conhecimentos através de publicações

Em consonância com as demais universidades públicas brasileiras, é importante que as atividades de extensão da UFRGS sigam o Plano Nacional de Extensão elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), que define a Extensão Universitária como “o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”.

A partir de tal conceito, o documento apresenta as Diretrizes para a Extensão Universitária, que tratam da interação dialógica, impacto e transformação, interdisciplinaridade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão:

- Através da “interação dialógica”, espera-se que a relação da Universidade com setores e movimentos sociais propicie a troca de saberes, a superação do discurso da hegemonia acadêmica e a superação de desigualdades e de exclusão;
- Através do “impacto e transformação”, espera-se que a relação entre a Universidade e outros setores da sociedade seja marcada por uma atuação transformadora e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas, de forma a colaborar efetivamente para a mudança social;
- A “interdisciplinaridade”, norteadora da Extensão, caracteriza-se pela interação de modelos e conceitos complementares que dão consistência teórica e operacional às ações desenvolvidas e propiciam à Universidade as relações interinstitucionais;
- A “indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão” reafirma a extensão como processo acadêmico, tornando necessário o reconhecimento de ações de extensão no processo curricular, pois “toda ação de extensão deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e de geração de conhecimento, tendo o aluno como protagonista de sua formação”.

O referido Plano Nacional de Extensão também estabelece oito áreas temáticas, que são categorizadas em níveis. Assim, o registro das ações na UFRGS adota nomenclaturas coerentes com o Plano Nacional, no sentido de favorecer a integração das ações dentro da Universidade, bem como com outras IES.

ou de outras formas de comunicação (inciso IV), o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional (inciso V), e a prestação de serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade (inciso VI).

As áreas temáticas estabelecidas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão são: a) Comunicação; b) Cultura; c) Direitos Humanos e Justiça; d) Educação; e) Meio Ambiente; f) Saúde; g) Tecnologia e Produção; h) Trabalho.

Além de atender às obrigações e diretrizes nacionais para a extensão universitária, a extensão desenvolvida na UFRGS e o planejamento das atividades da PROEXT devem respeitar, também, as orientações e diretrizes institucionais, pautadas no Estatuto e no Regimento Geral da UFRGS, além daquelas trazidas pelos demais documentos legais referentes às questões acadêmicas e administrativas que envolvem a extensão.

É importante mencionar que alguns princípios constitucionais que regem a Universidade, citados no seu Estatuto, Art. 3º, são aplicados diretamente à Extensão Universitária, como: a liberdade de divulgar o pensamento, a arte e o saber (inciso I) e o pluralismo de ideias (inciso II), que levam às diferentes formas de manifestações culturais e de modalidades de execução de ações de extensão; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (inciso VII); o respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais (inciso VIII), base para a relação entre a Universidade e seus interlocutores (população em geral, segmentos sociais ou outras instituições), com vistas ao desenvolvimento mútuo, conforme Art. 68.

Assim como disposto no Estatuto, também o Regimento Geral da UFRGS, no seu Artigo 160, propõe a aplicação, nesta Universidade, daqueles princípios e diretrizes norteadores da extensão universitária brasileira, como: a “interação da Universidade com setores diversificados da comunidade” e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, evidenciados pelo compromisso da extensão de “ampliar, desenvolver e realimentar o ensino e a pesquisa” (parágrafo 1º), além do “caráter interdisciplinar” das atividades de extensão (parágrafo 3º). Ainda de acordo com essas diretrizes, a Resolução nº 26/2003-CEPE, que traz as “Normas gerais para atividades de extensão universitária” a serem seguidas nesta Universidade, apresenta no seu Art.1º a definição de Extensão adotada na UFRGS:

A extensão, como atividade fim da Universidade, é o processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Este contato com a sociedade, que visa o desenvolvimento mútuo, estabelece a troca de saberes e tem como consequência a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade nacional e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria e prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (Resolução nº 26/2003-CEPE, Art. 1º)

Em matéria de atribuição legislativa, cabe à CAMEX, membro do CEPE, as funções deliberativa, normativa e consultiva sobre a extensão desenvolvida na UFRGS.

A aplicação e concretização dos princípios e diretrizes descritos consolida-se através da execução das ações de extensão da UFRGS, que “estará a cargo das Unidades e de outros órgãos da Universidade” (Regimento Geral, Art. 160). A avaliação quanto ao mérito (relevância acadêmica, científica e social) e quanto à viabilidade financeira da atividade extensionista proposta é efetuada pelas Comissões de Extensão das Unidades Acadêmicas (parágrafo 2º) ou pela Câmara de Extensão do CEPE (parágrafo 3º), dependendo do órgão de origem e/ou da abrangência da ação extensionista em pauta.

Além de também desenvolver ações de extensão, cabe à Pró-Reitoria as seguintes atribuições básicas, elencadas no Art. 36 do Regimento:

- Formular diagnóstico dos problemas da Instituição relativos à extensão;
- Elaborar as propostas de política de atuação em extensão;
- Coordenar as atividades dos órgãos responsáveis pela execução da política de extensão da UFRGS.

O Regimento Geral da Universidade traz, ainda, outras atribuições específicas da PROREXT:

- Coordenar os programas de fomento, intercâmbio e divulgação da extensão;
- Manter registro de dados necessários ao suporte, acompanhamento e divulgação de programas, de linhas e de projetos de extensão desenvolvidos na Universidade.

Em síntese, as atividades a serem planejadas e desenvolvidas pela PROREXT e por todas as Unidades Acadêmicas, no que tange à extensão universitária, devem atender às normativas da LDB, às orientações do FORPROEX, às diretrizes do Estatuto e do Regimento Geral da UFRGS, às Normas de Extensão apresentadas na Resolução nº 26/2003-CEPE e aos demais documentos que regem a vida acadêmica e que se relacionam à extensão universitária, abaixo listados:

- Normas para as atividades complementares na Graduação (Resolução nº 24/2006 - CEPE);
- Normas para regulamentação das ações de educação a distância no âmbito da UFRGS (Resolução nº 10/2006 - CEPE);

- Normas relativas à prestação de serviços à comunidade no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária (Decisão nº 242/2005 - CONSUN);
- Ações de Parceria na UFRGS (Decisão nº 717/2008 - CONSUN);
- Docente Convidado ou Técnico-Administrativo Convidado (Decisão nº 372/2007 - CONSUN);
- Normas para progressão funcional de docentes para classe de Professor Associado (Decisão nº 197/2006 - CONSUN) e de Regime de Dedicção Exclusiva (DE) (Decisão nº 93/1998 – CONSUN);
- Banco de Vagas Docentes Não Titular da UFRGS e Normas para a destinação dessas vagas (Decisão nº 118/2001 - CONSUN) e de Docentes de 1º e 2º Graus da UFRGS (Decisão nº 284/2002 - CONSUN).

A regulamentação que rege o funcionamento desta Pró-Reitoria está disponível nos Anexos 58 a 63.

2.6.3 Pró-Reitoria de Extensão

As atribuições institucionais regimentais ligadas às atividades de extensão são atendidas pela PROEXT, através do Sistema de Extensão, que permite o registro e acompanhamento das ações desenvolvidas pelos diferentes órgãos da Universidade e a emissão de certificados de extensão que oficializa a atuação dos integrantes da equipe de trabalho e dos participantes das atividades. O Programa de Bolsas de Extensão caracteriza-se por ser uma forma de incentivo e fomento às ações extensionistas e a participação em eventos da área reforça a divulgação da extensão praticada na UFRGS.

2.6.3.1 Sistema de Extensão

A PROEXT, em parceria com o CPD, implantou o Sistema de Extensão em setembro de 2002, que se caracteriza como importante instrumento de registro e acompanhamento das ações extensionistas da UFRGS.

A inclusão dos dados das atividades extensionistas desenvolvidas na Universidade é efetuada no Sistema pelos próprios coordenadores dos projetos, que submetem suas propostas à apreciação das instâncias competentes para aprovação na sua Unidade acadêmica. Assim, as ações de extensão somente são executadas após a autorização da Chefia imediata, a aprovação da COMEX (ou CAMEX) e a homologação da Direção da respectiva Unidade.

A partir dos dados incluídos no Sistema, são realizados todos os relatórios que permitem o acompanhamento e a avaliação institucional da extensão. Cabe salientar que o Sistema de Extensão foi concebido a fim de dar conta não apenas do registro das ações, mas também visando atender:

- a) à elaboração de relatórios demandados por órgãos externos de âmbito nacional;
- b) à elaboração de relatórios relacionados com a avaliação interna da Universidade e de cada uma das Unidades, inclusive da PROEXT;
- c) ao acompanhamento das atividades de extensão de cada uma das Unidades e Departamentos;
- d) à divulgação e inscrição eletrônica das ações e
- e) à certificação aos participantes e envolvidos na execução das atividades extensionistas.

O Sistema de Extensão requer constante atualização, o que tem sido feito de forma permanente pela equipe técnica da PROEXT e do CPD. Soma-se a isso o fato de que, a partir de 2007, PROEXT, CAMEX e CPD constituíram Comissão Mista de Revisão do Sistema de Extensão, levando à implantação de uma nova versão do Sistema em 2008.

2.6.3.2 Certificados

São algumas das atribuições da PROEXT o registro e a certificação das ações de extensão da UFRGS. A Resolução nº 26/2003-CEPE, das Normas Gerais para Atividades de Extensão, no seu Art. 15, expressa claramente que “a emissão de certificados caberá exclusivamente à Pró-Reitoria de Extensão”. Recebem Certificado de Extensão os extensionistas envolvidos na Equipe de Trabalho e os participantes das ações de extensão.

A inclusão dessas pessoas é feita no Sistema de Extensão diretamente pelo Coordenador da Ação, no momento do preenchimento do Relatório Final da atividade extensionista. Somente após a aprovação do Relatório da Ação no âmbito de sua Unidade (Chefia imediata, COMEX e Direção do Órgão), a PROEXT finalizará o Registro da Ação, conferindo a respectiva certificação. A utilização desse módulo, disponível no Sistema, permite agilidade e precisão na confecção dos certificados, bem como a montagem de bancos de dados que podem ser consultados posteriormente. O Quadro 46 demonstra, por período, o número de certificados emitidos pela PROEXT.

Ano	2005	2006	2007	2008
Nº de Certificados	23.147	24.567	25.757	28.229

Quadro 46 - Certificados Emitidos, 2005-2008

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS, 2005-2008.

A evolução do quantitativo de certificados emitidos acompanha o crescimento das atividades extensionistas desenvolvidas na Universidade ao longo dos anos. Ressalte-se que estes números não refletem o contingente de pessoas envolvidas com essas ações. Este contingente é certamente superior, tendo em vista que a certificação só é emitida após todos os trâmites institucionais do registro da ação e mediante o recolhimento de uma pequena taxa institucional que visa cobrir o custo do documento. Dentro deste contexto, muitos participantes e/ou envolvidos nas ações de extensão não recebem certificados.

2.6.3.3 Bolsas de Extensão

O Programa de Bolsas de Extensão tem o objetivo de contribuir para a formação acadêmica, profissional e cidadã, fruto da experiência dos alunos da UFRGS em atuação junto à comunidade interna e externa à Universidade, através de sua participação efetiva em Ações de Extensão, além de fomentar o desenvolvimento da extensão na Universidade.

Destinadas a alunos de graduação da UFRGS que estejam entre o segundo e o penúltimo semestre do curso, as cotas de bolsas de extensão são distribuídas a Ações de Extensão inscritas em Edital específico da PROEXT. O Edital é lançado no início de cada exercício, apresentando dados quanto ao período de duração das bolsas e critérios estabelecidos para sua distribuição, entre outras informações. A apresentação do Plano de Trabalho do Bolsista é fundamental na análise das solicitações, que tem sido feita por Comissão de Avaliação nomeada pela Pró-Reitoria, com representação de docentes das diferentes áreas da Universidade.

As cotas de bolsas do Edital, provenientes da PROPLAN/UFRGS são limitadas, atendendo a menos da metade das solicitações inscritas no Programa. Em razão dessa demanda referente à execução das Ações de Extensão e, em decorrência do próprio interesse dos estudantes extensionistas, criou-se a modalidade bolsista voluntário de extensão. Essa forma de participação, que depende de indicação do coordenador da respectiva ação de extensão, permite que os alunos de graduação atuem em atividades extensionistas, assumindo os mesmos compromissos da Bolsa de Extensão, mas sem a remuneração prevista no Edital.

O Quadro 47 apresenta o número dos alunos beneficiados com Bolsas de Extensão nos últimos quatro exercícios.

	2005	2006	2007	2008
Bolsista de Extensão (pelo Edital)	214	279	267	271
Aluno Voluntário (bolsista voluntário)	78	27	150	107

Quadro 47 - Alunos Bolsistas de Extensão, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, mar. 2009.

É importante mencionar que o número de bolsistas beneficiados pelo Edital do Programa de Bolsas de Extensão inclui os casos de substituição de alunos da cota de bolsa destinada a um mesmo projeto, o que não raro acontece, especialmente na mudança de semestre letivo. O quantitativo disforme relativo ao número de bolsistas voluntários de extensão deve-se ao fato de que, muitas vezes, os alunos são registrados na equipe de trabalho da ação de extensão como integrantes da equipe executora, e não na categoria de Bolsista.

2.6.3.4 Salão de Extensão

O Salão de Extensão tem se consagrado como um espaço privilegiado de reafirmação de princípios da extensão universitária, destacando o seu papel enquanto produtora de conhecimento, o compromisso com os demais setores da sociedade e a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Tem por objetivo criar um ambiente de publicização, reflexão e avaliação da extensão, bem como de ser um espaço à comunidade acadêmica que faz extensão, para a apresentação dos seus trabalhos, estudos e atividades, em um ambiente de troca de experiências e de debate.

São diversas as modalidades de divulgação das ações de extensão desenvolvidas na Universidade oferecidas ao público nos dias do evento, tais como oficinas, minicursos, mostra interativa, mostra virtual, atividades culturais, espaço lúdico e apresentação de trabalhos.

Nas últimas três edições, o Salão valorizou o aspecto acadêmico da extensão universitária, propiciando a apresentação de trabalhos por parte dos alunos de graduação, com acompanhamento dos coordenadores dos respectivos projetos. A atuação das Bancas de Avaliação, além de identificarem alunos-destaque, tem contribuído para a qualificação dos projetos, na medida em que suscita reflexão e debate da prática extensionista.

A cada nova edição, o Salão de Extensão tem aprimorado sua formatação. A participação de outras IES do Rio Grande do Sul, nas modalidades de apresentação de

trabalho, foi novidade trazida no 7º Salão de Extensão, em 2006, e mantida nos anos subsequentes. Em 2007, foi estruturado o Espaço Lúdico-Infantil, voltado para o público de educação infantil e de séries iniciais. Essa modalidade permitiu maior visibilidade das práticas lúdicas referentes a ações de extensão da UFRGS. Nessa 8ª edição, o agendamento de escolas e grupos de visitação, bem como a divulgação dirigida das oficinas e minicursos trouxeram, de forma mais efetiva, a comunidade para os espaços da Universidade. Em 2008, na 9ª edição, foi oferecida a modalidade de apresentação de trabalho através de vídeo-documentário sobre os projetos desenvolvidos. Nesse ano, o evento alcançou maior sucesso junto ao público interno e externo da UFRGS, chegando à marca de aproximadamente oito mil participantes, conforme apresentado no Quadro 48.

	2005	2006	2007	2008
Trabalhos Apresentados	326	381	386	495
Nº participantes em Cursos e Oficinas	581	556	522	1.357
Público Total (estimativa)	1851	6396	5997	8.000

Quadro 48 - Salões de Extensão, 2005-2008

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS, 2005-2008.

Segue, abaixo, as edições dos Salões de Extensão, com os temas centrais correspondentes e as datas em que ocorreram. Cumpre salientar que a partir do 3º Salão, cada evento está postado na *internet* no endereço eletrônico <http://www.prorext.ufrgs.br/>.

1º Salão de Extensão: *Universidade e Sociedade*, 21 de junho a 02 de julho de 1999

2º Salão de Extensão: *Conhecimento e Mudança Social*, junho de 2000

3º Salão de Extensão: *Identidade e Diversidade*, 17 a 20 de março de 2002

4º Salão de Extensão: *Ética e Extensão na Universidade Pública*, 13 a 16 de julho de 2003

5º Salão de Extensão: *Transversalidade da Extensão no Ensino e na Pesquisa*, 17 e 18 de maio de 2004

6º Salão de Extensão: *Cultura e Sociedade*, 29 a 31 de agosto de 2005

7º Salão de Extensão: *Ampliando as Fronteiras da Universidade*, 24 a 28 de setembro de 2006

8º Salão de Extensão: *Extensão e Sustentabilidade*, 24 a 27 de setembro de 2007

9º Salão de Extensão: *A Extensão e suas Interfaces*, 02 a 05 de setembro de 2008

3.5.3.5 Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS)

O SEURS é o evento mais antigo de Extensão do sul do país, tendo sido criado em 1983. Visa a promover o intercâmbio entre as universidades públicas da Região Sul, possibilitando discussões e troca de experiências que orientam e conduzem as relações entre a Universidade e a Sociedade.

Historicamente, a PROEXT tem participado do evento levando uma delegação de extensionistas com aproximadamente 35 participantes que representam a UFRGS através da apresentação de projetos das mais diversas áreas, os quais são selecionados previamente dentre tantas ações de extensão inscritas para participação. Além da apresentação de trabalhos em diferentes modalidades, o SEURS tem permitido a publicação de artigos a respeito de ações de extensão.

2.6.3.6 UFRGS na Expointer

A PROEXT tem se empenhado em articular, promover e intensificar a participação institucional da UFRGS na Expointer, por entender que esse evento tem se mostrado como um espaço para que algumas iniciativas extensionistas relacionadas ao desenvolvimento sócio-econômico e qualidade de vida no meio rural sejam disponibilizadas à comunidade. Também é uma oportunidade para que contatos sejam efetivados no sentido de receber um retorno sobre os trabalhos desenvolvidos e para prospecção de novas demandas e oportunidades junto a este público-alvo. O envolvimento da Pró-Reitoria com a Expointer vem acontecendo há mais de dez anos.

2.6.3.7 Espaços Culturais

Os Espaços Culturais da UFRGS - Salão de Atos, Sala II do Salão de Atos e Plenarinho - todos localizados no prédio da Reitoria, propiciam infraestrutura para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e artístico-culturais voltadas à comunidade universitária e à sociedade em geral.

As atividades desenvolvidas no Salão de Atos não só qualificam o ensino, a pesquisa e a extensão, como ampliam a inserção da Universidade na sociedade. Por ser o espaço de conagração maior da UFRGS, sua utilização privilegia as atividades institucionais, com prioridade de utilização para as formaturas, aulas magnas, atividades da Administração Central e demais atividades internas da Universidade.

A utilização do Salão de Atos também é disponibilizada às atividades externas que estejam de acordo com a política administrativa da UFRGS enquanto universidade pública e gratuita, consonante com seu projeto acadêmico e dentro dos princípios estatutários de

liberdade de ensino, pesquisa e divulgação do pensamento, da arte e do saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e do respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais.

Ao longo dos últimos quatro anos, os Espaços Culturais vêm qualificando suas ações, com manutenção permanente da infraestrutura. Em 2005, uma das principais questões foi a regularização administrativa e técnica do funcionamento deste importante espaço da comunidade acadêmica. Para tanto, foi proposto pela Pró-Reitoria de Extensão e aprovado pela Câmara de Extensão um projeto que respalda a atuação do Salão de Atos na sua relação com a comunidade externa.

Este processo possibilitou o investimento na manutenção da infraestrutura do Salão de Atos, especialmente no que tange ao sistema de climatização e de iluminação. Em 2006 foi possível uma revitalização mais abrangente destes espaços, com reformas e aquisição de novos equipamentos.

Em 2007 foi implementado um novo sistema de agendamento eletrônico para utilização do Salão de Atos e lançamento de *site* na *internet*. Além destes investimentos foi desenvolvido um projeto com alunos da FABICO, apoiando a Direção do Salão, visando especificamente à melhoria na comunicação (recepção, relações públicas) e elaboração de subprojeto para a criação de identidade visual. Foram realizados investimentos para qualificação e atualização técnica dos recursos humanos que atuam no Salão de Atos.

Em 2008, foram realizadas obras e ações de reparo e manutenção, assim como a instalação do sistema de prevenção de incêndio e de câmaras de vídeo e alarme para vídeo-monitoramento.

2.6.4 Departamentos

Paralelo às suas atribuições regimentais e atendendo às diretrizes da extensão universitária, a PROEXT, através de seus departamentos, atua historicamente no desenvolvimento de atividades de extensão através da proposição e execução de ações de caráter interdisciplinar de intervenção da UFRGS na comunidade. Destaca-se o desenvolvimento de atividades de natureza educacional e cultural, com reconhecimento e ampla participação da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

2.6.4.1 Departamento de Difusão Cultural (DDC)

O Departamento de Difusão Cultural tem como principal desafio propor e difundir ações culturais de qualidade, estimular a interface entre as produções locais e nacionais, propiciar troca de saberes, articuladas com as políticas para as áreas do ensino, pesquisa e

extensão. A ideia que move esta forma de atuação é de que sejam criadas oportunidades de formação do capital cultural da comunidade local. Em razão disso, o DDC atua nas diferentes áreas de expressão e de pesquisa e desenvolve projetos interdisciplinares que valorizam a produção artística e o acesso à cultura. Através da diversidade das ações, é reforçada a importância da circulação das diferentes manifestações artísticas e da identidade e diversidade cultural brasileira.

As diversas experiências culturais incentivam o desenvolvimento e a difusão da geração de conhecimento sobre a música popular brasileira, artes plásticas e a cinematografia brasileira, possibilitando maneiras de ver e estar no mundo, através do acesso pleno à cultura.

Com o objetivo de vitalizar culturalmente a Universidade e valorizar sua dimensão pública, o Departamento de Difusão Cultural, no período de 2005 a 2008, desenvolveu programações voltadas para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral. As ações propostas assumem um caráter educativo, que têm como ponto de partida a convicção de que o acesso à arte e à cultura, em suas mais variadas manifestações, é sinônimo de abertura para o mundo, processo de conhecimento, fonte de reflexão e informação.

Entre as atividades desenvolvidas pelo DDC, destaca-se o Programa UNICULTURA, que abrange os projetos Unimúsica, Unimusiquinha, Uniarte, Unifilme e Unidéia, com o objetivo de promover e fomentar ações que oportunizem experiências culturais diversas ao público interno e externo, especialmente através da música popular brasileira e das artes plásticas. Todos os eventos foram voltados à comunidade em geral, sempre com entrada franca.

Em 2005, o Programa Unicultura privilegiou a música instrumental brasileira, com a realização de *shows*, oficinas, encontros teórico-práticos e exibição de filmes, atingindo um público de 5.400 pessoas. Além desta atividade, através do Programa Parcerias Musicais reativou uma antiga parceria com a Funarte-MINC possibilitando o desenvolvimento, neste ano, do Projeto Pixinguinha que promoveu cinco espetáculos musicais, totalizando um público de 3.387 pessoas.

No ano de 2006, o DDC realizou uma edição comemorativa de 25 anos do Projeto UNIMÚSICA, com programação especial voltada para a divulgação das festas e folguedos populares brasileiros, através de *shows* concebidos a partir das manifestações musicais relacionadas às referidas festas e folguedos. Dentro do mesmo projeto foram realizadas oficinas e um seminário com o tema "Festas e folguedos na música popular brasileira".

Em 2007, o Projeto UNIMÚSICA abordou o tema “As palavras das canções” em espetáculos e seminários, buscando refletir sobre o refinamento incomum no entrosamento entre melodia e letra na canção brasileira.

Em 2008, o Programa UNICULTURA, através dos Projetos: UNIMÚSICA, UNIARTE, UNIDÉIA E UNIFILME explorou a temática da música popular brasileira e das artes plásticas, oportunizando que alunos da UFRGS dividissem espaços culturais com artistas já consagrados, seja através da apresentação de grupos musicais de discentes, seja por abrir espaço para obras de formandos do Instituto de Artes. O Uniarte, especificamente em 2008, passou a apoiar a pesquisa e a experimentação em projetos inovadores no campo das artes visuais. Pela primeira vez, cada exposição do projeto contou com um catálogo, possibilitando o registro das ações culturais, além de prestigiar o trabalho dos artistas.

O DDC tem apresentado ações inéditas que oportunizam a alunos da UFRGS dividirem espaços culturais com artistas renomados, tanto na área musical quanto nas artes visuais e cênicas. Cabe destacar, a trajetória do Unimúsica, já consagrado no cenário cultural da cidade, que atrai à UFRGS um público fiel, além de formadores de opinião do cenário cultural porto-alegrense. O Teatro, Pesquisa e Extensão, tradicional projeto do DDC, em parceria com o Instituto de Artes da UFRGS, é um espaço que proporciona à comunidade apresentações de espetáculos artísticos e se constitui em importante laboratório aos alunos, possibilitando a prática e experiência da apresentação e produção de espetáculos.

O Cinema Universitário, Sala Redenção, tem como proposta de atuação a integração do ensino, pesquisa e extensão, proporcionando projeções de filmes aliados a debates com professores das mais variadas áreas, com entrada franca. Desta forma, busca valorizar a linguagem cinematográfica, aliando-a à formação acadêmica. A potencialidade do cinema é reforçada não só como entretenimento, mas também como fonte de conhecimento, dado que a programação é um campo aberto para a atuação discente, ou seja, mais um espaço de aprendizagem para além da sala de aula.

Vinculado ao DDC, o Coral da UFRGS vem representando culturalmente a Universidade, realizando concertos didáticos em comunidades nas quais a UFRGS desenvolve projetos. Além disso, o Coral atua durante o ano, com destaque, em vários tipos de eventos, tais como o Festival de Coros do Rio Grande do Sul, o Encontro de Coros da UFRGS, concertos promovidos pela Federação de Coros do Rio Grande do Sul e concertos para a comunidade em geral.

Constam, no quadro abaixo, o número de sessões executadas em cada um dos grandes projetos do DDC nesses quatro anos e estimativa de público atendido.

		2005	2006	2007	2008
UNICULTURA	Sessões	9	15	17	29
	Público atingido	5.400	9.050	10.025	9.464
Teatro, Pesquisa e Extensão	Sessões	44	52	27	60
	Público atingido	1.858	3.331	2.369	3.356
Cinema Universitário	Sessões	222	277	301	466
	Público atingido	13.505	19.825	17.106	17.725
Coral da UFRGS	Sessões	29	29	18	15
	Público atingido	12.400	12.400	6.940	10.153

Quadro 49 - O DDC em Números: Atividades e Público Atingido, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, mar. 2009.

2.6.4.2 Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS)

O DEDS tem o propósito de aproximar a Universidade da sociedade. Numa perspectiva extensionista, busca a interlocução com as comunidades rurais e urbanas, movimentos populares, organismos públicos e outros setores comprometidos com a qualidade de vida da população brasileira. Para tanto, articula ações educacionais, sociais, culturais, científicas e recreativas que envolvam a comunidade acadêmica com aqueles agentes da sociedade.

As ações do Departamento são pautadas pelo compromisso da universidade pública em promover e garantir os valores democráticos de igualdade de direitos, de educação na cidadania e na diversidade sócio-cultural. Em razão disso, as ações desenvolvidas buscam conceber um modo de conhecimento e intervenção na sociedade contemporânea, tornando possível pensar, repensar e adaptar práticas e metodologias.

Através de seus programas e projetos, o DEDS tem demonstrado que a Extensão atualiza a pesquisa, fortalece o ensino e possibilita que a recíproca desta relação indissociável se realize. A institucionalização dessas atividades, tanto do ponto de vista administrativo como acadêmico, implica na adoção de medidas e procedimentos que integram docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos da Universidade com as organizações comunitárias, movimentos sociais e instituições governamentais.

Nesse sentido, cada um dos programas promovidos pelo Departamento se caracteriza pela interdisciplinaridade, por envolver extensionistas de diferentes cursos e áreas da Universidade; pela parceria com órgãos externos, sejam movimentos sociais ou

órgãos governamentais, através de Editais e pela intervenção social, com atuação em muitos municípios, comunidades e escolas, resultando em expressivo alcance público.

O Quadro 50 apresenta o público estimado atingido pelos principais programas desenvolvidos pelo DEDS.

	2005	2006	2007	2008
Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares – parceria MEC/SECAD	100	3.000	10.000	40.000
Programa Educação Anti-racista no Cotidiano Escolar e Acadêmico	1.500	8.000	5.000	5.872
Programa Convivências	349	500	500	310
Projeto DEDS/PROEXT: história e perspectivas	06	50	50	30
Outras atividades ⁴	3.242	4.000	3.000	-
Público total	5.197	15.550	18.550	46.130

Quadro 50 - O DEDS em Números: Público Atingido Pelos Principais Programas, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, mar. 2009.

Chama atenção, no quadro apresentado, o aumento significativo do público atingido em 2008, em especial pelo Programa Conexões de Saberes. Esse dado é explicado em função de que nesse ano foram desenvolvidas várias atividades no âmbito do Programa, tais como seminários, oficinas, eventos específicos, visando atender à crescente demanda das comunidades. Tal fato demonstra a consolidação do Programa junto à comunidade rio-grandense.

Outro programa de relevância social é a linha editorial Etnicidade, Identidade e Territorialidade que, desde 2004, se constitui num espaço para a edição, publicação e divulgação da produção de estudos e pesquisas, consolidando resultados de ações que articulam a extensão ao ensino e à pesquisa, fortalecendo o compromisso interinstitucional e com as políticas de promoção social, possibilitando o acesso a obras relevantes para os diferentes segmentos da sociedade. Ao propor e organizar esta Linha Editorial, a PROEXT, através do seu Departamento de Educação e Desenvolvimento Social, consolida suas parcerias com a Editora da UFRGS, com o poder público e com a sociedade civil organizada.

⁴ Estão incluídas em “outras atividades”, importantes ações promovidas pelo DEDS nos exercícios anteriores, como em 2005 e 2006, “Projeto Educação Indígena Guarani e Kaingang”, “Projeto Múltiplos Alfabetismos” em parceria com MEC/SESu e “Projeto Regularização Fundiária” em parceria com a Defensoria Pública Estadual e, em 2007, “Juventude em Cena: despertando a ação protagonista”, em parceria com o Instituto de Psicologia por Edital MEC/SESu.

Em 2005, a série “Comunidades Tradicionais”, que iniciou a linha editorial, publica três títulos: “O legado do testamento: a Comunidade de Casca em perícia”, “Comunidade Negra de Morro Alto: historicidade, identidade, territorialidade e direitos constitucionais” e “São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais”. Esta série tem como objetivo divulgar estudos realizados no âmbito dos direitos territoriais de comunidades tradicionais identificadas como grupos de indivíduos com origem, ocupação e vínculo histórico-cultural em uma determinada região, com identidade cultural reconhecida pela comunidade e domínio de técnicas de produção específicas desenvolvidas no ecossistema da região. Em uma primeira etapa, a série apresentou trabalhos que discutiam a ocupação de terras por afrodescendentes - remanescentes de comunidades de quilombos, e por indígenas - Mbyá-Guarani e Kaingang, localizadas no estado do Rio Grande do Sul.

Em 2006, no prosseguimento da linha editorial Etnicidade, Identidade e Territorialidade na série Comunidades Tradicionais, foi lançada uma nova obra intitulada “No território da linha cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira”.

Em 2008, há um incremento na linha editorial com a abertura de uma nova série intitulada “Diversidades”, que apresenta estudos e experiências no campo da educação na diversidade sócio-cultural que articulam a extensão universitária ao ensino e à pesquisa.

São então publicados três títulos: “Desvendando a história da África”; “Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar”, publicação que celebra a atuação pioneira do Programa de Educação Anti-racista pela implantação da Lei nº 10.639/2003 e “Por uma política de ações afirmativas: problematização do Programa Conexões de Saberes/UFRGS” - sistematizando as ações do Programa e registrando o impacto da atuação extensionista nos territórios de diálogo.

2.6.4.3 Planetário da UFRGS

O Planetário da UFRGS atua junto à comunidade como órgão de complementação do ensino e de divulgação da Astronomia, tendo como principal atividade o atendimento a escolas das redes pública e privada, através de sessões diárias com programação adequada ao público escolar. Produzidos por sua equipe técnica, os programas são apresentados na cúpula do Planetário, através do projetor *Spacemaster*, equipamento especializado em reproduzir diversos eventos astronômicos. O público em geral também tem acesso a essa programação, uma vez que esses e outros programas são apresentados em sessões abertas nas tardes de domingo. Outra atividade que se tornou de caráter

permanente é o Projeto Selene, que envolve a observação do céu noturno de Porto Alegre, nos finais de semana de Lua Crescente, quando são disponibilizados telescópios no pátio do Planetário, operados pelos técnicos do Setor. Nessas ocasiões, é distribuído material de apoio ao público com instruções didáticas dos eventos astronômicos.

Nesses últimos anos, o Planetário tem enriquecido suas atividades com a produção e distribuição de material relativo aos eventos astronômicos. Merece atenção especial a produção de material de apoio didático, distribuído para professores e para o público dominical, que inclui: agendas astronômicas, caderno astronômico sobre o sistema solar e cadernos de atividades para crianças. É importante destacar que esse material é produzido pela própria equipe do Planetário. Da mesma forma, em 2008, foi trazido a público, pela Editora da UFRGS, o livro "Mast e o Planeta Azul", de Sônia Coppini e Dudu Sperb, técnicos do Planetário.

Não se esgotam aí as atividades do Planetário. Em atendimento a uma demanda específica ou devido à ocorrência de algum evento astronômico, são executadas atividades diversas, como oficinas, cursos, palestras, exposições.

O Quadro 51 apresenta o quantitativo de atividades desenvolvidas no Planetário nos quatro últimos exercícios, informando também o público atendido.

	2005	2006	2007	2008
Sessões de projeção	419	473	446	526
Público atendido	29.786	36.131	34.243	42.830
Projeto Selene	09	13	9	13
Público atendido	454	263	327	800
Outras atividades ⁵	73	61	34	29
Público atendido	20.028	7.880	11.056	9.832
Público total atendido	50.268	44.274	45.626	53.462

Quadro 51 - O Planetário em Números: Atividades e Público Atingido, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, mar. 2009.

No ano de 2007, houve a continuidade dos Programas Ciência no Planetário (palestras), Planetário vai à Escola (cursos e oficinas), Programa de divulgação científica 2007 (exposições interativas, estandes, sessões especiais) e Projeto Selene (observações

⁵ No ano de 2005, referem-se à continuidade do Programa Ciência no Planetário: "Colóquios Eduardo Dorneles Barcelos" - palestras de divulgação científica e ao Programa Ano Mundial da Física, totalizando 36 eventos com público de 17.663 participantes, em comemoração ao Ano Mundial da Física. Em 2006, destacam-se a produção do programa "Voar: do sonho à realidade" e a exposição "100 Anos da Aviação", alusivas ao centenário do voo do 14-Bis.

do céu), como também o apoio à formação de agentes ambientais. Outro evento importante deste ano foi a filiação do Planetário, como membro, à *International Planetarium Society* (IPS). No Brasil, a Associação Brasileira de Planetários congrega 23 planetários fixos e quatro móveis. Destes, apenas dois são filiados à IPS: o da cidade do Rio de Janeiro e, em 2007, o da UFRGS, o único planetário universitário filiado à IPS. Esta filiação teve um grande impacto nacional, pois tornou possível, em reunião dos membros da diretoria IPS realizada em agosto de 2007, a filiação da Associação Brasileira de Planetários à IPS.

Em 2008, destaca-se o crescimento da participação do público no Projeto Selene em relação ao ano anterior, apesar de ter diminuído o número de sessões realizadas, pois essa atividade depende de condições climáticas favoráveis à observação do céu, confirmando a consagração do Projeto junto à comunidade porto-alegrense.

O Quadro 51 revela que, no período de 2005 a 2008, houve crescimento do público atendido pela totalidade das atividades executadas pelo Planetário. O número de pessoas atendidas nas sessões de projeção, entretanto, poderia ser mais expressivo, uma vez que a demanda é bem maior, especialmente no que se refere à oferta de sessões. O atendimento encontra limites nas restrições técnicas do Projetor *Spacemaster*, adquirido por ocasião da inauguração do Planetário, em 1972. É justificada, assim, a pequena diminuição de público em 2007, ano em que houve paralisação das projeções em virtude de pane técnica no referido equipamento.

Em relação ao Planetário da UFRGS, importa citar a relevância científica e acadêmica das atividades desenvolvidas, tanto no que se refere à divulgação científica, quanto à sua interface com o ensino. Entre as atividades de divulgação da ciência, contam não apenas aquelas que lhe são inerentes e tradicionais, como as sessões de projeção na cúpula e os projetos executados junto ao público em geral e às escolas. Devem ser consideradas, também, a participação em encontros específicos (Semana Nacional/Estadual/Municipal de Ciência e Tecnologia, no Salão de Extensão da UFRGS, no Encontro Anual da Associação Brasileira de Planetários) e em eventos nacionais e internacionais de Astronomia e de ciências afins. A indissociabilidade da extensão universitária com o ensino e sua relação com a comunidade é uma prática no Planetário, visto que são executadas, na cúpula, aulas especializadas para cursos de graduação da UFRGS e de outras IES. Além disso, o Planetário também tem contribuído em projetos de mestrado vinculados ao Programa de Mestrado Profissional de Ensino de Física.

2.6.4.4 Museu da UFRGS

O Museu da UFRGS cumpre sua missão socioeducativa cultural ao planejar e executar projetos de exposições e ações pedagógicas e culturais que possibilitem a aproximação do público com a Universidade, ciente de que toda ação museológica tem como pressupostos a investigação, a preservação e a comunicação.

No que se refere à ênfase na preservação, o Museu tem realizado, entre outras atividades, o inventário de sua reserva técnica. As coleções que integram o acervo fotodocumental contêm cerca de 10.000 imagens relativas à história da UFRGS, de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Já a coleção de artefatos históricos compreende instrumentos científicos, equipamentos, materiais didáticos e objetos variados, testemunhos das práticas de ensino, pesquisa, extensão e administração da UFRGS. Através de seu acervo, o Museu valoriza, armazena e conserva o patrimônio cultural produzido por esta Instituição. Em razão disso, tem desenvolvido, em conjunto com o CPD, um trabalho de digitalização e disponibilização das imagens no *site* institucional.

Considerando a importância da investigação, o Museu tem proporcionado ao público, através de uma linguagem museológica, o acesso ao conhecimento construído na Universidade. Além disso, estimula a pesquisa acadêmica por meio de mídia eletrônica e junto ao seu acervo, atendendo à crescente demanda de solicitações de consultas às coleções, as quais remetem à história da UFRGS e da cidade de Porto Alegre.

A comunicação com o público frequentador do Museu foi estimulada, no período de 2005 a 2008, ao proporcionar diversificadas opções de atividades, atingindo um total de 59.168 visitantes. Nesse período foram promovidas quinze exposições e, atrelado a cada uma delas, um projeto educativo que deu conta da orientação de professores e mediadores, realização de oficinas, palestras, encontros, debates, apresentações musicais e mostras de vídeos. As atividades contaram com a atuação de estudantes de diferentes cursos de graduação da Universidade.

O Quadro 52 apresenta o registro do número de atividades e público atingido pelo Museu nos quatro últimos exercícios.

	2005	2006	2007	2008
Exposições	04	02	03	06
Outras atividades	36	36	24	58
Público atendido	17.381	15.104	18.479	8.204

Quadro 52 - O Museu em Números: Atividades e Público Atingido, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, mar. 2009.

No ano de 2005, o Museu da UFRGS estabeleceu parceria com o Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico de Portugal realizando a exposição “Açores e Brasil: uma troca de experiências” acompanhada do seminário “Inventários do Patrimônio Edificado: modelos, políticas e práticas”, reunindo palestrantes nacionais e internacionais.

Em 2006, realizou a Exposição "Homem-Natureza: Cultura, Biodiversidade e Sustentabilidade", em parceria com a COPESUL, contando com o apoio do Instituto de Biociências da UFRGS e com a consultoria da Telos Empreendimentos Culturais, promovendo sete ações distintas que atraíram um público de mais de 11.000 pessoas. Fatores como ineditismo, parcerias com órgãos promotores e utilização de novos meios de divulgação têm sido determinantes do sucesso junto ao público: em 2007, o Museu recebeu a exposição “Di Cavalcanti: cronista do seu tempo”, trazendo pela primeira vez para o Rio Grande do Sul um acervo único de obras do artista. Além dessa exposição, que teve o patrocínio do Banco do Brasil, em outras iniciativas, o Museu contou também com a parceria da COPESUL. O apoio dessas empresas influenciou diretamente no alto índice de visitação, pois permitiu um trabalho mais intenso na divulgação das atividades, utilizando-se também de *busdoor* e *outdoors* dispostos na cidade.

Outro evento de grandes proporções, que colaborou com o maior número de público em 2007, especialmente em comparação com 2008, foi a exposição “Visões da Terra: entre deuses e máquinas”. Embora a exposição tenha se estendido até o ano seguinte, a visitação foi mais intensa no segundo semestre de 2007. Já em 2008, além de “Brennand: uma introdução” e “Arte e Memória: Anos Rebeldes - 1964-1968”, foram montadas outras exposições de menor porte e para públicos específicos, como as exposições individuais de artistas plásticos selecionados pelo projeto Uniarte no Museu.

A diversidade de ações desenvolvidas pelo Museu da UFRGS, caracterizadas por serem amplas, contínuas e de natureza interdisciplinar, revelam a importância do Museu não só para a Academia, mas para o grande público do Rio Grande do Sul, destacando-se a visitação de grupos e de escolas.

O Quadro 53 apresenta um resumo das atividades de extensão da UFRGS no período 2005-2008.

Extensão na UFRGS		2005	2006	2007	2008	
Atividades Acadêmicas de Extensão	Programas de Extensão	181	202	172	167	
	Projetos vinculados a Programas	186	209	231	279	
	Projetos não vinculados	765	711	770	668	
	Ações de Extensão	301	308	396	479	
	Total	1.433	1430	1569	1.593	
	Certificados Emitidos	23.147	24.567	25.757	28.229	
Nº de Bolsas de Extensão	Remuneradas	214	214	214	271	
	Voluntárias	78	27	166	114	
Planetário	Sessões	419	473	446	526	
	Público total	29.786	36.131	34.243	42.830	
	Ciência no Planetário	Nº de eventos	08	07	07	05
		Público	301	208	119	457
	Projeto Selene	Nº de eventos	09	13	09	13
		Público	454	263	327	800
	Cursos/oficinas	Nº de eventos	01	20	16	24
		Público	09	4.899	3.605	9.375
	Projeto Planetário vai à Escola	Sessões	28	34	11	-
		Público	2055	2773	7.332	-
Público Total	50.268	44.274	45.626	53.462		
UniCultura	Atividades/edições	09	15	17	29	
	Público total	5.400	9.050	10.025	9.464	
Cinema (Sala Redenção)	Atividades/edições	222	277	301	466	
	Público total	13.505	19.825	17.106	17.725	
Teatro, Pesquisa e Extensão	Atividades/edições	44	52	27	60	
	Público total	1858	3.331	2.369	3.356	
Eventos especiais	Atividades/edições	09	19	27	06	
	Público total	1.600	5.412	25.400	20	
Coral da UFRGS	Número de apresentações	29	29	18	15	
	Público Estimado	12.400	12.400	6.940	10.153	
Museu da UFRGS	Exposições	04	02	03	06	
	Outras Atividades*	36	36	24	58	
	Público Estimado	17.381	15.104	18.479	8.204	
	Consultas ao acervo	30	15	24	33	
Projetos Sociais	Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a Universidade e as comunidades populares - parceria MEC/SECAD		100	3.000	10.000	40.000
	Programas	DEDS/PROPREXT - História e Perspectivas - Participantes	06	50	50	30
		Convivência	04	01	01	01
		Público	349	500	500	310
	Programa de Educação Antirracista no cotidiano Escolar e Acadêmico	Eventos	01	-	-	19
		Público*	1.500	8.000	5.000	5.872
Outras Atividades	Projetos/programas	05	05	03	-	
	Público*	3.242	4.000	3.000	-	
Público Total		107.609	124.946	144.495	148.596	

*Todos os dados apresentados neste quadro foram extraídos dos Relatórios de Gestão Anuais da UFRGS, excetuando-se aqueles itens com asterisco que foram compatibilizados com as informações fornecidas pela Pró-Reitoria de Extensão em março de 2009.

Quadro 53 - Resumo das Atividades de Extensão, 2005-2008

2.6.5 Avaliação da Dimensão

A extensão universitária praticada na UFRGS é bastante diversificada, tanto no que diz respeito às formas de atuação e modalidades oferecidas, quanto à sua abrangência, natureza e interação com a sociedade. São mais de 1.500 ações de extensão desenvolvidas anualmente, que envolvem a atuação de aproximadamente 5.000 pessoas da comunidade acadêmica (docentes, técnicos e discentes). A evolução da extensão nos últimos doze anos pode ser observada na Figura 6.

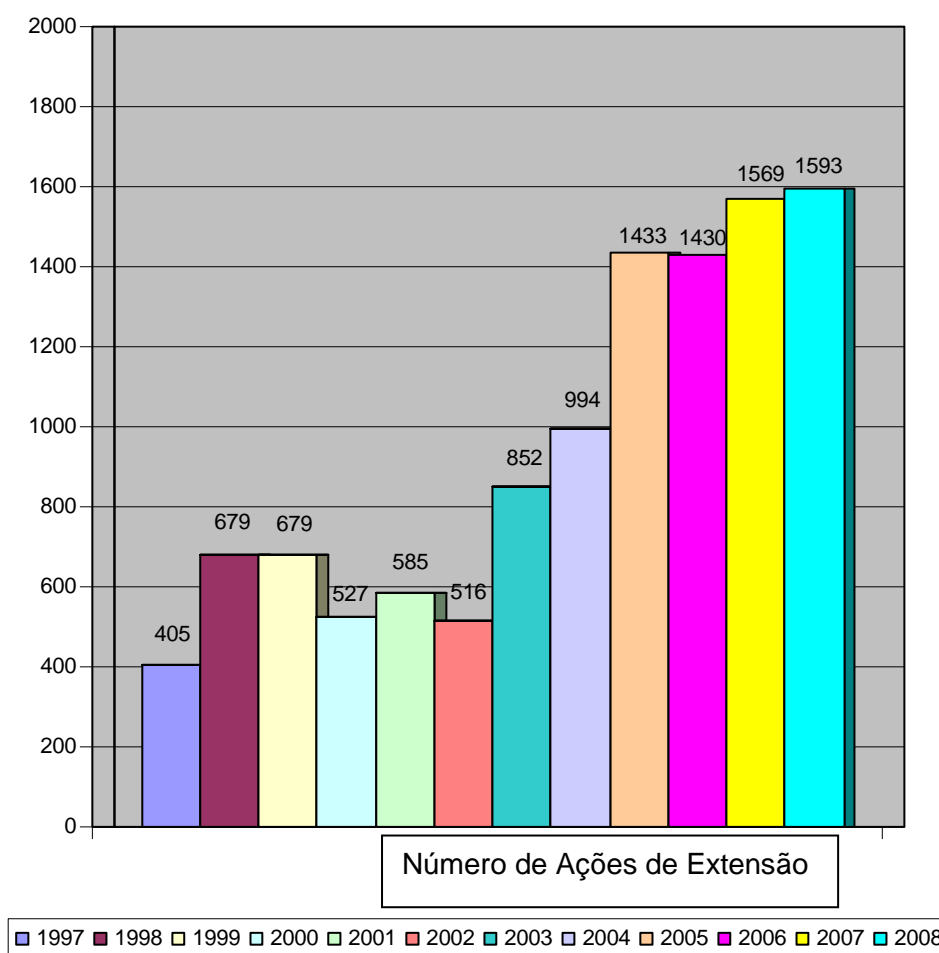


Figura 6 - Ações de Extensão na UFRGS

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, jan. 2009.

A avaliação da extensão vem sendo realizada desde o desenvolvimento do Projeto de Avaliação Institucional da UFRGS (PAIUFRGS), na década de 90, paralelamente com a construção da base institucional da extensão. Esse Programa teve foco na graduação e suas inter-relações com a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e a gestão.

A avaliação das ações de extensão é complexa e baseada em um conjunto significativo de dados e indicadores. Na busca de um processo consistente para tal, a PROEXT, em conjunto com o CPD, deu início, em 2000, à modelagem das atividades de registro e certificação que resultou no Sistema de Extensão.

Este Sistema subsidia a avaliação da extensão, ao mesmo tempo em que informatiza todas as etapas legais necessárias ao registro de uma atividade de extensão na UFRGS. Foi colocado à disposição da comunidade universitária em setembro de 2002, sendo que a partir de janeiro de 2003 todos os procedimentos relativos ao registro das atividades de extensão são realizados obrigatoriamente na página da UFRGS na *internet*.

Desde sua implantação, o Sistema vem sendo aprimorado, a partir das sugestões e críticas da comunidade universitária, fazendo com que seja atingido um novo patamar, na medida em que a extensão vem se consolidando e sendo reconhecida dentro da academia ao longo dos últimos anos.

Mais recentemente, visando especialmente à reflexão e à proposição de melhorias na extensão, desde 2007 a PROEXT e a Câmara de Extensão têm se articulado em iniciativas conjuntas, através da participação em comissões mistas, conforme já referido anteriormente. Os trabalhos da Comissão Mista de Revisão do Sistema de Extensão, com participação da PROEXT, CAMEX e CPD, propuseram a nova versão do Sistema de Extensão, disponibilizada *on-line* em maio de 2008. Em junho desse mesmo ano, foi formada nova Comissão Mista CAMEX/PROEXT, com o propósito de revisar a Resolução nº 26/2003-CEPE, discutindo as normas de extensão da UFRGS.

Ao longo destes anos de implantação do Sistema, cumpre salientar os esforços envidados no sentido de incentivar o registro adequado da extensão que é desenvolvida na UFRGS. Uma forma eficaz de garantir o registro das ações de extensão foi a implantação da Decisão nº 118/2001, do CONSUN, que trata da distribuição de vagas docentes de acordo com a definição de um índice departamental. Assim como para as outras atividades, foi estabelecido que apenas seriam consideradas para a definição da produção de cada departamento, as ações extensionistas devidamente registradas no sistema da PROEXT, sem remuneração. Neste sentido a Decisão nº 118/2001 passa a validar as horas de extensão que, somadas às atividades de ensino e pesquisa, determinam o índice departamental utilizado para alocação das vagas docentes.

Outra questão fundamental no incentivo ao registro foi a exigência da regularidade da atividade extensionista para participação nos Salões de Extensão.

Paralelamente, desde a implantação do Sistema de Extensão, a PROEXT vem desenvolvendo uma campanha no sentido de oficializar o registro da atividade extensionista. Busca-se ressaltar, junto aos coordenadores dos projetos e às Comissões de Extensão, a relevância do registro adequado das informações e a importância da articulação deste Sistema com os demais, em nível local, regional e nacional. Cumpre salientar que o mesmo foi construído dentro dos parâmetros estabelecidos nacionalmente pelo Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e das normas estipuladas pela Câmara de Extensão da UFRGS.

É fato que o Sistema de Extensão está consolidado na UFRGS e mostra-se satisfatório em relação às necessidades de registro, acompanhamento e avaliação das ações de extensão. Convém salientar, entretanto, que ainda falta uma maior adequação ao modelo requerido pelo Censo da Educação Superior, solicitado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Dessa forma, o preenchimento dos formulários do relatório mencionado somente se faz possível com consultas mais complexas e apoio direto do CPD/UFRGS.

De outra parte, o Sistema de Extensão sofre algumas críticas por parte dos seus usuários. A crítica deve-se ao fato de que o Formulário de Ação de Extensão requer preenchimento detalhado por parte dos coordenadores de extensão, em que as informações apresentadas em um campo influem diretamente no registro de demais dados da ação. É importante destacar que os filtros gerados pelo Sistema, que não raro trazem alguma dificuldade no preenchimento do formulário, visam ao atendimento às exigências dispostas nos documentos legais referentes à extensão universitária na UFRGS e às necessidades de relatórios de dados da extensão.

O Sistema é instrumento decisivo no que se refere à avaliação da extensão da UFRGS, tanto interna quanto externa. A partir das informações que reúne é possível alimentar os dados requeridos na avaliação dos departamentos da Universidade, procedida anualmente. A própria avaliação departamental também pode ser entendida como um momento de reflexão e avaliação da extensão, em que são contabilizadas as horas docentes envolvidas em atividades extensionistas de real contato com a comunidade.

Também o Programa de Bolsas de Extensão é desenvolvido através do Sistema de Extensão, tanto na utilização dos dados das ações já registradas, como na solicitação e distribuição das bolsas, na vinculação dos alunos como bolsistas de extensão, no controle de frequência do bolsista e na confecção da folha de pagamentos. Uma vez que o número de bolsas disponíveis anualmente é significativamente inferior à demanda dos projetos da

Universidade, o processo de distribuição das cotas de bolsas revela-se como importante forma de acompanhamento e avaliação da extensão desenvolvida na UFRGS. Os projetos inscritos são avaliados, então, quanto à participação discente e contribuição na sua formação acadêmica, quanto à interação da ação com a comunidade, quanto à interdisciplinaridade e articulação com outras áreas do conhecimento, quanto à indissociabilidade da extensão com o ensino e com a pesquisa, entre outros aspectos.

No que tange às Bolsas de Extensão, cumpre salientar que historicamente, o quantitativo das bolsas não acompanhou o incremento das ações extensionistas. Em 1999, o número de bolsas era de 210 e, mesmo atingindo 271 no ano de 2008, não corresponde ao crescimento de mais de 100% das ações extensionistas, no mesmo período. Este é um dos grandes desafios que a extensão da UFRGS terá que enfrentar nos próximos anos: o aumento do quantitativo das bolsas de extensão é urgente.

Outro ponto relevante no tocante ao caminho a ser percorrido na avaliação da extensão é o aspecto qualitativo. Hoje a extensão da UFRGS possui uma gama diversa e detalhada de dados quantitativos, em função do Sistema acima mencionado. Entretanto, a avaliação qualitativa que mensure, de alguma forma, a opinião dos sujeitos que viveram a atividade de extensão e/ou que mensure o impacto social ou sócio-econômico desta atividade ainda não existe de forma institucional e, portanto, de forma global ou abrangente, transversal a toda Universidade.

As análises apontam para a necessidade de se pensar estratégias metodológicas para esta mensuração qualitativa, estratégias estas que não simplifiquem, distorçam ou estrangulem a diversidade dos projetos extensionistas desenvolvidos e que sejam capazes de analisar a repercussão dessas ações em meio à comunidade científica e social, alcançadas direta ou indiretamente pela intervenção extensionista da Universidade. Dito de outra forma, o impacto social da extensão na sociedade. Um trabalho realizado por um grupo de professores e servidores técnico-administrativos (BARBISAN, A.O. et al., 2004) que foram/são membros da PROEXT e/ou da SAI, resultou em uma publicação que contém uma complexa proposta de Sistema de Avaliação da Extensão. Esta proposta, a partir de uma revisão e atualização que precisa ser feita, pode vir a contribuir para o olhar qualitativo da avaliação da extensão.

Ainda no que tange à consolidação de dados e à avaliação da extensão, somente no período de 2005 a 2008, por exemplo, foram certificadas 101.347 pessoas em ações que requerem inscrição formal no Sistema de Extensão. Esta certificação, entretanto, não inclui o público atingido por ações abertas à comunidade como exposições, apresentações,

shows, sessões de Planetário, cinema e ações de intervenção em comunidades específicas. Nesse aspecto, a UFRGS ainda não dispõe de meios que permitam contabilizar com precisão a abrangência da sua atuação em atividades de extensão que envolvem grande público e comunidades. Isso se deve, entre outros motivos, à inexistência de instrumento específico para contabilizar e avaliar, ou mesmo à carência de prática de avaliação das ações por parte dos coordenadores e suas equipes; e também à inexistência de campo de preenchimento, no Relatório da ação, relativo à totalidade do público atingido pela respectiva atividade.

O Sistema de Extensão, na forma como foi implementado pela UFRGS, permite uma análise interna bastante complexa, a partir de conjunto significativo de dados e indicadores, o que proporciona o acompanhamento das ações por parte dos seus executores e das instâncias responsáveis pela aprovação e validação das mesmas na Universidade.

O Quadro 54 revela o número crescente de ações de extensão promovidas pela UFRGS no quadriênio 2005-2008, conforme registradas no Sistema de Extensão.

Ações de Extensão	2005	2006	2007	2008
Número de ações coordenadas por docentes	1.151	1311	1549	1618
Número de docentes coordenadores	527	558	633	672
Número de ações coordenadas por técnicos	90	94	95	97
Número de técnicos coordenadores	54	49	48	58
Número de certificados emitidos	23.147	23.635	26.536	28.093

Quadro 54 - Ações de Extensão, 2005- 2008

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, mar. 2009.

Reflexo direto do aumento das ações de extensão desenvolvidas na UFRGS, conforme mostrado no Quadro acima, é o aumento no número de certificados emitidos nesses quatro últimos exercícios. Vale salientar que nem todas as ações registradas no Sistema de Extensão solicitam certificação ao público participante, como já foi mencionado anteriormente. Recebem Certificados de Extensão apenas os extensionistas que integram as equipes de trabalho e os participantes de ações de extensão que requeiram inscrição, mediante cadastro no Sistema.

Os dados apresentados no Quadro 54 revelam significativa discrepância entre o número de ações coordenadas por docentes e o número de ações sob coordenação de técnicos da Universidade. Essa diferença, sem dúvida, é reflexo do fato de que a proposição e coordenação de ações de extensão é critério de pontuação, tanto na avaliação de desempenho dos docentes, quanto na avaliação departamental, que ocorrem anualmente.

Há interesse, portanto, dos próprios docentes e dos seus respectivos departamentos no seu envolvimento na extensão. Por outro lado, o mesmo não acontece com relação aos técnicos, cuja atuação em extensão universitária não é aspecto considerado em avaliação de desempenho, nem mesmo quando do processo de reenquadramento dos técnicos das IFES, ocorrido entre 2005 e 2006. Não há, na legislação vigente na Universidade, nada que beneficie os respectivos órgãos de exercício pela atuação extensionista desses servidores.

Além disso, embora o corpo técnico da UFRGS se mostre qualificado e capacitado para a coordenação de extensão universitária (caso dos técnicos com nível superior), e mesmo que muitos trabalhem diretamente em setores com natureza extensionista (em laboratórios ou setores de contato com comunidades e grupos sociais, por exemplo), não há um incentivo maior à atuação dos técnicos em atividades claramente acadêmicas (atividade-fim da Universidade). De um modo geral, a atribuição desses servidores acaba se ligando mais a atividades técnicas, operacionais ou administrativas (atividade-meio). Diferente disso, na função docente, a atuação em extensão (juntamente com a pesquisa e com o ensino) consta no plano de trabalho dos professores da Universidade. Isso justifica que nesses últimos quatro anos tenha aumentado o número de docentes coordenadores de ações de extensão (de 1.151 em 2005 a 1.618 em 2008), enquanto que o número de técnicos permaneceu praticamente inalterado (de 90 em 2005 a 97 em 2008).

Constata-se que, embora com um significativo número de ações de extensão desenvolvidas anualmente pela UFRGS, ainda é pequeno o número de pessoas que propõem e coordenam essas ações. Fato é que, não raro, um mesmo extensionista coordena mais de uma ação ao longo do ano, enquanto que muitos outros docentes e técnicos não atuam na extensão. Além da coordenação das ações, convém salientar que os integrantes da comunidade universitária também integram as equipes de trabalho, responsáveis pela execução das ações de extensão da UFRGS, conforme Quadro 55.

Executor	2005	2006	2007	2008
Docente	1.272	1605	1570	1473
Técnico-Administrativo	254	301	275	281
Aluno Graduação	1.864	2137	2203	1749
Aluno Pós-Graduação	517	754	791	706

Quadro 55 - Extensionistas Envolvidos na Equipe de Trabalho, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, mar. 2009.

Em conformidade com as Diretrizes para a Extensão Universitária, as ações de extensão da UFRGS desenvolvem-se a partir de oito áreas temáticas. Convém esclarecer que, nos últimos anos, o FORPROEX propôs a alteração do nome de algumas dessas áreas, a fim de melhor identificar e abranger a extensão desenvolvida em âmbito nacional. Tais alterações foram acolhidas no registro das ações de extensão desta Universidade. Assim, a área de Direitos Humanos passou a ser chamada “Direitos Humanos e Justiça” e a área de Tecnologia foi ampliada para “Tecnologia e Produção”.

O Quadro 56 apresenta as ações desenvolvidas, por área temática, considerando o período de 2005 a 2008.

Área Temática	2005	2006	2007	2008
Comunicação	71	54	59	84
Cultura	147	152	190	192
Direitos Humanos e Justiça	17	24	30	36
Educação	364	496	559	573
Meio Ambiente	77	63	90	118
Saúde	469	497	527	535
Tecnologia e Produção	147	134	163	146
Trabalho	19	27	30	33

Quadro 56 - Ações de Extensão por Área Temática, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, mar. 2009.

Conforme mostrado no Quadro 56, nos últimos quatro anos foi mantida a tradição da Universidade de intensa atuação nas áreas de educação e de saúde. As ações da área da educação são propostas por várias unidades acadêmicas, não se limitando à Faculdade de Educação ou aos institutos com cursos de licenciatura. Da mesma forma, as ações da área da saúde são promovidas por várias unidades acadêmicas da UFRGS e também por órgãos da Administração Central. É possível observar que áreas como ‘Trabalho’ e ‘Direitos Humanos e Justiça’, de importante repercussão social, ainda carecem de maior atenção por parte da Universidade. Independente da área temática em que são distribuídas, as atividades extensionistas se desenvolvem através de modalidades diferentes de atuação. A norma de extensão vigente na UFRGS, Resolução nº 26/2003-CEPE, prevê quatro modalidades de ações de extensão no âmbito desta Universidade: ‘curso’, ‘evento’, ‘prestação de serviços’ e ‘produção e publicação’. A fim de melhor identificar e acompanhar as atividades, atendendo aos relatórios acerca da extensão desenvolvida na UFRGS, foi

necessário um maior detalhamento das ações. Assim, o formulário para registro das ações de extensão desdobra algumas dessas modalidades, como apresentado no Quadro 57.

Modalidade	2005	2006	2007	2008
Curso à distância	30	47	44	40
Curso à distância e presencial	23	56	55	56
Curso presencial	407	513	575	560
TOTAL DE CURSOS	460	616	674	656
Evento	228	250	275	293
Evento – Congresso	18	33	40	53
TOTAL DE EVENTOS	246	283	315	346
Prestação de Serviços - Ação social e comunitária	320	263	279	269
Prestação de Serviços - Consultoria, assessoria	97	76	122	158
Prestação de Serviços - Desenvolvimento de produtos	25	16	27	30
Prestação de Serviços - Hospitais, clínicas e laboratórios	82	63	99	104
TOTAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	524	418	527	561
PRODUÇÃO E PUBLICAÇÃO	75	86	92	83

Quadro 57 - Atividades de Extensão por Modalidade, 2005-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão, mar. 2009.

Em linhas gerais, os números têm se mantido nesses últimos quatro anos, com alguma evolução, o que demonstra que a prática extensionista está consolidada. Observa-se, porém, que de 2005 a 2008 houve aumento do número de ações na modalidade de prestação de serviços. Cabe ressaltar que a Universidade aguarda uma adequação no que se refere à rotina de registro dessa modalidade, em formulário eletrônico específico, a ser elaborado pelo CPD/UFRGS. Conforme a norma atual de prestação de serviços, Decisão nº 242/2005-CONSUN, todas as atividades assim identificadas devem ser registradas no Sistema de Extensão, o que nem sempre é coerente com a natureza da atividade, uma vez que a prestação de serviços da Universidade à sociedade pode estar relacionada também com pesquisa e ensino. Na prestação de serviços, no âmbito da extensão universitária, estão incluídas as atividades provenientes de contratações de serviços ou ações que contam com movimentação financeira, mas também as ações de caráter social e comunitário e os atendimentos em hospitais, laboratórios e clínicas da Universidade. Essas são registradas como atividades de prestação de serviços à comunidade.

A PROEXT valoriza a participação das ações extensionistas e de seus agentes em eventos de divulgação da extensão universitária. A participação da UFRGS no SEURS, na Expointer e a trajetória do Salão de Extensão são elementos que apontam para uma dinâmica de participação da extensão nos diversos espaços de divulgação e reflexão.

A necessidade de seleção dentre as ações de extensão que se inscrevem para participação no SEURS, dado o número reduzido de vagas para apresentação de trabalhos de cada instituição, também remete à avaliação da extensão. Os critérios assumidos são correlatos com aqueles propostos em âmbito nacional, somando-se a relação da ação com o tema do evento.

O Salão de Extensão também é espaço de avaliação da extensão universitária, pois dá visibilidade à prática extensionista desenvolvida ao longo do ano junto a diferentes segmentos sociais. A participação do público nas Oficinas, nos Minicursos e na Mostra Interativa levou ao oferecimento de uma nova modalidade, específica ao público infantil. Além disso, através dos seminários e, em especial, das modalidades de apresentação de trabalhos acadêmicos diante de banca de avaliação, o Salão tem propiciado o debate entre os extensionistas, levando ao fortalecimento e à melhoria das ações de extensão. Caracteriza-se, também, como momento de integração de extensionistas de áreas afins, proporcionando contato com a extensão praticada por outras universidades do RS.

A divulgação das atividades de extensão, a reflexão e a avaliação da prática extensionista e o crescimento dos números relativos à extensão, observado nos quadros apresentados, são reflexo do panorama científico nacional. É fato que a extensão universitária, em nível nacional, tem se firmado e consolidado. Uma das consequências disso é a abertura de novos editais públicos e privados em benefício de atividades de extensão que se caracterizem, não raro, pela inserção social e pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Nesse sentido, é visto que entre as atividades da PROEXT nos próximos exercícios, maior ênfase deve ser dada ao incentivo e apoio à participação da UFRGS em editais, através de seus departamentos e unidades.

A seguir, o Quadro 58 evidencia de modo sucinto algumas potencialidades, fragilidades e recomendações para a área de extensão da Universidade.

Resultados Alcançados		Recomendações
Potencialidades	Fragilidades	
A extensão encontra-se consolidada na UFRGS, com um número expressivo de atividades à comunidade.		
O registro das atividades extensionistas no Sistema de Extensão, o qual é instrumento decisivo no que se refere à avaliação da extensão da UFRGS.	Detalhamento do Formulário de Ação de Extensão e filtros gerados pelo Sistema trazem dificuldade no preenchimento, por parte dos coordenadores. Os formulários visam ao atendimento às normas legais estabelecidas.	Dar continuidade aos trabalhos da Comissão Mista de Revisão do Sistema de Extensão, com participação da PROEXT, CAMEX e CPD, com vistas à melhoria do formulário.
Incentivos ao registro das atividades extensionistas através de norma interna (Decisão nº 118/2001 do CONSUN), obrigatoriedade para participação nos Salões de Extensão e outras ações.		
Os Salões de Extensão como importante espaço para reflexão e divulgação da extensão desenvolvida na Universidade.		
	O quantitativo das bolsas de extensão não acompanhou o incremento das ações extensionistas.	Proporcionar maior aporte de recursos para bolsas de extensão aos projetos desenvolvidos.
	Falta de um modelo e/ou instrumental para avaliação qualitativa da extensão desenvolvida, especificamente no que tange ao impacto social da extensão na sociedade.	Elaborar instrumento de avaliação qualitativa da extensão desenvolvida na Universidade.
	Não é possível contabilizar hoje, com exatidão, o público atingido por ações abertas à comunidade como exposições, apresentações, <i>shows</i> e ações de intervenção em comunidades específicas.	Incluir um campo específico no Relatório eletrônico da atividade extensionista que informe o público atingido pela ação desenvolvida.
	Ainda é pequeno o número de servidores (docentes e técnicos) que propõem e coordenam ações extensionistas.	Maior difusão e incentivo à extensão na Universidade para agregar novos extensionistas e incrementar o número de ações desenvolvidas.

Quadro 58 - Avaliação da Dimensão Extensão

2.7 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.7.1 Histórico da Educação a Distância na UFRGS

A história da Educação a Distância (EAD) na UFRGS está marcada, desde o seu início, pelas relações entre as tecnologias da informática e a educação. O caminho da EAD é trilhado desde os primeiros experimentos com computadores integrados ao ambiente educacional. Com o alcance da Universidade, devido ao seu tamanho físico e a sua capacidade, pôde-se desenvolver projetos voltados à EAD em diversos núcleos e unidades acadêmicas ao mesmo tempo. Desta maneira, a trajetória da UFRGS teve, desde o início, a marca da interdisciplinaridade, unindo diferentes áreas do conhecimento, a fim de uma construção sólida do saber fazer em EAD.

As primeiras pesquisas surgiram na UFRGS com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação ligadas à Educação no início da década de 70. Foi no Laboratório de Estudos Cognitivos (LEC) que a Universidade iniciou a busca para atender as novas necessidades. Desde sua constituição em 1973, o Laboratório optou por realizar estudos cognitivos na orientação da epistemologia e da psicologia genéticas. Esses estudos buscavam especificar as relações entre o sujeito e os novos recursos que poderiam vir a explicar o seu funcionamento e ajudar no seu desenvolvimento. A partir de 1980, o LEC passou a orientar suas atividades de pesquisa, ensino e extensão para os processos cognitivos de crianças e adolescentes em interação com o computador. Utilizou para isso a programação ativa através de um ambiente baseado em linguagem LOGO.

Juntamente com essa nova orientação de trabalho do LEC, em meados dos anos 80 deu-se o início oficial das atividades em Informática na Educação no País. Um dos projetos de destaque promovidos pela UFRGS no período foi o SISCAI, um sistema de ensino assistido por computador usando terminais ligados ao *Mainframe B-6700*. O desenvolvimento do sistema teve a participação de professores da então Divisão Acadêmica do CPD e da Faculdade de Educação. Em 1982, O SISCAI recebeu o prêmio de melhor *software* universitário na SUSESU, em São Paulo. O *software* daria origem posteriormente ao CAIMI, já operando em microcomputadores.

Dois anos mais tarde, através dos seminários promovidos pela Secretaria Especial de Informática e pelo MEC, houve a criação do projeto EDUCOM em 1984. A UFRGS foi convidada a ser parte integrante do projeto devido a sua precoce atuação e pesquisa na área de aplicação da informática na educação, sendo inclusive, uma das sedes do projeto.

Durante mais de cinco anos, o EDUCOM/UFRGS conjugou grupos de pesquisadores de três unidades: Faculdade de Educação, Departamento de Psicologia, na época integrante do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e Centro de Processamento de Dados. Mais tarde, com a criação do Instituto de Informática, este também se integrou ao projeto. O EDUCOM concentrou suas atividades em três grandes áreas: pesquisa sobre o uso de informática em educação, produção de *software* e formação de recursos humanos.

Uma nova fase de pesquisas na UFRGS começou em 1985, quando a ênfase foi a aplicação dos resultados das pesquisas à formação de recursos humanos e aos conhecimentos de conteúdos (linguagem, matemática, ciências). Nesta área, a UFRGS foi a primeira Instituição do país a criar Cursos de Especialização em Informática, atendendo professores de todo o Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 1986 a 1989.

No início dos anos 90, a orientação das pesquisas voltou-se à interação e à telemática, abrangendo Educação a Distância, Robótica e Aprendizagem Compartilhada. Outras áreas de importante impacto em educação mediada por computador que passaram a ser desenvolvidas na Universidade são as de Inteligência Artificial e Tutores Inteligentes.

Com toda experiência adquirida pela UFRGS e contando com recursos humanos capacitados na área da informática educativa foi criada em 1993, pela Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, uma comissão de trabalho para estudar a proposta de um Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação (PPGIE) em nível de doutorado.

A partir da criação do Doutorado em Informática na Educação, atualmente vinculado ao Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias da Educação (CINTED), a EAD teve um novo impulso e adquiriu uma característica que passou a distingui-la de outras instituições de ensino superior nacionais e internacionais: a de basear-se, fortemente, nas novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo na *internet*, para promover a interação entre docentes, discentes e outros agentes envolvidos no processo de aprendizagem.

Em 2000, a UFRGS deu início ao processo de promoção de Editais internos, com o intuito de fomentar a Educação a Distância. Os primeiros editais foram lançados pela Pró-Reitoria de Graduação e pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Esse programa interno de fomento iniciou com nove projetos propostos por sete unidades de ensino. No ano de 2008, já contava com sessenta. Com a criação da Secretaria de Educação a Distância (SEAD), em 30 de agosto de 2002, através da Portaria Interna nº 2975, de 31 de outubro de 2002, o programa de fomento à EAD foi assumido pela mesma.

Como instância de fomento, coordenação e institucionalização das ações de Educação a Distância na UFRGS, a SEAD institucionalizou três Ambientes Virtuais de Aprendizagem: NAVI, ROODA e MOODLE. Instalados no CPD e integrados ao Sistema Acadêmico da Universidade, esses ambientes fornecem suporte para disciplinas de graduação e de pós-graduação, bem como para atividades extensionistas, beneficiando cerca de 48.430 alunos. Cabe ressaltar que as plataformas NAVI e ROODA foram desenvolvidas por grupos de pesquisa da UFRGS.

É importante citar que as primeiras ações de EAD compreendiam a elaboração e produção de materiais para disciplinas esparsas, passando, a seguir, para o oferecimento de cursos de extensão e, posteriormente, para a realização de cursos de especialização. Atualmente, em consonância com as políticas públicas implementadas pelo Ministério da Educação, em especial, pela SEAD, a Universidade vem enfatizando o desenvolvimento de cursos de graduação, concebidos e oferecidos na modalidade EAD.

Nesse sentido, em 2006, foram criados os cursos de graduação, na modalidade EAD, de Administração e de Pedagogia. Em 2007, teve início o curso de Tecnólogo em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Rural (PLAGEDER), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Em âmbito nacional está sendo realizado, desde 2008, o curso de Licenciatura em Música. Ainda em 2008 foram oferecidas vagas para professores leigos do ensino público, nos cursos de Licenciatura em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Letras (Inglês) e Matemática. Esses cursos estão sendo ofertados e desenvolvidos em parceria com outras IES componentes da Rede Gaúcha de Ensino Superior a Distância (REGESD), em diversos polos do Estado.

2.7.2 Normatização da Educação a Distância na UFRGS

A regulamentação da EAD no país se deu através do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regula o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), complementada por Portarias e Resoluções Ministeriais, que, dentre as quais, destaca-se:

- a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que regulamenta a oferta de disciplinas a distância em cursos presenciais;
- a Portaria MEC nº 4.068, de 29 de novembro de 2005, que credencia a UFRGS para a realização de cursos superiores a distância, nos limites de sua autonomia;
- a Lei nº 11.273, de 06 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e

continuada de professores para a educação básica (alterada pela Lei nº 11.502 de 2007), inclusive na modalidade a distância;

- a Resolução/FNDE/CD nº 44, de 29 de dezembro de 2006, que estabelece orientações e diretrizes para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos cursos e programas de formação superior, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, vinculado ao Ministério da Educação;
- a Resolução/FNDE/CD nº 49, de 29 de dezembro de 2006, que estabelece orientações e diretrizes para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa para participantes do Pró-Licenciatura, no âmbito do Ministério da Educação;
- a Portaria normativa nº 2 do MEC, de 10 de janeiro de 2007, que dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da educação superior na modalidade à distância; e
- a Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, que modifica as competências e a estrutura da CAPES, no seu artigo 2º, parágrafo 2º, aborda o fomento de ações para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica pela CAPES em regime de colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal e mediante convênios com instituições de ensino superior, sendo que os programas deverão observar o seguinte: a formação inicial será presencial, com uso de recursos e tecnologias de educação a distância e a formação continuada será especialmente com uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

A EAD, no âmbito da UFRGS, em consonância com seu projeto de autonomia universitária, dispõe de normatização interna, onde a Resolução nº 10/2006, do CEPE, de 08 de março de 2006, estabelece normas para regulamentação das ações de educação a distância, para atividades acadêmicas de graduação e pós-graduação, de extensão universitária, bem como de educação básica e de educação profissional (Anexos 64 a 66).

A Resolução nº 37, do CEPE, de 06 de setembro de 2006, regulamenta o Programa Especial de Graduação (PEG) no âmbito da UFRGS. Este Programa tem por objetivo a ampliação da atuação da UFRGS na área da graduação, presencial e a distância, através da realização de cursos sem o caráter de oferta permanente e que atendam necessidades emergenciais e temporárias da comunidade, ou propostas experimentais ou inovadoras, ambas devidamente identificadas e avaliadas pelas instâncias competentes da Universidade.

2.7.3 Órgãos de Gestão e de Suporte

A Educação a Distância na UFRGS possui uma estrutura descentralizada; sua coordenação e articulação são de responsabilidade da Secretaria de Educação a Distância. Apoiando as políticas implementadas pela SEAD, o CINTED, o CPD e o CESUP também oferecem suporte para a EAD na UFRGS.

2.7.3.1 Secretaria de Educação a Distância (SEAD)

A SEAD tem como principais objetivos:

- a) propor e executar, em sintonia com a Administração Central, ouvido o Fórum de Educação a Distância, a Política Institucional de EAD;
- b) assessorar a Administração Central da UFRGS no que tange à EAD;
- c) promover a articulação das Unidades e Centros de Estudos Interdisciplinares para a execução de projetos que envolvam Educação a Distância;
- d) articular relações interinstitucionais e representar a UFRGS, junto a outras instituições no que tange a ações de Educação a Distância;
- e) administrar, juntamente com o CPD e o CESUP, os recursos tecnológicos colocados à disposição da comunidade da UFRGS para fins de suporte a ações de Educação a Distância;
- f) manter atualizado banco de dados, bem como material de divulgação das atividades de Educação a Distância da UFRGS;
- g) gerenciar, junto às Pró-Reitorias e outros órgãos da UFRGS, a administração de recursos humanos para garantir a continuidade de ações que envolvem a EAD; e
- h) gerenciar junto às Pró-Reitorias e outros órgãos da UFRGS, a administração de recursos financeiros no que tange ao investimento em tecnologia e equipamentos, bem como ao oferecimento de bolsas de apoio técnico, de monitoria, de iniciação científica, e outras modalidades de forma a dar sustentação a projetos considerados prioritários no desenvolvimento de pesquisa, ensino e extensão que envolva a EAD.

A SEAD é responsável pelo cadastramento das atividades de educação a distância na Universidade e pela promoção de Editais para fomento ao desenvolvimento de novas atividades. A Secretaria realiza mensalmente o Fórum de EAD e, uma vez por ano, o Salão de EAD, que buscam divulgar e discutir o que vem sendo feito na Universidade.

O Fórum EAD é um espaço de debate aberto a toda comunidade acadêmica da Universidade engajada com a educação a distância em suas mais diversas aplicações. O Fórum tem como objetivos principais fomentar a EAD e fornecer à SEAD subsídios para o estabelecimento das políticas institucionais.

O Salão de EAD foi projetado para divulgar o que vem sendo feito na UFRGS, de forma a capacitar os professores para a Educação a Distância, ampliando, assim, o universo de profissionais aptos a utilizar as novas tecnologias, tanto na educação a distância como na presencial.

2.7.3.2 Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias da Educação (CINTED)

Implantado em 15 de setembro de 2000, através da Decisão nº 186/2000, do Conselho Universitário da UFRGS, a partir da iniciativa conjunta da Escola de Engenharia, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Faculdade de Educação, do Instituto de Informática, do Instituto de Matemática e do Instituto de Psicologia, o CINTED tem por objetivo primordial realizar estudos e pesquisas interdisciplinares a fim de fornecer suporte às atividades de implementação de tecnologias alternativas em programas e projetos educativos, presenciais e/ou a distância. Também sedia cursos de pós-graduação e desenvolve atividades de extensão.

2.7.3.3 Centro de Processamento de Dados (CPD)

Criado em 1968, o CPD é um órgão suplementar que tem como missão prover a comunidade universitária com recursos de tecnologia de informação, em apoio às atividades acadêmicas e administrativas.

2.7.3.4 Centro Nacional de Supercomputação (CESUP)

A lei que instituiu o II PLANIN (Plano Nacional de Informática e Automação), aprovada pelo Congresso Nacional Brasileiro em outubro de 1991, propôs a instalação no país de um Centro Nacional de Supercomputação, um recurso aberto aos usuários e pesquisadores que utilizam recursos computacionais de alta *performance* para problemas avançados em ciências básicas e aplicadas aos mais diversos campos.

O CESUP-RS entrou em operação em junho de 1992 com acesso aberto, via rede de computadores, a todo o país. Em 1º de julho de 1992, concluiu-se o período de teste do supercomputador Cray Y-MP 2E, o primeiro desta classe avançada instalado na América do Sul. A partir de então, o Centro passou a apoiar projetos de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico que necessitam de recursos de simulação, visualização e treinamento em supercomputação e ferramentas relacionadas.

Cumprindo sua missão de centro de referência nacional, o CESUP-RS dissemina, através de cursos, de treinamento e de núcleos de apoio remoto situados em outros centros do país, o uso dos recursos de supercomputação.

O CESUP faz parte do Sistema Nacional de Processamento de Alto Desempenho (SINAPAD), mantido pela FINEP/MCT.

2.7.4 Políticas Institucionais para Cursos de Graduação a Distância e Suas Formas de Operacionalização

A UFRGS oferece sete cursos de graduação a distância, todos dentro dos programas de fomento dessa modalidade do Ministério da Educação, oferecidos como Programas Especiais de Graduação, de acordo com a Resolução nº 37/2006 do CEPE. A política da Instituição para esta área consiste, da mesma forma que para a modalidade presencial, na expansão com preservação da qualidade. A estratégia principal baseia-se na inserção nos programas governamentais para a obtenção de recursos que permitam tal expansão (conforme mostra Quadro 59).

Além dos processos de acompanhamento do MEC, todos esses cursos são submetidos à análise da Câmara de Graduação do CEPE, bem como ao acompanhamento da SEAD. Há uma preocupação quanto a sua qualidade pedagógica, de modo que os Projetos Pedagógicos dos Cursos, as instalações físicas, tanto na sede, como nos pólos de apoio presencial e o conjunto de pessoas envolvidas (docentes, tutores e servidores técnico-administrativos) sejam condizentes com o padrão de qualidade da UFRGS. Todos os cursos à distância da UFRGS têm uma ênfase grande nos processos de interação através do uso das tecnologias de informação e comunicação entre professores, tutores e alunos. Há, ainda, um crescente processo de integração institucional desses cursos com o todo da Instituição, de modo que esses alunos disponham dos mesmos direitos dos alunos presenciais quanto ao acesso ao Sistema de Bibliotecas, Restaurante Universitário e outros serviços disponibilizados pela Universidade.

Curso	Coordenador	Unidade/ Instituição Responsável	Nº de Vagas Ofertadas
Graduação em Administração	Marisa Rhoden	Escola de Administração UFRGS	500
Graduação em Pedagogia - Licenciatura	Rosane Nevado	Faculdade de Educação UFRGS	400
Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural	Lovois de Andrade Miguel	Faculdade de Ciências Econômicas UFRGS	612
Licenciatura em Artes Visuais	Umbelina Barreto	UFRGS	1.321*
Licenciatura em Ciências Biológicas	João Ito Bergonci	UFRGS	48**
Licenciatura em Letras - Inglês	Eunice Polônia	UFRGS	93***
Licenciatura em Matemática	Sandra Vielmo	UFSM	26****
Licenciatura em Música	Helena Nunes	Instituto de Artes UFRGS	840
TOTAL			3.841

* Em 2009, 33 vagas poderão ser ofertadas em novo Concurso Vestibular.

** Em 2009, 216 vagas poderão ser ofertadas em novo Concurso Vestibular.

*** Em 2009, 105 vagas poderão ser ofertadas em novo Concurso Vestibular.

**** Em 2009, 40 vagas poderão ser ofertadas em novo Concurso Vestibular.

Quadro 59 - Cursos de Graduação em Andamento

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2007.

A seguir apresenta-se a trajetória da educação a distância na UFRGS.

2.7.4.1 Graduação em Administração

O Curso de Graduação em Administração - modalidade a distância - é um projeto piloto do Ministério da Educação desenvolvido no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que busca a expansão dos recursos da Universidade Pública para um universo mais amplo de atendimento à sociedade, formando profissionais administradores com competências conceituais, técnicas e humanas, capazes de articular o conhecimento sistematizado com a ação profissional.

Também é objetivo do curso a construção de um contexto organizacional eficaz e a sua transformação em oportunidades empreendedoras, mediante a utilização da tecnologia de ensino à distância. Ofertando 500 vagas, o curso iniciou em 07 de outubro de 2006 com alunos aprovados em concurso vestibular realizado em julho de 2006.

Hoje atende a 362 alunos, distribuídos em 10 Polos Presenciais: Bagé, Caxias do Sul, Ijuí, Lajeado, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e São Leopoldo.

2.7.4.2 Graduação em Pedagogia - Licenciatura

O Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, modalidade a distância, é um projeto piloto desenvolvido no âmbito do Programa Pró-Licenciatura 1, que visa à formação, predominantemente a distância, de professores em exercício na rede pública de ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

O regime escolar para o Curso é semestral, com matrícula por blocos de desdobramentos (eixos) correspondentes a semestres. As aulas teóricas e teórico-práticas são oferecidas majoritariamente a distância. Ofertando 400 vagas, o curso iniciou em agosto de 2006, com alunos aprovados em processos seletivos realizados em maio de 2006 e março de 2007.

Hoje atende a 349 professores leigos e em efetivo exercício na rede pública de ensino e conta com polos localizados em cinco municípios: Alvorada, Gravataí, São Leopoldo, Sapiranga e Três Cachoeiras.

2.7.4.3 Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

A oferta do curso de graduação tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, na modalidade a distância, teve sua origem no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, que vem atuando sistematicamente no ensino, pesquisa e extensão. A partir desta atuação, foi diagnosticada a necessidade de formar tecnólogos que possam compreender e atuar nas questões locais e regionais como agentes para o desenvolvimento rural. Quando o MEC, por meio da Secretaria de Ensino a Distância, publicou o Edital nº 01/2005 - SEED/MEC buscando interiorizar a oferta de cursos superiores e fomentar o sistema UAB, surgiu a oportunidade de encaminhar a proposta do Curso de Graduação Tecnológica na modalidade EAD. A proposta foi aprovada com 612 vagas. O primeiro processo seletivo foi realizado em setembro de 2007.

Hoje, em 2009/1, tem 178 alunos matriculados, distribuídos em 6 polos de apoio presencial, todos no Rio Grande do Sul. Já está em andamento o processo de abertura de uma segunda turma deste curso, que deverá ter início no segundo semestre de 2009, com 500 vagas, distribuídas em 13 polos.

2.7.4.4 Licenciatura em Música

Integrante do Programa Pró-Licenciatura, o curso tem como objetivo geral a melhoria da qualidade do ensino musical nas escolas públicas brasileiras, por intermédio da ampliação das possibilidades de formação de seus professores.

A coordenação do curso é exercida pela UFRGS, que conferirá os diplomas, tendo como parceiras, em regime de convênio, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Fundação Federal de Rondônia (UNIR), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

As atividades do curso, que oferece 650 vagas, começaram em 2008/1 (PROLICENCIATURA 2). O processo seletivo, realizado em etapas, ocorreu nos meses de julho e agosto de 2007.

Em 2008, o curso ofereceu 840 vagas para candidatos dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo e Roraima. Este curso atende hoje (2009/1) 497 alunos, distribuídos em 9 polos de apoio presencial nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia e Rondônia.

2.7.4.5 Licenciaturas em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Letras - Inglês e Matemática

As Licenciaturas em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Letras (Inglês) e Matemática, modalidade a distância, estão sendo desenvolvidas em parceria com a REGESD.

O curso de Artes Visuais está sendo realizado em polos situados em Caxias do Sul, Gramado, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, São Leopoldo e Terra de Areia.

O curso de Ciências Biológicas está sendo realizado em polos situados em Caxias do Sul, Imbé, Porto Alegre e Rio Grande.

O curso de Letras (Espanhol) está sendo realizado em polos situados em Pelotas, Santa Maria, Santana do Livramento, Sobradinho e Três de Maio.

O curso de Matemática está sendo realizado em polos situados em Capão da Canoa, Porto Alegre, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Sapiranga, Sobradinho e Três de Maio.

É de responsabilidade da UFRGS a diplomação de parte dos alunos dos cursos de Letras - Inglês, Artes Visuais e Ciências Biológicas.

A UFRGS participa da REGESD, juntamente com a Universidade Federal de Santa

Maria, a Universidade Federal de Pelotas, a Universidade Federal do Rio Grande, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, a Universidade de Caxias do Sul e a Universidade de Santa Cruz do Sul.

A REGESD, em seu conjunto, oferece, desde 2008, os cursos de Licenciatura em Letras - Inglês, Licenciatura em Artes Plásticas, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Letras - Espanhol.

2.7.4.6 Indicadores da EAD no Ensino de Graduação

Ano	Nº de Alunos Matriculados em Cursos de Graduação Ministrados a Distância
2006	914
2007	2.315
2008	2.070
TOTAL	5.299

Quadro 60 - Número de Alunos Matriculados em Cursos de Graduação Ministrados a Distância

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS 2006-2008.

Ano	Nº de Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância
2006	596
2007	597
2008*	1.450
TOTAL	2.643

* Em 2008 além de disciplinas, o Relatório de Gestão passou a contabilizar turmas.

Quadro 61 – Número de Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2008.

Ano	Nº de Alunos Matriculados em Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância
2006*	16.141
2007	17.554
2008**	41.494
TOTAL	78.312

* Cada aluno pode estar matriculado em mais de uma disciplina.

** Em 2008 além de disciplinas, o Relatório de Gestão passou a contabilizar turmas.

Quadro 62 - Número de Alunos Matriculados em Disciplinas de Graduação Ministradas a Distância

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2008.

2.7.5 Políticas institucionais para Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu e Stricto Sensu*, na Modalidade a Distância, e suas Formas de Operacionalização

Já há uma tradição de oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância na UFRGS, os quais foram, inclusive, modelo para a constituição dos referenciais de qualidade para a EAD. A política de oferta de cursos de especialização a distância guarda uma coerência absoluta com a política de oferta de cursos presenciais. A política de criação desses cursos tem dupla matriz. Ela é fruto do planejamento das unidades acadêmicas e centros interdisciplinares em sua relação com a comunidade, de forma a atender demandas de formação em diversas áreas, bem como do planejamento geral da Universidade, em consonância com a política nacional de educação a distância e de formação continuada, principalmente em conjunto com o Ministério da Educação, como também com os Ministérios da Saúde e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Os cursos ofertados contam com estruturas e propostas pedagógicas condizentes com o nível de exigência de qualidade característica da UFRGS, tendo como característica essencial, a rica interação dos alunos entre si, com os tutores e professores (conforme mostram os Quadros 63 e 64).

Título	Unidade	Vagas
Bibliotecas Escolares e Acessibilidade (EBEA)	FABICO	70
Humanização da Atenção e Gestão do SUS - 2ª Edição	Instituto de Psicologia	105
Tecnologias da Informação para Educadores	CINTED	235
Tutoria em EAD	Faculdade de Educação	65
TOTAL		475

Quadro 63 - Cursos de Especialização em Andamento, 2008

Fonte: Secretaria de Educação a Distância.

Título	Unidade	Vagas
Administração Pública Eficaz	Escola de Administração	50
Capacitação de Técnicos - NTEs Região Sul	Instituto de Matemática	174
Escola de Gestores	CINTED	405
Humanização da Atenção e Gestão do SUS – 1ª Edição	Instituto de Psicologia	80
Informática na Educação – 2000	CINTED	40
Informática na Educação – 2003	CINTED	40
Informática na Educação – 2005	CINTED	30
Informática na Educação – 2007	CINTED	60
Tecnologias da Informação e da Comunicação na Promoção da Aprendizagem	Instituto de Matemática	300
TOTAL		1.179

Quadro 64 - Cursos de Especialização Concluídos, 2008

Fonte: Secretaria de Educação a Distância.

2.7.5.1 Indicadores da EAD no Ensino de Pós-Graduação

Ano	Nº de Cursos de Pós-Graduação – Especialização Ministrados a Distância
2006	2
2007	5
2008	10
TOTAL	17

Quadro 65 - Número de Cursos de Pós-Graduação – Especialização Ministrados a Distância

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS 2006-2008.

Ano	Nº de Alunos Matriculados em Cursos de Pós-Graduação – Especialização Ministrados a Distância
2006	670
2007	1.514
2008	2.061
TOTAL	5.045

Quadro 66 - Número de Alunos Matriculados em Cursos de Pós-Graduação

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS 2006-2008.

Ano	Nº de Disciplinas de Pós-Graduação – Especialização Ministradas a Distância
2006	39
2007	26
2008	188
TOTAL	253

Quadro 67 - Número de Disciplinas de Pós-Graduação – Especialização Ministradas a Distância

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS 2006-2008.

Ano*	Nº de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação – Especialização Ministradas a Distância
2006	405
2007	1.514
2008	2.713
TOTAL	5.432

* Cada aluno pode estar matriculado em mais de uma disciplina.

**Quadro 68 - Número de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação –
Especialização Ministradas a Distância**

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2008.

Ano	Nº de Disciplinas de Pós-Graduação – Doutorado/Mestrado Ministradas a Distância
2006	22
2007	169
2008	1.187 disciplinas/turmas*
TOTAL	1.378

* Esse número se refere a Turmas, ou seja, se uma determinada disciplina, com quatro turmas (A, B, C e D) teve três turmas a distância, computaram três (3) turmas, e não 1 (uma) – que seria a disciplina.

**Quadro 69 - Número de Disciplinas de Pós-Graduação – Doutorado/Mestrado Ministradas a
Distância**

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2008.

Ano*	Nº de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação – Doutorado/Mestrado Ministradas a Distância
2006	171
2007	1.188
2008	2.839
TOTAL	4.198

* Cada aluno pode estar matriculado em mais de uma disciplina.

**Quadro 70 - Número de Alunos Matriculados em Disciplinas de Pós-Graduação –
Doutorado/Mestrado Ministradas a Distância**

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2008.

2.7.6 Extensão

2.7.6.1 Indicadores da EAD na Extensão

Ano	Nº de Cursos de Extensão Ministrados a Distância
2006	3
2007	5
2008	63
TOTAL	71

Quadro 71 - Número de Cursos de Extensão Ministrados a Distância

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006- 2008.

Ano	Nº de Alunos Matriculados em Cursos de Extensão Ministrados a Distância
2006	50
2007	260
2008	2.063
TOTAL	2.887

Quadro 72 - Número de Alunos Matriculados em Cursos de Extensão Ministrados a Distância

Fonte: Relatório de Gestão da UFRGS 2006-2008.

2.7.7 Pesquisa

Foram cadastrados na SEAD quatro Núcleos de Estudos, conforme apresentado a seguir.

Núcleo	Coordenador	Unidade
Núcleo de Desenvolvimento de Produtos	Maurício Moreira e Silva Bernardes	Faculdade de Arquitetura
Núcleo EAD/IEPE/FCE	Lovois Miguel	Faculdade de Ciências Econômicas
Núcleo de Tecnologia Digital aplicada à Educação (NUTED)	Patricia Alejandra Behar	Faculdade de Educação
Núcleo de <i>Design</i> de Superfície (NDS)	Evelise Anicet Ruthschilling	Instituto de Artes

Quadro 73 - Núcleos de Estudos, 2008

Fonte: Secretaria de Educação a Distância.

2.7.8 Ampliação da EAD na UFRGS

Em 2008, a UFRGS, com base nas metas e ações institucionais estabelecidas no Plano de Gestão do Reitorado 2004-2008, aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Almejando a qualificação da graduação, a redução da evasão e a renovação pedagógica, o projeto de participação encaminhado pela Universidade prevê a expansão dos laboratórios de informática nas

Unidades Acadêmicas, a criação de bolsa de monitoria para o uso de tecnologias EAD em disciplinas presenciais e a integração, em 50% das disciplinas/turmas dos Cursos de Graduação da UFRGS, às tecnologias para educação a distância. O número de disciplinas de graduação na UFRGS é de 3.320, portanto, as metas a serem atingidas até 2012 abrangem 1.660 disciplinas. Este total está dividido em três grupos, correspondendo a diferentes níveis de integração das tecnologias para EAD:

1) Grupo A - com 249 disciplinas na modalidade EAD (15%): são disciplinas a serem ofertadas totalmente na modalidade a distância, o que significa intenso uso de ambiente virtual de aprendizagem, tanto para comunicação síncrona e assíncrona com os alunos, como para disponibilização de materiais didáticos interativos. A oferta destas disciplinas pressupõe não só a pesquisa e organização de materiais didáticos interativos já disponíveis e de domínio público, mas também a produção de material original.

2) Grupo B - com 581 disciplinas com monitoria na modalidade EAD (35%): são disciplinas presenciais que além de integrarem um ambiente de aprendizagem como espaço para organização de materiais didáticos, vão ofertar um sistema de monitoria na modalidade EAD. Isto pressupõe o uso de recursos para comunicação síncrona e assíncrona entre monitores e alunos, de forma regular e intensiva. A oferta deste sistema de monitoria também pressupõe a pesquisa e organização de materiais didáticos interativos já disponíveis e de domínio público, a serem disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem.

3) Grupo C - com 913 disciplinas fazendo uso de tecnologias para EAD (50%): são disciplinas presenciais que vão integrar um ambiente virtual de aprendizagem como espaço para organização de materiais didáticos e para eventual comunicação extraclasse com os alunos (possivelmente o ambiente *MOODLE*).

A partir da aquisição de microcomputadores e outros equipamentos para ampliar os laboratórios de informática das Unidades, da contratação de pessoal docente e técnico e da criação da nova modalidade de monitoria, se dará a implementação dos três grupos de disciplinas como exposto a seguir.

Nº de Disciplinas	2008	2009	2010	2011	2012
Nº de Disciplinas na modalidade EAD (A)	70	100	140	190	249
Nº de Disciplinas com monitoria EAD (B)	58	116	232	407	581
Nº de Disciplinas fazendo uso de tecnologias EAD (C)	83	166	332	581	830

Quadro 74 - Grupos de Disciplinas, 2008-2012

Fonte: Projeto REUNI, 2008.

2.7.9 Avaliação da Dimensão

O Quadro 75 apresenta, de modo sucinto, a avaliação da Dimensão EAD.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Falta de regulamentação de rotinas e procedimentos relativos aos cursos a distância; Falta de regulamentação da função de tutor; Necessidade de caracterizar e normatizar o trabalho docente em EAD.		Normatizar internamente os procedimentos que regulam a EAD na UFRGS; Consolidar o papel da SEAD como instância coordenadora e articuladora das ações de EAD.
Oferta de cursos de graduação de caráter temporário (por projetos, de edição única).	Políticas públicas federais favoráveis ao desenvolvimento da modalidade de EAD; Interesse da Universidade nas ações envolvendo a modalidade EAD; Existência de polos já constituídos no interior do Estado; Experiências anteriores com cursos de pequeno a grande porte.	Oferecer cursos de graduação e pós-graduação a distância em caráter permanente; Buscar aporte de recursos orçamentários para dar sustentabilidade a Educação a Distância ao longo do tempo, sem que as ações fiquem limitadas a financiamentos via projetos (institucionalização).
Escassez de espaço físico para instalação/ampliação de laboratórios de informática.		Investir na melhoria e manutenção dos laboratórios de informática e nas estruturas existentes nos polos presenciais.
Dificuldades de comunicação com a comunidade interna e externa.	Interesse dos alunos em participar de ações a distância; Aceitação dos alunos da modalidade EAD nas ações de pesquisa e de extensão.	Criar mecanismos de divulgação das ações/atividades de EAD; Investimento na realização de fóruns de discussão e eventos que promovam a EAD na UFRGS e na sociedade externa.
Necessidade de maior suporte para ambientes virtuais de aprendizagem institucionalizados e para ações inovadoras.		Incrementar e otimizar os ambientes virtuais de aprendizagem.
Necessidade de qualificação da EAD.	Qualificação docente.	Desenvolver mecanismos de avaliação e acompanhamento de alunos, egressos, cursos e docentes de EAD; Estabelecimento de uma política de qualificação/atualização permanente e contínua para docentes, servidores técnico-administrativos e tutores.
Ausência de dados sistematizados referentes às ações de EAD.		Implantar um banco de dados integrado para gerenciamento de informações sobre ações de EAD na UFRGS.
Pouca integração entre alunos presenciais e a distância.		Promover maior integração dos alunos presenciais e a distância.

Quadro 75 - Avaliação da Dimensão EAD

3 A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

A importante contribuição das Universidades Públicas Federais à sociedade brasileira pode ser comprovada pelo seu relevante papel para o desenvolvimento do País, seja pelo alto desempenho de seus cursos em diversos processos avaliativos, seja pela demonstração de seu compromisso social, evidenciado na criação de novos cursos, aumento de vagas, na produtividade científica, no crescimento da diplomação, no aumento de atendimentos, nas consultas e internações nos hospitais universitários, na expansão da pós-graduação, nos programas de extensão com caráter social, entre outras.

O desenvolvimento de ações que possuem a base conceitual da responsabilidade social, aqui compreendida como toda e qualquer atividade de cunho social, ambiental ou outra que demonstre o comprometimento e os resultados da Instituição em pauta para com a sociedade que lhe abriga, são amplamente desenvolvidas pela UFRGS. A responsabilidade social é, pois, histórica e inerente ao seu papel de Universidade Pública.

3.1 COERÊNCIA DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

A par de análises do conjunto das Universidades Públicas Brasileiras, iniciativas individuais caracterizam cada Universidade.

A UFRGS está comprometida com a expansão e a inclusão, abrindo oportunidades de participação para a sociedade em geral e, particularmente, para segmentos antes ausentes. Seja pela forte expansão de sua graduação, seja pela inclusão através das políticas afirmativas, a UFRGS está ampliando ações de responsabilidade social.

Essas ações vêm completar um quadro já existente de forte inserção na sociedade. A Pós-Graduação está entre as melhores do país. A Pesquisa e a Inovação têm contribuído para o desenvolvimento do estado e do país e a Extensão é hoje uma marca da UFRGS no meio cultural, artístico, esportivo e de prestação de serviços.

No conjunto das IFES, a UFRGS é reconhecida por ter adotado, entre outras, uma atitude de comprometimento e austeridade em todas as áreas da gestão: atendimento aos aspectos legais, essencialmente nas relações com seus fornecedores; compromisso intransigente com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão que oferece; incentivo à qualificação de seus docentes e técnicos; articulação com empresariado e lideranças locais para a recuperação de seu patrimônio histórico como um bem da sociedade; fomento à criatividade, ao empreendedorismo, à inovação e à transferência de tecnologia; tomada de

decisões compartilhadas com órgãos estruturados para a garantia da participação dos agentes internos e externos (democracia interna); parcerias com diferentes entidades e organizações locais, regionais, nacionais e internacionais; estímulo à mobilidade acadêmica, com o intercâmbio de alunos; participação em fóruns, conselhos e em outras formas paritárias entre o poder público e a sociedade civil, contribuindo com o conhecimento para o bem comum; estabelecimento de uma relação de interatividade com o seu entorno, atuando no campo social de forma a evidenciar a dimensão da cidadania no processo de formação acadêmica.

A UFRGS tornou-se uma organização parceira e co-responsável pelo desenvolvimento da sociedade, incorporando em seus princípios e valores o senso da ética e da responsabilidade social, expressos em suas ações. Essas ações, programas e/ou projetos são integrados a suas atividades regulares e voltadas tanto a seu público interno quanto externo.

A sociedade gaúcha, nacional e internacional validam e reconhecem sua pertinência social, seja através de premiações e/ou reconhecimento público, seja através da visibilidade do desempenho da Universidade.

Cada uma destas ações, detalhadas a seguir, são pautadas por regramentos específicos que passaram pelos trâmites e procedimentos normativos legais internos à UFRGS, sempre balizadas pelos Planos de Gestão dos diferentes reitorados. Assim, há coerência das ações de Responsabilidade Social desenvolvidas com as políticas constantes dos documentos oficiais da Universidade.

3.2 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE, SETOR PÚBLICO, SETOR PRIVADO E MERCADO DE TRABALHO

As relações da UFRGS com diferentes setores da sociedade têm sido ampliadas devido às demandas recíprocas, as quais resultam em parcerias que proporcionam:

a) estreitamento das relações com as instâncias governamentais responsáveis pelas políticas e condução do ensino fundamental e médio, no sentido de colaborar para o aperfeiçoamento da formação de professores;

b) ampliação da integração com as IES públicas e comunitárias com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da qualificação de seus docentes (através da pós-graduação e do desenvolvimento de projetos de pesquisa em colaboração);

c) colaboração mais intensa com os poderes públicos, as empresas e as diversas instâncias da sociedade civil organizada na realização de ações e de projetos que visem o desenvolvimento regional, dentro da concepção do projeto acadêmico institucional;

d) contribuição com o Estado e o setor empresarial brasileiro, para o desenvolvimento de tecnologia nacional e inovação de produtos e processos. O campo tecnológico da UFRGS abrange um amplo espectro de atividades, contribuindo para o desenvolvimento de inovações e a melhoria da competitividade dos produtos e serviços das empresas. Nesta área a SEDETEC desempenha um importante papel, através da realização do Programa de Empreendedorismo e Inovação, parceria na implantação do Parque Tecnológico e do Centro de Energia da Universidade, entre outras iniciativas (ver seção 2.5).

3.2.1 Protocolos, Convênios e Contratos

Essas relações se dão através de Termos de Cooperação, entendidos como documentos que formalizam atividades de cooperação entre a UFRGS e outras instituições públicas ou privadas, de todos os setores da sociedade nacional ou internacional, desde que a parceria proposta seja inserida em seu projeto acadêmico ou destine-se ao seu desenvolvimento institucional e cultural. Os termos de cooperação precisam incluir uma justificativa indicando o impacto acadêmico da relação a ser estabelecida (em nível de graduação, pós-graduação, desenvolvimento de linha de pesquisa, impacto social, etc.), conforme estipulado nos Estatuto e Regimento Geral da UFRGS.

Esses Termos de Cooperação podem ser Protocolos de Intenções, Convênios e Contratos.

Os Protocolos de Intenções são de natureza gerativa e prévia, caracterizada pela ausência do rigor formal e prevê atividades futuras a serem formalizadas através de Convênios e/ou Contratos.

O Convênio é um acordo de cooperação firmado entre duas instituições públicas ou privadas visando a realização de um trabalho conjunto. Contém a natureza clara e objetiva da atividade a que se propõem as partes envolvidas.

O Contrato de Prestação de Serviços cria obrigações e direitos recíprocos de prestação mútua e equivalentes em encargos e vantagens devendo estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

O Contrato com a Fundação de Apoio da UFRGS (FAURGS) é um acordo firmado pela UFRGS, com objeto de interesse público e regido por normas e preceitos de Direito Público.

Cada um destes instrumentos jurídicos utilizados pressupõe que os parceiros aportem uma série de documentos que cumpram as exigências legais, tanto as internas quanto as externas à Universidade. As propostas de cooperação têm origem na respectiva Unidade de execução, com o aval do departamento ou departamentos envolvidos, seguindo um percurso de apreciação nos setores pertinentes da estrutura administrativa e acadêmica da Universidade.

A listagem dos convênios, contratos e protocolos da UFRGS com instituições públicas e privadas no ano de 2008 pode ser visualizada nos Quadros 76 a 78.

Setor	Instituição Externa	Quantidade
AD. CENTRAL	VIA FAURGS	29
UNIDADES	VIA FAURGS	72
AD. CENTRAL	EP	6
UNIDADES	EP	27
AD. CENTRAL	GE	3
UNIDADES	GE	19
AD. CENTRAL	GF	17
UNIDADES	GF	175
AD. CENTRAL	IFEBRA	5
UNIDADES	IFEBRA	47
AD. CENTRAL	IFEINT	1
UNIDADES	IFEINT	51
AD. CENTRAL	OUTROS	11
UNIDADES	OUTROS	87
	TOTAL	550

Convenção: EP-Empresa Privada; GE-Governo do Estado; GF-Governo Federal; IFEBRA-Instituição de Ensino Brasileira; IFEINT-Instituição de Ensino Estrangeira

Quadro 76 – Número de Convênios de Setores da UFRGS com Instituições Externas, 2008

Fonte: Setor de Convênios do Gabinete do Reitor, 2008

Setor	Instituição Externa	Quantidade
AD. CENTRAL	VIA FAURGS	58
UNIDADES	VIA FAURGS	81
AD. CENTRAL	EP	1
UNIDADES	EP	7
AD. CENTRAL	GE	-
UNIDADES	GE	15
AD. CENTRAL	GF	2
UNIDADES	GF	25
AD. CENTRAL	IFEBRA	-
UNIDADES	IFEBRA	3
AD. CENTRAL	IFEINT	-
UNIDADES	IFEINT	-
AD. CENTRAL	OUTROS	3
UNIDADES	OUTROS	16
	TOTAL	211

Convenção: EP-Empresa Privada; GE-Governo do Estado; GF-Governo Federal;
IFEBRA-Instituição de Ensino Brasileira; IFEINT-Instituição de Ensino Estrangeira

Quadro 77 – Número de Contratos de Setores da UFRGS com Instituições Externas, 2008

Fonte: Setor de Convênios do Gabinete do Reitor, 2008

Setor	Instituição Externa	Quantidade
AD. CENTRAL	EP	1
UNIDADES	EP	36
AD. CENTRAL	GE	4
UNIDADES	GE	21
AD. CENTRAL	GF	24
UNIDADES	GF	24
AD. CENTRAL	IFEBRA	9
UNIDADES	IFEBRA	26
AD. CENTRAL	IFEINT	17
UNIDADES	IFEINT	134
AD. CENTRAL	OUTROS	6
UNIDADES	OUTROS	44
	TOTAL	346

Convenção: EP-Empresa Privada; GE-Governo do Estado; GF-Governo Federal;
IFEBRA-Instituição de Ensino Brasileira; IFEINT-Instituição de Ensino Estrangeira

Quadro 78 – Número de Protocolos de Setores da UFRGS com Instituições Externas, 2008

Fonte: Setor de Convênios do Gabinete do Reitor, 2008

Esse conjunto de 1.107 Protocolos, Convênios e Contratos, com os governos municipal, estadual e federal, instituições brasileiras e estrangeiras de ensino, e empresas privadas mostra a diversidade de relações mantidas pela UFRGS com os mais diferentes objetivos como: desenvolvimento de modelo de gerenciamento de resíduos sólidos para a cidade de Porto Alegre; capacitação de profissionais do Tribunal Regional Federal; regulamentação na participação interinstitucional dos direitos de propriedade intelectual e dos resultados da exploração; apoiar empreendedores em atividades de base tecnológica

desde a implantação até a desencubação; cooperação com universidades nacionais e estrangeiras para cooperação em ensino, pesquisa, extensão, intercâmbio de docentes e discentes; dentre outros.

A Secretaria de Relações Internacionais (RELINTER), que tem como atribuições fomentar, articular e administrar a cooperação da Universidade com outras instituições e nações, é responsável pela expansão de acordos bilaterais entre a UFRGS e universidades estrangeiras, assessoria aos professores e alunos da UFRGS quanto ao estabelecimento de convênios e parcerias e coordenação das ações de internacionalização da Universidade.

Dentre suas atividades destacam-se a gestão dos programas de mobilidade para alunos de graduação com bolsas como Erasmus Mundus, Escala AUGM, Santander Luso-brasileiro, Santander UAM, Universidade de Ciências da Comunicação (China), Tubingen; mobilidade discente *in* e *out*; PEC-G e PEC-PG (no que diz respeito à recepção dos alunos estrangeiros). A Secretaria encarrega-se também da gestão de grandes parcerias entre universidades internacionais (Grupo Tordesillas, Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, OUI, ALSUP, entre outros) e assessorar o Reitor da UFRGS na Presidência da Comissão de Relações Internacionais da ANDIFES.

São meios de divulgação do trabalho da RELINTER a realização de evento de recepção dos alunos internacionais e a organização do Dia das Relações Internacionais, onde são mostradas as atividades realizadas durante o ano, proferidas palestras de docentes, organizadas apresentações de cada país e espaço para manifestação de alunos e professores. Seguem alguns indicadores de mobilidade discente e acordos internacionais por país nos últimos anos.

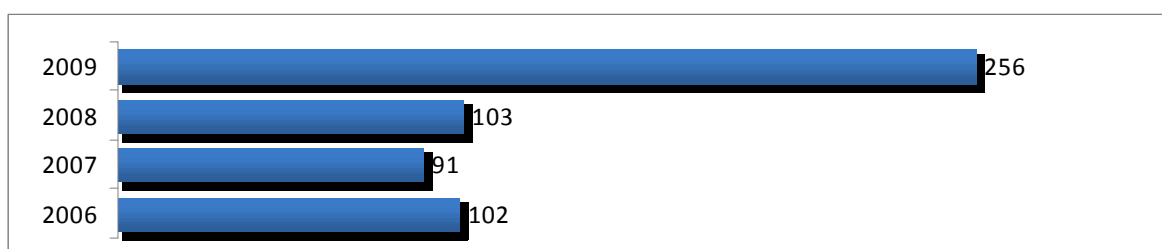


Figura 7 - Alunos Estrangeiros, 2006 - 2009

*2009/1 Inclui alunos PEC

Fonte: Secretaria de Relações Internacionais.

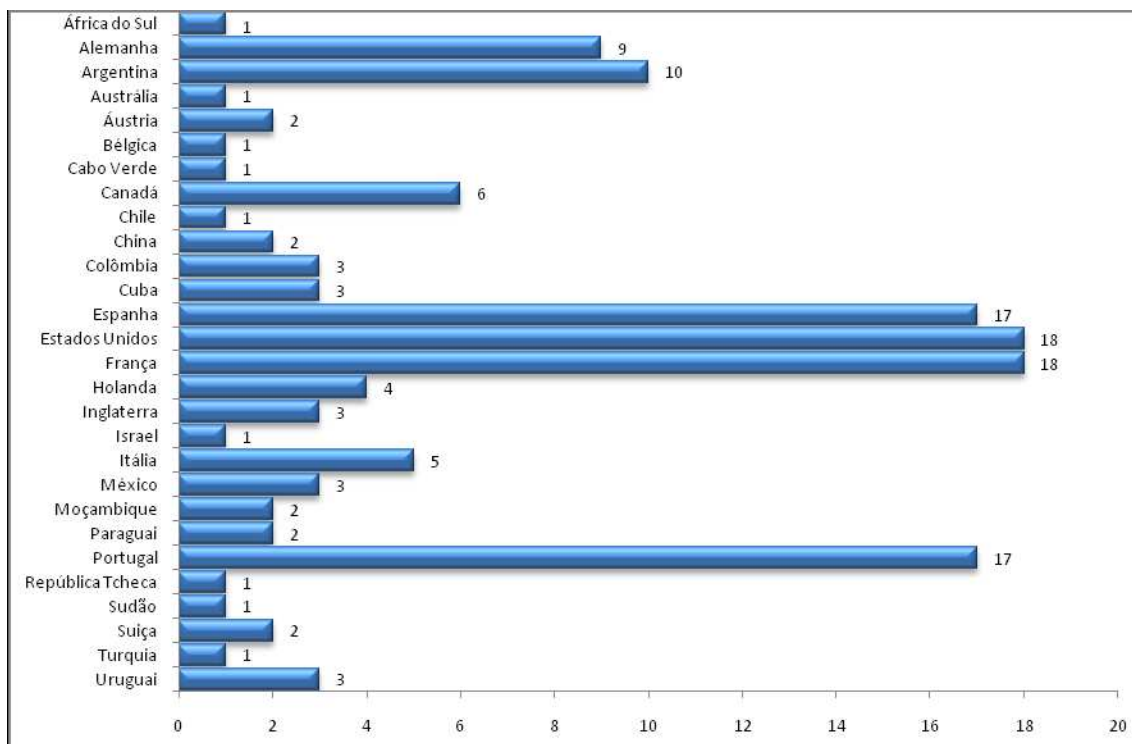


Figura 8 - Acordos por País, 2006-2009

Fonte: Secretaria de Relações Internacionais.

3.3 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: INCLUSÃO SOCIAL

3.3.1 A Responsabilidade Social nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

3.3.1.1 Responsabilidade Social no Ensino

a) Programa de Ações Afirmativas

A oferta de ensino gratuito, de graduação e pós-graduação, é a primeira expressão do compromisso da Universidade com a sociedade, propiciando ingresso a candidatos de qualquer estrato social, desde que cumpridos os requisitos de seleção, via vestibular. A partir do vestibular de 2008, foi implantado o *Programa de Ações Afirmativas*.

Este Programa foi aprovado pelo Conselho Universitário, em 2007, por meio da Decisão nº 134/2007, que reserva 30% das vagas do Concurso Vestibular para candidatos egressos de escola pública, dos quais a metade autodeclarados afrodescendentes. Por meio de seleção específica, assegura o ingresso de alunos indígenas. Cumpre, assim, seu compromisso com a inclusão de segmentos desfavorecidos da sociedade brasileira. Foram criadas comissões para dar apoio e assegurar a permanência desses alunos na Universidade.

A Pró-Reitoria de Graduação tem acompanhado o desempenho desses alunos e, embora o Programa tenha completado apenas dois semestres de atividades, alguns dados já possibilitam compará-lo com os alunos ingressantes via seleção universal. Os dados são relativos aos alunos que entraram no primeiro semestre de 2008 e que tiveram o acompanhamento de seu desempenho nos dois semestres de 2008, e dos alunos que ingressaram no segundo semestre de 2008, cuja avaliação é relativa apenas à primeira matrícula. No semestre 2008/1, primeiro que recebeu os alunos denominados cotistas, a taxa de aprovação nas disciplinas em que se matricularam foi 72,5% (egressos de escolas públicas), 71,5% (afrodescendentes egressos de escola pública), enquanto entre os alunos de ingresso universal foi de 86,1%, superior em quase 15 pontos percentuais às taxas das outras duas categorias, dado bastante significativo na comparação entre as categorias de ingressantes. A maior taxa de afastamentos ou cancelamento de matrículas foi verificada entre os egressos de escolas públicas (7,5%), seguida dos alunos via ingresso universal (4,6%) e a menor, entre os afrodescendentes egressos de escola pública (2,5%).

O estudo preliminar, realizado pela PROGRAD, embora para uma série temporal muito curta, é relevante para a avaliação de um importante Programa implantado na Universidade e a continuidade desse acompanhamento deve ser mantida.

Também foi instituída a Comissão de Ação e Permanência dos Indígenas, com o objetivo de acompanhar esses alunos, facilitando sua integração na comunidade acadêmica, sua permanência na Universidade e a conclusão de seus estudos.

O atendimento aos portadores de necessidades especiais também é uma preocupação constante da UFRGS, que requereu as seguintes ações:

b) Programa de Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou Mobilidade reduzida

Inclui obras como construção de rampas, nivelamento de passeios, sanitários adaptados, além de estudos para diferentes situações de acesso (ver seção 7).

c) Núcleo de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual (NAPNES)

Criado para atender portadores de deficiência visual, atua diretamente com alunos e professores. Confecciona textos em braille e capacita estagiários e outros profissionais para o trabalho com esse público. Conta com o apoio da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS).

d) Setor de Apoio a Alunos com Deficiência Visual (SAADVIS)

Criado em janeiro de 2005, por portaria do Reitor, iniciou um processo inclusivo, ao cumprir a legislação nacional vigente sobre a educação de pessoas com deficiência visual no ensino superior, criando as condições necessárias para que esses alunos que já ingressaram pelos caminhos legais (vestibular) tenham o acesso adequado ao material de seus cursos. O setor tem como objetivo oferecer o apoio necessário aos alunos de graduação, pós-graduação e ensino profissionalizante da Universidade.

e) Programa Incluir

Legalmente, o Programa Incluir consiste em um edital de fomento a ações de acessibilidade aos ambientes e currículos e de inclusão social de pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEEs) nas IFES.

Segundo o Edital nº 8, de 3 de junho de 2006 é um programa de acesso à universidade desenvolvido pela SESu e SEESP, que visa a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, constituindo-se numa ação afirmativa, que por meio de ações inovadoras de acessibilidade aos ambientes e aos currículos, provoca a transformação cultural e educacional nas IFES. Além disso, destina-se a apoiar projetos das universidades federais para a promoção de condições de acessibilidade que visem à eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas e nas comunicações. O recurso financeiro para apoiar um projeto por Instituição corresponderia a uma quantia de até R\$ 100.000,00.

Em 2005, o professor Hugo Otto Bayer encaminhou para o Programa Incluir o projeto intitulado: “Possibilitando o Acesso e Permanência dos Alunos com Deficiências Visuais”.

Naquele ano havia dez alunos da UFRGS com deficiência visual e o Programa visava atender suas demandas, beneficiando alunos em formação, professores e técnicos envolvidos. As ações eram de:

- a) acessibilidade digital à informação e comunicação: aquisição de *software* leitor, lupas eletrônicas, televisão, gravadores e computadores, a fim de promover acesso à material didático-pedagógico adequado e/ou adaptado, bem como acesso à informação, digitação e correção de trabalhos acadêmicos, em igualdade de condições;
- b) acessibilidade social através do esporte: oferecer disciplina para capacitação de docentes no atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais e buscar recursos em termos de mão-de-obra para construção de rampas e trilhas

de concreto, visando passagem de cadeirantes e circulação de cegos, dentre outras ações relacionadas à acessibilidade física e

- c) acessibilidade didático-pedagógica: oferecimento da disciplina Introdução à Educação Especial, em caráter obrigatório para os alunos do curso de Pedagogia, e instalação de *software* leitor de tela na Biblioteca da Faculdade de Educação.

Em 2006, foi encaminhado novamente ao Ministério da Educação um formulário básico do “Programa Incluir - UFRGS 2006”. A proposta, de abrangência institucional, preconizava:

Organizar estratégias de apoio aos alunos que ingressem na UFRGS e que apresentem uma das seguintes situações pessoais: surdez ou deficiência auditiva, paralisia cerebral ou deficiência física. Em um período que muito se acentua a inclusão educacional e social, da pré-escola ao ensino superior, é importante que uma Universidade da estatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul disponha de recurso para garantir o efetivo acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais em seu quadro discente. Assim, propõe-se a capacitar funcionários da Universidade no uso e habilitação para interpretar a fala dos docentes para a Língua de Sinais, no caso dos alunos surdos, e adquirir instrumentos que sejam necessários para facilitar a aprendizagem e locomoção de alunos com paralisia cerebral e deficiência física nos espaços da Universidade e em sala de aula.

Nele constavam, dentre outras informações, as entidades parceiras e suas atuações:

- Escola Superior de Educação Física da UFRGS: execução de projetos de extensão universitária, atendendo portadores de necessidades especiais nas diversas formas.
- Faculdade de Educação da UFRGS: assessoramento didático-pedagógico às atividades do projeto e a coordenação do mesmo.
- Núcleo de Pesquisa e Apoio a Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais da UFRGS: inclusão social das pessoas com necessidades educacionais especiais (PNEEs) através da educação, tecnologia e profissionalização.
- Setor de Apoio aos Alunos com Deficiência Visual: criar condições necessárias para que os alunos da UFRGS, com deficiência visual tenham acesso adequado aos materiais de seus cursos.

- Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado do Rio Grande do Sul: articulação das políticas públicas para pessoas com deficiência e com altas habilidades.
- Associação de Cegos do Rio Grande do Sul: assessoramento às pessoas portadoras de deficiência visual, no RS.

Em decorrência do falecimento do Coordenador do projeto, o mesmo só teve sua implementação iniciada somente em 2008, quando foram instalados equipamentos em cinco pontos: Biblioteca Setorial da Faculdade de Educação, Escola Superior de Educação Física, Escola Técnica, Faculdade de Letras e Biblioteca Setorial de Ciências Sociais e Humanidades. Também todos os laboratórios de informática desta Universidade foram equipados com o *software* Ledor de Tela para uso dos alunos.

No segundo semestre, do mesmo ano, houve seleção de cinco bolsistas e criação de um serviço de intérpretes para os alunos nas suas respectivas salas de aula. Além disso, foram atendidas, paralelamente, ações da comunidade dos surdos, com intérpretes em sala de aula e a Graduação Letras/Libras na modalidade EAD, em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ministrando-se também aulas presenciais. Nesse mesmo período, foi estabelecida uma parceria com a FADERS para formação e capacitação em braille de um bolsista por ponto e doze funcionários.

No primeiro semestre de 2009 foram realizados cursos de capacitação em Libras Básico e Avançado, via PROGESP, para 25 servidores técnico-administrativos.

f) LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

Em consonância com a política nacional de inclusão e com a legislação emanada da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e do Ministério de Educação, a Universidade oferece os recursos assistivos requeridos aos estudantes portadores de deficiência auditiva. Tanto para as atividades de graduação como de pós-graduação, são disponibilizados intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) sobretudo na Faculdade de Educação. Um grupo de pesquisa estabelecido e reconhecido no tema vem auxiliando na implantação das ações definidas.

Na Faculdade de Educação, o ensino de Libras é oferecido para os alunos das licenciaturas, a fim de capacitá-los para o trabalho com portadores de deficiência auditiva. Por meio dos professores vinculados a essa atividade, a Universidade tem participado de iniciativas nacionais que visam à formação de intérpretes. Os técnico-administrativos da

Universidade também têm oportunidade de se capacitarem em Libras, conforme referido no item anterior.

Além dessas ações, a UFRGS mantém políticas e ações orientadas à assistência estudantil, fortemente balizadas pela questão da inclusão social do estudante, através da Secretaria de Assistência Estudantil (SAE). Esta Secretaria é responsável pela implantação, acompanhamento e supervisão de todas as atividades que visam ao atendimento dos estudantes em assuntos não especificamente acadêmicos.

A Universidade realiza, periodicamente, uma pesquisa para conhecer o perfil de seus alunos, possibilitando conhecer as mudanças ocorridas nesse perfil ao longo do tempo. Esse estudo tanto é realizado por meio de pesquisa amostral dos alunos, como de dados obtidos nas fichas de inscrição dos candidatos ao exame vestibular.

Foram realizadas as pesquisas amostrais *Quem são os alunos da UFRGS*, divulgada em Cadernos PROGRAD, 1998, e a publicação *Perfil e Representações dos Estudantes de Graduação, Pós-Graduação, Escola Técnica e Colégio de Aplicação da UFRGS*, 2003.

Maiores detalhes sobre a atuação da SAE na Universidade, estão explicitadas na Dimensão 9 deste Relatório.

3.3.1.2 Responsabilidade Social na Pesquisa

A responsabilidade social na pesquisa da UFRGS se materializa na forma de retribuição à sociedade das ações individuais, coletivas ou institucionais neste campo, viabilizando mudanças de hábitos, costumes, perfil e configuração sócio-produtiva e que têm como objetivo a melhoria da qualidade de vida e o bem estar da população.

A responsabilidade social se caracteriza também, e este é um aspecto fundamental do processo, na formação de pessoas conscientes de suas obrigações e deveres com as gerações futuras e com a sustentabilidade do planeta, produzindo conhecimentos no campo da pesquisa que viabilizem projetos ecologicamente adequados, economicamente viáveis, socialmente justos e culturalmente aceitos.

O detalhamento dessas atividades está disponível em <http://www.ufrgs.br/propesq>, assim como na Seção 2.4 deste Relatório.

3.3.1.3 Responsabilidade Social na Extensão

A inclusão social, como manifestação da responsabilidade da universidade pública diante da sociedade em que se insere, vincula-se diretamente às diretrizes da extensão universitária desenvolvida na UFRGS. A Universidade tem um foro privilegiado na extensão,

com ações dirigidas à inclusão social, desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, atenção a setores sociais excluídos, projetos de ação afirmativa e preservação da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Ao longo dos últimos anos, a extensão universitária vem se consolidando como um importante agente de transformação social. Constitui-se em indispensável instrumento de articulação e troca de conhecimentos entre os saberes científicos e populares viabilizando, de forma prática, uma relação de troca e mútua alimentação entre a Universidade e a sociedade.

O desenvolvimento de ações de extensão universitária responde diretamente ao compromisso social da Universidade, uma vez que permite aliar à formação acadêmica o atendimento às demandas da comunidade. A interação com a sociedade é uma das diretrizes basilares da extensão. Através das atividades desenvolvidas, docentes, técnicos e alunos da UFRGS têm a oportunidade de realimentar a prática acadêmica, enriquecendo a formação profissional e o desenvolvimento científico e tecnológico esperados da Universidade. Nesse sentido, a Instituição propõe-se a incentivar uma maior participação de discentes nas ações de extensão (de forma especial, naquelas de maior interação com a comunidade, conforme critérios assumidos no Programa de Bolsas de Extensão).

A responsabilidade social na prática extensionista manifesta-se, entre outras formas, na escolha das populações cujos problemas tornam-se objeto de pesquisa na medida em que são consideradas sujeitos do conhecimento produzido e portadores de pleno direito no acesso aos resultados.

A Universidade aproxima-se da sociedade ao buscar a interlocução com as comunidades rurais e urbanas, movimentos populares, organismos públicos e outros setores comprometidos com a qualidade de vida da população brasileira.

Em termos de metodologia de trabalho tem-se apostado na construção coletiva entre comunidade acadêmica, movimentos sociais organizados e poder público, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no nosso país.

As ações são pautadas pelo compromisso da Universidade pública em promover e garantir os valores democráticos de igualdade de direitos, de educação na cidadania e na diversidade sócio-cultural.

As articulações efetivadas entre a Universidade e a sociedade, e a relação da extensão com o ensino e a pesquisa permitem estabelecer um diálogo permanente que

contribui com as discussões sobre as políticas públicas a serem implementadas. Com isso, abre-se a possibilidade da Universidade participar ativamente, de forma comprometida, nas discussões e formulações dessas políticas, sem assumir, entretanto, o papel do poder público na execução das mesmas e no desenvolvimento de projetos sociais tão necessários para a sociedade, fortalecendo a formação acadêmica de seus estudantes e a produção do conhecimento.

No que tange a ações da Universidade relativas à inclusão social, desenvolvimento econômico e social, promoção da cidadania, atenção a setores sociais excluídos e políticas de ação afirmativa, algumas das principais ações desenvolvidas estão presentes na seção Extensão (Pró-Reitoria de Extensão), especialmente no Departamento de Educação e Desenvolvimento Social e no Planetário (ver dimensão 2, seção 2.6).

Relativo à memória cultural, produção artística e patrimônio cultural, sinalizam-se projetos de extensão da Pró-Reitoria que estão presentes nos itens do Departamento de Difusão Cultural e Museu da Universidade (ver dimensão 2, seção 2.6), que buscam fortalecer as atividades culturais da e na UFRGS, com atividades gratuitas que propiciam a inclusão social e cultural.

Além destas atividades, são desenvolvidos diversos programas e/ou projetos de extensão, vinculados às Unidades Acadêmicas e demais Órgãos da Administração Central.

Conforme já referido neste Relatório, as atividades extensionistas são registradas por áreas temáticas e modalidades definidas nacionalmente. Não há nenhuma área estabelecida com a denominação “responsabilidade social” ou “social”, uma vez que as atividades sociais perpassam todas as oito áreas temáticas estabelecidas pelo FORPROEX.

No que se refere às modalidades de execução das ações de extensão, é importante salientar que as atividades de cunho social podem ser desenvolvidas através de cursos, eventos, prestação de serviços ou em forma de produção/publicação. No âmbito da UFRGS, tem-se a possibilidade de registrar a atividade extensionista como Ação Social e Comunitária, dentro da modalidade prestação de serviço. Os relatórios completos das atividades registradas na modalidade *Ação Social e Comunitária* são consolidados no Sistema de Extensão/UFRGS.

Da mesma forma, há registro específico para prestação de serviços em hospitais, clínicas e laboratórios, disponíveis no Sistema de Extensão.

Além disto, segue abaixo, a descrição de algumas atividades extensionistas desenvolvidas pela UFRGS que pretendem dar visibilidade à Responsabilidade Social da

Universidade. Cabe salientar que a maior parte delas vem sendo desenvolvida há bastante tempo na Universidade.

Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU)

Programa permanente de extensão em direitos humanos, cidadania e acesso à justiça, desenvolvido pelos estudantes da Faculdade de Direito. Foi fundado em 1º de setembro de 1950 - ano da Lei nº 1.060, Lei da Assistência Judiciária Gratuita - como um projeto do Centro Acadêmico, que tinha como proposta oferecer à população os meios necessários para litigar perante o Judiciário e oferecer aos estudantes de Direito um espaço de aprendizado prático.

Desde então, o SAJU já passou por diversas transformações, mas sendo sempre coordenado pelos estudantes por intermédio do Centro Acadêmico, até 1997, quando passou a ser um projeto institucional de extensão, mantendo os princípios norteadores de suas atividades, desde sua fundação: a democracia, o acesso à justiça, à igualdade, à cidadania plena aos segmentos menos favorecidos da população e a efetivação dos direitos humanos fundamentais.

No âmbito desse programa são desenvolvidos quatro projetos de extensão:

- a) A Assistência no Acesso à Justiça
- b) Grupo de Estudos e Intervenção em Matéria Penal (GEIP)
- c) Abrigando a Cidadania
- d) Tá Direito?

Universidade da Terceira Idade (UNITI)

Tem como objetivo geral incrementar e manter um laboratório de estudos e pesquisas sobre velhice, envelhecimento e longevidade, visando incentivar a busca de uma reciclagem pessoal e o entendimento pelo idoso do seu papel social na contemporaneidade.

O público alvo é formado por pessoas de ambos os sexos, com idade a partir dos 60 anos. Não há pré-requisito quanto à escolaridade para participar do Projeto. As atividades são desenvolvidas através de reuniões semanais, com o intuito de sistematizar atividades e discutir temas atuais. Trabalha-se, também, com estratégias de assessoria oferecidas aos Subprojetos - que funcionam na dinâmica de oficinas ou grupos operativos - através das respectivas coordenações.

As atividades são constituídas de palestras, painéis, relato e discussão da produção dos Subprojetos, onde intervêm especialistas da UFRGS e da comunidade.

Física para o Ensino Médio

Esta ação de extensão, Física para o Ensino Médio I e II, existe na Universidade na modalidade de cursos oferecidos à comunidade desde a década de 1960. Desde então, passou por diversas modificações e há duas décadas está vinculada a disciplinas formativas práticas-pedagógicas do curso de licenciatura em Física.

Pode-se dizer que as atividades têm um duplo objetivo:

- a) propiciar formação prática aos licenciandos e
- b) oferecer à comunidade cursos diferenciados, com ênfase em atividades práticas, que mostrem a Física como uma área do conhecimento atraente e interessante, desfazendo as dificuldades habituais verificadas no seu aprendizado na maioria das escolas de ensino médio.

As atividades não têm caráter preparatório ao concurso vestibular.

Os depoimentos de alunos dos cursos revelam a importância do trabalho e sua eficácia, despertando interesses antes desconhecidos, recomendando a pertinência de sua continuidade, tanto pelos resultados obtidos na comunidade como na experiência didática dos alunos da Licenciatura em Física da UFRGS.

Programa Pró-Cálculo

Este Programa oferece aos alunos da Universidade oportunidades diferenciadas de contato com os conteúdos de Cálculo, buscando estimular e aprofundar seu aprendizado, bem como despertar e desenvolver atitudes voltadas à aprendizagem e não só à aprovação.

Os conteúdos abordados em Cálculo Diferencial e Integral encontram aplicações em praticamente todos os campos do conhecimento e desenvolvem o ferramental básico que serve de pré-requisito para muitas disciplinas do currículo de 30 cursos de graduação da UFRGS. Estas disciplinas apresentam altas taxas de reprovação, constituindo-se em um verdadeiro filtro no currículo de vários cursos em que estão inseridas. A impossibilidade de transpor esta barreira desestimula muitos estudantes e frequentemente é apontada como causa de evasão. As ações propostas neste Programa pretendem reverter este quadro, implementando atividades que contemplem as necessidades e os interesses de diversos segmentos do público alvo, divulguem os conteúdos de Cálculo Diferencial e Integral de forma criativa e interessante, estimulem o interesse dos discentes pelo estudo continuado e

incentivem a aprendizagem de tópicos que não são abordados nos currículos normais dos cursos de graduação. Desta forma, o Programa Pró-Cálculo se soma aos esforços que a Universidade vem desenvolvendo na busca de uma ocupação plena e com qualidade das vagas disponíveis.

O Programa desenvolve-se em quatro atividades:

- a) Ações Preparatórias: curso de Pré-Cálculo destinado aos alunos que ainda não cursaram alguma disciplina de Cálculo, visando propiciar uma experiência que facilite a transição para os aprendizados requeridos na Matemática de nível superior, incentivando a autonomia e autocrítica no estudo e na superação das dificuldades.
- b) Ações Terapêuticas: visam atender aos alunos com mais de duas matrículas na mesma disciplina de Cálculo, resgatando seu interesse pela disciplina e, por meio de um contato mais próximo professor-aluno, proporcionando uma oportunidade mais efetiva de superação das dificuldades.
- c) Ações Exploratórias: dirigidas aos alunos que buscam um conhecimento mais abrangente e aprofundado do Cálculo, visa proporcionar contato com assuntos avançados que não são desenvolvidos usualmente em sala de aula.
- d) Ações Diagnósticas: pretende construir um conhecimento sistematizado sobre as necessidades/dificuldades dos alunos, visando o aprimoramento das abordagens no ensino do Cálculo.

Projeto Proteger

O Projeto Proteger oferece atendimento para vítimas de violência, suas famílias e agressores, além de treinamentos, oficinas e cursos sobre o manejo de casos de violência, assessorando entidades na formulação de políticas para atendimento de crianças e adolescentes vitimizados. Busca criar um espaço de atendimento para vítimas e agressores, no qual seja possível o treinamento de estudantes, profissionais e gestores públicos para manejo de violência contra crianças e adolescentes e do atendimento de saúde para indivíduos violentos.

É uma continuação ampliada dos projetos realizados desde 1993 para atendimento ambulatorial de casos de violência. Inicialmente voltado apenas à infância e juventude, tem ampliado o espectro do atendimento para incluir atenção e cuidados com doentes mentais de qualquer idade que apresentem problemas relacionados à violência interpessoal. O projeto atende à demanda de diversas entidades que necessitam deste tipo de atendimento

ambulatorial para sua clientela: escolas, conselhos tutelares, varas judiciais criminais, de família, de infância & juventude, programas públicos de assistência social, etc.

- a) Ações desenvolvidas de forma sistemática:
- b) Avaliações, perícias e assessorias envolvendo casos de violência interpessoal para órgãos públicos (escolas, prefeituras, secretarias municipais de saúde ou educação, conselhos tutelares, varas judiciais, promotorias, etc.);
- c) Assessoramento, coletivo e individual, às equipes de escolas e outras instituições, nos aspectos pedagógicos, médico e interdisciplinar, buscando elaborar propostas transformadoras de intervenção nos problemas causados pela violência. Trata-se, do ponto de vista didático, do único local onde um aluno de ciências humanas e da saúde pode aprender a lidar diretamente com casos de violência, na modalidade de atendimento ambulatorial;
- d) Ciclo de seminários internos, com mais de 20 horas de formação em temas específicos sobre violência e seu manejo ambulatorial e interinstitucional, e
- e) Atendimento ambulatorial a pacientes e familiares, visitas domiciliares e assessorias a professores, técnicos e outros profissionais que trabalhem com a população alvo, realizado por estagiários de medicina, serviço social, ciências sociais, enfermagem, direito e de psicologia, em área própria e adequada: Campus do Vale: 10 turnos de 4 horas semanalmente (em três salas simultâneas) com um total inicial de 120 consultas por semana.

Este atendimento inclui:

- a) avaliação médica e psicológica;
- b) levantamento das condições sócio-econômicas da família ou indivíduo;
- c) acompanhamento psicoterapêutico, quando indicado;
- d) tratamento medicamentoso, quando indicado;
- e) orientação e encaminhamento dentro da rede do SUS e dentro da UFRGS, quando há necessidade de procedimentos específicos;
- f) atendimento jurídico, para as situações pertinentes (guarda, obtenção de benefícios e tratamentos, etc.);
- g) cursos, palestras e oficinas, com as entidades que encaminham pacientes para os atendimentos e
- h) participação em audiências, processos judiciais ou reuniões inter-institucionais para o correto atendimento do caso ou para prestar as informações devidas à autoridade legal.

Hidroginástica para Portadores de Síndrome de *Down*

Este programa de extensão visa a favorecer as áreas motora, cognitiva e afetivo-social do público alvo, melhorando também as condições cardiorrespiratórias e postural, através de atividades aquáticas, no caso da hidroginástica e também natação.

Desenvolve-se há 11 anos, apresentando resultados atestados pelos pais dos participantes e permitindo o desenvolvimento e a difusão de atividades aquáticas alternativas, bem como a formação de alunos de graduação, já que este tipo de atividade não é desenvolvida no currículo da graduação. Busca, especificamente, junto aos portadores de Síndrome de *Down*:

- Ambientação e domínio do meio líquido;
- Socialização;
- Trabalho de consciência corporal e relaxamento;
- Deslocamentos;
- Melhoria das condições cardiorrespiratória (realização de trabalho aeróbio);
- Acompanhamento e controle do peso corporal, da pressão arterial e da frequência cardíaca;
- Palestras aos pais dos alunos sobre qualidade de vida, importância da atividade física, hábitos alimentares e de vida, tipo de vestimentas e calçados ideais para a prática da atividade física.

Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) - Atendimento Odontológico Para Pacientes com Necessidades Especiais

Esta atividade extensionista visa a propiciar assistência odontológica especializada a pacientes com necessidades especiais, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como oportunizar aos acadêmicos e profissionais da odontologia aperfeiçoamento no atendimento a pessoas especiais.

Esta ação está vinculada ao Programa de Extensão em Clínicas Especializadas e tem recebido uma crescente demanda de pacientes com necessidades especiais usuários do SUS. Além disso, possibilitou a integração da Instituição formadora - UFRGS - com o serviço de saúde da rede pública. Oportunizou também, aos acadêmicos e profissionais, o aperfeiçoamento em atenção aos pacientes com necessidades especiais com uma perspectiva de saúde pública.

A base legal que demanda esta ação é a Portaria nº 1.570/GM, de 29 de julho de 2004 do Ministério da Saúde. Para o Ministério, a prestação de serviços odontológicos especializados nos setores públicos é uma necessidade crescente. A

FACODONTO/UFRGS, em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, tem buscado oferecer este tipo de atendimento.

O atendimento especializado funcionou doze horas semanais divididos em três turnos, em espaço reservado para atenção ao paciente com necessidades especiais no CEO, no ambulatório da Disciplina Infante-Juvenil da Faculdade de Odontologia. Neste serviço foram atendidos pacientes referenciados das Unidades de Saúde, mediante o agendamento prévio entre os serviços. Foram realizados os atendimentos clínicos dos pacientes que, após sua alta, retornaram a sua unidade para controle de saúde bucal. As atividades teóricas foram desenvolvidas com os acadêmicos através de aulas, seminários e discussão de casos clínicos.

Manejo da Biodiversidade e Promoção da Agricultura Familiar Sustentável

Este projeto visa contribuir para a promoção da agricultura familiar sustentável, potencializando a cadeia produtiva dos frutos da palmeira juçara a partir da implantação de áreas demonstrativas, oficinas e visitas técnicas. Busca o desenvolvimento da cadeia produtiva dos frutos da referida palmeira, com a perspectiva da produção de polpa e sementes em manejo sustentável visando à geração de renda, diversificação das unidades produtivas familiares, segurança alimentar e preservação da espécie, ameaçada de extinção devido à extração do palmito. O público alvo são os agricultores familiares que vivem em área de preservação de Mata Atlântica, excluídos da matriz produtiva.

Este projeto é uma das muitas ações dentro de um programa mais extenso do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural da Mata Atlântica, DESMA - grupo de pesquisas multidisciplinar da UFRGS que envolve pesquisadores das ciências sociais e biológicas, e dos parceiros proponentes do projeto que vêm trabalhando na perspectiva de desenvolvimento que alie a conservação das áreas de Mata Atlântica com o bem-estar das comunidades que vivem em interação com estes ambientes.

Partindo da constatação do grande potencial de se converter em uma alternativa de renda para os agricultores e extrativistas locais, o projeto visa intervir em alguns pontos nevrálgicos para a potencialização da atividade: propõe-se à capacitação dos(as) agricultores(as) familiares proporcionando um amparo técnico e legal, a articulação entre os diversos elos da cadeia produtiva, bem como a realização de experimentos nas unidades produtivas e levantamentos que subsidiem a elaboração de um plano de manejo para a espécie e a implantação de áreas-piloto para licenciamento e formalização da coleta dos frutos como atividade produtiva (cadastramento-piloto).

O Núcleo DESMA e a ONG ANAMA têm pautado o debate e a resolução da questão do licenciamento de alguns produtos florestais-não-madeiráveis junto a Secretaria do Meio Ambiente do Estado e outras instâncias consultivas e deliberativas.

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

A ação diz respeito à incubação de cooperativas populares e ou grupos associativos que desejem assessoria na organização de seu empreendimento, visando apoiar a organização e implementação de atividades de geração de trabalho e renda.

A assessoria a grupos cooperativos de economia solidária existe há sete anos na Universidade e, desde 2006, integra a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, participando de encontros e congressos e das discussões conjuntural e organizacional na definição de políticas públicas para a economia solidária.

As principais ações são: acompanhamento da Cooperativa Mista de Produção e Serviços Arquipélago Ltda. (COOPAL) e de outros grupos que venham a demandar assessoria. Em especial no caso da COOPAL, os esforços são voltados à busca de contratos; assessoria e capacitação na gestão e negócios; formação e capacitação interna; revitalização dos núcleos por área de trabalho e educação autogestionária.

A comunidade da Ilha Grande dos Marinheiros (Porto Alegre), que apresenta características de baixa renda e exclusão social, constitui-se no principal público alvo do projeto.

Programa de Atendimento Psicológico para Vítimas de Abuso Sexual

O Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA) é um programa de atendimento psicológico gratuito para meninas e meninos vítimas de violência sexual e seus cuidadores não-abusivos, em programa comunitário sem custo para os participantes. É resultado de um convênio entre o CEP-RUA/Instituto de Psicologia e a Prefeitura de Novo Hamburgo.

Atualmente, o grupo oferece atendimento psicológico gratuito para meninas e meninos com idade entre 09 e 16 anos que tenham sido vítimas de violência sexual e acompanhamento dos cuidadores não abusivos. Desde o início de suas atividades, em 2005, o projeto já acompanhou 55 meninas vítimas de violência sexual. O Cep-Rua/NH ainda oferece grupos psico-educativos para cuidadores não-abusivos, bem como assessoria e capacitação de profissionais que atuam na área. Acompanha casos na comunidade, em processos jurídicos e sócio-institucionais e remete informações sobre o andamento dos casos às instituições que fizeram os encaminhamentos.

Na sua relação com o ensino e a pesquisa, busca também a avaliação da efetividade de um modelo de grupoterapia cognitivo-comportamental para vítimas de abuso sexual e a formação de profissionais em psicologia, por meio de estágios e iniciação científica e profissional.

Circuito de Produção de Teatralidade em Escolas da Rede Pública da Grande Porto Alegre

Este projeto de extensão visa contribuir para a descentralização da produção cultural universitária, possibilitando o encontro entre a produção teatral realizada na UFRGS com alunos da rede pública da Grande Porto Alegre, através da produção e realização de apresentações do espetáculo teatral "Corpo Fechado", baseado na obra de Guimarães Rosa, seguidas de debates sobre a temática da violência urbana e ausência do Estado.

Busca consolidar um circuito regular de apresentação de espetáculos teatrais que contemple também a realização de cursos e oficinas de teatro, bem como a criação de oficinas-montagem, ministradas nas escolas da rede por alunos e professores do Departamento de Arte Dramática (DAD) do Instituto de Artes da UFRGS.

O espetáculo "Corpo Fechado, baseado na novela homônima, do livro "Sagarana", de João Guimarães Rosa, faz parte da pesquisa "Do ritual religioso ao ritual dramático: a construção da atuação teatral a partir da performance ritual", desenvolvida no DAD/IA/UFRGS, a qual investiga a atuação teatral, construída a partir da mimese de elementos simbólicos de ritos cristãos e afro-brasileiros do sul do Brasil, propondo um diálogo entre Teatro e Antropologia Social.

Tal proposta exige a necessidade da aproximação aprofundada com o universo etnográfico para a criação artística e de um retorno a este através das apresentações para o público. Ou seja, a apresentação teatral realizada no contexto sócio-cultural em que os signos foram pesquisados é fundamental, pois vincula a criação artística ao fenômeno cultural, no qual o diálogo é essencial para o artista e para o espectador questionarem sua realidade cultural e social, perfazendo assim a transversalidade da extensão no ensino e na pesquisa.

Desde o início deste projeto, no ano de 2007, já foram realizadas 24 apresentações teatrais, debatidas por professores e alunos do Ensino Médio e do EJA da rede pública de ensino da Grande Porto Alegre, atendendo a um público de aproximadamente 3.000 pessoas. Este resultado revela a alta receptividade da comunidade escolar ao projeto. Concomitantemente, as atividades didáticas desenvolvidas pelos professores das escolas envolvidas, foram importante mecanismo de avaliação do interesse e da discussão fomentada pelo espetáculo. Além disso, os alunos DAD têm oportunidade de complementar

sua formação pelo contato com público, em apresentações realizadas fora dos espaços do Departamento, contribuindo para a descentralização cultural e tendo contato com público de Grupos Populares.

Contribuição da Universidade à Formulação da Política Municipal de Saúde no município de Viamão

Esta atividade objetiva propor diretrizes para a política municipal de saúde a partir de uma amostra das condições de saúde e meio ambiente da população da periferia do município de Viamão, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da atenção básica à saúde da população.

É desenvolvida através de: visitas às comunidades; diagnóstico da situação e da infraestrutura local; preparação do trabalho de campo; administração de palestras e oficinas educativas; aplicação de questionários e coleta de dados primários e secundários; análise de dados; análises laboratoriais (análises físico-química de água, exames bacteriológicos de água de consumo de escolares do ensino fundamental); tratamento estatístico dos dados; reuniões com a comunidade para divulgação dos trabalhos e resultados obtidos; relatório técnico para formulação da política pública de educação e de saúde apresentado às Secretarias de Saúde e de Educação do Município.

Este trabalho, desenvolvido desde 2002, desencadeou algumas ações em Porto Alegre, em 2008.

3.4 RELAÇÕES DA IES COM A SOCIEDADE: DEFESA DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL

O compromisso da UFRGS com a sociedade no que se refere à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural baseia-se em atividades de caráter educativo.

A seguir apresentam-se a descrição das atividades de alguns órgãos da Administração Central que tratam das relações da IES com a sociedade, no que tange a estas áreas de atuação.

3.4.1 Defesa do Meio Ambiente

A preocupação da UFRGS com o meio ambiente é demonstrada pela criação da Coordenadoria de Gestão Ambiental, a qual mantém projeto educativo orientado ao envolvimento de toda a comunidade universitária, e concretizada através das ações

desenvolvidas. Instituiu um Sistema de Certificação Ambiental próprio, permitindo o permanente gerenciamento ambiental da Universidade com uma ferramenta dinâmica, exemplo para estudos de outras universidades e órgãos públicos.

Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA)

As ações ambientais da Universidade foram organizadas, sistematicamente, a partir de 1999 no Grupo Interdisciplinar de Gestão Ambiental (GIGA), integrada por professores de diversas unidades. Vinculado à Administração Central, iniciou suas atividades definindo uma Política Ambiental e constituindo uma comissão para sua implantação, resultando na criação, em 2007, da Coordenadoria de Gestão Ambiental. À Coordenadoria foram integrados outros serviços anteriormente existentes na Universidade, como Serviço de Proteção Radiológica (SPR), regulamentado pela Portaria nº 2.773/2001 e o Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos, órgão auxiliar do Instituto de Química.

Esta Coordenadoria tem como diretriz auxiliar e assessorar a Administração nas ações de gestão, de modo a considerar a sustentabilidade ambiental. À CGA estão afetas atividades relacionadas à qualificação de agentes ambientais no espaço da Universidade, gerenciamento da coleta seletiva de lixo, implantação do Plano de Gestão de Resíduos de Serviços de Saúde nos espaços geradores desses resíduos e implantação de processo de compostagem para os resíduos orgânicos.

Atua em parceria com diversas instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil na elaboração e execução das propostas contidas na Política Ambiental da UFRGS.

Deste modo, participa do Conselho Estadual do Meio Ambiente, do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, do Conselho Viamonense do Meio Ambiente (uma vez que se trata de município limítrofe ao Campus do Vale), do Comitê do Lago Guaíba, do Comitê da Bacia do Rio Gravataí, entre outras instâncias consultivas e deliberativas no Estado.

Regularmente, realiza atividades de educação ambiental, voltadas tanto para o público interno como o externo, focalizando os cuidados com o meio ambiente, o consumo consciente e o papel de cada cidadão na construção de um modelo mais sustentável de desenvolvimento. Está em elaboração a 7ª edição do Curso para Formação de Agentes Ambientais, tendo formado duas turmas em 2007 (68 agentes ambientais) e mais duas turmas em 2008 (54 agentes ambientais). Até agora a CGA formou 174 servidores agentes ambientais.

Estas atividades incluem escolas, durante os Salões de Extensão da UFRGS e ao longo do ano, durante as datas comemorativas relacionadas ao meio ambiente, como a Semana do Meio Ambiente, a Semana Estadual da Água, a Semana Interamericana de Limpeza e Cidadania, o Dia de Sol - Dia internacional de Lixo e Cidadania - inclusive sediando o evento no espaço da Universidade, em parceria com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - e participação no XXV SEURS - Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, realizado em Guarapuava, no Paraná, em dezembro de 2007.

Outra frente de atuação da CGA consiste em mapear as ações de impacto ambiental significativo e, a partir desse diagnóstico, executa ações de monitoramento da geração de resíduos químicos, biológicos e radiológicos, a fim de promover a coleta seletiva dos resíduos sólidos da Instituição e sua destinação correta, buscando ainda o pleno atendimento da legislação ambiental, com o licenciamento de seus *campi*. Atua com associações de catadores e recicladores de resíduos, os quais recebem os resíduos sólidos da UFRGS para a realização de seus trabalhos. Entre 2007 e 2008, as principais ações foram:

- a separação dos resíduos recicláveis, atendendo ao Decreto Federal nº 5940/06, destinando estes resíduos a dois galpões de reciclagem e ao DMLU - *Campus* Centro, coletado pelo DMLU - *Campus* Saúde e destinando os resíduos para a Associação de Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital São Pedro (ATUT) e o *Campus* do Vale encaminhando-os à Usina de Reciclagem Passo Dornelles, em Viamão;

- os Resíduos Sólidos de Serviço de Saúde (RSSS) estão sendo separados, acondicionados, conforme RDC nº 306/04, e destinados corretamente com empresa contratada por licitação (ABORGAMA);

- os resíduos químicos possuem um gerenciamento, a partir do Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos (CGTRQ), do Instituto de Química;

- os resíduos radiológicos são gerenciados pelo Serviço de Proteção Radiológica (SPR), destinados a este setor para destinação final;

- os resíduos orgânicos de varrição e podas, da FABICO, estão sendo encaminhados à compostagem;

- as luminárias estão sendo substituídas por modelo padrão e as lâmpadas destinadas à empresa licenciada para o devido tratamento e as pilhas e baterias estão sendo coletadas, através do convênio com o Banco Real, onde já foram instalados 17

coletores Papa Pilhas, em várias Unidades, dentro dos prédios da UFRGS, distribuídos nos três campi, inclusive em unidades dispersas.

São elaborados Relatórios de Riscos Ambientais para setores da Universidade, identificando riscos existentes nos locais de trabalho e indicando medidas de saneamento técnico e legalmente exigidas, no campo da segurança do trabalho. Destaca-se a atuação do Conselho de Saúde e Ambiente de Trabalho, constituído pelos representantes das Comissões de Saúde e Ambiente de Trabalho (COSAT's), Associação dos Servidores da UFRGS (ASSUFRGS) e Associação de Docentes da UFRGS (ADUFRGS), que contribuiu para medidas de melhoria das condições de trabalho na UFRGS, mediante ações integradas e pró-ativas, resultado de negociações e especial valorização das propostas oriundas da comunidade universitária.

Neste aspecto, foram elaboradas planilhas de impactos e aspectos ambientais; levantamento dos Índices de Risco Ambiental (IRA) em 65 prédios da UFRGS, com início da aplicação das ações recomendadas, - através de um sistema monitorado - para apurar os efeitos na redução no Índice de Impacto Total dos prédios.

Além desses projetos específicos, a Instituição atua no reconhecimento do Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) do Morro Santana, localizado no *Campus* do Vale, e que irá se tornar a primeira Unidade de Conservação do país sob a responsabilidade de uma IES. Encontra-se em andamento, junto ao IBAMA e à SEMA, a solicitação de registro do REVIS, que será um espaço para pesquisa de flora e fauna, numa área de 321,12 ha.

A Biblioteca Central criou um espaço para publicações sobre Gestão Ambiental, o qual já conta com um acervo de 85 obras.

O detalhamento de outras intervenções da Coordenadoria, tais como levantamento de riscos ambientais nos espaços da Universidade; uso racional dos recursos naturais como água e energia; consolidação do refúgio de Vida Silvestre no *Campus* do Vale e no Ceclimar/Imbé, entre outras, encontram-se disponíveis no site <http://www.ufrgs.br/sga>.

3.4.2 Memória e Patrimônio Cultural

A Universidade possui um importante acervo arquitetônico no centro da cidade de Porto Alegre, na área do *Campus* Centro, composto por 21 prédios localizados em dois quarteirões, construídos em duas etapas distintas.

Estes edifícios e seu entorno constituem valioso conjunto arquitetônico, composto por duas gerações históricas e artísticas de edificações, dos séculos XIX e XX. O primeiro grupo de edificações integra a primeira etapa, denominada de primeira geração, sendo composto de 11 edifícios construídos entre 1898 e 1928, representativos do Ecletismo e do *Art Nouveau*. O segundo grupo, que integra a segunda geração, compreende os 10 edifícios construídos entre 1951 e 1964, representativos do Movimento Moderno.

A preservação dos mesmos constitui-se em atividade de relevo e de responsabilidade para com a comunidade porto-alegrense e do Rio Grande do Sul e fazem parte das políticas de gestão da Universidade.

Na busca da preservação da memória e do patrimônio cultural, a UFRGS integra o Programa Nacional de Apoio à Cultura junto ao Ministério da Cultura (PRONAC) e o Programa de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (LIC), através da sua Secretaria de Patrimônio Histórico.

Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH)

Em 1999, foi aprovado pelo Ministério da Cultura o projeto da UFRGS “Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural”, tendo como objetivo primordial a recuperação, revitalização e restauração dos prédios que constituem o conjunto arquitetônico do *Campus* Centro, do prédio da Faculdade de Agronomia no *Campus* do Vale, todos datados do início do século XX, e de outros bens pertinentes ao patrimônio histórico da UFRGS.

Em 2000 foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH), cuja atribuição principal é a preservação dos prédios que constituem o patrimônio arquitetônico histórico da Universidade, inseridos no PRONAC. Através de contribuições dedutíveis do Imposto de Renda devido, é possível ao contribuinte colaborar com a recuperação e a reforma de prédios tombados, pertencentes ao patrimônio histórico da UFRGS.

Campanhas para a arrecadação de contribuições para viabilizar o Programa têm sido realizadas, tendo em vista conscientizar a população, empresas e ex-alunos para a importância da preservação de tão rico acervo da Universidade, da cidade de Porto Alegre e

do estado do Rio Grande do Sul, mobilizando-os para a adesão aos propósitos das campanhas.

Neste sentido, a manutenção dos anúncios semanais gratuitos no Caderno de Cultura do jornal Zero Hora constitui-se num importante instrumento de divulgação e incentivo à referida campanha. Também é importante destacar o evento “Dia da Doação”, o qual apresentou um incremento de captação de recursos junto a pessoas físicas, da ordem de 60% em relação a 2007. Por fim, cumpre destacar ações levadas a efeito junto à mídia local, visando dar maior visibilidade ao Projeto de Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural. Dentre estas ações citam-se duas reportagens no Correio do Povo, duas no Jornal do Comércio e três matérias para o Jornal da TVE (Televisão Educativa do Rio Grande do Sul).

Em 2006, a Universidade conquistou o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, em reconhecimento a ações de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Em 2007 a Universidade publicou a obra intitulada Manuais do patrimônio histórico edificado da UFRGS: cartas patrimoniais e legislação, lançada na Feira do Livro e distribuída às bibliotecas públicas de todos os Estados da Federação, às Superintendências Regionais do IPHAN do País e a todas as universidades do Rio Grande do Sul.

Prédios como o da sede da Faculdade de Agronomia, a sede administrativa do curso de Engenharia e o prédio do antigo Instituto de Química Industrial estão sendo recuperados com recursos captados para a preservação do patrimônio histórico, com toda a documentação tendo tramitado pelos canais competentes da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Histórico. Foram concluídos os projetos de restauração dos prédios do Castelinho, do *Château*, Curtumes e Tanantes (atual Museu Universitário), da Rádio da Universidade, do Observatório Astronômico e da Faculdade de Direito.

Intervenções parciais foram feitas nos prédios da antiga Faculdade de Medicina, atualmente ocupado pelo Instituto de Ciências Básicas da Saúde, antigos Instituto Parobé e Instituto de Química Industrial, todos no *Campus* Centro. Está em execução a restauração do Roseiral, do Jardim Filogenético da Faculdade de Agronomia, do próprio prédio da Faculdade e a climatização do Prédio da Faculdade de Direito.

As obras concluídas e as intervenções em andamento podem ser acessadas no site <http://www.predios.historicos.ufrgs.br> (Ver também seção 7.2.3).

3.4.3 Produção Artística

As principais atividades relativas à produção artística na Universidade estão afetas às estruturas da Pró-Reitoria de Extensão, detalhadas na seção 2.6 deste Relatório.

3.5 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

O Quadro 79 apresenta um resumo da avaliação referente à Dimensão Responsabilidade Social.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
As ações/atividades que visam à responsabilidade social necessitam ser identificadas como tal.	A tradição, na UFRGS, de ações que evidenciam seu compromisso social está enraizada na sua própria história, sua manutenção e ampliação são objetivos a serem perseguidos e alcançados sem muitas dificuldades, dada sua longa experiência nas atividades que a tipificam: ensino, pesquisa e extensão; bem como nas áreas de gestão ambiental, memória e patrimônio cultural e produção artística.	Estabelecer uma política que consolide a responsabilidade social como uma ação presente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de sua identificação nos registros efetuados nos sistemas informatizados da Universidade; Estabelecer uma política que identifique e consolide a responsabilidade social como uma ação presente nas ações de gestão ambiental, memória e patrimônio cultural e produção artística.
Ausência de uma política e de dados referentes ao número de pessoas com necessidades especiais na Universidade e quais as deficiências apresentadas.	No momento do concurso vestibular esse dado já é apurado. Dever-se-ia, a partir daí, criar um sistema de monitoramento.	Estabelecer uma política de atendimento às pessoas com necessidades especiais; Gerar base de dados para o levantamento e acompanhamento do número de pessoas portadoras de necessidades especiais; Fornecer condições em termos de infraestrutura (acesso, equipamentos, pessoal, etc.).

Quadro 79 - Avaliação da Dimensão Responsabilidade Social

4 A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

É compromisso da UFRGS, através da sua Secretaria de Comunicação Social (SECOM), garantir o acesso à informação qualificada e diversificada acerca das atividades da Instituição, através da publicação do Jornal da Universidade, da Rádio da Universidade, dos programas produzidos para a Televisão Universitária (UNITV), do fornecimento de conteúdos informativos para a página eletrônica institucional e para a revista eletrônica da Universidade, denominada Agendão UFRGS, e dos serviços de publicidade e relações públicas.

A SECOM também atende às demandas dos veículos de imprensa, rádio, TV e sítios eletrônicos de notícias da *internet*, dando encaminhamento aos pedidos de entrevistas, fotos, imagens e outros, promovendo a aproximação entre as fontes de informação da Universidade e os órgãos de comunicação social. Promove ainda ações de comunicação interna permitindo o fluxo de informações importantes para a comunidade universitária e para toda a sociedade através de *sítes* disponibilizados pelas unidades, departamentos, programas de pós-graduação, laboratórios e/ou outros órgãos da Universidade, além da participação dos docentes, discentes e técnicos administrativos em eventos realizados dentro e fora do País.

Os sistemas de informação também são importantes fontes de divulgação e de comunicação com a comunidade, nos quais a Universidade vem investindo ao longo de vários anos.

4.1 COERÊNCIA DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE COM AS POLÍTICAS CONSTANTES DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

O Plano de Gestão UFRGS 2004-2008 apresentava como uma das metas a serem atingidas, implantar a política global de comunicação da UFRGS, através da criação da SECOM.

Em cumprimento à referida meta a Secretaria foi implantada em outubro de 2004, como órgão executivo da política de comunicação da Universidade, ligado diretamente ao Gabinete do Reitor. Suas atribuições são estabelecer e executar a política de comunicação da UFRGS, através da qual agiliza os serviços de comunicação existentes na Instituição e cria novos, de acordo com as necessidades. Além disso, facilita a ação dos veículos de comunicação na busca de informações sobre a Universidade, mantém relacionamento com a imprensa e dá apoio aos eventos científicos, educacionais e culturais que se realizam na Instituição <<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/index.htm>>.

A coerência entre as ações da comunicação com a sociedade e as políticas para a área constantes nos documentos oficiais manifesta-se através do compromisso assumido pela Secretaria com o interesse público. A SECOM recebe, processa e divulga todo o volume de informações, especialmente de conteúdo jornalístico, que circula pela Universidade. Presta também serviços de divulgação de assuntos de interesse da comunidade acadêmica, utilizando-se dos canais de comunicação constantes de sua estrutura funcional.

A SECOM possui uma meta específica no Plano de Gestão da UFRGS 2008-2012, já que se constitui em atividade essencial para o desenvolvimento de ações internas e externas da Universidade. Concretamente, as ações previstas são a renovação e ampliação da estrutura de comunicação social, com o objetivo de garantir o acesso à informação qualificada e diversificada acerca das atividades da UFRGS. As metas a serem atingidas são:

- 1) Criação da Agência de Notícias UFRGS;
- 2) Criação de ambientes de comunicação interna institucional;
- 3) Aperfeiçoamento da estrutura de comunicação interna e inter-instâncias administrativas da Instituição e incremento dos processos de divulgação das ações da Universidade.

Para o desenvolvimento de suas atividades a SECOM está organizada da seguinte forma:

Coordenação

Coordenação política e administrativa das atividades e serviços da Secretaria e representação interna e externa da área de comunicação.

Divisão de Administração

Responsável pelas funções inerentes à administração da Secretaria.

Divisão de Jornalismo

Composto pelo Centro de Teledifusão Educacional (CTE) (integrado pela unidade produtora de TV e rádio), jornal, assessoria de imprensa, agência de notícias, portal de notícias, agendão e fotografia. Atua na assessoria de imprensa ao Gabinete do Reitor, às Pró-Reitorias e às Unidades Acadêmicas da UFRGS; assessoria às mídias para a produção de informações; intermediação de contatos; entrevistas; emissão de notícias e releases;

cobertura fotográfica de eventos; confecção do Jornal da Universidade; produção, manutenção e atualização de uma revista eletrônica; manutenção do serviço de radiodifusão; projetos e criação e produção de vídeos e outras publicações.

Divisão de Publicidade e Propaganda

Trabalha com assessoria a projetos mercadológicos e a parcerias, visando patrocínios e projetos de apoio cultural e de publicidade para os veículos impressos; assessorias publicitárias; projetos de criação e produção gráfica; assessoria na área de comunicação gráfica e audiovisual, projetos de computação gráfica, campanhas, peças publicitárias (patrocínio); programação visual, cartazes, folders, publicações, peças gráficas e eletrônicas.

Divisão de Relações Públicas

Tem entre suas atribuições o planejamento e produção de ações e eventos vinculados à Administração Central e Unidades Acadêmicas; assessoria à produção de eventos; cerimoniais; produção de instrumentos de comunicação dirigidos aos diversos segmentos da Universidade; atendimento ao público; Fale Conosco, e-mail institucional para contato e outras atividades pertinentes ao setor, incluindo a distribuição do Jornal da Universidade.

Gráfica

Incorporada à SECOM em 2006, a Gráfica desenvolve seu trabalho desde 1948, quando ainda era sediada na Faculdade de Direito da UFRGS. Em 1954 transferiu-se para o prédio da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação e, em 2005, para prédio próprio no *Campus* da Saúde. Tem como objetivo o constante aperfeiçoamento técnico e pessoal, investindo na modernização dos recursos materiais e humanos, a fim de atender de forma eficiente a demanda da Universidade e, quando possível, o restante da comunidade. Entre os serviços prestados, estão a impressão, a editoração, a criação e o acabamento de teses, monografias, provas, trabalhos acadêmicos e livros.

Em 2007, a modernização da SECOM levou em conta a estruturação física e material de suas divisões, com o objetivo de qualificar o ambiente de trabalho para os servidores da Secretaria, ampliando e melhorando o desempenho das atividades que desenvolve. Nesse sentido, foram adquiridas impressoras e computadores, máquinas fotográficas digitais, laptops e 04 bancadas de trabalho para a confecção do Jornal.

Apesar das dificuldades, tais como a falta de mais verbas para as IFES e a não realização de concursos públicos para a reposição de servidores qualificados para as

atividades de jornalismo e comunicação, as funções da SECOM vêm sendo ampliadas e, o mais importante, com qualidade, demonstrando um nível de entendimento em sua equipe de que é possível criar e desenvolver ações para o público usuário dos serviços da Universidade, que espera um retorno da Instituição com excelência em suas atividades.

4.2 COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A Universidade vem, ao longo dos últimos anos, modernizando e qualificando seus canais de comunicação e sistemas de informação destinados à comunidade universitária e comunidade em geral.

A transparência dos canais de comunicação faz com que praticamente toda a comunicação interna seja acessada pela comunidade externa, a saber: Página da UFRGS; Agendão UFRGS; Jornal da Universidade; Rádio da Universidade; Clipping; Unidade Produtora de TV; Portal de Periódicos Científicos; Catálogo *on-line* das bibliotecas da UFRGS - SABI; Lume - Repositório Digital da UFRGS; Salão de Iniciação Científica; Feira de Iniciação Científica e Salão UFRGS Jovem; Salão de Extensão; UFRGS Portas Abertas; Passeios virtuais em 3D; Vídeo institucional e Livraria Virtual da UFRGS.

Página da UFRGS

<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/>>

A página da Universidade é uma fonte importante de informações à comunidade interna e externa, abrangendo as áreas de ensino, pesquisa, extensão, bibliotecas, aluno, servidor e webmail. Possibilita, ainda, a realização de buscas. Divulga, em tempo real, as informações da UFRGS, de interesse interno e externo, relativas a cursos, seminários e outras atividades das diferentes unidades acadêmicas. Em 2008, foi atualizada e modernizada, oferecendo mais facilidades de acesso aos usuários e permitindo navegação rápida e eficiente para a totalidade dos *links* existentes na Universidade. Disponibiliza a apresentação e *links* em inglês e espanhol.

Agendão UFRGS

<<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/agendao/>>

Revista eletrônica que circula semanalmente, com informações sobre lançamentos de livros, espetáculos de música e teatro, exposições, cursos, palestras e outras atividades organizadas pelos diferentes setores da Universidade.

Jornal da Universidade

<<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/jornaldauniversidade/>>

Publicado mensalmente, inclui matérias de assuntos diversos. Em 2007, o Jornal da Universidade foi premiado com o segundo lugar pelo troféu Destaque Andifes de Jornalismo das Instituições Federais de Ensino Superior de 2006.

Em 2008 manteve sua periodicidade mensal, editado em 18 páginas e com uma tiragem de 12 mil exemplares. Seu cadastro de assinantes contém mais de cinco mil endereços no Brasil e exterior.

Rádio da Universidade

<<http://www.ufrgs.br/radio/>>

A UFRGS foi a primeira universidade no Brasil a operar uma estação de radiodifusão. Passados 50 anos de sua existência, firma-se com uma programação de qualidade nas 24h/365 dias do ano e continua fiel à sua proposta original, de irradiar cultura, educação e entretenimento da melhor qualidade, entrevistas, debates e divulgação.

A emissora é referência das rádios universitárias no Brasil; funciona como laboratório de ensino e prática profissional. Nos seus estúdios são ministradas aulas práticas das disciplinas de rádio e jornalismo da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) com a produção de programas e de apresentações ao vivo. Os alunos de jornalismo são responsáveis pela produção e apresentação de quatro programas semanais na Rádio: Por Volta do Meio Dia, Motivos de Campo, Entrevista Coletiva e Universidade Aberta. Proporciona o desenvolvimento de projetos de laboratório de estágio em rádio e TV, nos quais os alunos realizam coberturas externas, como no Salão de Iniciação Científica, no Salão de Extensão e na Feira do Livro, além do incentivo para que alunos façam locução de rádio como locutores auxiliares. Possui, ainda, um museu que preserva sua história.

Clipping

<<http://www.clipping.ufrgs.br/>>

Inclui as notícias veiculadas nas diferentes mídias: revista, jornal e TV. Disponível para consulta pública diária e intermediação de entrevistas de integrantes da Administração Central e de professores das Unidades Acadêmicas para jornais de circulação local e nacional.

Unidade Produtora de TV

<<http://www.ufrgs.br/comunicacaosocial/ufrgstv/>>

Inaugurada em setembro de 2005, a Unidade Produtora de TV da UFRGS é um espaço voltado à construção dos programas veiculados na UNITV, canal 15 da NET, e à produção de vídeos institucionais, com o intuito de divulgar a produção acadêmica científica, artística e cultural, tanto para a comunidade interna como externa da UFRGS.

A UFRGS TV, através de seus programas como o Conhecendo a UFRGS e outros, apresenta à comunidade as atividades e os projetos que ocorrem nas diversas Unidades da Instituição. Além de permitir que se conheça um pouco da história da Universidade, possibilita aos alunos de Comunicação Social colocar em prática o seu conhecimento adquirido durante o curso, aproximando o universitário da realidade de um estúdio de TV. Está localizada no prédio da Rádio da Universidade, no *Campus* Centro.

Outros canais de comunicação e sistemas de informação:

Portal de Periódicos Científicos

<<http://www.periodicos.ufrgs.br/>>

Visa incentivar a circulação de conhecimentos na sociedade, divulgando resultados de pesquisas realizadas na Instituição e em outras universidades e institutos de pesquisa, promovendo maior visibilidade e acesso às revistas científicas da Instituição (ver seção 2.4).

Catálogo *on-line* das bibliotecas da UFRGS

<<http://sabix.ufrgs.br/ALEPH/>>

Reúne o acervo das 33 bibliotecas da UFRGS e possibilita a gerência e controle das transações de empréstimo, renovação, devolução e reserva de documentos. Através do SAbi é feito o registro, controle e divulgação da produção intelectual gerada no âmbito da Universidade (ver seção 7.4).

Repositório Digital da UFRGS

<<http://www.lume.ufrgs.br/>>

Portal de acesso às coleções digitais de documentos gerados no âmbito da Universidade e de outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou pelo seu caráter histórico, é de interesse da Instituição centralizar sua preservação e difusão (ver seção 7.4).

Salão de Iniciação Científica, Feira de Iniciação Científica e Salão UFRGS Jovem

<<http://www.ufrgs.br/propesq/sic2007/index.htm>>

Eventos realizados anualmente, constituem espaço para divulgação, promoção e acompanhamento dos trabalhos de Iniciação Científica desenvolvidos pelos estudantes de graduação e para valorização da pesquisa no âmbito universitário, assim como para a divulgação das atividades de iniciação científico-tecnológica, realizadas por alunos e professores da Educação Básica e Profissional, nas Escolas (ver seção 2.4).

Salão de Extensão

<<http://www.prorext.ufrgs.br/>>

Evento anual que visa mostrar à comunidade interna e externa o que é desenvolvido pela UFRGS em termos de extensão universitária, promovendo a discussão de conceitos relevantes, a mobilização institucional e a valorização dos diversos projetos, em um ambiente de publicização, reflexão e avaliação (ver seção 2.6).

UFRGS Portas Abertas

<<http://www.ufrgs.br/portasabertas/>>

Destaca-se como meio de divulgação externa o projeto Portas Abertas, realizado anualmente, durante um sábado, quando a comunidade interna da Universidade recebe os interessados em conhecer suas instalações, laboratórios, trabalhos e pesquisas (ver seção 2.2).

Passeios virtuais em 3D

<www.campusvirtual.ufrgs.br>

A comunicação com a comunidade também se dá através da tecnologia de realidade virtual VRML (*Virtual Reality Modeling Language*). O Núcleo de Computação Gráfica da Faculdade de Arquitetura desenvolveu a navegação em 3D em tempo real pelos prédios do *Campus Central*: "*Campus Central da UFRGS em Realidade Virtual*", iniciada em 2001. Os passeios virtuais permitem observar a riqueza do patrimônio histórico e arquitetônico da Universidade de forma gráfica e interativa. O visitante encontrará também imagens, animações, detalhes sobre a tecnologia empregada e *links* para diversas páginas da UFRGS.

Vídeo institucional

<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a_ufrgs/index.asp>

A Universidade disponibiliza, também, um vídeo institucional, de acesso público.

Livraria Virtual

<<http://www.livraria.ufrgs.br/>>

A Editora da UFRGS conta com uma livraria virtual que visa dar mais visibilidade aos livros editados e facilitar o conhecimento desta produção. É possível comprar livros, acessar ao catálogo, lançamentos, promoções e eventos.

Portais de acesso à comunidade (ver também seção 7.1.2)

Portal do Servidor

<https://www1.ufrgs.br/PortaisUfrgs/portal_do_servidor/servidor.htm>

Oferece aos docentes e técnicos administrativos informações relativas às várias áreas da Universidade, bem como serviços, quais sejam: acompanhamento de processos, guia telefônico, acompanhamento de concursos, mural de bolsas, entre outros. Através do Portal os docentes podem, também, apropriar conceitos; consultar relatório de avaliação discente do professor e de suas disciplinas; comunicar-se com os alunos, através de ferramentas de apoio; emitir listas de frequência e de alunos; adotar uma ferramenta de Ensino a Distância (EAD) como apoio para suas aulas, além de acessar o relatório de todas as suas atividades acadêmicas, o qual pode ser usado para progressão funcional, bem como para acompanhamento de suas atividades e atualização de seus dados.

Portal do Aluno

<https://www1.ufrgs.br/PortaisUfrgs/portal_do_aluno/aluno.htm>

Disponibiliza ao estudante o sistema informatizado de avaliação dos docentes, das disciplinas e da infraestrutura. Permite também a realização de auto-avaliação e apresentação de sugestões, além de outros serviços, tais como a consulta aos resultados globais da avaliação das disciplinas que cursou (ver também seção 9.3).

Portal do Egresso

<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/Egressos/index.htm>>

Disponibiliza o Censo de Egressos da UFRGS, que permite traçar um perfil dos egressos e identificar suas expectativas com relação à Universidade.

Editora da UFRGS

A Editora da UFRGS é um espaço privilegiado de articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com a publicação de livros, a Editora não apenas divulga o

conhecimento produzido e, por ter caráter multidisciplinar, torna-se um espaço ímpar de formação para a comunidade acadêmica.

A Editora, enquanto órgão complementar⁶ da Universidade tem como compromisso institucional a ênfase em um projeto editorial voltado para o ensino de graduação. Busca também o aprimoramento na sistemática de distribuição e divulgação de seu catálogo, o fomento de novos programas editoriais e a ampliação de parcerias.

Nos últimos quatro anos a Editora da UFRGS ultrapassou a meta de 50 novos títulos por ano, preservando sua média e possibilitando a manutenção de mais de 500 títulos em catálogo de vendas. Concomitantemente, a busca do saneamento financeiro e a otimização dos processos produtivos e gerenciais permitiram à Editora galgar sua auto-sustentabilidade.

Em 2005, ampliando e fortalecendo sua política editorial, a Editora criou três novas coleções: Síntese contemporânea, Iniciação Científica (em parceria com a PROPESQ) e Série Graduação (em parceria com a PROGRAD). Essas coleções procuram complementar e atualizar o conhecimento nas mais variadas áreas. Além disso, as novas coleções visam divulgar obras relacionadas com estudos e pesquisas universitárias, auxiliando os alunos de graduação e pós-graduação. Neste mesmo ano foi também delineado com mais clareza o perfil científico da produção da Editora da UFRGS, organizando seus títulos a partir de coleções didáticas, abrangendo as diferentes áreas e disciplinas. Para cada coleção foi elaborado um projeto de identidade visual, definindo os critérios de produção editorial tais como: normatização e padronização de procedimentos de produção (detalhamento dos aspectos gráficos e editoriais: formato, tipologia, tipo de papel, etc.).

O ano de 2006 trouxe grandes avanços, tendo em vista que a Editora foi transferida para a nova sede localizada no *Campus* da Saúde. Foi lançada a Livraria Virtual, que permite a divulgação e venda do acervo de publicações em nível nacional e internacional. Houve a publicação das séries: Graduação, Iniciação Científica, Farmácia e Esportes em parceria com o Ministério da Educação, da Saúde e dos Esportes e/ou com Unidades Acadêmicas da UFRGS.

No exercício de 2007, a Editora participou da XIII Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro, no período de 13 a 23 de setembro, quando foram comercializados 220 títulos e 1.026 exemplares vendidos. Esteve presente também na 53ª Feira do Livro de Porto Alegre, de 23/10 a 11/11, destacando o lançamento de 35 novos títulos, sendo que 23 com sessão de autógrafos.

⁶ Art. 38 do Regimento Geral da UFRGS: "Os Órgãos Suplementares destinam-se a cumprir objetivos especiais de natureza científica, técnica, cultural, recreativa e de assistência".

Em 2008, repetiu-se a dose: a Editora esteve presente na X Bienal Internacional do Livro, em São Paulo, no período de 14 a 24 de agosto, quando foram comercializados 219 títulos, perfazendo um total de 1.138 exemplares vendidos e, como faz todos os anos, esteve presente na 54ª Feira do Livro de Porto Alegre, de 31/10 a 16/11, quando foram realizados 17 novos lançamentos com sessão de autógrafos e comercializados 8.359 exemplares.

Algumas ações continuaram prioritárias no ano de 2008, quais sejam: implementação de novos programas editoriais articulados com as Pró-Reitorias de Pesquisa e de Graduação, fortalecimento da produção editorial com a terceirização das duas livrarias físicas, implementação da Livraria Virtual e a organização de lançamentos editoriais. Cumpre, entretanto, salientar a participação da Editora, em editais públicos do MEC que visam à aquisição de livros para bibliotecas públicas: a Editora da UFRGS participou e foi contemplada pelo Edital FNDE/Programa Nacional Biblioteca da Escola para o Ensino Médio, comercializando 24.575 exemplares da obra “Terra Feições Ilustradas”, publicação da própria Editora. Está também participando do Edital FNDE/Programa Nacional do Livro Didático 2010 com a obra “Mast e o Planeta Azul”, publicada em 2008, em parceria com o Planetário da UFRGS. O Quadro 80 apresenta alguns indicadores.

	2005	2006	2007	2008
Edições	40 títulos	41 títulos	47 títulos	52 títulos
Reedições	07 títulos	12 títulos	11 títulos	10 títulos
Total	47	53	58	62

Quadro 80 - Editora da UFRGS em Números

Fonte: Editora da UFRGS, 2009

4.3 OUVIDORIA

As informações solicitadas pela comunidade são prestadas por pró-reitorias, secretarias, coordenadorias e unidades acadêmicas, que atuam como canais de comunicação da Administração da Instituição com a sua comunidade universitária. Também há nas páginas da Universidade, o Fale Conosco/E-mail, que funciona como uma Ouvidoria. O interessado pode dirigir-se ao e-mail da Universidade ou do órgão específico ao qual deseja encaminhar seus comentários, críticas, sugestões, solicitação de esclarecimento ou pedido de informações.

4.4 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

A UFRGS, como a Universidade de maior referência do Estado, é regularmente mencionada na mídia impressa e falada em temas que se relacionam com as atividades que

desenvolve: vestibular, concursos, premiações, divulgação de eventos, informações técnicas, inovações tecnológicas, entre outros. Sua imagem está relacionada, também, à promoção e apoio a eventos de diversas áreas do conhecimento no Estado.

As informações internas e externas à Universidade circulam de forma compatível com a velocidade e a responsabilidade que o tema requer. Para tanto, os canais de comunicação e sistemas de informação atuam de forma ágil e com abrangência plena, alcançando o público interno, o externo, toda a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. É compromisso da SECOM atingir esses objetivos de forma responsável e criteriosa, priorizando o atendimento do interesse público. Neste sentido, as fontes de informação, tanto impressas quanto eletrônicas, que utiliza como instrumento para difusão de textos ou publicações de teor acadêmico-científico e/ou de divulgação, contribuem para a imagem pública da Universidade que permanentemente repassa o conhecimento gerado em seu âmbito à comunidade.

Assim como em anos anteriores, em 2006 a UFRGS foi a marca mais lembrada, na categoria ensino superior, na 8ª edição da pesquisa Marcas de Quem Decide, elaborada pelo Jornal do Comércio e a QualiData. O estudo apresenta as marcas mais lembradas e preferidas de empresários, executivos e profissionais do Estado, em 100 categorias de produtos, serviços e empresas.

A Universidade dispõe de uma multiplicidade de canais de comunicação com a sociedade, adequadamente implementados e acompanhados. Existe uma política global de comunicação, estabelecida e executada por um órgão específico da Administração Central, no caso, a Secretaria de Comunicação. Além da excelência em sua atuação, a transparência dos canais de comunicação faz com que praticamente toda a comunicação interna possa ser acessada pela comunidade externa. Por outro lado, ainda não existe um serviço de ouvidoria formalmente constituído, dispondo de pessoal e infraestrutura adequada.

O Quadro 81 apresenta um resumo da avaliação dessa dimensão.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Inexistência de ouvidoria.		Implantar ouvidoria.
Os canais de comunicação disponíveis são muito pouco utilizados pelas unidades acadêmicas e respectivos órgãos internos.		Estimular o uso do endereço eletrônico institucional, a fim de facilitar a comunicação interna; Promover a articulação e divulgação dos serviços disponíveis por parte da comunidade universitária.

Quadro 81 - Avaliação da Dimensão Comunicação com a Sociedade

5 AS POLÍTICAS DE PESSOAL E DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A área de gestão de pessoas da UFRGS, nos últimos três anos, foi ampliada e reestruturada em função de sua interface com o novo modelo de administração gerencial, ao qual inúmeras IFES vêm aderindo. O modelo de gestão empregado está voltado ao planejamento estratégico gerencial, com foco no cidadão e nos resultados para a Instituição. Como resultado, foi desenvolvida uma área estratégica de recursos humanos, com competências para atender ao crescimento da Universidade e à complexidade de seus processos de trabalho. Essa inovação gerencial ocorreu gradualmente e teve como marco o ano de 2008, com a alteração do nome da Pró-Reitoria de Recursos Humanos para Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGESP) é o órgão responsável pelo desenvolvimento, execução e avaliação da política de gestão de pessoas da UFRGS. Possui posição estratégica na gestão da UFRGS, por fazer interface com todos os segmentos da comunidade universitária e por gerenciar a força de trabalho que estrutura a Instituição.

Dentre suas competências estão os procedimentos relativos à administração de pessoal, o dimensionamento quantitativo e qualitativo de pessoal, a definição de modelos de alocação de vagas, o acompanhamento da vida funcional dos servidores desde seu ingresso na Instituição, a análise do estágio probatório, a avaliação de desempenho, o oferecimento de ações de capacitação voltadas ao desenvolvimento dos servidores na carreira, a saúde e segurança no trabalho, a contratação de professores substitutos, bem como o gerenciamento dos serviços terceirizados.

A PROGESP dispõe da seguinte estrutura:

- Gerência Administrativa (GAD)

- a) Análise de solicitação de diárias de servidores da PROGESP;
- b) Análise de solicitação de serviço extraordinário de servidores da PROGESP;
- c) Assessoria na área de informática aos servidores da PROGESP.

- Gerência de Serviços Terceirizados (GERTE)

- a) Atendimento de pedidos de terceirizados.

- Departamento de Administração de Pessoal (DAP)

- a) Nomeações, elaboração de contratos de professores substitutos e extinção de contratos, controle de vagas, funções: designação, dispensa, criação de novas funções e substituição;
- b) Análise e concessão de aposentadoria, pensão, abono de permanência, adicional noturno, afastamentos, licenças, incorporações de funções, cedência. Elaboração de contagem, averbação e certidões de tempo de serviço, exoneração. Emissão de Perfil Profissiográfico Previdenciário;
- c) Análise e concessão de auxílio-transporte, auxílio-pré-escolar, progressões funcionais. Controle e atualização de férias, cadastro, pastas funcionais e frequência. Elaboração de declarações, certidões e demais documentos;
- d) Elaboração da folha de pagamento;
- e) Instrução e cumprimento de decisões judiciais.

As atividades acima listadas são realizadas através dos seguintes sistemas:

SIAPE - Folha de Pagamento, Sistema SRH/UFRGS, Sistema de Patrimônio da UFRGS, SEFIP - FGTS e Informações à Previdência Social, SIAPEcad - Módulo Cadastral, SICAJ - Módulo Ações Judiciais, Exercícios Anteriores - Módulo de pagamentos de anos anteriores, Extrator de Dados - módulo de extração de dados do Sistema SIAPE, SIAPEnet - Sistema SIAPE via *internet* com outras funcionalidades e informações *on-line*, SISOSP - Sistema Integrado de Saúde Ocupacional dos Servidores Públicos, DW - *Data Warehouse* - consultas, RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, DIRF - Declaração do Imposto de Renda na Fonte dos servidores e pensionistas, INCom - envio de matérias para o DOU, SISAC - Sistema de Registro e Avaliação de Atos de Admissão e Concessão - TCU.

- Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (DDGP)

- a) Desenvolvimento de ações de capacitação e treinamento;
- b) Definição de estratégias para a melhoria da interação e comunicação entre as Divisões da PROGESP e Unidades/Órgãos da UFRGS, bem como a gestão da mobilidade dos servidores técnico-administrativos;
- c) Desenvolvimento do programa de avaliação de desempenho;
- d) Modernização dos procedimentos de estágio probatório;

- e) Implantação de instruções de trabalho das rotinas de redistribuição, cooperação técnica, exercício provisório e remoções de servidores;
- f) Ingresso de novos servidores com entrevistas para lotação, conforme perfil e necessidades das Unidades Acadêmicas e Administrativas;
- g) Integração e acompanhamento dos novos servidores técnico-administrativos;
- h) Análise da demanda de servidores pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas;
- i) Desenvolvimento de procedimentos com vistas ao correto dimensionamento de pessoal técnico-administrativo.

- Departamento de Atenção à Saúde (DAS)

- a) Desenvolvimento de atividades relativas à promoção de saúde no trabalho;
- b) Co-participação com alguns setores da PROGESP em projetos que envolvem questões de saúde e ambientais.

5.1 COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE PESSOAL, DE CARREIRAS DO CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, SEU APERFEIÇOAMENTO, SEU DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO COM AS POLÍTICAS FIRMADAS EM DOCUMENTOS OFICIAIS.

As políticas de carreiras dos servidores do corpo docente e do corpo técnico-administrativo da UFRGS, como das demais universidades públicas brasileiras, são regidas pelo Governo Federal, na condição de mantenedor destas, através das Leis nº 7.596, de 10 de abril de 1987, nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e nº 11.784, de 22 de setembro de 2008. As obrigações e diretrizes que embasam as ações da PROGESP estão definidas nas seguintes legislações:

- **Lei nº 8.112, de 12 de dezembro de 1990**, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais;
- **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**, que estruturou os princípios e diretrizes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, os quais foram regulamentados pelos Decretos nº 5.824 e nº 5.825, ambos de 29 de junho de 2006;

- **Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005**, que altera dispositivos da Lei nº 11.091, de 12/01/2005;
- **Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008**, que reestrutura os planos de Carreira do Magistério Superior, Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e o dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação;
- **Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 e Lei nº 9.849 de 26 de outubro de 1999**, que dispõem sobre a contratação por tempo determinado de professores substitutos;
- **Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997**, que define as atividades que poderão ser objeto de execução indireta;
- **Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998**, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e define as atividades correspondentes aos cargos extintos ou em extinção que poderão ser objeto de execução indireta;
- **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
- **Decisão CONSUN nº 047, de 19 de janeiro de 2007**, que aprova o Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento da UFRGS dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- **Decisão CONSUN nº 939, de 21 de novembro de 2008**, que aprova o Programa de Avaliação de Desempenho para os Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;
- **Decisões CONSUN nº 25/2000 e nº 283/2002**, que regulamentam os concursos para o cargo de professor.
- **Resolução nº 30/91 - COCEP/UFRGS**, que aprova a consolidação das Normas de Concurso para Provimento do Cargo de Professor Titular;

Demais Emendas Constitucionais, Decretos, Instruções Normativas, Orientações e Normas Técnicas do MEC/SRH/CGGP e Decisões e Portarias dessa Universidade, que regulamentam diferentes questões que perpassam a administração de pessoal e as políticas de desenvolvimento dos servidores na carreira.

Nos Anexos 67 a 82 encontra-se a legislação que regulamenta o funcionamento desta Pró-Reitoria.

5.1.1 Políticas de carreira do corpo docente

No âmbito da UFRGS, a alocação de vagas docentes é considerado um processo fundamental para a renovação dos departamentos e da Universidade.

A Decisão nº 118/2001 do Conselho Universitário da UFRGS, que institui o Banco de Vagas de Docente Não Titular da UFRGS e as Normas para a destinação dessas vagas, foi aprovada no período em que o MEC voltou a autorizar a realização de concursos públicos para docentes. Possui uma sistemática que foi amplamente discutida e aprovada pelos conselhos superiores em 2001, com atualização anual.

Nesse processo é composto um índice departamental que engloba as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão, bem como a produção intelectual. Os departamentos são então ordenados de acordo com o índice e as vagas distribuídas em rodadas sucessivas. Há também a reposição das aposentadorias recentes e um percentual (20%) de vagas é distribuído de acordo com critérios estratégicos definidos pela Administração Central: cursos novos, cursos com recente reforma curricular, desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa em novas áreas do conhecimento.

A seleção de docentes permanentes ocorre através de Concurso Público, normatizado pela Decisão nº 025/2000 e alterado pela Decisão nº 029/2006, ambas do Conselho Universitário. Os candidatos são submetidos a Exame de Títulos e Trabalhos, Defesa da Produção Intelectual e Provas de Conhecimento (escrita e didática). Os concursos são abertos, preferencialmente, para a categoria de Adjunto, que exige a Titulação de Doutor, em regime de Dedicção Exclusiva. Em situações peculiares, dependendo da área de conhecimento, são encaminhados concursos para a categoria de Assistente (com mestrado), e excepcionalmente em regime de dedicação parcial. A Decisão sobre a alocação de vagas docentes obedece a regramento emanado do Conselho Universitário, sendo homologada pelo mesmo. Cabe aos departamentos contemplados decidir a área específica do concurso.

As comissões examinadoras dos concursos são compostas por três professores do Magistério Superior, com titulação de Doutor e experiência na área de concurso. No caso de concurso para Adjunto, dois professores são externos à Universidade, e para concurso de Assistente, um professor é externo à Universidade.

A Universidade pode contratar professores substitutos, na forma da Lei, para atender às demandas dos Departamentos com vistas ao bom andamento acadêmico dos cursos de graduação. A Pró-Reitoria de Graduação, conjuntamente com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, gerencia a alocação de substitutos nos departamentos para suprir as faltas de docentes de carreira que advenham exclusivamente de exonerações ou demissões, falecimentos, aposentadorias, afastamentos para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória, conforme o disposto na Lei nº 9.849 de 26 de outubro de 1999.

Os processos seletivos simplificados são realizados conforme dispõe a legislação (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). É oportuno salientar que a UFRGS visa diminuir paulatinamente o número de substitutos com a realização de concursos.

Todo docente que ingressa na Universidade deve cumprir o estágio probatório, segundo Decisão nº 224/2000 do CONSUN, que estabelece normas para avaliação do estágio probatório de docentes da educação básica, profissional e superior da UFRGS.

O estágio probatório refere-se a um período de 36 meses, durante o qual os docentes são avaliados em relação a sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo. As atividades a serem desenvolvidas devem ser formalizadas pelo docente ingressante através da apresentação de: a) um primeiro Plano de Trabalho referente aos 18 meses iniciais; b) um segundo Plano de Trabalho referente aos 18 meses subsequentes, ambos detalhados por semestre, a serem submetidos, sucessivamente à apreciação da Direção da Unidade, no caso da educação básica e profissional, e do Departamento ou seu Colegiado, no caso da educação superior.

Cabe salientar que o docente deve incluir em seu primeiro Plano de Trabalho a participação obrigatória no PAAP, nos primeiros 12 meses de estágio probatório. Tal Programa é desenvolvido pela Pró-Reitoria de Graduação, Faculdade de Educação e Unidades de Ensino de origem dos professores em questão. Tem por objetivos: favorecer a reflexão sobre a prática docente universitária; propiciar a análise dessa prática e contribuir para a reorganização das experiências docentes específicas.

Compete à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), a responsabilidade de emitir parecer quanto à aprovação do Estágio Probatório docente (conforme Resolução nº 03/93 do COCEP), assim como: I - apreciar assuntos concernentes a alteração do regime de trabalho dos docentes; avaliação do desempenho para progressão funcional dos docentes; processos de avaliação funcional por titulação; solicitação de afastamento para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado; gratificações

decorrentes de titulação e; II - desenvolver estudos e análises que permitam fornecer subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos (conforme Decisão nº 113/88 do CONSUN).

A legislação referente a progressão funcional, alteração do regime de trabalho, estágio probatório das carreiras do Magistério de 1º e 2º graus e do Magistério Superior está disponível em: <http://www.ufrgs.br/cppd>.

5.1.2 Políticas de carreira do corpo técnico-administrativo

O Plano de Carreira dos servidores técnico-administrativos foi implementado no âmbito das IFES com a aprovação da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que estabeleceu os princípios norteadores para a progressão na carreira dos servidores técnico-administrativos, os quais foram regulamentados pelos Decretos nº 5.824 e nº 5.825, de 29 de junho de 2006.

A progressão na carreira passou a ser possível através da realização de ações de capacitação ou por mérito profissional a cada 18 meses.

A referida Lei estipulou os procedimentos que estabeleceram o enquadramento dos servidores. Na UFRGS, 98% dos servidores, incluindo os inativos e instituidores de pensão, aderiram ao novo Plano, condição requerida para ingresso no mesmo.

A aprovação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) trouxe novos paradigmas para a gestão, tais como: organização dos processos de trabalho, dimensionamento da força de trabalho, implementação do Programa de Desenvolvimento Institucional dos técnico-administrativos e avaliação do usuário com ênfase na qualidade do processo de trabalho. No que se refere ao desenvolvimento dos servidores na carreira, o PCCTAE instituiu a necessidade de criação do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento e do Programa de Avaliação de Desempenho.

Além das formas de progressão acima mencionadas, existem ainda outras possibilidades ao servidor técnico-administrativo, no que tange à qualificação, tais como: afastamento no e do País de servidor técnico-administrativo; incentivo à qualificação; isenção de pagamento de taxas em curso de especialização; licença para capacitação e horário especial para servidor estudante.

Em conformidade com o novo modelo gerencial, com o previsto no Decreto nº 5.825 de 29 de junho de 2006 e com a Lei nº 11.091 de 12 de janeiro 2005, foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFRGS o Programa de Avaliação de Desempenho para os

Servidores Técnico-Administrativos da UFRGS, em 21 de novembro de 2008, através da Decisão nº 939/2008. Tal Programa visa contribuir com a qualificação da gestão das diferentes equipes de trabalho que compõem a Universidade e incentivar uma maior interação entre os membros de cada equipe. Inicialmente, por intermédio de reuniões periódicas de planejamento nas quais serão acordadas as metas de cada unidade e de cada setor. Posteriormente, com a realização de reuniões de *feedback*, em que a chefia e os demais integrantes da equipe explicitarão sua análise sobre a postura e o resultado do trabalho de cada integrante e da equipe. Ademais, subsidiará a construção das políticas de capacitação e de saúde voltadas aos servidores técnico-administrativos.

5.2 FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A UFRGS possui um quadro de servidores altamente qualificado. Seu corpo docente apresenta qualificação formal acima do percentual exigido às IFES e parte de seu corpo técnico-administrativo demonstra escolaridade superior à solicitada pelo cargo. Enquanto é exigido pelo MEC que, no mínimo, metade do corpo docente da IFES tenha formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*, em 2008, 91% do corpo docente da UFRGS, que corresponde a 2.016 docentes do quadro permanente possui esse nível de qualificação. Deste quantitativo, 83%, que equivale a 1.680 docentes, são doutores e representam 76% do total de docentes permanentes da UFRGS, conforme os dados apresentados no Quadro 82.

Quadro	Graduados		Especialistas		Mestres		Doutores	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Docentes Permanentes	132	111	104	93	380	336	1.624	1.680
Docentes Substitutos	394	169	-	27	-	187	-	59
Técnico-Administrativos	483	567	295	304	138	147	42	40

Quadro 82 - Quantitativo de Pessoal Docente e Técnico-Administrativo, Conforme a Qualificação Formal, 2007-2008

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS 2007-2008.

É oportuno fazer referência ao perfil de qualificação dos servidores técnico-administrativos que ingressaram na Universidade no último concurso. De acordo com levantamento realizado pela Divisão de Capacitação ao final do ano de 2008, 92% dos servidores ocupantes de cargos de nível de classificação D (os quais têm como requisito o ensino médio completo) e 46% dos cargos de nível de classificação E possuem qualificação acima da exigida pelo cargo, conforme demonstrado nas Figuras a seguir.

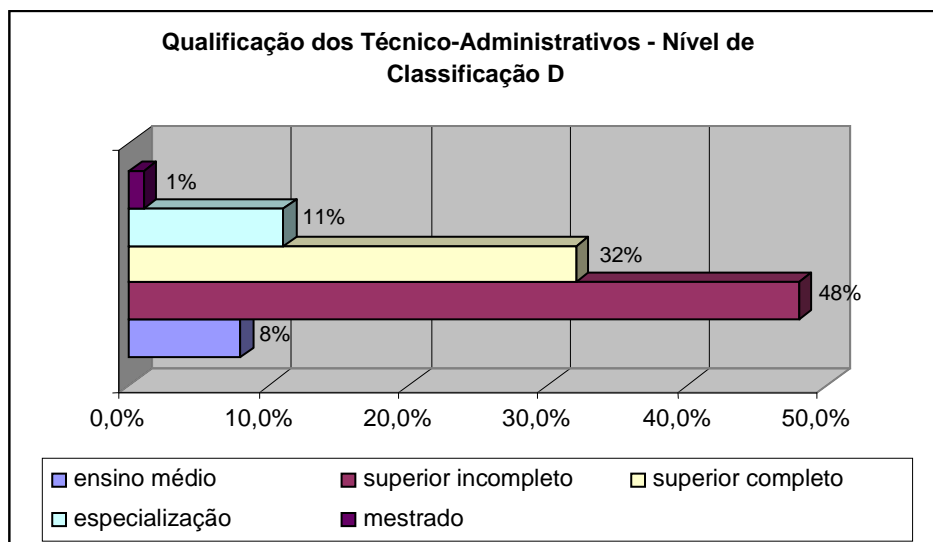


Figura 9 - Qualificação dos Técnico-administrativos - Classificação D
 Fonte: DC/PROGESP, 2009.

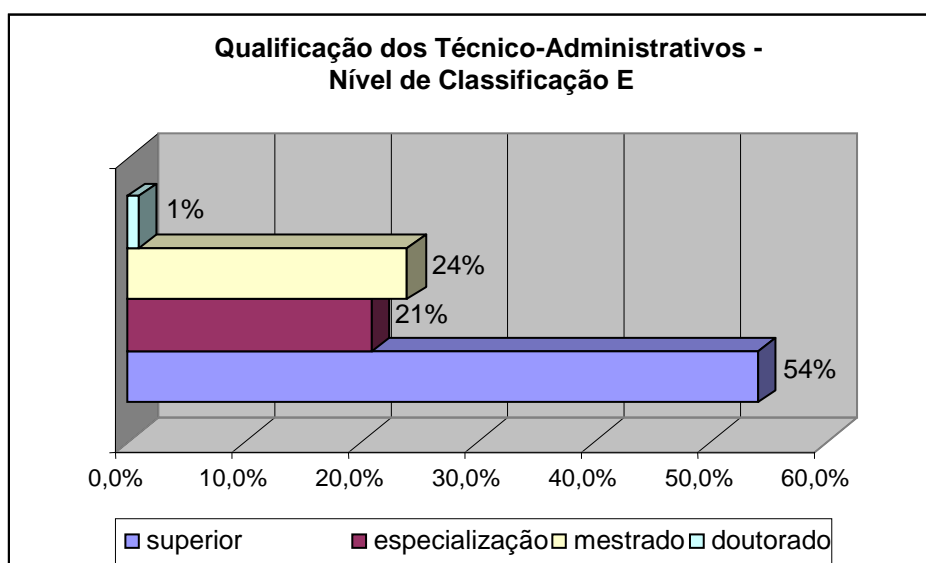


Figura 10 - Classificação dos Técnico-administrativos - Classificação E
 Fonte: DC/PROGESP, 2009.

5.3 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA OS DOCENTES

Em relação ao regime de trabalho, 80% do quadro de docentes, que corresponde a 1.781 docentes da UFRGS, possuem Dedicção Exclusiva; 182 atuam em regime de 40 horas semanais e 257 em regime de 20 horas semanais, o que contribui para a qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão. Os dados são apresentados no Quadro 83.

Quadro	DE		40h		20h	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Docentes Permanentes	1.783	1.781	190	182	267	257
Docentes Substitutos	-	-	228	234	224	208

Quadro 83 - Quantitativo de Pessoal Docente Conforme o Regime de Trabalho, 2007-2008

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS 2007-2008.

Em 2008, 80% dos docentes da educação superior da UFRGS, que equivale a 1.678 docentes, fazem parte da categoria de Adjunto ou Associado, conforme apresentado pelo Quadro 84.

Quadro	Titulare		Associado		Adjunto		Assistente		Auxiliare	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Docentes Permanentes	157	149	464	572	1174	1106	250	221	64	60

Quadro 84 - Quantitativo de Pessoal Docente Conforme o Tipo de Contratação, 2007-2008

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS 2007-2008.

Além das normativas federais, a Universidade possui regulamentações internas que contemplam a possibilidade de afastamento dos docentes para qualificação, a saber: Portaria nº1526 de 02/05/01; Resolução CEPE nº 04/2001; Ofício-Circular nº 031/2001-DAF/PRORH, de 17/05/2001; Ofício-Circular nº 076/2002-PRORH, de 20/11/2002. Afastamentos os quais são viáveis em função do remanejamento dos encargos do docente afastado, no âmbito dos departamentos, com a contratação de professores substitutos.

No que se refere à avaliação do desempenho docente, existem práticas diversificadas na Universidade. Há o sistema unificado de avaliação docente, em que os docentes são avaliados pelos discentes através de Grupos de Trabalho. Em relação aos professores recém admitidos na UFRGS, há o Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico (PAAP).

O SABi, catálogo *on-line* das bibliotecas da UFRGS, reúne o registro bibliográfico dos acervos das 33 unidades que integram o Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBU). Constitui-se num importante instrumento gerencial, de avaliação dos acervos de graduação e pós-graduação da Universidade, subsidiando a atualização da bibliografia dos cursos, bem como de apoio à tomada de decisão, na medida em que possibilita a emissão de dados e informações relevantes acerca da produção científica, técnica e artística, utilizadas na contabilização para o processo de alocação de vagas docentes e para a progressão funcional, dentre outros fins. Possui uma interface amigável e de fácil acesso; oferece muitas opções de pesquisa aos usuários e serviço de reserva e renovação de empréstimos via *internet*.

Em sua versão para uso pelos profissionais do SBU, o sistema integrado viabiliza a automação de todas as rotinas das bibliotecas, quais sejam: aquisição, processamento técnico, recuperação da informação, circulação de coleções (empréstimo, devolução, renovação, reserva de documentos e transações de caixa), controle das coleções de periódicos (registro e reclamações) e relatórios gerenciais, fornecendo-lhes ferramenta otimizada de operação e controle das rotinas e serviços, qualificando-os e tornando-os mais eficientes e eficazes.

5.4 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A UFRGS, entre os anos de 2000 e 2006, foi marcada por significativa redução do quadro permanente de servidores, conforme evidenciado nos Quadros a seguir.

Quadro	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Docente Permanente	2.308	2.254	2.229	2.150	2.131	2.150	2.234
Substituto	326	286	372	460	512	471	432
Técnico-administrativos	2.857	2.797	2.708	2.573	2.598	2.530	2.467

Quadro 85 - Quantitativo de Pessoal Docente e Técnico Administrativo, 2000-2006

Fonte: Sistema de Recursos Humanos.

Quadro	2007	2008
Docente Permanente	2.240	2.220
Substituto	452	442
Técnico-administrativos	2.388	2.472

Quadro 86 - Quantitativo de Pessoal Docente e Técnico Administrativo, 2007-2008

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRGS 2007-2008.

Como forma de amenizar a redução no quadro de servidores técnico-administrativos, em consequência da extinção de cargos, foi utilizada a forma indireta de contratação. Ao final do ano de 2006 havia na Universidade 906 trabalhadores terceirizados, em 2007, 912 e em 2008, 981, conforme dados disponibilizados pela Gerência de Serviços Terceirizados (GERTE). O aumento do número de contratações terceirizadas impulsionou a criação de um setor voltado ao gerenciamento dos contratos e à coordenação das relações de trabalho inerentes a essa forma de contratação.

A GERTE foi criada em junho de 2007, como setor ligado hierarquicamente à PRORH, atual PROGESP. É responsável pela elaboração do projeto de referência dos editais de licitação e pelo controle de execução contratual. Atua em conjunto com todos os agentes envolvidos no processo de terceirização (fiscais, empresas contratadas, supervisores, usuários, etc.). A criação dessa gerência fez-se necessária devido à dispersão

de informações e processos referentes a terceirizações dentro da Universidade, o que gerava a falta de controle da atuação dos serviços prestados e, conseqüentemente, na deficiência da qualidade obtida. Segue, no Quadro 87, detalhamento sobre as áreas em que a UFRGS atualmente utiliza a forma indireta de contratação.

Área	Empresa	Nº de Profissionais
Limpeza	ONDREPSB	364
RU/Gráfica/Enfermagem/Portarias/Cancelas	UNISERV	223
Vigilância	RUDDER	165
Manutenção	GRES ENG.	76
Motoristas	JOB RH	41
Creche	CLINSUL	31
Técnicos e auxiliares em biotério	GRES ENG.	27
Outras áreas	-	54
Total		981

Quadro 87 - Quantitativo de Pessoal Terceirizado Conforme a Área, 2008

Fonte: GERTE/ PROGESP.

Diferentemente do contexto apresentado, o ano de 2008 foi marcado por significativa ampliação do quadro de pessoal da UFRGS, em especial pela liberação de vagas através do projeto REUNI. Foi iniciada uma nova fase de ingresso de servidores nas categorias funcionais de técnico-administrativos dos níveis D e E e de docentes. Ingressaram, na Universidade, 180 novos servidores e está prevista a contratação de 450 servidores técnico-administrativos e 410 docentes até o final de 2012, pelo projeto REUNI.

É importante salientar que mesmo com a contratação de 860 servidores por intermédio do REUNI poucas equipes serão ampliadas, porque o ingresso de docentes e de técnico-administrativos servirá como forma de reposição de postos de trabalho, anteriormente reduzidos devido às aposentadorias e exonerações. Fato o qual pode ser observado nos Quadros 85 e 86 quando comparado o número de docentes existentes ao final do ano de 2008 (2.220 servidores) com o número de docentes ao final do ano 2000 (2.308 servidores), análise a qual é ainda mais impactante em relação aos servidores técnico-administrativos, que em 2008 atingiram o número de 2.472, o qual está distante do quadro existente no ano 2000, de 2.857 TAs⁷.

⁷ É importante ressaltar que a divergência entre o número total de docentes permanentes apresentado no quadro 89 em relação aos demais quadros ocorreu devido a diferente data de extração dos dados para os Relatórios de Gestão e para o presente relatório.

5.4.1 Qualificação do corpo técnico-administrativo

A Divisão de Capacitação da PROGESP é o setor responsável pelo planejamento, gerenciamento e operacionalização das ações de capacitação direcionadas aos servidores, em especial aos técnico-administrativos, tendo em vista o seguinte objetivo, proposto no Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento da UFRGS (aprovado em 19/01/2007 através da Decisão CONSUN nº 047/2007): “Promover, de forma continuada e vinculada ao planejamento institucional, o desenvolvimento integral dos servidores da UFRGS, seu aperfeiçoamento e qualificação, visando à melhoria dos serviços prestados e o atendimento às necessidades dos usuários e possibilitar a realização pessoal e profissional dos servidores e o cumprimento de seu papel”.

Com o intuito de atender a esse objetivo, a Divisão de Capacitação realiza anualmente, desde 2007, o Levantamento de Necessidades de Capacitação (LNC) da UFRGS. Para esse diagnóstico, trabalha em conjunto com as Unidades Acadêmicas, Pró-Reitorias, Secretarias e Órgãos Suplementares e Auxiliares da Instituição. O LNC, inicialmente realizado através de formulário impresso, é atualmente disponibilizado *on-line*, através do Portal do Servidor. Esse instrumento está sob a análise da equipe responsável pela Divisão de Capacitação, que busca aprimorá-lo como ferramenta destinada para sugestões de ações de capacitação que contribuam para o desenvolvimento de competências individuais, visando à consecução de metas institucionais (a serem definidas e pactuadas entre as equipes, no âmbito das unidades). O LNC será integrado ao processo de avaliação de desempenho que se encontra em fase de implementação na UFRGS.

Com a finalidade de criar as condições necessárias para a execução do Programa de Avaliação de Desempenho dos servidores técnico-administrativos, Decisão nº 939/2008 - CONSUN, a PROGESP realizou, em 2008, através de parceria com a Escola de Administração, a ação de capacitação “Avaliação de Desempenho com Ênfase em Gestão por Competências”. Esse projeto, em sua primeira etapa, teve como público-alvo assessores de unidades acadêmicas e administrativas, capacitando 46 servidores para atuarem como multiplicadores da sistemática do processo de avaliação de desempenho.

A partir da aprovação do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento e dos LNCs, a Divisão de Capacitação vem realizando diversas ações de capacitação nas seguintes linhas de desenvolvimento: iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre ambientes, saúde do trabalhador e qualidade de vida. Como resultado da ampliação do número de ações de capacitação oferecidas e do aprimoramento das existentes, foram concedidas 113 progressões por capacitação em 2007 e 172 em

2008. Outro benefício obtido pelos técnico-administrativos através do PCCTAE foi a concessão de incentivo à qualificação formal a servidores com escolaridade superior a exigida pelo cargo. Nos anos de 2007 e de 2008, o incentivo foi conferido a 114 e 142 servidores, respectivamente.

Em 2007, o plano de ações abrangeu as áreas técnico-gerencial, gestão, relações humanas, ética, informática, língua portuguesa, comunicação oral e escrita, saúde e segurança no trabalho e qualidade de vida. No ano de 2008 foram incluídas ações em língua estrangeira, segurança interna, integração de novos servidores e multiplicadores de ações em saúde. Foram oferecidas 47 ações de capacitação em 2007 e 60 em 2008, atendendo a 1.631 e 1.570 servidores, respectivamente. Em relação à qualificação formal, no ano de 2008 teve início o curso de “Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias” e, através de parceria com o Colégio de Aplicação, a participação em Cursos de Educação de Jovens e Adultos foi oportunizado ensino básico a 29 servidores técnico-administrativos.

Atualmente, a Divisão de Capacitação da PROGESP busca expansão e melhorias, visando à informatização de suas rotinas e implementação de novas propostas e tecnologias aliadas com as políticas e objetivos institucionais, através da cooperação com outros órgãos da Universidade, entre os quais estão o Centro de Processamento de Dados, Escola de Administração, Biblioteca Central, Colégio de Aplicação, Secretaria de Educação a Distância, IFRS (Escola Técnica), Coordenadoria de Gestão Ambiental e Departamento de Atenção à Saúde.

5.5 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS: SAÚDE, SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA

O Departamento de Atenção à Saúde (DAS) desenvolve atividades relativas à promoção de saúde no trabalho, através de equipes multidisciplinares com atuação interdisciplinar. Criado em outubro de 2008, segue uma trajetória iniciada no final da década de 90 (1996-2000), quando foi instituída a então Coordenadoria de Saúde Ocupacional vinculada à Pró-Reitoria de Recursos Humanos. Nesta ocasião estava iniciando a implantação de políticas de lazer e saúde ocupacional com o propósito de melhorar a qualidade de vida no trabalho através da atuação de equipe multiprofissional, incluindo atividades de perícia e junta médica, serviço social, odontologia, enfermagem e segurança do trabalho.

Reestruturações administrativas na área de recursos humanos da UFRGS suscitaram a organização do Departamento de Assuntos da Comunidade Universitária (DACOM), no ano de 2000, onde ocorreu de uma forma difusa, a previsão do atendimento

de toda população acadêmica. Ao longo dos anos demonstrou-se necessário reordenar e reorganizar a forma de trabalho e prestação de serviços a fim de ampliar o conceito de atenção à saúde do servidor, não somente no que se refere à saúde ocupacional, mas como um conceito amplo de saúde do trabalhador.

Neste contexto evolutivo da conceituação de saúde do trabalhador na UFRGS, criou-se o Departamento de Atenção à Saúde que integra uma Política Nacional de Atenção à Saúde do Servidor. Mudanças na legislação no âmbito do executivo civil federal estão em curso, sendo preconizado o desenvolvimento de ações de perícia médica com apoio multiprofissional e relações com as áreas da assistência e da promoção à saúde. Ações de saúde que visam intervir no processo de adoecimento em seus aspectos individuais e em suas relações coletivas no ambiente de trabalho estão inseridas na promoção e vigilância à saúde dos servidores, se contrapondo ao modelo assistencialista e de medicalização de sintomas. A utilização de informações sociais e epidemiológicas e o conhecimento transdisciplinar na compreensão da relação saúde-trabalho são algumas das ferramentas em desenvolvimento pelo DAS com a finalidade de desenvolver mudanças comportamentais e estruturais nos ambientes e processos de trabalho.

As divisões e serviços que integram e constituem o DAS estão redimensionando e organizando suas atividades, através da elaboração de protocolos técnicos e da sistematização de suas ações. Com o intuito de aprimorar o trabalho multidisciplinar, são realizadas reuniões para a reflexão sobre as dinâmicas de trabalho, sensibilizações com os profissionais do DAS, encontros de capacitação na área das ciências da saúde, relações humanas, perícia, ética e legislação.

Os sistemas informatizados nas áreas da saúde e segurança no trabalho implementados na Universidade possibilitaram a otimização do registro de dados pela Divisão de Saúde e Junta Médica e pela Divisão de Segurança do Trabalho. Sua utilização em tempo real permitiu o acompanhamento das situações que envolvem o afastamento por problemas de saúde e das condições de trabalho relacionadas a ambientes insalubres e/ou perigosos, trazendo maior eficiência à análise de riscos ambientais. O banco de dados derivado da informatização foi essencial para a organização do trabalho na área da saúde, bem como para a emissão de relatórios voltados ao planejamento e à definição de medidas educativas e resolutivas.

O agendamento *on-line* das consultas com profissionais da área de assistência e perícia médicas está proporcionando maior transparência e eficiência aos processos de trabalho do DAS e facilitando o acesso dos servidores aos serviços por ele ofertados. O

número de atendimentos realizados pelo Departamento de Atenção à Saúde (DAS), antigo Departamento de Assuntos da Comunidade Universitária (DACOM), segue descrito no Quadro 88.

Pessoal Atendido	Nº de Atendimentos		
	2006	2007	2008
Técnico-administrativo nível de apoio (níveis classificação A e B)	182	109	115
Técnico-administrativo nível intermediário (níveis classificação C e D)	335	349	266
Técnico-administrativo nível superior (nível classificação E)	89	53	75
Docentes	348	285	322
TOTAL	954	796	778

Quadro 88 - Quantitativo Referente aos Atendimentos de Saúde, 2006-2008

Fonte: Sistema de Recursos Humanos.

É importante referir sobre o crescimento do programa VIVA MAIS (chamado anteriormente de Programa de Qualidade de Vida), o qual é direcionado à promoção e à vigilância em saúde. Esse programa contribuiu à pesquisa iniciada em 2005, em que foram levantados os indicadores de saúde da comunidade universitária. Nessa pesquisa foi traçado o perfil de saúde dos servidores da Universidade. Em 2008, o resultado dessa pesquisa foi publicado no guia de saúde intitulado “Indicadores de Saúde na UFRGS: um guia para uma melhor qualidade de vida”. Em meados de 2008 ocorreu a formação, através de uma ação de capacitação, de um grupo de servidores da UFRGS, com formação na área da saúde, como multiplicadores de ações de saúde. Após a formação da primeira turma foi criado um fórum para discussão de propostas e organização de eventos, cursos, palestras e ações que estenda a toda comunidade acadêmica conhecimentos que estimulem a adoção de práticas saudáveis na vida diária.

A análise dos desafios existentes na área da saúde e o estudo dos impactos que as doenças acarretam na vida profissional dos servidores é o foco de atuação do DAS, que tem por meta avançar nas questões relacionadas à saúde no trabalho.

5.6 FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA E SUAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

Todos os tutores presenciais e a distância dos cursos na modalidade EAD da UFRGS, oferecidos na forma de projetos especiais, possuem graduação em áreas compatíveis com o curso em que atuam. Paralelamente à atividade de tutor, e mesmo em função dessa, os tutores têm acesso a capacitações complementares, sendo que, em alguns cursos, esta capacitação é em nível de pós-graduação *lato sensu*. Para os tutores

presenciais de determinados cursos, como os de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Rural, é exigida experiência anterior e/ou estarem atuando na área de ensino na rede pública (municipal ou estadual).

Sobre o quadro de docentes de cursos a distância da UFRGS, a qualificação exigida é a mesma definida para os cursos presenciais, porém acrescida de conhecimentos sobre Tecnologias da Informação. É necessário o domínio dos recursos tecnológicos utilizados em cada programa, como por exemplo, o conhecimento sobre os ambientes virtuais de aprendizagem. Caso o docente não tenha domínio do recurso digital específico, esse realiza as capacitações normalmente previstas e oferecidas pela equipe pedagógica do curso. Parte dos professores é do quadro da UFRGS e parte pode ser contratada por meio de bolsas por semestre para ministrar determinada disciplina, conforme previsão que consta no projeto de cada curso.

As ações de capacitação para professores de educação a distância proporcionaram orientações pedagógicas para a preparação de materiais e disciplinas na modalidade EAD, além da produção de materiais didáticos digitais. A realização de oficinas de Introdução ao *Moodle* (plataforma digital de educação a distância) tem por objetivo apresentar o ambiente virtual *Moodle*, suas ferramentas e como elas podem auxiliar os docentes na organização de seu trabalho junto aos alunos, em suas disciplinas EAD e presenciais.

No ano de 2008, as capacitações para EAD atenderam de modo especial às seguintes demandas:

- a) Seminários para Educação a Distância - Docência e Tutoria para o programa Pró-Licenciatura da Rede Gaúcha de Ensino Superior;
- b) Seminários para Educação a Distância - docentes e tutores do curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural (PLAGEDER/UAB) e
- c) Realização de cursos (MOODLE, HTML e FLASH) para bolsistas e coordenadores participantes dos editais SEAD.

As capacitações foram executadas conforme o planejamento. Pode-se apontar como causas do sucesso a equipe multidisciplinar da SEAD e os recursos financeiros recebidos do FNDE/MEC.

5.7 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

Durante o período avaliado, é de ressaltar que esta dimensão foi fortemente marcada pela implementação do novo modelo de gestão. Tal impacto apresentou maior consistência

a partir do ano de 2008 com a posse da nova administração, voltada ao Planejamento Estratégico.

Essas inovações refletem-se em todos os âmbitos das políticas de pessoal e carreira que, além da obediência aos critérios e definições legais, pautam-se no enfoque e valorização do indivíduo.

Momento importante a ser destacado nessa trajetória diz respeito à implantação do Sistema de Avaliação de Desempenho, a partir do qual se concretiza a interação entre os membros das equipes de trabalho. Tais equipes reproduzem em menor escala todas as relações interpessoais dentro da estrutura da Instituição.

No que tange ao quadro docente, é importante ressaltar o nível de qualificação atingido que comporta 91% (noventa e um por cento) do total de pessoal com pós-graduação *stricto sensu*. Nesse sentido, salienta-se a existência de normativas internas que, complementando a legislação vigente, incentivam a qualificação desses docentes buscando, cada vez mais, a excelência do padrão de ensino pela qual é reconhecida a UFRGS.

Por outro lado, é de destacar que, se comparado ao período avaliativo anterior, a UFRGS trabalhou com um quadro de servidores reduzido. Desta forma, para atendimento das demandas rotineiras, foi necessário abrir várias frentes de trabalho, tais como: ampliação do quadro de pessoal contratado (com conseqüente criação da GERTE como equipe específica para administração desse pessoal), aproveitamento do grupo de servidores direcionado ao REUNI e fomento às ações de capacitação.

Em relação à qualificação, note-se que a expressiva maioria dos servidores técnico-administrativos ingressantes apresentou formação superior à exigida para os respectivos cargos.

Atualmente, a Divisão de Capacitação da PROGESP busca ações de melhoria e expansão, a fim de informatizar suas rotinas viabilizando a implementação das novas propostas, tecnologias e políticas institucionais através da cooperação com outros órgãos da Universidade.

Finalmente, é oportuno salientar a mudança de paradigmas em relação às atividades de promoção à saúde a partir de uma visão de interdisciplinaridade. A atuação do DAS foi focada na análise dos desafios existentes na área e no estudo dos impactos que as doenças acarretam na vida profissional dos servidores.

Enfim, a área de gestão de pessoas na UFRGS apresentou um salto de qualidade em virtude da reestruturação política e administrativa a que se submeteu. Foi nesse período, decorrente da redução do número de servidores com que pôde contar, que o quadro funcional demonstrou sua capacidade de criatividade, adaptação e superação.

O Quadro 89 apresenta um resumo das fragilidades, potencialidades e recomendações para a área.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Ausência de práticas de planejamento, gestão e avaliação; Ausência de políticas de avaliação de desempenho.	Expansão da Universidade; Modernização da gestão; Aprovação pelo CONSUN do Projeto de Avaliação de Desempenho dos servidores técnico-administrativos.	Sistematizar as práticas de planejamento e avaliação, visando consolidar a implementação do novo modelo de gestão; Implantar a etapa final do novo sistema de avaliação de desempenho, com o intuito de concretizar a integração entre servidores e Instituição como um todo.
Dificuldade na implementação do novo modelo de gestão.	Capacidade de criatividade e adaptação às mudanças por parte de uma parcela de servidores.	Aumentar o número de ações de capacitação que estimulem a reflexão sobre temas referentes a relações humanas.
Grande contingente de servidores com tempo de serviço para a aposentadoria.	Contratações REUNI.	Negociar, junto ao MEC, a abertura de concurso público para reposição das vagas.
Dificuldade no uso dos recursos informatizados por parte dos servidores mais antigos.	Grande quantidade de profissionais com qualificação superior à exigida para seus cargos; Existência de estrutura física e humana para fomento às ações de capacitação e treinamento.	Ampliar o alcance das ações de capacitação existentes e criação de novas ações, com o aproveitamento, como ministrante, do pessoal qualificado.
Cálculo manual dos pagamentos atrasados, dada a inexistência de <i>software</i> específico.	Existência de servidores qualificados para operar o novo <i>software</i> na PROGESP.	Desenvolver <i>softwares</i> para atendimento das necessidades da Pró-Reitoria, a fim de reduzir o trabalho manual e retrabalho.
Grande dependência do CPD, gerando demora no atendimento das demandas.		Capacitar maior número de servidores, em parceria com o CPD.
Aumento das demandas do Ministério Público, Poder Judiciário e Controladoria Geral da União.	Modernização da gestão, o que proporcionou maior eficiência e efetividade nas respostas às demandas advindas de outros órgãos do Poder Público; Ampliação do quadro de servidores da PROGESP.	
Deficiência na articulação e comunicação entre as instâncias internas da PROGESP.	Realização periódica de reuniões do Pró-Reitor e/ou da Vice Pró-Reitora com os setores da PROGESP; Realização de reuniões entre os diferentes setores da PROGESP com menor periodicidade.	Aumentar as rotinas de reuniões entre os diferentes setores da PROGESP.

Quadro 89 - Avaliação da Dimensão Gestão de Pessoas

6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

A gestão da Universidade é pautada no princípio da gestão democrática, exercida responsabilmente pela coletividade de seus servidores, sendo que em cada órgão da estrutura administrativa há representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo.

A UFRGS tem sua organização administrativa pautada no respeito à diversidade de seus elementos componentes, imperando a observância de um complexo regimento de convívio, baseado na preservação e constante aprimoramento da excelência acadêmica. Entre outros fatores, sua origem resultante da união de diferentes faculdades, processo decorrido num longo período de tempo, muito contribuiu para a consolidação desta estrutura.

O Estatuto e o Regimento Geral da UFRGS são os grandes balizadores da estrutura de funcionamento em termos de sua Organização e Gestão (Anexos 83 a 86).

6.1 COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIVERSIDADE

De acordo com o Estatuto, a estrutura da Universidade é composta por:

- a) Órgãos da Administração Central;
- b) Hospital Universitário;
- c) Unidades Universitárias;
- d) Institutos Especializados e
- e) Centros de Estudos Interdisciplinares.

A Administração Central da UFRGS é composta pelo Conselho Universitário (CONSUN), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), Conselho de Curadores (CONCUR) e pela Reitoria.

A Reitoria coordena e supervisiona todas as atividades universitárias. As Unidades Universitárias, por sua vez, são as Escolas, Faculdades e Institutos, que desenvolvem as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação, pesquisa e extensão, apresentando igual hierarquia.

O Reitor é a autoridade superior da Universidade e, como tal, preside o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Seu mandato é de 4 anos.

6.1.1 Órgãos da Administração Central

6.1.1.1 Conselho Universitário (CONSUN)

O CONSUN é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade, nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, com composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto, regulados no Regimento Geral e disciplinados por seu Regimento Interno.

As reuniões ocorrem, por convocação de seu Presidente, o Reitor, em sessões ordinárias, mensalmente, na última sexta-feira de cada mês, ou no primeiro dia útil imediato; e, extraordinariamente, com indicação precisa da matéria por tratar, quando assim o entender o Presidente ou quando houver requerimento de pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros, com antecedência mínima de cinco dias úteis.

O CONSUN poderá constituir Comissões Permanentes e Especiais, em conformidade com seu Regimento Interno.

O Quadro 90 apresenta a estrutura do CONSUN.

Composição	I - Reitor, como Presidente, com voto de qualidade, além do voto comum; II - Vice-Reitor; III - Diretores das Unidades Universitárias e dos Institutos Especializados; IV - Presidente das Câmaras de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; V - Representação docente (18 representantes), discente (9 representantes) e servidores técnico-administrativos (9 representantes), conforme estabelecido no Regimento Geral da Universidade; VI - Um representante dos antigos alunos da Universidade e representantes da comunidade do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 1 (um) das entidades empresariais, 1 (um) das entidades de trabalhadores, 1 (um) das entidades culturais e 1 (um) do setor de ciência e tecnologia, escolhidos de acordo com o disposto no Regimento Geral da Universidade; VII - Diretores dos órgãos de ensino fundamental, ensino médio e educação profissional. VIII - Presidente do Hospital Universitário da UFRGS.
Finalidade	Normatização, deliberação e planejamento nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar da Universidade.
Competências	I - estabelecer as diretrizes da Universidade e supervisionar sua execução, em consonância com o disposto neste Estatuto e no Regimento Geral da Universidade; II - aprovar emendas ao Estatuto e ao Regimento Geral da Universidade, por pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros, em sessão especialmente convocada para este fim; III - aprovar os Regimentos dos órgãos previstos no artigo 7º deste Estatuto, o Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o seu próprio Regimento Interno; IV - aprovar o Plano de Gestão apresentado pelo Reitor; V - analisar os Planos de Ação e Relatórios das Unidades, sistematizados pela

	<p>Reitoria;</p> <p>VI - aprovar as diretrizes orçamentárias, o orçamento, os créditos adicionais, as transposições e as suplementações de verbas, nos termos do Regimento Geral da Universidade;</p> <p>VII - aprovar o Relatório Anual da Reitoria e a prestação de contas de cada exercício;</p> <p>VIII - aprovar a criação, modificação e extinção de funções e órgãos administrativos;</p> <p>IX - aprovar, por pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros, a criação, incorporação e extinção dos órgãos previstos no artigo 7º deste Estatuto;</p> <p>X - aprovar a criação, extinção ou reestruturação de departamentos, propostas pelas Unidades;</p> <p>XI - aprovar propostas de criação ou extinção de cursos de Graduação e de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>, bem como de alteração do número total de vagas da Universidade nos cursos de Graduação, ouvidos o CEPE, as Unidades e demais setores envolvidos;</p> <p>XII - aprovar as normas disciplinadoras quanto ao dimensionamento, lotação, ingresso, regime de trabalho, progressão funcional, avaliação e qualificação dos servidores da Universidade;</p> <p>XIII - aprovar, por pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros, a outorga de distinções universitárias previstas neste Estatuto;</p> <p>XIV - aprovar os convênios da Universidade e homologar os convênios das Unidades;</p> <p>XV - autorizar, na forma da lei, a alienação e oneração de bens patrimoniais imóveis, bem como a aceitação de legados e doações feitas à Universidade;</p> <p>XVI - promover, na forma da lei, com a presença de pelo menos 2/3 dos Conselheiros, o processo de escolha do Reitor e do Vice-Reitor, que incluirá consulta à Comunidade Universitária;</p> <p>XVII - propor a destituição do Reitor e do Vice-Reitor, na forma da lei, com aprovação de pelo menos 2/3 dos Conselheiros, em sessão especialmente convocada para este fim;</p> <p>XVIII - atuar como instância recursal máxima no âmbito da Universidade, bem como avocar o exame e a deliberação sobre qualquer matéria de interesse da Universidade.</p>
--	--

Quadro 90 - Estrutura do CONSUN

6.1.1.2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)

O CEPE é um órgão técnico, com função deliberativa, normativa e consultiva a respeito do ensino, da pesquisa e da extensão. As reuniões ocorrem ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Reitor ou por solicitação de pelo menos 1/3 (um terço) dos seus membros.

É integrado por Plenário e Câmaras de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, cujas competências são definidas por seu Regimento Interno. As Câmaras são compostas por 12 (doze) docentes, sendo, no máximo, um de cada Unidade Universitária e por representantes discentes (Ver Quadro 91).

Composição	<p>I - Reitor, como Presidente, com voto de qualidade, além do voto comum;</p> <p>II - Vice-Reitor;</p> <p>III - 8 (oito) docentes representantes da Câmara de Graduação, eleitos pela mesma;</p> <p>IV - 8 (oito) docentes representantes da Câmara de Pós-Graduação, eleitos pela mesma;</p> <p>V - 4 (quatro) docentes representantes da Câmara de Pesquisa, eleitos pela mesma;</p> <p>VI - 4 (quatro) docentes representantes da Câmara de Extensão, eleitos pela mesma;</p> <p>VII - 7 (sete) representantes para cada uma das categorias (discente, docente e dos servidores técnico-administrativos), segundo definição no Regimento Geral da Universidade.</p>
Finalidade	Função deliberativa, normativa e consultiva sobre ensino, pesquisa e extensão.
Competências	<p>I - elaborar seu Regimento Interno;</p> <p>II - fixar normas gerais para a organização, funcionamento, avaliação e alterações de cursos de graduação e pós-graduação e atividades de pesquisa e extensão;</p> <p>III - analisar, na sua área de competência, os Relatórios e Planos de Gestão das Unidades, sistematizados pela Reitoria;</p> <p>IV - aprovar os currículos dos cursos de graduação observadas as diretrizes curriculares emanadas pelo Poder Público e de pós-graduação, bem como suas alterações;</p> <p>V - manifestar-se sobre propostas de criação ou extinção de cursos de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i>;</p> <p>VI - aprovar propostas de criação de cursos de extensão e pós-graduação <i>lato sensu</i>;</p> <p>VII - deliberar sobre a redistribuição de vagas entre os cursos de graduação da Universidade, ouvidas as Unidades e demais setores envolvidos;</p> <p>VIII - estabelecer normas gerais para o afastamento de docentes para fins acadêmicos;</p> <p>IX - realizar estudos, a serem submetidos ao Conselho Universitário, sobre propostas de criação, incorporação e extinção de departamentos e dos órgãos previstos no artigo 7º deste Estatuto;</p> <p>X - elaborar normas disciplinadoras das atividades acadêmicas, a serem submetidas ao Conselho Universitário;</p> <p>XI - elaborar, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal Docente, normas disciplinadoras de ingresso, regime de trabalho, progressão funcional, avaliação e qualificação dos docentes, a serem submetidas ao Conselho Universitário;</p> <p>XII - exercer outras competências relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão, por delegação do Conselho Universitário;</p> <p>XIII - deliberar, em grau de recurso, sobre matéria de sua competência.</p> <p>Das decisões do CEPE cabe recurso ao Conselho Universitário.</p>

Quadro 91 - Estrutura do CEPE

a) Câmara de Graduação

Caracterização	Órgão auxiliar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Composição	I - 12 (doze) membros docentes, eleitos pelos Coordenadores das Comissões da respectiva atividade, sendo no máximo um de cada Unidade Universitária; II - representantes discentes, eleitos por seus pares, na forma da lei. O Presidente é eleito dentre seus membros docentes, nos termos do Regimento Geral da Universidade.
Finalidade	Auxiliar ao CEPE.
Competências	I - propor diretrizes específicas de graduação da Universidade, a serem submetidas ao plenário do CEPE, de acordo com a política geral estabelecida pelo CONSUN; II - propor normas específicas para as atividades de graduação, a serem submetidas ao plenário do CEPE; III - propor, à Pró-Reitoria competente, ações para o desenvolvimento da graduação; IV - apreciar matérias referentes ao ensino de graduação e sua administração; V - aprovar os currículos de cursos de graduação, bem como suas alterações; VI - coordenar, acompanhar e estabelecer mecanismos de controle e aperfeiçoamento do processo de avaliação das atividades e cursos de graduação; VII - manifestar-se sobre a criação e extinção de cursos de graduação; VIII - homologar concursos para admissão de pessoal docente; IX - realizar, através das Comissões de Graduação, a revalidação de títulos e diplomas de graduação; X - avaliar os relatórios anuais das atividades de graduação, organizados pelas Comissões de Graduação; XI - articular ações, juntamente com as diferentes Comissões de Graduação, para o desenvolvimento da graduação; XII - assessorar a Pró-Reitoria responsável na concessão de bolsas e auxílios, quando solicitada; XIII - assessorar a Reitoria em assuntos pertinentes à graduação; XIV - apreciar recursos, em matéria de graduação, interpostos contra decisão das Comissões de Graduação e dos Conselhos de Unidade.

Quadro 92 - Estrutura da Câmara de Graduação

b) Câmara de Pós-Graduação

Caracterização	Órgão auxiliar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Composição	I - 12 (doze) membros docentes, eleitos pelos Coordenadores das Comissões da respectiva atividade, sendo no máximo um de cada Unidade Universitária; II - representantes discentes, eleitos por seus pares, na forma da lei. O Presidente é eleito dentre seus membros docentes, nos termos do Regimento Geral da Universidade.
Finalidade	Auxiliar ao CEPE.
Competências	I - propor diretrizes específicas de pós-graduação da Universidade, a serem submetidas ao plenário do CEPE, de acordo com a política geral estabelecida pelo CONSUN; II - propor normas específicas para as atividades de pós-graduação, a serem submetidas ao plenário do CEPE; III - propor, à Pró-Reitoria competente, ações para o desenvolvimento da pós-graduação; IV - apreciar matérias referentes ao ensino de pós-graduação e sua administração; V - aprovar os currículos dos cursos de pós-graduação, bem como suas alterações; VI - aprovar projetos de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ; VII - manifestar-se sobre a criação e extinção de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ; VIII - reconhecer e revalidar títulos e diplomas de pós-graduação; IX - homologar os regimentos dos cursos de pós-graduação; - X-coordenar, acompanhar e estabelecer mecanismos de controle e aperfeiçoamento do processo de avaliação das atividades e cursos de pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i> ; XI - credenciar professores e orientadores para cursos de pós-graduação, após aprovação pela respectiva Comissão de Pós-Graduação; XII - homologar o afastamento de docentes para atividades de pós-graduação; XIII - articular ações, juntamente com as diferentes Comissões de Pós-Graduação, para o desenvolvimento da pós-graduação; XIV - assessorar a Pró-Reitoria responsável na concessão de bolsas e auxílios, quando solicitada; XV - assessorar a Reitoria em assuntos pertinentes à pós-graduação; XVI - avaliar os relatórios anuais das atividades de pós-graduação, organizados pelas Comissões de Pós-Graduação das Unidades; XVII - apreciar recursos, em matéria de pós-graduação, interpostos contra decisão das Comissões de Pós-Graduação e dos Conselhos de Unidade.

Quadro 93 - Estrutura da Câmara de Pós-Graduação

c) Câmara de Pesquisa

Caracterização	Órgão auxiliar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Composição	I - 12 (doze) membros docentes, eleitos pelos Coordenadores das Comissões da respectiva atividade, sendo no máximo um de cada Unidade Universitária; II - representantes discentes, eleitos por seus pares, na forma da lei. O Presidente é eleito dentre seus membros docentes, nos termos do Regimento Geral da Universidade.
Finalidade	Auxiliar ao CEPE.
Competências	I - propor diretrizes específicas de pesquisa da Universidade, a serem submetidas ao plenário do CEPE, de acordo com a política geral estabelecida pelo CONSUN; II - propor normas específicas para as atividades de pesquisa, a serem submetidas ao plenário do CEPE; III - propor, à Pró-Reitoria competente, ações para o desenvolvimento da pesquisa; IV - apreciar matérias referentes à atividade de pesquisa e sua administração; V - homologar o afastamento do país de servidores docentes e técnico-administrativos para atividades de pesquisa; VI - homologar projetos de pesquisa com vistas à alteração do regime de trabalho e admissão de servidores docentes e técnico-administrativos, após a aprovação da Comissão de Pesquisa da Unidade; VII - homologar as normas de funcionamento das Comissões de Pesquisa ou equivalentes; VIII - avaliar os relatórios anuais das atividades de pesquisa organizados pela Comissão de Pesquisa da Unidade ou equivalentes; IX - avaliar projetos de pesquisa que necessitem aval da Reitoria; X - articular ações, juntamente com as diferentes Comissões de Pesquisa, para o desenvolvimento da pesquisa na Universidade; XI - assessorar a Pró-Reitoria responsável na concessão de bolsas e auxílios, quando solicitada; XII - assessorar a Reitoria em assuntos pertinentes à pesquisa; XIII - apreciar recursos, em matéria de pesquisa, interpostos contra decisão das Comissões de Pesquisa e dos Conselhos de Unidade; XIV - coordenar, acompanhar e estabelecer mecanismos de controle e aperfeiçoamento do processo de avaliação das atividades de pesquisa.

Quadro 94 - Estrutura da Câmara de Pesquisa

d) Câmara de Extensão

Caracterização	Órgão auxiliar do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
Composição	I - 12 (doze) membros docentes, eleitos pelos Coordenadores das Comissões da respectiva atividade, sendo no máximo um de cada Unidade Universitária. II - representantes discentes, eleitos por seus pares, na forma da lei. O Presidente é eleito dentre seus membros docentes, nos termos do Regimento Geral da Universidade.
Finalidade	Auxiliar ao CEPE.
Competências	I - propor diretrizes específicas de extensão da Universidade, a serem submetidas ao plenário do CEPE, de acordo com a política geral estabelecida pelo CONSUN; II - propor normas específicas para as atividades de extensão, a serem submetidas ao plenário do CEPE; III - propor, à Pró-Reitoria competente, ações para o desenvolvimento da extensão; IV - apreciar matérias referentes à atividade de extensão e sua administração; V - homologar o afastamento de servidores docentes e técnico-administrativos para atividades de extensão; VI - homologar projetos de extensão com vistas à alteração do regime de trabalho e admissão de servidores docentes e técnico-administrativos, após a aprovação pela Comissão de Extensão da Unidade; VII - homologar as normas de funcionamento das Comissões de Extensão; VIII - avaliar os relatórios anuais das atividades de extensão, organizados pela Comissão de Extensão da Unidade; IX - avaliar, quanto ao mérito, as atividades de extensão, desenvolvidas pelos centros de estudos interdisciplinares e Pró-Reitoria de Extensão; X - articular ações, juntamente com as diferentes Comissões de Extensão, para o desenvolvimento da extensão na Universidade; XI - assessorar a Pró-Reitoria responsável na concessão de bolsas e auxílios, quando solicitada; XII - assessorar a Reitoria em assuntos pertinentes à extensão; XIII - apreciar recursos, em matéria de extensão, interpostos contra decisão das Comissões de Extensão e dos Conselhos de Unidade; XIV - coordenar, acompanhar e estabelecer mecanismos de controle e aperfeiçoamento do processo de avaliação das atividades de extensão.

Quadro 95 - Estrutura da Câmara de Extensão**6.1.1.3 Conselho de Curadores (CONCUR)**

O Conselho de Curadores é o órgão fiscalizador da gestão econômico-financeira, na forma da lei. Tem competência para elaborar seu Regimento Interno e as formas de eleição de seu Presidente e Vice-Presidente; acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e econômico-financeira da Universidade; emitir parecer sobre as contas da Universidade, relativas a cada exercício financeiro; aprovar a alienação de bens móveis; propor a

contratação de auditoria externa, caso julgue indispensável ao exame das contas; exercer demais atribuições previstas em lei, no Estatuto, no Regimento Geral da Universidade, ou por deliberação específica do Conselho Universitário.

Além das competências previstas no Estatuto da Universidade, cabe ao CONCUR emitir parecer técnico sobre a Proposta Orçamentária, alterações no Orçamento-Programa e solicitações de recursos. Poderá solicitar aos órgãos da Administração, por via hierárquica, as informações que julgar necessárias ao exercício de suas atribuições, estabelecendo prazos para o seu atendimento. Os membros do CONCUR não podem participar de quaisquer outros órgãos administrativos da Universidade.

Composição	<p>I - 7 (sete) integrantes do corpo docente da Universidade, eleitos pelo Conselho Universitário;</p> <p>II - 1 (um) membro do corpo discente, de acordo com o Regimento Geral da Universidade;</p> <p>III - 2 (dois) membros externos à Universidade, sendo um indicado pelo Ministério da Educação e outro por organizações da comunidade, segundo definição no Regimento Geral da Universidade.</p> <p>§ 1º - Os membros do Conselho terão suplentes, indicados da mesma forma que os representantes titulares e com o mesmo período de mandato.</p> <p>§ 2º - O mandato dos membros do CONCUR será de 2 (dois) anos, salvo o do representante do corpo discente, que será de 1 (um) ano.</p>
Finalidade	Fiscalização da gestão econômico-financeira da Universidade.
Competências	<p>I - elaborar seu Regimento Interno e as formas de eleição de seu Presidente e Vice-Presidente;</p> <p>II - acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e econômico-financeira da Universidade;</p> <p>III - emitir parecer sobre as contas da Universidade, relativas a cada exercício financeiro;</p> <p>IV - aprovar a alienação de bens móveis;</p> <p>V - propor a contratação de auditoria externa, caso julgue indispensável ao exame das contas;</p> <p>VI - exercer demais atribuições previstas em lei, neste Estatuto, no Regimento Geral da Universidade ou por deliberação específica do Conselho Universitário.</p>

Quadro 96 - Estrutura do CONCUR

6.1.1.4 Reitoria

A Reitoria é o órgão executivo que coordena e supervisiona todas as atividades universitárias. É integrada, atualmente, pelas seguintes Pró-Reitorias: Coordenação Acadêmica, Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão, Planejamento e Administração, Gestão de Pessoas, a Superintendência de Infraestrutura; as Secretarias de Avaliação Institucional, de Relações Internacionais, de Educação a Distância, do Patrimônio Histórico, de Desenvolvimento Tecnológico, de Assistência Estudantil e de Comunicação Social;

Coordenação de Educação Básica e Profissional; Procuradoria Geral; Chefia de Gabinete e Coordenadoria de Segurança.

Os órgãos suplementares destinam-se a cumprir objetivos especiais de natureza científica, técnica, cultural, recreativa e de assistência. São eles: a Biblioteca Central, Centro de Processamento de Dados, Centro Nacional de Supercomputação, Centro de Teledifusão Educativa, Cinema e Teatro, Editora, Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados, Museu Universitário, Centro de Microscopia Eletrônica e Instituto do Patrimônio Histórico e Cultural. O Quadro 97 apresenta a estrutura da Reitoria da Universidade.

Composição	I - O Gabinete do Reitor; II - As Pró-Reitorias, Secretarias, Superintendência, Coordenadorias; III - A Procuradoria-Geral; IV - A Chefia de Gabinete; V - Os Órgãos Suplementares; VI - Os Órgãos Especiais de Apoio.
Finalidade	Coordenação e supervisão de todas as atividades universitárias.
Competências	Compete ao Reitor: I - administrar e representar a Universidade; II - superintender todos os serviços da Reitoria; III - convocar e presidir o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; IV - elaborar e propor o orçamento da Universidade, bem como realizar as transposições orçamentárias, nos limites fixados pelo Regimento Geral da Universidade; V - prover os cargos de Pró-Reitores, Procurador-Geral, Chefe de Gabinete, Presidente do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Diretores e Vice-Diretores de Unidades e de Institutos Especializados, Diretores dos Centros de Estudos Interdisciplinares, Diretores dos Órgãos Suplementares, Presidentes de Câmaras, Chefes de Departamento, Coordenadores de Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, Diretores dos Órgãos Auxiliares e Diretores dos Órgãos Especiais de Apoio, na forma que dispõe este Estatuto e o Regimento Geral da Universidade; VI - prover os empregos e funções do pessoal da Universidade; VII - exercer o poder disciplinar; VIII - cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; IX - exercer as atribuições que emanam da lei, deste Estatuto e do Regimento Geral da Universidade; X - submeter ao Conselho Universitário o Plano de Gestão; XI - enviar ao Conselho Universitário o Relatório Anual da Universidade. É facultado ao Reitor delegar ao Vice-Reitor atribuições constantes deste artigo.

Quadro 97 - Estrutura da Reitoria

6.1.2 Hospital Universitário

O Hospital Universitário da UFRGS é o Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), constituído sob a forma de empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculado à supervisão do Ministério da Educação, cujo presidente é da livre escolha e nomeação do Reitor da Universidade, homologada por seu Conselho Universitário.

6.1.3 Unidades Universitárias

Ao final do ano de 2008, a UFRGS possuía um total de 27 Unidades Universitárias e uma unidade escolar, o Colégio de Aplicação. São elas:

- Escola de Administração;
- Escola de Educação Física;
- Escola de Enfermagem;
- Escola de Engenharia;
- Faculdade de Agronomia;
- Faculdade de Arquitetura;
- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação;
- Faculdade de Ciências Econômicas;
- Faculdade de Direito;
- Faculdade de Educação;
- Faculdade de Farmácia;
- Faculdade de Medicina;
- Faculdade de Odontologia;
- Faculdade de Veterinária;
- Instituto de Artes;
- Instituto de Biociências;
- Instituto de Ciências Básicas da Saúde;
- Instituto de Ciências e Tecnologia de Alimentos;
- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas;
- Instituto de Física;
- Instituto de Geociências;
- Instituto de Informática;
- Instituto de Letras;
- Instituto de Matemática;
- Instituto de Pesquisas Hidráulicas;

- Instituto de Psicologia;
- Instituto de Química.

A estrutura acadêmico-administrativa das Unidades Universitárias está prevista em seus Regimentos Internos, bem como nas normas gerais do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade.

Cada Unidade Universitária possui um Conselho de Unidade, onde estão representados o corpo docente, discente e técnico-administrativo. O Conselho é um órgão de deliberação superior que supervisiona as atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas na Unidade e apresenta a seguinte composição: Diretor, Vice-Diretor, Chefes de Departamento, Coordenadores das Comissões, Diretores de Órgãos Auxiliares, Bibliotecário, além de representantes discentes, docentes e técnico-administrativos previstos no Regimento de cada Unidade.

A menor fração da estrutura universitária é representada pelos departamentos, os quais desenvolvem as atividades de graduação, pesquisa e extensão das Unidades, elaborando seu plano de atividades para aprovação nas instâncias administrativas superiores (Conselho da Unidade e Conselho Universitário) e as questões administrativas pertinentes.

Cada departamento apresenta um Plenário, composto por todos os docentes em exercício ou lotados naquele setor e uma representação discente para cada cinco professores. O Plenário poderá ser convocado pelo chefe do departamento, por 1/3 dos membros do departamento ou por seu Colegiado, quando houver. Haverá formação de Colegiado, quando o departamento apresentar um número superior a 20 docentes, a ser composto por no mínimo 8 e no máximo 20 docentes e 1 aluno para cada 5 professores.

Compete ao Plenário ou ao Colegiado atribuir aos docentes do departamento tarefas de ensino, de pesquisa, de extensão e, na sua esfera de competência, de administração; propor ao Conselho da Unidade a admissão e a dispensa de docentes, bem como modificações no regime de trabalho destes; deliberar sobre pedidos de afastamento de docentes; designar os representantes do departamento nas instâncias previstas no Regimento Interno da Unidade; indicar ao Conselho da Unidade nomes para a composição de Comissões Examinadoras de concursos destinados ao preenchimento de vagas no corpo docente; manifestar-se previamente sobre acordos, convênios e contratos, bem como sobre a realização de congressos e atividades similares, a serem executados no âmbito do departamento ou com sua colaboração; examinar o relatório anual das atividades do departamento elaborado pela chefia; promover a avaliação do desempenho dos docentes e do desenvolvimento das disciplinas do departamento.

Quando o Plenário ou o Colegiado não atribuírem as tarefas da esfera de sua competência administrativa aos seus docentes, caberá ao chefe de departamento realizar a distribuição das mesmas.

Segue o quadro-resumo sobre as Unidades Universitárias.

Caracterização	Destinam-se ao exercício das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. Os Institutos Centrais são Unidades que atuam, predominantemente, no domínio do conhecimento fundamental. As Faculdades e Escolas são Unidades que atuam nas áreas do conhecimento aplicado.
Composição	I - O Conselho da Unidade; II - A Direção; III - Os Departamentos; IV - As Comissões de Graduação; V - As Comissões de Pós-Graduação; VI - As Comissões de Pesquisa; VII - As Comissões de Extensão; VIII - Os Órgãos Auxiliares.

Quadro 98 - Estrutura das Unidades Universitárias

6.1.3.1 Conselho da Unidade

O Conselho da Unidade é o órgão de deliberação superior da Unidade Universitária, sendo composto por: Direção, Vice-Direção, Chefias de Departamentos, Coordenadores, Representantes docentes, discentes e de técnicos administrativos, e tendo por competências:

- supervisionar as atividades dos Departamentos, compatibilizando-as quando for o caso;
- reconhecer, pelo voto secreto e favorável de 2/3 (dois terços) dos membros, o notório saber de postulante à inscrição em concurso de Professor Titular;
- deliberar sobre pedidos de remoção, transferência ou movimentação de docentes, após pronunciamento dos Departamentos envolvidos;
- manifestar-se sobre pedidos de remoção, transferência ou movimentação de servidores técnico-administrativos;
- avocar, no seu âmbito, pelo voto de 2/3 (dois terços) da totalidade dos seus membros;
- exame e deliberação sobre matéria de interesse geral da Unidade;
- definir a composição de Comissões Examinadoras de concursos públicos para o preenchimento de vagas no corpo docente, a partir de nomes indicados pelo Departamento;
- promover, na forma da lei, com a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade dos seus membros, o processo de escolha do Diretor e do Vice-Diretor, que incluirá consulta à sua comunidade;
- propor a destituição do Diretor e do Vice-Diretor, na forma da lei, com aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) da totalidade

dos seus membros, em sessão especialmente convocada para esse fim; j) pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse ou responsabilidade da Unidade.

6.1.3.2 Direção da Unidade

O Diretor é a autoridade superior da Unidade, competindo-lhe a supervisão dos programas de ensino, pesquisa e extensão e a execução das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das deliberações do Conselho da Unidade.

O mandato do Diretor e do Vice-Diretor é exercido em regime de dedicação exclusiva ou de 40 horas e tem a duração de 4 (quatro) anos, vedada a reeleição para o período imediato. O professor investido nas funções de Diretor fica desobrigado do exercício das demais atividades docentes, sem prejuízo dos vencimentos, gratificações e vantagens. O Diretor poderá tomar decisões *ad referendum* do Conselho da Unidade em situações de urgência e no interesse da Unidade. O Conselho da Unidade apreciará o ato na primeira sessão subsequente, e a não ratificação do mesmo, a critério do Conselho, poderá acarretar a nulidade e ineficácia da medida, desde o início da sua vigência. O Conselho da Unidade apreciará o ato considerando, além da urgência e do interesse, o mérito da matéria. A forma de eleição do Diretor e do Vice-Diretor será definida pelo Conselho da Unidade, de acordo com as normas gerais estabelecidas pelo CONSUN.

6.1.3.3 Departamentos

Os Departamentos das Unidades Universitárias, compreendendo Plenário, Colegiado e Chefia, têm suas finalidades e competências definidas no Estatuto e disciplinadas no Regimento Geral da Universidade. O Departamento poderá constituir um Colegiado quando o número de seus docentes for superior a 20, sendo sua composição definida no Regimento Interno da Unidade. O número de membros docentes no Colegiado será no mínimo de 8 e no máximo de 16. O mandato dos docentes membros do Colegiado será de 2 anos, coincidindo com o período do mandato do Chefe do Departamento e do Chefe Substituto. A representação discente no Plenário e no Colegiado, quando existente, será de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade.

Compete ao **Plenário ou ao Colegiado**: a) atribuir aos docentes do Departamento as tarefas de ensino, de pesquisa, de extensão e, na sua esfera de competência, de administração; b) propor ao Conselho da Unidade a admissão e a dispensa de docentes, bem como modificações no regime de trabalho destes; c) deliberar sobre pedidos de afastamento de docentes; d) designar os representantes do Departamento nas instâncias previstas no Regimento Interno da Unidade; e) indicar ao Conselho da Unidade nomes para a composição

de Comissões Examinadoras de concursos destinados ao preenchimento de vagas no corpo docente; f) manifestar-se previamente sobre acordos, convênios e contratos, bem como sobre a realização de congressos e atividades similares, a serem executados no âmbito do Departamento ou com sua colaboração; g) examinar o relatório anual das atividades do Departamento elaborado pela chefia; h) promover a avaliação de desempenho dos docentes e do desenvolvimento das disciplinas do Departamento. O plenário do Departamento poderá ser convocado pelo Chefe, por solicitação do Colegiado ou de 1/3 (um terço) dos membros do Departamento.

Compete ao **Chefe do Departamento**: a) elaborar o relatório anual das atividades do Departamento; b) atribuir aos docentes do Departamento as tarefas de ensino, de pesquisa, de extensão e, na sua esfera de competência, de administração, quando o Plenário ou o Colegiado não o fizer. O Chefe do Departamento, durante seus afastamentos temporários e impedimentos eventuais, será substituído pelo Chefe Substituto e, na falta deste, pelo membro mais antigo no magistério superior da UFRGS no Colegiado, quando existente, ou no Departamento.

6.1.3.4 Comissões de Graduação

Os cursos de graduação são coordenados por Comissões de Graduação, que exercem as competências definidas no Estatuto, no Regimento Geral e as demais a elas atribuídas pelo Conselho da Unidade. O número de representantes de cada Comissão de Graduação é definido no Regimento Interno da Unidade. Os Departamentos da Unidade a qual o curso se vincula têm maioria de representantes na Comissão, exceto no caso de cursos em parceria. Os Departamentos que ministram as disciplinas de formação especial poderão ter mais de um representante na Comissão, obedecida a proporcionalidade das cargas horárias dessas disciplinas. As Comissões de Graduação são constituídas por uma representação permanente formada pelos Departamentos da Unidade a que o curso se vincula, responsáveis, no mínimo, por uma disciplina obrigatória do currículo do curso, e por outra, formada sob o critério de rodízio, pelos demais Departamentos responsáveis, no mínimo, por uma disciplina obrigatória do currículo do curso, e pela representação discente na proporção de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade.

Os representantes dos Departamentos nas Comissões de Graduação são eleitos, por voto secreto, pelos seus Plenários. O mandato dos membros das Comissões de Graduação é de 2 anos, salvo o dos representantes do corpo discente, que é de 1 ano, permitida uma recondução, em ambos os casos. O Coordenador e o Coordenador Substituto de cada

Comissão de Graduação são eleitos por voto secreto, pelos membros da Comissão, com mandato de 2 anos, sendo permitida uma recondução. O funcionamento das Comissões de Graduação obedece às seguintes normas: a) as Comissões reunir-se-ão quando convocadas pelos seus Coordenadores ou por solicitação de um terço de seus membros, e deliberarão por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros; b) o não comparecimento a 3 reuniões consecutivas, ou a 5 intercaladas, por parte de qualquer integrante de Comissão de Graduação, sem motivo justificado, acarreta perda de mandato declarada, de ofício por seu Coordenador.

São atribuições das Comissões de Graduação: a) supervisionar o ensino das disciplinas integrantes do currículo do respectivo curso; b) deliberar sobre a organização curricular do respectivo curso, sujeita à homologação do CEPE; c) manifestar-se nos casos de recusa de matrícula ou desligamento de alunos do respectivo curso; d) atuar como instância final nos casos de recurso interposto em matéria de atribuição de conceito; e) elaborar, ouvidos os Departamentos, os horários das disciplinas.

Cabe ao Coordenador da Comissão de Graduação: a) participar da eleição de representantes para a Câmara de Graduação; b) enviar Relatório Anual para o Conselho da Unidade; c) representar o respectivo curso nas situações que digam respeito às suas competências; d) no caso de Cursos em Parceria, o Relatório Anual deverá ser encaminhado aos Conselhos de ambas as Unidades Parceiras.

6.1.3.5 Conselhos e Comissões de Pós-Graduação *Stricto Sensu*

Os cursos de pós-graduação são coordenados por Conselhos e Comissões de Pós-Graduação. As atividades de pesquisa relativas às dissertações (Mestrado) e teses (Doutorado) desenvolvidas em cursos de pós-graduação são coordenadas pelos Conselhos e Comissões de Pós-Graduação *stricto sensu*.

O Conselho de Pós-Graduação é constituído por todos os professores permanentes do curso e pela representação discente na proporção de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade. O Conselho de Pós-Graduação reunir-se-á sempre que convocado pelo Coordenador do curso ou por solicitação de um terço dos seus membros, e deliberará por maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros. A Comissão de Pós-Graduação será constituída por professores portadores do título de Doutor ou equivalente, em número estipulado pelo Regimento do Curso, e pela representação discente na proporção de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo

com o Regimento Interno da Unidade. Os mandatos e o funcionamento da Comissão de Pós-Graduação têm o mesmo modelo da Comissão de Graduação.

A administração de cada curso de pós-graduação fica a cargo de um Coordenador, que preside o Conselho e a Comissão de Pós-Graduação respectivos, e que se articula com os Departamentos correspondentes para a realização de atividades de ensino e orientação. O Coordenador e o Coordenador Substituto são eleitos, por voto secreto, dentre os professores orientadores permanentes, pelos membros do Conselho do curso, com mandato de 2 anos, permitida uma recondução. Cabe ao Coordenador do curso, além do fixado no Estatuto: a) representar o respectivo curso nas situações que digam respeito as suas competências fixadas no Estatuto, neste Regimento Geral e no Regimento Interno da Unidade; b) elaborar o projeto de orçamento para o curso, segundo diretrizes e normas dos órgãos superiores da Universidade; c) participar da eleição de representantes para a Câmara de Pós-Graduação; d) articular-se com a Pró-Reitoria respectiva para acompanhamento, execução e avaliação das atividades de pós-graduação; e) enviar Relatório Anual de atividades para o Conselho da Unidade.

6.1.3.6 Comissões de Pesquisa

As atividades de pesquisa são coordenadas por Comissões de Pesquisa, que exercem as competências definidas no Estatuto, no Regimento Geral e as demais a elas atribuídas pelo Conselho da Unidade. A Comissão de Pesquisa da Unidade é constituída por docentes e técnicos-administrativos, preferencialmente portadores do título de Doutor ou equivalente, que desenvolvam atividades de pesquisa na Unidade, e pela representação discente na proporção de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade. O número de integrantes da Comissão de Pesquisa da Unidade é definido no Regimento Interno da Unidade. Os representantes nas Comissões de Pesquisa são eleitos mediante voto secreto por aqueles que exercem atividades de pesquisa, aprovadas pela instância competente da Unidade. A eleição, os mandatos e o funcionamento das Comissões de Pesquisa têm o mesmo modelo das anteriores. Cabe ao Coordenador da Comissão de Pesquisa, além do fixado no Estatuto: a) participar da eleição de representantes para a Câmara de Pesquisa; b) articular-se com a Pró-Reitoria respectiva para acompanhamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa; c) enviar Relatório Anual de atividades para o Conselho da Unidade.

6.1.3.7 Comissões de Extensão

As atividades de extensão são coordenadas por Comissões de Extensão, que exercem as competências definidas no Estatuto, no Regimento Geral e as demais a elas atribuídas pelo Conselho da Unidade. A Comissão de Extensão da Unidade é constituída por representantes docentes de seus Departamentos, que desenvolvem atividades de extensão; pela representação dos servidores técnico-administrativos que desenvolvam atividades de extensão; e pela representação discente na proporção de 1 aluno para cada 5 docentes, escolhidos de acordo com o Regimento Interno da Unidade. O número de integrantes da Comissão de Extensão da Unidade é definido no Regimento Interno da Unidade. A eleição, os mandatos e o funcionamento das Comissões de Extensão têm o mesmo modelo das anteriores. Cabe ao Coordenador da Comissão de Extensão, além do fixado no Estatuto: a) participar da eleição de representantes para a Câmara de Extensão; b) articular-se com a Pró-Reitoria respectiva para acompanhamento, execução e avaliação das atividades de extensão; c) enviar Relatório Anual de atividades para o Conselho da Unidade.

6.1.3.8 Órgãos Auxiliares

Aos Órgãos Auxiliares das Unidades Universitárias cabem as funções previstas no Estatuto e as regulamentadas no Regimento Interno da Unidade. Os Órgãos Auxiliares terão Diretor e Diretor Substituto escolhidos na forma prevista no Regimento Interno da Unidade. Poderão ter destaque orçamentário os Órgãos Auxiliares com participação superior a 4 %, em relação às rubricas correspondentes do orçamento da Universidade, quer no orçamento de pessoal, quer no de outras despesas de custeio, quer ainda no patrimônio imobilizado.

Excepcionalmente, por solicitação da Unidade, poderá ser concedido destaque orçamentário ao órgão auxiliar que obtiver parecer favorável da Pró-Reitoria responsável pelo planejamento da Universidade e aprovação do Conselho Universitário. Os Órgãos Auxiliares com destaque orçamentário terão Conselho Diretor escolhido na forma prevista no Regimento Interno da Unidade.

Os Órgãos Auxiliares, sem prejuízo de outros que vierem a ser criados, são os seguintes: a) Centro de Ecologia, vinculado ao Instituto de Biociências, com destaque orçamentário; b) Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica, vinculado ao Instituto de Geociências; c) Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, vinculado à Faculdade de Ciências Econômicas, com destaque orçamentário; d) Centro de Estudos e Pesquisas em Administração, vinculado à Escola de Administração, com destaque orçamentário; e) Centro de Estudos em Petrologia e Geoquímica, vinculado ao Instituto de Geociências; f) Centro de

Estudos Linguísticos e Literários, vinculado ao Instituto de Letras; g) Centro de Investigação de Gondwana, vinculado ao Instituto de Geociências; h) Centro de Pesquisas em Odontologia Social, vinculado à Faculdade de Odontologia, com destaque orçamentário; i) Centro de Tecnologia, vinculado à Escola de Engenharia; j) Centro Olímpico, vinculado à Escola de Educação Física; l) Estação Experimental Agronômica, vinculado à Faculdade de Agronomia, com destaque orçamentário; m) Hospital de Clínicas Veterinárias, vinculado à Faculdade de Veterinária, com destaque orçamentário; n) Observatório Astronômico, vinculado ao Instituto de Física; o) Serviço de Pesquisa e Preparação Profissional, vinculado à Faculdade de Direito; p) Laboratório de Pesquisa do Exercício, vinculado à Escola de Educação Física; q) Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos, vinculado ao Instituto de Biociências, com destaque orçamentário; r) Centro de Reprodução e Experimentação de Animais de Laboratório, vinculado ao Instituto de Ciências Básicas da Saúde; s) Estação Biológica da UFRGS, vinculada ao Instituto de Biociências; t) Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos, vinculado ao Instituto de Química.

6.1.4 Institutos Especializados

Os Institutos Especializados destinam-se a cumprir objetivos especiais de ensino, de pesquisa e de extensão que, por sua natureza, não estão contemplados nas Unidades Universitárias.

6.1.5 Centros de Estudos Interdisciplinares

Reúnem especialistas da Universidade e externos a ela, com o objetivo de desenvolver novos programas de ensino, de pesquisa ou de extensão, de caráter interdisciplinar.

Os Centros de Estudos Interdisciplinares podem sediar atividades de ensino de pós-graduação, de pesquisa e de extensão, contando com docentes lotados em quaisquer departamentos.

6.2 A GESTÃO INSTITUCIONAL

A gestão institucional das IFES deve atender aos pressupostos definidos pelos órgãos auditores externos, como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), aos quais as mesmas prestam contas, como órgãos públicos, na forma da lei.

A CGU ocupa-se, principalmente, da verificação do modo pelo qual a gestão é planejada e executada, dentro de conceitos administrativos. O TCU foca-se nas questões inerentes à execução orçamentária, com uma visão mais própria da área econômica.

Em especial, referem-se às diretrizes expostas nos seguintes documentos emanados daqueles órgãos: Decisão Normativa TCU nº 85/2007, alterada pela Decisão Normativa TCU nº 88/2007, Portaria CGU nº 1950/2007 e Portaria CGU nº 328/2008.

As IFES são obrigadas a apresentar seus relatórios anuais de gestão, os quais são, posteriormente, auditados por aqueles órgãos, daí, normalmente, resultando recomendações ou correções de procedimentos a serem mandatoriamente implementadas.

Os anexos II e X da Decisão Normativa TCU nº 85/2007 determinam, inclusive, um roteiro para a elaboração do relatório, o qual, partindo do Plano de Gestão aprovado no âmbito da IFES, para o período a que se refere o relatório, procura refletir o grau de êxito obtido na sua execução.

Todos os órgãos da Administração Central elaboram seus relatórios internos para a composição do relatório geral consolidado, daí resultando a necessidade de existirem ações nos planos de gestão das IFES que contemplem a inserção executiva de todos os seus órgãos.

São apresentados projetos e ações desenvolvidos a partir dos objetivos e metas físicas propostos pelo planejamento anual de cada órgão. Para cada um desses, especificam-se objetivos e parâmetros atinentes à sua execução.

O relatório de gestão elaborado, após findo o exercício de 2008, diz respeito ao Plano de Gestão 2004-2008, inerente ao reitorado daquele período, finalizado em 22/09/2008. Este relatório é examinado pela equipe da CGU, no início do ano-exercício subsequente. Após a aprovação daquele órgão, o relatório segue para a análise do TCU.

É importante frisar que a análise efetuada pela CGU e pelo TCU foca-se, sobretudo, na qualidade da gestão do órgão público, em atendimento ao que foi planejado e legitimamente aprovado pelo mesmo, na forma da lei. A análise do mérito das decisões inerentes ao seu campo próprio de atuação e à competência no alcance de seus propósitos-fim não é da alçada dos mesmos, o que fica a cargo, no caso das IFES, dos órgãos propriamente constituídos pelo MEC para tanto.

6.3 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

O Quadro 99 apresenta a avaliação da Dimensão Organização e Gestão.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Estatuto Geral e Regimento da UFRGS necessitam revisão.	Interesse da Administração Central para a revisão e adaptação do Estatuto e Regimento à atual realidade.	Revisar o Estatuto e Regimento com observância à LDB (20 de dezembro de 1996). Rever o mandato dos Coordenadores de Cursos e Chefes de Departamento.
Inexistência do Regimento da Reitoria citado no Estatuto da Instituição.		Elaborar o Regimento da Reitoria.
Morosidade na aprovação dos Regimentos das Unidades e da Reitoria no âmbito do CONSUN.		Agilizar os trâmites de análise e aprovação de processos pelo CONSUN.
Não observância do cumprimento de competências previstas no Estatuto/Regimento.	Interesse da Administração Central para a minimização desta fragilidade.	Estimular a elaboração de relatórios pelos departamentos, comissões e direções de todos os órgãos da Universidade.
Dificuldades de sintonia e separação dos Poderes existentes na Universidade, entendendo-se por Poder Legislativo aquele representado pelos Conselhos e Comissões e o Poder Executivo, representado pela Administração Central e Unidades; Ocorre, também, a dicotomia entre a hierarquia Acadêmica e a Administrativa.	Intenção do atual corpo dirigente para concretizar atividades sincronizadas no âmbito da Administração entre os diversos segmentos institucionais.	Reavaliar o modelo de gestão vigente, a partir da revisão do Estatuto e Regimento Interno da Universidade e da elaboração do PDI.
Desestímulo da participação docente, discente e de servidores técnico-administrativos em Comissões e Conselhos.	Interesse da Administração Central em motivar o corpo docente, discente e técnico-administrativo para assumirem funções nos Conselhos e Comissões da Universidade.	Definir uma política de incentivo à participação em Comissões e Conselhos.
Coordenadores de Cursos e Chefes de Departamentos desestimulados pelo acúmulo de trabalho, deficiências de pessoal e de infraestrutura.		Definir política de revisão para melhoria das condições de trabalho.

Quadro 99 - Avaliação da Dimensão Organização e Gestão

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul dispõe de uma área territorial de 2.185 *hectares* (ha), com uma área edificada de aproximadamente 311.000 metros quadrados. Esta área distribui-se em quatro *campi* na cidade de Porto Alegre: *Campus*⁸ Centro; *Campus* Saúde, *Campus* Olímpico e *Campus* do Vale. Possui ainda as seguintes unidades isoladas: Eldorado do Sul - Transmissores de Rádio e Estação Experimental Agrônômica; Tramandaí - Colônia de Férias e Centro de Estudos Costeiros Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR) e Capão da Canoa - Centro de Lazer. Ao longo dos anos, tem havido a busca de qualificação e um refinamento nos procedimentos de medição das áreas ocupadas pela Universidade. Por seus mais de 300 prédios, circulam diariamente mais de 22 mil estudantes de graduação e cerca de 12 mil de pós-graduação (incluindo *stricto* e *lato sensu*), além de 1.700 estudantes de ensino fundamental, médio e técnico pós-médio.

Encontram-se distribuídos neste espaço físico mais de 856 laboratórios, 32 bibliotecas setoriais, uma Biblioteca Central e 644 salas as quais podem atender, simultaneamente, aproximadamente 24.000 alunos.

No *Campus* Centro situa-se o Centro Nacional de Supercomputação, que proporciona suporte a inúmeras atividades de pesquisa. No *Campus* Saúde, o Centro de Processamento de Dados fornece a estrutura de tecnologia da informação para o funcionamento de toda a Universidade nas mais diversas áreas. No *Campus* do Vale, o Centro de Microscopia Eletrônica proporciona suporte às áreas médica, física, engenharia, entre outros.

A comunidade da UFRGS dispõe de uma ampla infraestrutura que abrange 856 laboratórios, 33 bibliotecas, 65 auditórios/anfiteatros, 3 museus, Hospital de Clínicas, Centro de Processamento de Dados, Centro de Teledifusão Educativa, Centro Nacional de Supercomputação, Centro de Microscopia Eletrônica, Cinema e Teatro, Editora, Planetário, Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados, Biotério, Jardim Botânico, Centro de Ecologia, Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica, Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, Centro de Estudos e Pesquisas em Administração, Centro de Estudos em Petrologia e Geoquímica, Centro de Estudos Linguísticos e Literários, Centro de Investigação de Gondwana, Centro de Pesquisas em Odontologia Social, Centro de Tecnologia, Centro Olímpico, Estação Experimental Agrônômica, Hospital de Clínicas

⁸ A denominação *Campus* é inadequada do ponto de vista legal, já que todas as áreas pertencentes a uma IES num mesmo Município são consideradas como pertencentes a um *Campus* único.

Veterinárias, Observatório Astronômico, Serviço de Pesquisa e Preparação Profissional, Centro de Biotecnologia, CECLIMAR, Centro Estadual de Pesquisa em Sensoriamento Remoto e Meteorologia, Laboratório de Análises Clínicas, Laboratório de Pesquisa do Exercício, Farmácia-Escola, Serviço de Assistência Judiciária Gratuita, Clínica de Atendimento Psicológico, Centro de Orientação Vocacional, Laboratório de Estudos Cognitivos, 3 casas de estudantes, 5 restaurantes universitários e 2 colônias de férias.

O *Campus* Centro, incluindo a Reitoria e outros prédios históricos, está situado em dois quarteirões no bairro Farroupilha próximo ao centro de Porto Alegre. Neste entorno estão, o Salão de Atos, com capacidade para 2 mil pessoas e o Salão de Atos II, com capacidade para 200 pessoas; o Salão de Festa e a Sala Fahrion, amplamente utilizados para feiras e exposições culturais e científicas; o Plenário no andar térreo do prédio da Reitoria; o Teatro, o Cinema e o Museo da Universidade, além de espaços comerciais.

Este conjunto tem um potencial agregador para todas as atividades da Universidade e vincula-se com a cidade pela proximidade com o centro.

Como apoio a todas as atividades, há três Prefeituras Universitárias que fazem a manutenção geral, dispondo de três marcenarias e três serralherias, situadas nos *Campus* Centro, Saúde e Vale, que prestam apoio a todas as atividades na Universidade.

Os Quadros 100 e 101 apresentam a relação da infraestrutura física da UFRGS, especificando prédios e respectivas áreas distribuídas pelos vários *campi*.

Nº	Especificação	Campus Centro			Campus Saúde			Campus Olímpico			Campus do Vale			Unidades Dispersas			Total Geral		
		Área Física	Área Construída	Quant.	Área Física	Área Construída	Quant.	Área Física	Área Construída	Quant.	Área Física	Área Construída	Quant.	Área Física	Área Construída	Quant.	Área Física	Área Construída	Quant.
1	Área Física (Terreno)	84.594,92	-	-	18.715,00	-	-	121.900,00	-	-	6.021.000,00	-	-	15.606.677,95	-	-	21.852.887,87	-	-
2	Área Fazenda	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	0	-	9.988,00	1	-	9.988,00	1
3	Áreas de Lazer	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	0	-	5.468,00	2	-	5.468,00	2
4	Auditório / Anfiteatro	-	6.767,27	21	-	1.071,68	7	-	0,00	0	-	1.969,58	12	-	85,20	1	-	9.893,73	41
5	Biblioteca	-	4.831,82	10	-	2.336,70	8	-	401,61	1	-	5.691,92	13	-	147,40	1	-	13.409,45	33
6	Cinema	-	172,35	1	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	0	-	172,35	1
7	Circulação	-	16.291,87	0	-	10.022,81	0	-	791,44	0	-	19.145,84	0	-	184,68	0	-	46.436,64	0
8	Ginásio	-	0,00	0	-	0,00	0	-	5.911,00	2	-	0,00	0	-	0,00	0	-	5.911,00	2
9	Hospitais	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	0	-	1.961,82	0	-	0,00	0	-	1.961,82	0
10	Laboratórios	-	7.823,95	155	-	8.024,28	155	-	1.130,03	3	-	27.732,43	542	-	8,38	1	-	44.719,07	856
11	Museus	-	1.141,00	2	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	0	-	757,00	1	-	1.898,00	3
12	Rádio	-	213,99	1	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	0	-	213,99	1
13	Residências	-	6.544,00	1	-	574,53	1	-	0,00	0	-	1.773,47	1	-	0,00	0	-	8.892,00	3
14	Restaurantes	-	1.497,90	1	-	1.768,70	1	-	0,00	0	-	2.282,48	4	-	0,00	0	-	5.549,08	6
15	Sala de Professores	-	4.504,85	183	-	2.786,68	106	-	23,42	1	-	18.005,01	537	-	97,60	4	-	25.417,56	831
16	Salas Administrativas	-	16.500,86	463	-	13.036,81	386	-	2.251,33	62	-	27.240,13	220	-	1.831,10	43	-	60.860,23	1.174
17	Salas de Alunos	-	2.096,32	72	-	332,48	13	-	0,00	0	-	3.402,79	50	-	0,00	0	-	5.831,59	135
18	Salas de Aula	-	14.555,47	213	-	6.510,77	117	-	403,93	11	-	22.345,60	303	-	316,86	4	-	44.132,63	648
19	Salas Especiais	-	16.127,72	305	-	9.539,99	188	-	698,45	11	-	22.542,62	205	-	1.859,21	30	-	50.767,99	739
20	Sanitários	-	1.879,19	181	-	1.252,78	118	-	2,12	1	-	3.864,24	221	-	92,03	6	-	7.090,36	527
21	Teatros	-	3.569,08	2	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	1	-	0,00	0	-	3.569,08	3
22	Passarelas / Circulação Externa (Coberta)	-	0,00	0	-	0,00	0	-	0,00	0	-	10.148,00	0	-	0,00	0	-	10.148,00	0
Total		84.594,92	104.517,64		18.715,00	57.258,21		121.900,00	11.613,33		6.021.000,00	168.105,93		15.606.677,95	20.835,46		21.852.887,87	362.330,57	
Nº de Prédios			37			16			9			149			53			264	

Quadro 100 - Relatório de Infraestrutura Física de UFRGS (em m²), 2008

Fonte: Superintendência de Infraestrutura

Prédio	Localização	Área Total		Área Construída
		(em m ²)	(em ha)	(em m ²)
11.000	Campus Centro - 1º Quarteirão	25.240,00	2,52	37.510,00
12.000	Campus Centro - 2º Quarteirão	38.591,35	3,86	47.092,90
13.000	Campus Centro – Entorno	20.763,57	2,08	19.914,74
	Total Campus Centro	84.594,92	8,46	104.517,64
21.000	Campus da Saúde - Quadra 01 - (Benfeitorias em Propriedades de Terceiros)	0,00	0,00	47.099,88
22.000	Campus da Saúde - Quadra 02	18.715,00	1,87	10.158,33
	Total Campus da Saúde	18.715,00	1,87	57.258,21
31.000	Campus Olímpico	121.900,00	12,19	11.613,63
	Total Campus Olímpico	121.900,00	12,19	11.613,63
41.000	Agronomia	256.000,00	25,60	19.646,43
41.000	Campus do Vale – Morro da Companhia	438.000,00	43,80	0,00
42.000	Veterinária	266.000,00	26,60	8.948,50
43.000	Anel Viário	896.000,00	89,60	122.656,33
44.000	IPH	412.000,00	41,20	16.029,67
45.000	Morro Santana	3.753.000,00	375,30	825,00
	Total Campus do Vale	6.021.000,00	602,10	168.105,93
51.000	Unidade Dispersa – Transmissores de Rádio	0,00	0,00	315,00
52.000	Unidade Dispersa – Estação Experimental Agronômica	15.566.000,00	1.556,60	10.011,00
53.000	Unidade Dispersa – Colônia de Férias Tramandaí	5.848,00	0,58	4.260,00
54.000	Unidade Dispersa – Ceclimar (Imóvel de Terceiros)	0,00	0,00	2.608,00
55.000	Unidade Dispersa – Centro de Lazer Capão Novo	29.040,00	2,90	1.208,00
57.000	Unidade Dispersa – Colégio Santa Bárbara	2.088,00	0,21	1.942,00
58.000	Unidade Dispersa – Anatel - Gravataí (Comodato)	701,95	0,07	491,46
	Unidade Dispersa – Lotes 1,2 - Q.77-Z3 Farroupilha	3.000,00	0,30	0,00
	Total Unidades Dispersas	15.606.677,95	1.560,67	20.835,46
	TOTAL GERAL	21.852.887,87	2.185,29	362.330,87

Quadro 101 - Área Física e Construída da UFRGS, 2008

Fonte: Superintendência de Infraestrutura.

Os recursos de informação e comunicação disponibilizados através do Centro de Processamento de Dados da Universidade subsidiam as diversas áreas - ensino, pesquisa e extensão - além de oferecer dados e informações relevantes para a gestão e tomada de decisão, conforme detalhado na seção 7.1.2.

Desde o primeiro CT-INFRA a Universidade tem apresentado projetos e captado recursos para manter atualizada a infraestrutura de TI e investir em novas tecnologias como, por exemplo, no CT-INFRA 07 quando foi contemplada uma estrutura de videoconferência. Há investimentos também, de convênios e de recursos próprios.

Com o REUNI foram feitos investimentos na ampliação e modernização dos microcomputadores dos laboratórios de informática, dos equipamentos multimídias para as salas de aula e na rede de dados, contemplando a instalação de rede sem fio nas bibliotecas para atendimento dos alunos.

7.1 COERÊNCIA DA INFRAESTRUTURA FÍSICA, ESPECIALMENTE A DE ENSINO E DE PESQUISA, BIBLIOTECA, RECURSOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Para a execução de suas atividades, a UFRGS mantinha, até 2008, 27 unidades de ensino de graduação: 13 institutos centrais, 10 faculdades, 4 escolas, além de uma escola técnica e uma escola regular de ensino fundamental e médio (Colégio de Aplicação).

Em todas as Unidades Acadêmicas existem estruturas administrativas, de ensino, de pesquisa e de extensão. Esta descentralização faz com que cada um de seus órgãos, a par de constituírem parte do todo, também tenha sua identidade própria.

Em relação ao ensino, a infraestrutura física permite o desenvolvimento das atividades de forma satisfatória. As salas de aula estão sendo gradativamente adequadas às novas tecnologias, em consonância com as mudanças das técnicas utilizadas pelos professores; muitas delas possuem recursos de multimídia. Os laboratórios são um aspecto muito importante da Universidade, porque são o ponto de interação entre o ensino e a pesquisa. São de diversos tamanhos, desde pequenas áreas até de mais de 1.000 m², segundo a demanda e financiamento da pesquisa.

É importante salientar que um conjunto de salas são gerenciadas pelas Unidades Acadêmicas, e estão situadas nas proximidades das mesmas, mas outro conjunto importante tem um gerenciamento centralizado da Pró-Reitoria de Graduação, garantindo disponibilidade de salas de aulas a qualquer tempo. Nesta última condição existem prédios de salas de aulas nos *Campi* Centro, Olímpico e Vale.

Possui um Sistema de Bibliotecas integrado por 33 unidades que abrangem as diversas áreas do conhecimento. As bibliotecas setoriais estão distribuídas em todos os *campi*, situadas fisicamente junto às Unidades Acadêmicas às quais estão vinculadas, ou seja, fornecem a possibilidade de consulta perto de onde o aluno está, não impedindo a utilização de outras bibliotecas setoriais. São coordenadas, tecnicamente, pela Biblioteca Central, situada no prédio da Reitoria. As informações sobre os acervos, serviços e espaço físico das bibliotecas estão detalhadas na seção 7.4.

7.1.1 Investimentos em Infraestrutura

Nos últimos três anos a Universidade tem investido em infraestrutura para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que compreendem a construção, ampliação e reformas de prédios, dentre as quais se destacam: a reforma dos anfiteatros da Escola de Engenharia, a pintura externa do prédio que abriga o Cinema Universitário e a Sala de Teatro Qorpo Santo no *Campus* Centro, a construção da nova Biblioteca do Instituto de Psicologia, a adequação da sala da Farmácia Popular no *Campus* da Saúde, a conclusão do 1º pavimento do prédio do Departamento de Genética do Instituto de Biociências, a construção do prédio do Departamento de Plantas de Lavoura da Faculdade de Agronomia, a construção do prédio do Laboratório de Análises e Monitoramento de Combustíveis do Instituto de Química, a construção da 1ª fase do prédio do Departamento de Patologia Veterinária-Crematório da Faculdade de Veterinária, a construção de dois prédios de Salas de Aula e a conclusão da 2ª etapa do prédio destinado ao Centro de Reprodução Experimental de Animais de Laboratório (CREAL), no *Campus* do Vale.

Houve preocupação também em investir na infraestrutura das atividades de apoio como a construção do prédio do Restaurante Universitário, a Gráfica e a Editora no *Campus* Saúde; a reforma e adaptação do local para abrigar o Restaurante Universitário no *Campus* Olímpico; a reforma e transferência da sede da Secretaria de Assistência Estudantil no *Campus* Centro; a construção do novo prédio da Brinquedoteca e do prédio da Prefeitura Universitária no *Campus* do Vale.

Além das obras para as atividades de ensino, pesquisa e extensão é importante ressaltar as obras de manutenção de infraestrutura como reformas em sanitários públicos, subestações transformadoras, pinturas de prédios, troca de pisos, reformas e ampliações de redes de telefonia, sistemas de refrigeração, impermeabilizações de calhas e pavimentações.

Encontram-se em andamento diversas obras de reformas e ampliações, tais como, a nova Rede de Telefonia Subterrânea no *Campus* do Vale, a construção de sanitários públicos e reforma e ampliação do prédio de Graduação no Ceclimar em Imbé/RS, continuação do cercamento na Estação Experimental Agronômica em Eldorado do Sul/RS, a reforma da Central de Salas de Aula na Faculdade de Agronomia, a continuação da construção do prédio do Setor de Patologia Veterinária, a execução da 1ª etapa do Laboratório de Inseminação Artificial, a reforma do Laboratório de Imunologia e Virologia da Faculdade de Veterinária, a reforma do Laboratório de Filmes Finos do Instituto de Física, a construção do Laboratório de Catálise Molecular do Instituto de Química e a reforma na Casa de estudantes no *Campus* do Vale, a reforma das instalações do Programa de Graduação em Música do Instituto de Artes no *Campus* Centro.

Dando continuidade à prática iniciada em 2007, a SUINFRA, a partir do ano de 2008, intensificou a terceirização na elaboração dos projetos executivos das futuras obras, dentre as quais se encontram em andamento: ampliação da Escola de Enfermagem; reforma do pavimento térreo da FABICO; construção do Anexo ao Ginásio 2 da ESEF, do Prédio do Hospital de Ensino Odontológico, do Módulo Odontológico do *Campus* do Vale, do Prédio do Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar e do Prédio para abrigar a Casa de Estudantes do *Campus* do Vale.

As Prefeituras Universitárias dos *campi* da UFRGS executam manutenções diversas, oriundas das solicitações das Unidades Acadêmicas e Administrativas.

Em 2008 teve início o processo de execução do CT-INFRA 01/2006, que se constitui em projeto institucional apoiado pelo fundo setorial de investimento em infraestrutura para pesquisa, recursos oriundos da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A SEDETEC realizou a gestão desses recursos, tendo executado valores de aproximadamente dois milhões de reais, referentes à 1ª parcela, adquirindo equipamentos de alta tecnologia via importação, bem como pequenas obras em laboratórios. No que tange ao CT-INFRA 01/2007, a SEDETEC realizou a elaboração e coordenação do projeto, obtendo novamente o 2º lugar no montante de recursos em nível nacional.

Para implementação do Programa REUNI, aprovado no âmbito da Universidade no ano de 2007, está prevista a expansão da infraestrutura predial, bem como de reformas em espaços já utilizados. Segue, abaixo, a descrição sucinta das obras incluídas no projeto, bem como a justificativa do investimento:

- Prédio de salas de aula no *Campus* Centro: o edifício proposto tem aproximadamente 2.900 m² de área útil para atender a instalação de 8 salas de 70 alunos e 18 salas de 40 alunos, distribuídos em 4 plantas e térreo em pilotis. As salas serão servidas por uma circulação paralela ao prédio da antiga Escola Parobé. O sistema de circulação vertical será composto por um conjunto independente de escada de incêndio, elevador para doze pessoas e sanitários públicos. A construção deste prédio tem um custo estimado de 1,3 CUBs/m², resultando em aproximadamente R\$ 2.600.000,00. Este novo prédio é essencial para a expansão dos cursos de Administração, Ciências Econômicas, Ciências Atuariais, Ciências Jurídicas e Sociais e Relações Internacionais, totalizando 330 novas vagas;

- Ampliação da Creche da Universidade para o *Campus* Olímpico, com uma área construída de aproximadamente 1.170 m², destinando 8 salas de aula para os diversos níveis (berçário, maternalzinho, maternal e jardim), sala de amamentação, refeitório, lactário, cozinha, lavanderia, sala de vídeo, ludoteca, sala do sono, bem como depósito de alimentos, sanitários, sala de enfermagem e área de administração (duas salas para secretaria e direção), para o atendimento de mais 120 crianças (dobrando a capacidade da atual). O custo estimado é de R\$ 1.270.000,00;

- Prédio para o Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), no *Campus* Saúde, que será composto de dois blocos principais, um que abrigará o Departamento de Morfologia e se implantará a norte do edifício do Departamento de Bioquímica (já existente); e outro que abrigará os departamentos de Farmacologia, Fisiologia e Microbiologia, aulas práticas e teóricas, auditório, biblioteca e administração. A área total estimada para o conjunto é de 17.000 m², sendo 13.000 m² destinados a salas e laboratórios e 4.000 m² a estacionamento. A estimativa de custo é de R\$ 8.126.000,00 (custo parcial, solicitado ao REUNI);

- Prédio do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia e Cursos Superiores de Tecnologia, no *Campus* do Vale, com uma área construída de aproximadamente 7.700 m², para atender a instalação de 18 salas para 60 alunos, dois anfiteatros para 120 alunos e um anfiteatro para 500 alunos. Área administrativa de 750 m², destinada a salas individuais e coletivas para docentes. Todas as atividades de laboratório em um único local de aproximadamente 2.800 m². Para atender ao modelo pedagógico proposto, o prédio terá a seguinte disposição: o laboratório é o centro, situado no térreo e nas laterais ficarão as salas de professores e de apoio, ligadas por um corredor amplo que permita uma visão para o laboratório. Estimativa de custo R\$ 7.525.000,00. O prédio é um

pilar essencial para a criação dos cinco cursos tecnológicos a serem desenvolvidos pela Escola de Engenharia, num total de 240 vagas;

- Anexo da Faculdade de Medicina: prevê um prédio com 4 pavimentos, totalizando uma área aproximada de 3.452,27 m², assim distribuída: 1º pavimento - 1.035,37 m², destinado à biblioteca (acervo e atendimento), além de atividades de apoio - *hall* de acesso, circulação vertical (escadas e 2 elevadores) e sanitários; 2º pavimento - mezanino - 774,71 m², destinado à sala de leitura e salas de estudos da Biblioteca. Também estão previstos sanitários e uma passarela coberta com acesso direto ao Hospital de Clínicas; 3º pavimento - 821,28 m² - 4 salas de aula (capacidade 72 alunos cada uma) e sanitários e 4º pavimento - destinado a atividades administrativas 821,28 m² - salas para departamentos da Faculdade e sanitários. O custo estimado é de R\$ 3.600.000,00. A FAMED é a sede dos cursos de Medicina e de Nutrição; a construção do anexo possibilitará a instalação adequada da Biblioteca, bem como novas salas de aula (que hoje são ministradas no Hospital, de maneira insatisfatória) e sede para Departamentos, atualmente dispersos em vários prédios do *Campus* Saúde. A ampliação do curso de Nutrição é de 30 vagas;

- Hospital de Ensino Odontológico (HEO), da Faculdade de Odontologia: o anteprojeto arquitetônico, no *Campus* Saúde, compreende o pavimento térreo como a primeira fase da execução de um prédio com mais 4 pavimentos. No térreo está prevista a instalação do Hospital propriamente dito, com uma área aproximada de 2.259,49 m². Esta área atende o atual programa de necessidades que contempla as seguintes atividades: clínicas para 144 equipamentos, 3 salas de atendimento de emergência, sala de materiais, sala de lavagem e expurgo, sala de esterilização, sala de gesso, sala de raios-X, câmara escura para revelação de raios-X, vestiários e sanitários para alunos, professores e funcionários. O custo estimado é de R\$ 2.580.000,00, porém os recursos não dependem do Reuni uma vez que já existe articulação com o Ministério da Saúde para financiar a obra. Esta é uma demanda importante da Faculdade de Odontologia para melhor atender às necessidades de formação dos profissionais capacitando-os a trabalhar em equipes de saúde junto ao SUS. O HEO será fundamental para a proposta de criação do curso noturno de Odontologia, com 30 vagas.

7.1.2 Recursos de Informação e Comunicação

A UFRGS tem longa tradição no uso dos recursos de tecnologia da informação e comunicação como apoio ao seu desenvolvimento acadêmico e administrativo. Foi pioneira na construção de sua rede de comunicação com abrangência metropolitana, lançando sua própria fibra ótica para interligar seus *campi*. Possui uma rede *GigaEthernet*, interligando os

campi central, saúde, olímpico e vale. Todos os prédios estão conectados com fibra ótica, com mais de 10 mil pontos de rede instalados, além de uma infraestrutura de rede sem fio. Os serviços de rede estão disponíveis para toda comunidade acadêmica, como *VoIP*, correio eletrônico, disco virtual, página *web*.

A Universidade conta com 9.912 microcomputadores instalados, sendo 7.258 de uso acadêmico. Disponibiliza sistemas de informações para atender às áreas de ensino (graduação, pós-graduação, ensino médio e fundamental e ensino a distância), pesquisa, extensão, biblioteca, vestibular, avaliação e os processos administrativos como recursos humanos, controle patrimonial, de processos, de material, orçamentário, espaço físico.

Possui um sistema de aplicações de suporte à gestão da informação baseada em tecnologia BI (*Business Intelligence*) com modelos multidimensionais em todas as áreas, assim como um Centro de Supercomputação que provê processamento de alto desempenho para a área de pesquisa e ensino.

Todos os serviços e informações estão disponíveis para os alunos e docentes no Portal de Serviços e a comunidade acadêmica conta com um serviço de atendimento 24 horas por dia, 7 dias por semana.

A infraestrutura de informação e comunicação é mantida atualizada e em contínua expansão para atender às metas do Plano de Gestão e do REUNI. A rede de dados atinge todas as Unidades Acadêmicas e Administrativas; na estrutura central de TI tem 18.9 TB de *storage*, um *blade Server dual*, solução de *backup* para prover os serviços de informações à comunidade; há uma estrutura de processamento de alto desempenho e de *Grid*. Esta estrutura central contém as páginas *web* dos grupos e laboratórios de pesquisa e dos docentes, as bases de dados institucionais e os serviços informacionais.

Todos os alunos possuem uma conta de correio eletrônico institucional e há uma estrutura de laboratórios de informática de apoio ao ensino. Para atender às metas do REUNI, de expansão dos serviços de correio eletrônico e de outras facilidades para os alunos, foi adquirida nova infraestrutura de armazenamento e servidores, com a previsão de instalação em 2009. Também foram adquiridos microcomputadores, projetores multimídias e equipamentos de rede previstos no projeto, que serão entregues e instalados em 2009. Pelo projeto CT-INFRA 05 foi adquirido o novo *backbone* para a rede da Universidade com velocidade 10Gbps, a ser instalado em 2009.

Ainda em 2008 foi construída uma solução integrada de *software* e *hardware* para a rede sem fio da UFRGS, implementando mobilidade interna, segurança e gerenciamento. Além disto, foi realizada a integração entre a base de projetos de pesquisa do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e a base de dados institucional da UFRGS.

As unidades e/ou departamentos, de acordo com suas especificidades, dispõem de serviços para a reserva e distribuição de equipamentos de informática, audiovisuais e multimídia, bem como a reprodução de materiais didáticos, transporte para atividades de campo, etc.

No que diz respeito aos recursos de informática, no período de 2006 a 2008 ocorreram muitos avanços que contribuíram para a ampliação e melhoria na prestação de serviços à comunidade universitária. Cabe destacar:

- **Central de Atendimento (*Help Desk*):** oferece consultoria aos serviços de informática oferecidos pela UFRGS para a comunidade universitária, das 8h às 20h, de segunda a sexta-feira, com plantão aos sábados, domingos, feriados e turno da noite. Atende a todos aqueles que possuem vínculo com a Universidade: alunos, ex-alunos, docentes, servidores técnico-administrativos e aposentados. Entre os serviços disponibilizados destacam-se: telefonia pela *internet* (Serviço Fone@RNP), Chasque Disco e Chasque *Web*. Vinculados à Central de Atendimento existem os NSI - Núcleos Setoriais de Informática: uma equipe no *Campus* do Vale, no *Campus* Centro, Reitoria e no *Campus* Saúde para atendimento presencial, nos turnos da manhã e tarde.

- **Portal de Serviços (Portal do Aluno e Portal do Servidor):** no Portal de Serviços da Universidade são disponibilizadas informações e serviços para a comunidade. Para o docente e o servidor técnico-administrativo destacam-se: solicitação de serviços de infraestrutura; relatório de atividades docentes; formulário para a mobilidade acadêmica; apropriação de conceitos para as disciplinas da graduação e da pós-graduação; agendamento de viagem acadêmica e videoconferência utilizando o *software Breeze*; consulta ao Currículo Lattes, com a implantação da plataforma *ISCurriculum*; acompanhamento de inscrições nos concursos públicos; certificação eletrônica da frequência, da transferência patrimonial, das requisições de materiais do Almoxarifado, das notas fiscais para pagamento, das inscrições em cursos, da avaliação do estágio probatório; formulários eletrônicos para agendamento de horários na junta médica; inscrição nos cursos e atividades que compõem o Programa de Qualificação e Desenvolvimento Humano oferecido pela PROGESP, com tramitação e homologação *on-line*; registro de cursos pós-graduação *lato sensu*; acompanhamento das contas telefônicas; consulta do andamento de

processos; solicitação de hospedagem de *sites*, lista de discussão e conta de correio eletrônico departamental e individual; formulários de registro das ações de extensão e de projetos de pesquisa; formulário de solicitação de fomento e de apoio à pesquisa; informações pessoais e funcionais.

Para o aluno destacam-se: dados pessoais, informações acadêmicas como histórico escolar, histórico do curso, atestados de conceito e de matrícula, currículo, horários e vagas das disciplinas e turmas, ordenamento; formulário e resultado de avaliação do docente e da disciplina pelo discente; formulário para a mobilidade acadêmica; formulário de avaliação do curso para os formandos de medicina; mural de recados, uma ferramenta para a interação professor/estudante; mural de bolsas; matrícula via *web* para a graduação e pós-graduação; consulta do andamento de processos; formulários eletrônicos para agendamento para atendimento da SAE, solicitação e renovação de benefícios da SAE, solicitação de vagas em estacionamento, entre outros. O Sistema de Automação de Bibliotecas (SABi) permite realizar consultas, reservas e renovação de empréstimos via *internet*.

Também estão disponíveis informações específicas para o Departamento de Ensino, Comissão de Graduação, Núcleo de Avaliação, Direção de Unidade e Coordenação de Programa de Pós-Graduação. Todos os *softwares* licenciados institucionalmente estão disponíveis para *download* no Portal, como pacote estatístico, de CAD, anti-vírus, etc.

- **Sistema de Informações:** a Universidade possui um Sistema de Informações integrado, desenvolvido por equipe própria, com os seguintes módulos: Graduação, Pós-Graduação, Ensino Médio e Fundamental, Pesquisa, Extensão, Vestibular, Recursos Humanos, Espaço Físico, Almoxarifado Patrimônio, Orçamento e Empenho, Protocolo e Restaurante Universitário. O *software* adotado no Sistema de Automação de Bibliotecas é o ALEPH, da empresa ExLibris, que está integrado com a base de dados do Sistema de Informações da UFRGS.

- **Plataformas de EAD:** as plataformas de EAD da UFRGS, conforme já referido na seção 2.7.1, estão disponíveis para todos os docentes num servidor institucional instalado no CPD. Possui dois ambientes virtuais de aprendizagem: ROODA e NAVI. Em 2007 foi integrada ao sistema de ensino da Universidade a nova plataforma para ensino a distância, denominada MOODLE e, em 2008, houve a implantação do MOODLE para o consórcio REGESD, com a identificação dos docentes e discentes via *Shibboleth* (*software* de autenticação federativa de usuários).

7.2 INSTALAÇÕES GERAIS

Há instalações gerais para o ensino em três *campi*: Centro, Olímpico e Vale, são prédios exclusivos para salas de aulas, principalmente de graduação de uso geral e comum para todos os cursos da Universidade, cujo critério de uso está baseado na proximidade física. Para a prática de esporte o *Campus* Olímpico tem várias quadras multifuncionais, cancha de futebol, piscina térmica e espaços para outras modalidades. Como neste *campus* funciona o curso de educação física, sempre há uma atividade integrada e orientada.

Para atividades culturais e de lazer se dispõe do cinema, teatro e museu que compõem, junto com a atividade comercial, um centro de conveniência de extrema relevância cultural, além de inúmeras atividades da Universidade e da comunidade que se realizam no Salão de Atos, situado nas proximidades. No *Campus* do Vale há canchas de esportes junto ao Colégio de Aplicação e um centro de convivência dos alunos junto às lancherias, farmácia e correio, criando um espaço de lazer e troca de ideias.

Em todos os *campi* existem 117 laboratórios de informática à disposição dos estudantes.

Como suporte a esta atividade, são disponibilizados 5 restaurantes universitários, um no *Campus* Centro, um no *Campus* Saúde, um no *Campus* Olímpico e dois no *Campus* do Vale. As casas de estudantes estão assim distribuídas: uma no *Campus* Centro, uma no *Campus* Saúde e uma no *Campus* do Vale.

No que se refere a instalações gerais, como as destinadas à prática de esportes, a atividades culturais e de lazer, espaços de convivência e a laboratórios didáticos e de pesquisa, foram realizadas a ampliação do RU3 e do Núcleo de Serviços no *Campus* do Vale (293,17 m²). O crescimento do número de prédios e cursos no *Campus* do Vale, com o equivalente incremento do corpo docente e discente tem elevado o número de usuários do Restaurante Universitário no referido *Campus*, o que motivou sua duplicação, bem como a atualização de seu sistema de caldeiras, com a troca de fonte de combustível de óleo para gás, permitindo atender melhor a população de estudantes e servidores, além de diminuir o impacto ambiental. A execução do novo projeto de iluminação e reforma do acesso ao Planetário e a construção da casa da Economia Solidária, reforçando a política de interação da UFRGS com a sociedade. Outras obras, reformas e readequações foram concluídas, totalizando mais 11.800 m² são: o Restaurante Universitário da ESEF (260 m²), o prédio da Prefeitura do *Campus* do Vale (658 m²), além da urbanização do entorno e estacionamento para o novo prédio de salas de aula da Faculdade de Veterinária; a ampliação dos

Laboratórios de Geocronologia e Geoquímica Aplicada, na Faculdade de Geociências; do Laboratório de Aerodinâmica das Construções (Túnel de Vento) e a construção do novo Laboratório de Ensaios e Modelos Estruturais, ambos da Escola de Engenharia. Na Escola de Educação Física a ampliação do Ginásio 2, permitirá a criação de um Centro de Ensino de Lutas, possibilitando a utilização total dos equipamentos da área de Ginástica Olímpica, que hoje divide o mesmo espaço.

No ano de 2008 foram executadas obras de reformas dos prédios existentes nas diversas Unidades da UFRGS, totalizando uma intervenção de aproximadamente 35.000 m². Dentre estas, cabe mencionar o espaço destinado ao Restaurante Universitário no *Campus* Olímpico e as obras que envolveram ampliações de espaços edificados e prédios novos, sendo um deles o novo prédio da Prefeitura Universitária do *Campus* do Vale. Em virtude do Programa Reuni, haverá também uma série de reformas em prédios relacionados à Assistência Estudantil - Restaurantes Universitários e Casas de Estudante - e a Unidades Acadêmicas, num total estimado de R\$ 3 milhões.

7.2.1 Colônias de Férias

As colônias de férias podem ser utilizadas pelos docentes e servidores técnico-administrativos, ativos, inativos e pensionistas, discentes regularmente matriculados na UFRGS e seus acompanhantes.

As instalações da Colônia de Férias de Tramandaí constituem-se de apartamentos e alojamentos. Os apartamentos são de um e dois dormitórios que comportam quatro, cinco ou sete pessoas. Os alojamentos são divididos em masculino, com capacidade para 45 pessoas, e o feminino aloja 90 pessoas. Possui serviços de bar e restaurante, churrasqueira e cancha de bocha coberta, futebol de areia, quadra de vôlei gramada, quadra de futsal e basquete, mesa de pingue-pongue, sinuca, snooker, piscina adulto e infantil, jogos recreativos, sala de TV e vídeo.

No Centro de Lazer de Capão Novo as instalações são: 13 sobrados de um dormitório, com capacidade para receber até seis pessoas cada. Também tem em sua estrutura: cancha de bocha aberta, quadra de vôlei gramada, mesa de ping-pong, *snooker*, piscina adulto, jogos recreativos, sala de TV e vídeo, galpão com churrasqueira e *freezer* comunitário.

A Colônia de Férias em Garopaba, na temporada, é de uso exclusivo dos servidores da UFRGS e da UFCSPA, filiados à Associação dos Servidores da UFRGS (ASSUFRGS) e de seus acompanhantes. Oferece 17 apartamentos e 5 vagas para barracas.

7.2.2 Infraestrutura para Atendimento a Portadores de Necessidades Especiais

Foram implementadas iniciativas para adequar a infraestrutura física da UFRGS e possibilitar ou facilitar o acesso aos portadores de necessidades especiais, através do Programa Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou Mobilidade Reduzida, referido na seção 3.3. Este Programa inclui obras como construção de rampas, nivelamento de passeios, sanitários adaptados, além de estudos para diferentes situações de acesso. Esta iniciativa está sendo contemplada nos Projetos de Arquitetura para os prédios novos. Os prédios antigos estão sendo gradualmente reformados para atender tal necessidade.

7.2.3 Manutenção e Conservação do Patrimônio Histórico

A Universidade criou, em 2000, a Secretaria do Patrimônio Histórico (SPH), cuja atribuição principal é a preservação dos prédios históricos da UFRGS, inserido no Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, através de contribuições, deduzindo-as do Imposto de Renda devido, nos limites definidos na legislação vigente. Desde então, têm sido elaborados projetos de recuperação e reforma de prédios tombados, ou em processo de tombamento, pertencentes ao Patrimônio Histórico da UFRGS que datam do final do século XIX, ou início do século XX. Prédios como o da Sede da Faculdade de Agronomia, a Sede Administrativa do curso de Engenharia e o prédio do antigo Instituto de Química Industrial estão sendo recuperados com recursos captados para a preservação do patrimônio histórico, com toda a documentação tendo tramitado pelos canais competentes da Política Nacional de Preservação do Patrimônio Histórico (ver também seção 3.4.2).

A manutenção e a conservação das instalações físicas são feitas pelas prefeituras universitárias localizadas nos quatro *campi* da Universidade, através do atendimento das solicitações de serviços eletrônicas recebidas das unidades, através do portal da Universidade.

Foram concluídos os projetos de restauração dos prédios do Castelinho, do Château, Curtumes e Tanantes (atual Museu Universitário), da Rádio da Universidade, do Observatório Astronômico e da Faculdade de Direito.

A SPH, no que tange à Execução de Obras de Restauração deu início, em 2008, às obras da Escola de Engenharia e procedeu a entrega de instalações do Prédio Central da Faculdade de Agronomia, evento que possibilitou divulgar à comunidade parte de suas atividades.

7.2.4 Laboratórios

A UFRGS mantém uma rede de 856 laboratórios especializados para todas as áreas do conhecimento, os quais servem à graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão. Além disso, destacam-se diversas ações de expansão desta rede, dentre elas:

a) a implantação, no *Campus* do Vale, do Parque Centro Tecnológico em Energia (CENERG), com a construção de 10 prédios de laboratórios que abrigarão a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de pesquisas, bem como a prestação de serviços e a realização de eventos.

O referido Centro disporá de 32 ha de área física total e prevê a construção de 18.000 m² na etapa inicial, para os laboratórios de Pavimentação, Nano-polímeros, Sedimentologia, Geoquímica, Metalurgia Física, Redes de Comunicação Industriais, Tecnologia Mineral e Tratamento de Resíduos Oleosos, Polímeros, Modelagem de Craqueamento e Centro de Treinamento, montados com os recursos da Rede Petrobrás e recursos orçamentários da UFRGS.

A SEDETEC participou na formatação do modelo de inserção do Parque, o qual será a sede física dos novos investimentos decorrentes do apoio obtido a partir das redes temáticas e dos núcleos de excelência implementados em parceria com a Petrobrás. Cabe ao Secretário de Desenvolvimento Tecnológico a coordenação da comissão que tem por objetivo assessorar a Administração Central na implantação do CENERG. Em 2008 foi obtida a licença ambiental junto à Prefeitura de Porto Alegre.

b) a ampliação do Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos, com a continuidade do projeto de utilização de seu espaço inferior e devida adequação, permitirá a ampliação em 20% de laboratórios para o ensino de graduação;

c) a conclusão do Prédio de Laboratórios de Ensino em Saneamento abrirá espaço a ser destinado a aulas práticas para os cursos de engenharia civil e ambiental;

d) a construção de uma nova ala no Hospital de Clínicas Veterinárias qualificará o ensino, bem como permitirá um maior número de procedimentos diários e

e) a construção de vários laboratórios, como o de Inspeção e Tecnologia Animal, o de Patologia Animal, que abrigará o futuro Crematório da Faculdade, o novo Coelhário, assim como as novas salas da Suinocultura, qualificarão o ensino e a pesquisa, bem como o oferecimento de cursos de extensão nestas áreas.

7.2.5 Prevenção de Riscos Ambientais

No período de 2007 a 2008 foram implementadas muitas iniciativas pela Coordenadoria de Gestão Ambiental (CGA), conforme descrito na seção 3.4.1.

Estas ações buscam garantir a segurança nas instalações e laboratórios da Universidade, bem como a melhoria contínua de seu desempenho ambiental e prevenção da poluição, adotando procedimentos e práticas que visem à prevenção de impactos ambientais negativos.

São realizadas em conformidade com os requisitos legais, proporcionando alternativas que contemplem a sustentabilidade da comunidade universitária e de toda a sociedade, desenvolvendo uma estratégia de mudança cultural, através de uma política pedagógica ambiental.

Cumprе salientar ainda que a Universidade aguarda o Licenciamento Ambiental do *Campus* do Vale da UFRGS, o qual continua tramitando na Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

7.3 INSTALAÇÕES GERAIS NOS POLOS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Secretaria de Educação a Distância (SEAD) alcançou significativos avanços em diversas áreas e ações durante o exercício de 2008, ampliando seu espaço físico e sua força de trabalho, criando novos setores e serviços. Houve uma ampliação na captação de recursos financeiros junto a agências de fomento e Ministério da Educação, destinados à infraestrutura das Bibliotecas dos Polos UAB, reforma do Centro de Apoio em EAD do *Campus* do Vale, aquisição de material permanente e equipamentos do Centro de Apoio em EAD no *Campus* do Vale e capacitações de professores e tutores. As rotinas foram aprimoradas através do desenvolvimento de sistemas eletrônicos, com a maior utilização de formulários eletrônicos no recolhimento de informações, aumentando a eficiência no desempenho dos procedimentos administrativos da SEAD, tornando-os mais ágeis, rápidos e seguros.

Os polos dos cursos à distância da UFRGS, seguindo a preocupação com a qualidade e atendimento adequado aos alunos da Universidade, oferecem aos professores, tutores e alunos as seguintes instalações: sala para a coordenação do polo, sala para tutoria, sala de professores e de reunião, sala de videoconferência, sala de secretaria acadêmica, sala de aula presencial, laboratório de informática, biblioteca e sanitários. Esses

ambientes atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessários às atividades propostas.

Cabe enfatizar que, semestralmente, de acordo com as necessidades das disciplinas correntes, os polos recebem exemplares dos livros indicados pelos respectivos professores, assim como CDs com cópias dos conteúdos digitais que também são disponibilizados na *web*. Alguns polos oferecem bibliotecários, mas os tutores presenciais são orientados pelas equipes pedagógicas dos cursos para dar o suporte necessário quanto ao material disponibilizado. Os alunos de cursos à distância ainda podem usufruir de todos os serviços das bibliotecas dos diversos *campi* da UFRGS, bem como daquelas disponíveis nas instituições parceiras.

A UFRGS possui 37 polos distribuídos em vários municípios do Rio Grande do Sul e outros estados do Brasil, com 2.881 alunos matriculados. Os polos geralmente funcionam em escolas públicas municipais estaduais ou federais.

7.4 BIBLIOTECA: ACERVO, SERVIÇOS, PESSOAL E ESPAÇO FÍSICO

7.4.1 Acervo

A UFRGS mantém um Sistema de Bibliotecas formado pela Biblioteca Central, 29 bibliotecas setoriais, duas bibliotecas da educação básica e profissional e uma biblioteca depositária da documentação da Organização das Nações Unidas (ONU), que reúnem um acervo de 689.809 livros (volumes), 14.402 periódicos (títulos) e 70.609 itens de outros materiais (incluem disquetes, CD-ROM, fitas de vídeo, folhetos, microfichas, fitas cassete, documentos eletrônicos, entre outros).

Preocupada em estabelecer uma política para aquisição, expansão e atualização de acervos, em 2006, a Biblioteca Central definiu uma metodologia para controle e registro da bibliografia utilizada pela graduação e arrolada nos planos de ensino. Este controle tem possibilitado um melhor planejamento da aquisição de material bibliográfico, identificando os cursos/disciplinas para os quais há maior necessidade de atualização do acervo, além de maior agilidade no processo de aquisição por licitação e uma distribuição do material bibliográfico adquirido entre as bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBU) atendendo melhor às necessidades de alunos e professores.

Em 2007 foi realizada uma avaliação do acervo de graduação do SBU, identificadas demandas e adquiridos livros para as diversas bibliotecas, de acordo com esta demanda. A melhor distribuição do acervo visa minimizar as consequências da dispersão física das bibliotecas sobre o aluno. Como resultado, os livros adquiridos passam a ser incorporados

ao acervo da(s) biblioteca(s) que atende(m) ao curso realizado pelo aluno e não mais da biblioteca vinculada à Unidade Acadêmica responsável pela disciplina.

Nos últimos anos, o acervo de livros tem sido ampliado e atualizado mediante a aquisição de novas ferramentas bibliográficas de pesquisa dirigidas, principalmente, aos alunos e professores de pós-graduação e pesquisadores, muito embora atendam também à graduação, uma vez que estão disponíveis para acesso *on-line* à toda a comunidade universitária através da *internet*, bem como a aquisição e/ou renovação da assinatura de livros eletrônicos e bases de dados. Como resultado, espera-se uma melhora da qualidade da pesquisa realizada pela Universidade, traduzida pelo incremento de sua produção intelectual.

Em relação a periódicos, a Universidade utiliza amplamente o Portal de Periódicos da CAPES. As coleções impressas correntes são adquiridas através de doação e programas de intercâmbio entre as instituições publicadoras de periódicos científicos.

É importante destacar o resultado parcial obtido através do projeto “Resgate do Acervo Histórico & Ampliação da Oferta de Informação Especializada no Sistema de Bibliotecas da UFRGS”, que visa ao registro no SABi, catálogo *on-line* das bibliotecas da UFRGS, do acervo de livros ainda em processamento manual nas bibliotecas. Até o final de 2008 o projeto contemplou 14 bibliotecas com todo o seu acervo de livros cadastrado no SABi.

Nos Anexos 87 e 88 encontram-se a regulamentação de funcionamento das bibliotecas na Universidade.

7.4.2 Serviços

A informatização no SBU teve início na década de 70, tendo sido ampliada e consolidada, em 1989, a partir da implantação do SABi - Sistema de Automação de Bibliotecas da UFRGS, sistema proprietário.

Em 1999 a Universidade adquiriu o *software Aleph 500*, que possibilitou a ampliação e modernização do SABi, resultando na automação de todas as rotinas das bibliotecas. Em 2008 foi concluído o processo de automação das bibliotecas, quais sejam: aquisição, processamento técnico, recuperação da informação, circulação de coleções (empréstimo, devolução, renovação, reserva de documentos e transações de caixa), controle das coleções de periódicos (registro e reclamações) e relatórios gerenciais, fornecendo-lhes ferramenta otimizada de operação e controle das rotinas e serviços qualificando-os e tornando-os mais eficientes e eficazes.

A informatização unificou os procedimentos realizados pelas bibliotecas, reduziu o fluxo de operações e controles efetuados pelos atendentes do balcão de empréstimo, conforme observado no Quadro 102, proporcionou maior agilidade e rapidez no atendimento aos usuários e estabeleceu um canal de comunicação rápido e ágil entre biblioteca - usuário com o uso do correio eletrônico. O uso intensivo do computador nas bibliotecas alterou definitivamente a sua forma de trabalho, as relações e a comunicação entre elas e seus usuários.

Transações		2006	2007	2008
Empréstimos		583.451	517.477	542.833
Reservas	Balcão	5.262	3.873	6.070
	<i>Internet</i>	61.847	54.129	63.312
Renovações	Balcão	79.342	74.135	76.046
	<i>Internet</i>	2.818.796	2.988.564	3.477.060
T o t a l		3.548.698	3.638.178	4.165.321

Quadro 102 - Transações de Circulação de Coleções no SBU, 2006-2008

Fonte: Relatórios de Atividades da Comissão de Automação da UFRGS.

A aquisição de 100 microcomputadores para o SBU em 2008, 50% a mais do que a meta prevista inicialmente, significou importante aporte à qualificação dos serviços prestados pelo SBU.

As bibliotecas da Universidade fazem parte do Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o qual permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/comut.htm>>. Dentre outros serviços oferecidos pelas bibliotecas destacam-se a realização de levantamentos bibliográficos, orientação/normalização de trabalhos técnico-científicos e treinamento de usuários/visitas orientadas.

A adoção do cadastro único de usuários permitiu dimensionar a parcela da comunidade universitária também usuária do SBU, conforme Quadro 103.

Categoria do usuário	Nº de usuários	Nº de transações
Aluno de graduação	18.693	2.839.556
Aluno de pós-graduação	6.483	954.751
Estatística de consulta*	33	117.140
Docente	1.467	121.849
Servidor técnico	680	69.640
Aluno de ensino fund./médio/prof.	1.071	30.972
COMUT	9	4.288
Vínculo temporário	145	7.064
Biblioteca SBU	24	3.842
Funcionário HCPA	115	3.436
Aluno de extensão	24	695
Colaborador convidado	65	1.226
Biblioteca de outra instituição	15	7.719
Servidor técnico aposentado	19	1.988
Docente aposentado	29	821
Membro de incubadora	5	154
Tutor de disciplina EAD	11	180
T o t a l	28.888	4.165.321

Quadro 103 - Nº de Usuários por Categoria X Nº de Transações de Empréstimo, Renovação e Reserva, 2008

Fonte: Relatório de Atividades da Comissão de Automação da UFRGS.

Além do SABi, catálogo *on-line* das bibliotecas, a Universidade disponibiliza o Repositório Digital da UFRGS, denominado Lume, projeto conjunto da Biblioteca Central e do Centro de Processamento de Dados. É o portal de acesso às coleções digitais de documentos gerados no âmbito da Universidade e de outros documentos que, por sua área de abrangência e/o pelo seu caráter histórico, é de interesse da Instituição centralizar sua preservação e difusão <<http://www.lume.ufrgs.br>>.

O Lume tem por objetivos reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos e artísticos gerados na Universidade, bem como às suas coleções históricas, e a outros documentos de relevância para a Instituição, que fazem parte de suas coleções, embora não produzidos por ela, maximizando o uso desses recursos. Reúne, até o momento, aproximadamente 500 fotos do acervo do Museu Universitário, 400 fotos do acervo da Escola de Educação Física, 3.700 trabalhos apresentados em eventos, 500 trabalhos de conclusão de especialização e mais de 10 mil teses e dissertações produzidas na Universidade ou pelo seu corpo docente e técnico-administrativo em outras universidades do país e do exterior.

O acervo digital de teses e dissertações da UFRGS é o maior dentre as IFES e representa um grande avanço no sentido de melhorar a comunicação científica interna e externa à Instituição, bem como ampliar o uso, a visibilidade e o impacto da produção

científica da UFRGS por meio da maximização do acesso a ela, dentre outros benefícios. O Quadro 104 apresenta os indicadores referenciados.

	Acervo Museu	Acervo ESEF	TD	Trab. espec.	Trab. eventos	Total
Acessos	9.151	3.675	257.158	17.382	29.832	317.198
Downloads	2.119	301	353.467	11.993	34.423	402.303
Total	11.270	3.976	610.625	29.375	64.255	719.501

Quadro 104 - Nº de acessos e downloads aos documentos disponíveis no Lume, 2008

Fonte: Relatório de Atividades da Comissão de Automação da UFRGS.

A implementação do Lume representa um avanço significativo no sentido de proporcionar aos usuários amplas possibilidades de consulta a outros recursos informacionais, até então de uso bastante restrito, por estarem armazenados nos departamentos/laboratórios, sob a guarda de quem os produziu, ou nas páginas *web* dos mesmos, o que vinha dificultando sua identificação e localização pelos interessados. Aspectos como a segurança dos dados e a preservação dos direitos autorais estão sendo cuidadosamente observados, a fim de garantir a qualidade, credibilidade e eficiência do serviço.

O horário de funcionamento das bibliotecas é compatível com as necessidades de cada Unidade onde estão inseridas. Atuam em conformidade com o horário dos cursos oferecidos à comunidade <<http://www.biblioteca.ufrgs.br/sbu.htm>>.

7.4.3 Pessoal

O quadro de pessoal do SBU é composto por 100 bibliotecários, 106 auxiliares e 103 bolsistas.

A contratação de pessoal é regida pela legislação federal, com exceção de bolsistas/estagiários, cujos critérios para contratação seguem as normas estabelecidas de acordo com a modalidade da bolsa. Atendidas estas condições, as bibliotecas priorizam alunos do curso de graduação em Biblioteconomia ou de auxiliar de biblioteca, oferecido pela Escola Técnica, a fim de proporcionar aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos nos seus respectivos cursos, contribuindo para sua formação profissional. O Programa de Formação Continuada em Bibliotecas e Serviços de Informação, iniciado em 2006 e que visa capacitar os técnicos em exercício no SBU, teve quatro módulos realizados em 2007, resultando em 151 servidores capacitados em atendimento ao público, uso de recursos informacionais disponíveis e padrões adotados pelo SBU e cinco módulos

realizados em 2008, dois a mais do que o previsto inicialmente, de acordo com o Quadro 105. Espera-se com isso um impacto positivo sobre a qualidade dos serviços oferecidos pelas bibliotecas à comunidade.

2006			
Evento	Nº de turmas	Nº de horas	Nº de participantes
Treinamento no SABi – módulo de Periódicos	1	6	6
Seminário sobre armazenamento e recuperação da informação no SABi	2	6	65
Ex Libris – Treinamento no módulo de Aquisição do Aleph	1	12	12
Seminário sobre o novo Regulamento de Circulação	1	3	23
Seminário sobre a catalogação da produção científica da UFRGS	2	7	48
Treinamento sobre acesso ao Portal Periódicos CAPES	1	3	75
Total	8	37	229
2007			
Evento	Nº de turmas	Nº de horas	Nº de participantes
Treinamento no uso dos recursos SABi/ <i>Web</i>	1	3	24
Curso de introdução à biblioteconomia	1	12	23
Padronização de entradas para nomes geográficos como assunto no SABi/UFRGS	1	7	25
BiblioGrad: metodologia para avaliação do acervo de graduação	1	4	69
Total	4	26	141
2008			
Evento	Nº de turmas	Nº de horas	Nº de participantes
Treinamento no SABi – módulo de Aquisição	2	17h30min	65
Capacitação no uso do SABi	1	35	16
Recursos <i>on-line</i> disponibilizados pelo SBU	1	7	13
Seminário sobre a catalogação da produção científica da UFRGS	1	7	14
Total	5	66h30min	108

Quadro 105 - Eventos de Capacitação Oferecidos para as Equipes do SBU, 2006-2008

Fonte: Biblioteca Central; Relatório de Atividades da Comissão de Automação da UFRGS.

Desta forma foi proporcionada à equipe a capacitação necessária para o uso adequado do novo sistema de automação e de outros recursos e serviços, resultando no aumento do seu nível de satisfação e a qualificação e padronização dos serviços oferecidos aos usuários.

Em 2008 foi criado o Curso de Especialização em Gestão de Bibliotecas Universitárias, destinado aos bibliotecários da UFRGS, tendo sido oferecida uma vaga para a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), numa parceria da Biblioteca Central com o Departamento de Ciência da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, cuja primeira edição será concluída em 2009, suprimindo uma importante demanda de qualificação de gestores.

7.4.4 Espaço Físico

A área total ocupada pelas 33 bibliotecas que compõem o SBU é de 13.409,45 m², distribuídos nos 4 *campi* da Universidade, além de uma localizada no município de Imbé. O Quadro 106 apresenta o total de instalações oferecidas aos usuários.

Instalações	2006	2007	2008
Cabines para estudo individual	42	27	34
Cabines para estudo em grupo	46	64	38
Assentos nas cabines de estudo em grupo	291	Dado não coletado	181
Total de assentos	1.386	Dado não coletado	1.599

Quadro 106 - Instalações Oferecidas aos Usuários, 2006-2008

Fonte: Biblioteca Central.

7.5 BIBLIOTECAS DOS POLOS PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: ACERVO, SERVIÇOS E ESPAÇO FÍSICO

O acervo para os polos para educação a distância é adquirido de forma centralizada pela Universidade, através da Biblioteca Central, a partir de listagens elaboradas pelos coordenadores dos cursos de EAD e, posteriormente, tombado, catalogado e encaminhado aos polos.

As instalações para o acervo e funcionamento das bibliotecas procuram atender aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

Os polos dos cursos a distância da UFRGS, oferecidos na forma de projetos especiais, possuem mobiliário adequado para atender à demanda e espaço reservado para leitura. Semestralmente, de acordo com as necessidades das disciplinas correntes, os polos recebem exemplares dos livros indicados pelos respectivos professores, assim como CDs com cópias dos conteúdos digitais que também são disponibilizados na *web*. Alguns polos

oferecem bibliotecários, mas os tutores presenciais são orientados pelas equipes pedagógicas dos cursos para dar o suporte necessário quanto ao material disponibilizado.

7.6 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

Nos últimos três anos, a Universidade tem investido intensamente em construção, ampliação e reformas de prédios.

No contexto do Programa REUNI está prevista uma considerável expansão da infraestrutura predial, bem como reformas em espaços já utilizados. Portanto, há coerência das ações com uma das metas do Plano de Gestão 2004-2008, a qual se refere à melhoria e expansão da infraestrutura das salas de aula, laboratórios, bibliotecas, auditórios e continuidade ao projeto de restauração e conservação de seu patrimônio histórico.

Um dos grandes desafios a serem enfrentados pela Universidade consiste na insuficiência de pessoal, sobretudo especializado, e de recursos para viabilizar a ampliação de seus espaços.

A Universidade, seja através das unidades, departamentos e/ou demais órgãos, dispõe de serviços (informação, comunicação e informática) e recursos de apoio didático. No que diz respeito aos recursos de informática, no período de 2006 a 2008 ocorreram muitos investimentos e avanços tecnológicos que contribuíram para a ampliação e melhoria na prestação de serviços à comunidade universitária. Portanto, há coerência com a meta do Plano de Gestão 2004-2008, no que se refere à qualificação das atividades de ensino.

Verifica-se que a atuação das bibliotecas da Universidade atende às demandas da comunidade de forma satisfatória, seja nas ações de atualização e ampliação do seu acervo bibliográfico, seja nos serviços oferecidos.

Considerando o tamanho da Universidade, a infraestrutura disponível em seus *campi* para a prática de esportes, lazer e convivência são insuficientes. Existe a necessidade de que os espaços da UFRGS sejam redefinidos, de modo a melhor acolher e manter o estudante em suas dependências, em especial nas bibliotecas. Convém destacar, todavia, a existência de uma boa infraestrutura de colônias de férias e restaurantes universitários.

O Quadro 107 apresenta um resumo em termos de fragilidades, potencialidades e recomendações para esta dimensão.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Espaços de convivência e estudos insuficientes.		Criar novos espaços de convivência e estudos.
Infraestrutura insuficiente e mal conservada.	Capacidade da Universidade de captação de recursos para investimentos em infraestrutura.	Destinar mais recursos para medidas preventivas de conservação e preservação; Criar política de planejamento e controle integrado do espaço acadêmico.
	Existência de uma infraestrutura de TI que atende toda a comunidade interna, através de rede de dados atualizada, alto índice de serviços disponíveis e baseado na integração de dados.	
	Os serviços oferecidos pelas bibliotecas à comunidade interna e externa à Universidade.	

Quadro 107 - Avaliação da Dimensão Infraestrutura

8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

8.1 O CONTEXTO EXTERNO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional das IES no país, no período referente a este relatório, esteve balizada pela progressiva implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelecido pela Lei Federal nº 10.861/2004. Este Sistema compreende o emprego de um conjunto de instrumentos de avaliação das instituições e de seus cursos, os quais são definidos e aprovados por comissão especificamente constituída para esta finalidade, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). As formas de avaliação propostas pelo SINAES são:

- a) Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade): aplicação do exame a estudantes dos cursos de graduação;
- b) Avaliação de Cursos de Graduação: aplicação dos procedimentos de avaliação por visitas de comissões de avaliadores externos;
- c) Sistema Nacional de Pós-Graduação: aplicação de procedimentos de avaliação por visitas de comissões de avaliadores externos, compreendendo a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o sistema;
- d) Avaliação Externa Institucional: aplicação, ao conjunto dos órgãos e unidades das IES, dos procedimentos de avaliação por visitas de comissões de avaliadores externos;
- e) Relatório de Auto-Avaliação Institucional: aplicação, ao conjunto dos órgãos e unidades das IES de procedimentos de auto-avaliação institucional capazes de gerar o referido Relatório, efetuados por comissão com poderes definidos em lei (denominada Comissão Própria de Avaliação), o qual deve conter juízos de valor acerca dos processos e dos produtos institucionais. Por força de lei, este relatório passou a ser exigido em base anual, com data-limite para depósito no Sistema E-MEC no dia 30 de março de cada ano.

A legislação em vigor define a aplicação de um conjunto de procedimentos de avaliação externa e de auto-avaliação para prover a avaliação das IES's. Esta avaliação visa conduzir à busca de padrões de oferta dos processos internos e dos produtos das IES's balizados pela progressiva melhoria da sua qualidade.

Adicionalmente a esta lei, posteriormente, foi estabelecido um conjunto de outras peças de legislação as quais regulamentaram a aplicação da lei, destacando-se o Decreto Federal nº 5773/06 e a Portaria Normativa nº 40, os quais vincularam a avaliação institucional aos processos regulatórios e de supervisão já existentes e aplicados pela Secretaria da Educação Superior (SESu/MEC). Os processos regulatórios são aqueles inerentes ao reconhecimento legal que o Estado confere a cursos e instituições compreendendo, por exemplo, atos e procedimentos referentes a reconhecimento de cursos e a credenciamento de instituições.

8.2 O CONTEXTO INTERNO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Secretaria de Avaliação Institucional (SAI), foi criada em novembro de 2000, como um órgão da Administração Central, com o propósito de sistematizar a avaliação institucional de forma permanente na UFRGS, tendo como atribuições a coordenação e a articulação das diversas ações de avaliação desenvolvidas na Instituição.

As atribuições da SAI, por princípio, vinculam-se à necessidade de dar sustentação à viabilização da avaliação externa e da auto-avaliação institucional, de modo a garantir que a UFRGS possa ser bem-sucedida nas diversas formas previstas de avaliação.

Devido à forma de concepção do SINAES, os limites para a definição de atividades de avaliação inerentes no âmbito da IES são relativamente flexíveis. Por isso, a definição do sujeito e do objeto de avaliação, bem como do agente avaliador, assentam-se sobre certo grau de flexibilidade no que diz respeito à definição dos processos avaliativos por parte da IES.

No caso da UFRGS, ainda anteriormente à vigência do SINAES, já existiam práticas avaliativas, as quais prescreviam procedimentos e instâncias avaliativas, conforme definições estatutárias e regimentais. Assim, por exemplo, cabe ao CEPE a realização da avaliação das atividades-fim da Instituição, bem como ao CPPD a avaliação da progressão funcional dos docentes da mesma.

Portanto, a inserção da SAI no contexto das atividades avaliativas da UFRGS está balizada por essas definições anteriormente arremetidas, respeitada a legislação maior vigente. Por este motivo, por exemplo, a CPA, cujo funcionamento recebe suporte da SAI, também produz relatório avaliativo sobre as atividades-fim da Instituição (pautada pelo atendimento ao Roteiro de Auto-Avaliação Institucional aprovado pela CONAES).

8.3 BREVE HISTÓRICO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UFRGS

A UFRGS está familiarizada com a auto-avaliação institucional, considerando que desde os anos 90 vem desenvolvendo, continuamente, seus procedimentos de avaliação. A implementação de um trabalho sistemático foi iniciada pela Coordenadoria Interdisciplinar de Apoio ao Ensino Universitário (CIAEU), criada pela Pró-Reitoria de Graduação, que elaborou o documento intitulado "*Elementos para Organização do Programa de Avaliação da Universidade - ênfase na graduação*". Tal documento contribuiu para a versão inicial do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), e foi a base do PAIUFRGS, consolidado a partir dos seguintes princípios:

a) democratização: avaliação pensada e executada como projeto coletivo com o objetivo de tornar socialmente visíveis as ações universitárias de ensino, pesquisa e extensão;

b) autonomia: a partir do auto-conhecimento da realidade institucional, abarca a possibilidade de estabelecer prioridades e gerir recursos em direção a objetivos;

c) qualidade formal das ações e qualidade política de influência: habilita a Instituição como formadora de quadros, referência para a população como formadora de opiniões e de ações de intervenção na sociedade;

d) comparabilidade interna: cada curso/unidade analisa-se historicamente em relação a si próprio, para enxergar-se e redefinir, se necessário, seus rumos e trajetórias para o futuro e

e) legitimidade/auto-adesão das Unidades: compromisso da Universidade de compreender a avaliação como instrumento de construção do projeto pedagógico para o futuro.

O processo avaliativo possuía tríplice objetivo: o aperfeiçoamento da qualidade acadêmica, com ênfase nos cursos de graduação; a melhoria da gestão universitária gerando dados e diagnósticos confiáveis e a prestação de contas à sociedade do desempenho da Universidade na utilização de verbas governamentais.

A metodologia foi organizada em três momentos: a auto-avaliação, a avaliação externa e a reavaliação e, como ponto central, a criação dos Núcleos de Avaliação das Unidades (NAUs), responsáveis pela condução do processo em suas comunidades; os quais foram efetivamente consolidados na continuidade da avaliação.

O PAIUFRGS constituiu-se no primeiro ciclo avaliativo da UFRGS e teve a orientação da Coordenadoria Executiva do Programa de Avaliação (CEPAV), e foi nesse período que se iniciou a Avaliação Interna, como um processo que remetia ao autoconhecimento institucional, envolvendo praticamente todas as Unidades de Ensino e a Administração Central. Nesta altura, os procedimentos de avaliação de natureza externa serviam como balizadores dos trabalhos avaliativos internos.

Seus resultados foram profícuos no que diz respeito à gestão interna dos cursos, com alterações curriculares e organizacionais em muitos deles. Além disto, os debates subsidiaram ações da Administração Central em benefício do desenvolvimento das diversas atividades da Universidade.

Este período, além de inaugurar o processo de auto-avaliação de forma oficial dentro da UFRGS, também proporcionou o acionamento da avaliação interna da gestão.

Faz parte ainda dessa trajetória o fato de que o 1º Ciclo Avaliativo alavancou a institucionalização da avaliação, concretizada na criação da Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) da UFRGS, no ano de 2000. Oportuno enfatizar que a dimensão inicialmente assumida pela avaliação dos processos institucionais fez com que a Administração Central instaurasse, em 1998, um Conselho de Avaliação Institucional (CAVI), integrado por representantes de diferentes áreas do conhecimento, com experiência em avaliação e que foi considerado o germe deste processo de institucionalização da Avaliação na UFRGS, o qual resultou na criação da Secretaria.

A SAI manteve em andamento as ações internas de avaliação que vinham sendo desenvolvidos pelo CAVI e, juntamente com a Pró-Reitoria Adjunta de Graduação e a Pró-Reitoria de Planejamento, atuou, solidariamente, com as Unidades de Ensino, no atendimento às demandas externas de avaliação, advindas do MEC.

Num primeiro momento, a estrutura organizacional da SAI contou com: Direção, Assessoria Técnica, Assessoria Administrativa e Comitês. O trabalho foi estruturado em duas grandes frentes: o atendimento às demandas internas e atendimento às demandas externas de avaliação. Para tanto, atuaram conjuntamente diversas instâncias então formadas, como Comitê PAIUFRGS, Comitê ENC/Provão, Comitê Condições de Oferta, Comitê Gratificação de Estímulo à Docência (GED), Comitê Alocação de Vagas Docentes, Comitê Avaliação Discente e Avaliação Creche, ou seja, foram criados Comitês à medida que surgiam as demandas.

Em 2002 esta lógica foi alterada e a Secretaria iniciou um processo de reestruturação e ampliação em que as atividades, antes desenvolvidas pelos Comitês de Avaliação, foram reorganizadas com execução de forma diferenciada. As competências foram atribuídas aos seguintes setores: Direção da Secretaria, Assessoria Técnico-Acadêmica e Assessoria Técnico-Administrativa. Além dessa estrutura, a SAI contou com um Conselho Deliberativo e uma Consultoria. As competências de cada instância foram assim definidas:

- a) Direção da SAI, responde pela Secretaria e é membro da Administração Central;
- b) Conselho Administrativo, com assento para os Pró-Reitores de Ensino, Adjunto de Graduação, Adjunto de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; o Conselho tinha como responsabilidade discutir, com a SAI, as orientações gerais da implementação das ações de avaliação;
- c) Consultoria, à qual competiu realizar, com os membros da Secretaria, reflexões teóricas e metodológicas acerca das diversas facetas da avaliação; a Consultoria era realizada por uma especialista em avaliação institucional, cujo trabalho na área muito se vinculou à própria experiência de avaliação da UFRGS; aqui também se constituía o espaço indicado para outros consultores esporádicos, dependendo das necessidades que o processo de avaliação da UFRGS viesse a apresentar;
- d) Assessoria Técnico-Acadêmica - teve um papel central na atuação da Secretaria, considerando que competia a esta disponibilizar o apoio técnico a todas as ações de avaliação coordenadas pela SAI; esta instância contava com dois membros fixos, cujo perfil vinculava-se à formação em nível de pós-graduação e/ou reconhecida experiência na área;
- e) Assessoria Administrativa, com a função de ser a depositária e organizadora de todo o material de consulta disponível na Secretaria, bem como a atualização do *site* e o andamento das rotinas administrativas inerentes a este tipo de atividade; também tinha a responsabilidade de realizar e acompanhar os processos de reconhecimento e credenciamento de cursos de graduação; além disso, tinha, sob sua orientação, os bolsistas que atuavam na SAI.

Dentro desta dinâmica de trabalho, foi criada a Assessoria Especializada, com a função de ser uma instância de discussão, reflexão e produção sobre avaliação, dentro da qual foi localizado o Núcleo de Produção Textual, com a incumbência de produzir publicações sobre os trabalhos realizados.

O encaminhamento das atividades da Secretaria viria tomar outro rumo, priorizando o processo de aprofundamento da avaliação interna. Em relação às demandas externas, a Secretaria, em conjunto com a Pró-Reitoria Adjunta de Graduação, continuou a desenvolver o trabalho de assessoramento e acompanhamento junto às Unidades Acadêmicas quando da aplicação, pelo MEC/SESu, dos procedimentos de Avaliação de Condições de Ensino, de Reconhecimento de Curso ou da Renovação do mesmo. Além disso, manteve sua participação nas atividades de formação e acompanhamento docente, especialmente, na realização das Jornadas de Educação Superior, no Programa de Aperfeiçoamento das Atividades Pedagógicas (PAAP), dentre outras.

O 2º Ciclo Avaliativo do Programa de Avaliação Institucional Permanente da UFRGS – PAIPUFRGS, iniciou-se com a sensibilização da comunidade universitária e foi elaborado na perspectiva do conjunto de suas funções de ensino de graduação e de pós-graduação, de pesquisa, de extensão e de gestão acadêmica e administrativa; preconizando a avaliação interna autônoma.

Foi iniciado em fevereiro de 2003, tendo se prolongado até setembro de 2004 e, durante o mesmo, foram realizadas reuniões entre o Vice-Reitor, a equipe da SAI e o Pró-Reitor de Graduação com a comunidade de professores, alunos e técnico-administrativos de cada uma das 29 Unidades Acadêmicas e Escolares.

Outra ação relevante do 2º ciclo foi o estímulo à criação e/ou desenvolvimento dos Núcleos de Avaliação das Unidades. Neste momento (ago/2003), todas as Unidades criaram os seus NAUs, cujas nominatas foram encaminhadas formalmente à SAI. Assim, 29 NAUs foram criados, contemplando as 27 Unidades Acadêmicas da Educação Superior, o Colégio de Aplicação e a Escola Técnica da UFRGS aos quais, articulados com a CEPAV, foram atribuídas as seguintes competências:

- a) implantar o processo de avaliação dos cursos/unidades, segundo o Projeto PAIUFRGS, envolvendo os alunos, professores e servidores técnico-administrativos;
- b) analisar o diagnóstico de sua Unidade/Curso/Departamentos, realizando a Avaliação Interna;
- c) promover as condições necessárias à Avaliação Interna;
- d) promover a avaliação de disciplinas, em ação integrada com a CEPAV;

- e) organizar relatórios consolidando dados de Diagnóstico e Avaliação Externa, enviando-os à CEPAV;
- f) receber os avaliadores externos e facilitar a Avaliação Externa;
- g) discutir a situação atual dos cursos com a Comissão Externa de Avaliação, aproveitando, no que competir, a qualificação desses profissionais para reflexões de interesse das Unidades e de seus cursos;
- h) utilizar o processo de avaliação como caminho para o estabelecimento de fóruns permanentes de debates com a comunidade externa à Universidade, tais como entidades profissionais, entidades científicas, egressos, usuários e outros provedores de informações;
- i) contribuir para posicionamento para o futuro, frente aos rumos pretendidos pelo Curso/Unidade como decorrência do olhar crítico e analítico sobre realidade interna, considerando as recomendações dos consultores externos, e a discussão da comunidade de cada curso/unidade.

Via de regra, os NAUs produzem relatórios anuais sobre a sua atuação, os quais são verificados e disponibilizados através da página da SAI.

Considera-se que o trabalho realizado no 2º Ciclo foi preparatório ao 3º Ciclo de Avaliação da UFRGS, tendo servido de sensibilização à comunidade de professores, alunos e técnicos, no nível de cada Unidade Acadêmica e no nível global, fornecendo a base necessária para a elaboração do 1º Relatório de Auto-Avaliação Institucional, período 2004-2005.

Pode-se dizer que o 3º Ciclo de Avaliação da UFRGS inicia-se pela criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), em julho de 2004, obedecendo ao que preconiza a Lei nº 10.861 do mesmo ano.

A definição das competências fez com que a CPA se dedicasse a responder às dez dimensões do SINAES numa perspectiva macro, deixando com que as realidades específicas fossem tratadas pelos NAUs.

A SAI, como executora e articuladora do processo, teve a incumbência de relacionar-se com o Gabinete do Reitor, as Pró-Reitorias, as Secretarias e o Centro de Processamentos de Dados (CPD) para reunir as informações necessárias ao trabalho de elaboração e análise do Relatório pela CPA. Também coordenou o trabalho dos NAUs,

através de reuniões sistemáticas com seus coordenadores, no sentido de reorientar a avaliação interna para engajar-se à proposta do SINAES.

A Comissão Própria de Avaliação inicia seus trabalhos a partir de documento oriundo da CONAES intitulado “*Diretrizes para a Auto-Avaliação das Instituições*”, datado de agosto de 2004. A partir deste documento, começa a estruturar o primeiro Relatório de Auto-Avaliação Institucional. Cumpre ressaltar que, naquele momento, haviam poucas diretrizes nacionais acerca da estrutura do referido relatório. Entretanto, o estágio de desenvolvimento do PAIUFRGS ofereceu a estrutura e o suporte necessários para que a UFRGS pudesse adequar-se às orientações da CONAES, coadunando as dez dimensões avaliativas oriundas da CONAES com o PAIUFRGS. O Relatório foi postado no MEC em 31.10.2005.

A UFRGS foi a primeira das universidades federais a encaminhar o Relatório, atendendo a um desafio colocado pelo então presidente da CONAES, aguardando a avaliação externa a qualquer momento.

Esta expectativa devia-se ao fato de que as normativas da época apontavam que, após postado o relatório, deveria aguardar-se o agendamento da visita “*in loco*” (Resolução CONAES nº 01, de 11.01.2005).

Em fevereiro de 2006 a CONAES publica um documento com o título “*Avaliação Externa das Instituições da Educação Superior: diretrizes e instrumento*”. Como a avaliação externa não havia sido realizada no período correspondente às informações constantes no Relatório, o mesmo não poderia ser utilizado: precisava ser atualizado com informações e dados de 2005. Além disso, não respondia ao novo instrumento publicado pela CONAES.

A CPA principiou então um extenso re-trabalho para adequar e atualizar o Relatório. Entre abril de 2006 e setembro de 2008, trabalhou-se nesta adequação. Neste período, dois pontos eram consensuais, não só dentro da CPA, mas também nas interlocuções formais e informais com o MEC. O primeiro deles dizia respeito à existência do PDI: havia um entendimento à época de que um Plano de Desenvolvimento Institucional só poderia ser desencadeado a partir da mantenedora, no caso, o MEC, tendo em vista que a prospecção do crescimento/desenvolvimento de uma IFE implica em repasse de recursos que precisariam ser aportados pelo Ministério. O segundo ponto focava o instrumento de avaliação, considerado excessivamente detalhado, tendo em vista o tamanho da UFRGS e de outras IFES.

Em outubro de 2008, o instrumento de avaliação externa muda novamente. Para surpresa, o detalhamento do instrumento anterior havia sido simplificado de forma

significativa. A CPA inicia então novo relatório, com o horizonte de que a visita de avaliação institucional iria ocorrer em breve.

Procedeu-se um grande esforço para elaborar o Relatório em tempo recorde, buscando não somente revisar toda sua estrutura mas, principalmente, atualizar os dados relativos ao período compreendido entre 2006 e 2008, desencadeando o 4º Ciclo Avaliativo.

De um modo geral, analisando-se a evolução histórica do processo avaliativo na UFRGS, é possível depreender que a partir da criação do SINAES, a Universidade passa por um momento avaliativo mais voltado ao MEC e ao SINAES, externos à Universidade.

Ao longo desta trajetória, SAI e CPA vêm trabalhando em sintonia, no desenvolvimento de atividades conjuntas.

A perspectiva da auto-avaliação institucional da UFRGS aponta para duas direções: uma delas sinaliza a estruturação de um modelo de Relatório de Auto-Avaliação Interna que seja elaborado a partir das Unidades Acadêmicas e venha se consolidando nas diferentes esferas legislativas e executivas da Universidade, num processo que seja construído a partir da base. A outra direção busca a realimentação e o reforço da interlocução SAI - CPA - NAUs. A auto-avaliação efetivada pela CPA identificou a necessidade de qualificar esta articulação, visando fortalecer o espírito avaliativo na Universidade.

Maiores informações a respeito desta Secretaria estão disponíveis no endereço: <http://www.ufrgs.br/sai> e consta no Anexo 89 o seu Regimento Interno.

8.4 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – MOMENTO ATUAL

A avaliação institucional, nos termos em que está fundamentada, hoje, pela legislação da área educacional, constituída com base na lei do SINAES, incorpora a noção de auto-avaliação dos processos internos, referindo a obrigatoriedade da produção, por parte das IES's, de Relatórios de Auto-Avaliação Institucional - RAAI's, elaborados pelas suas Comissões Próprias de Avaliação (CPA's). Vai mais além, porém, quando estabelece a obrigatoriedade da submissão das instituições a procedimentos de avaliação por comissões externas de avaliadores, seja para a avaliação institucional, seja para a avaliação de cursos, com instrumentos e ritual previamente prescritos e legitimados em lei.

A introdução desta concepção avaliativa trouxe implicações para a avaliação institucional na UFRGS, visto ser necessário adaptar-se a esta realidade já consolidada da avaliação da educação superior, genericamente aplicável a todas as IES's do país,

superando-se a fase do foco apenas nas ações de auto-avaliação, origem das atividades avaliativas na Instituição.

Uma das consequências principais deste processo é a necessidade de adequação do perfil de atuação da SAI às exigências da legislação vigente, com referência à avaliação das instituições educacionais. Em tese, a função precípua da SAI deve relacionar-se mais com a facilitação e a viabilização dos procedimentos de avaliação institucional do que com a emissão de pareceres avaliativos de sua própria origem.

No entanto, as demandas da comunidade universitária rotineiramente solicitam ao órgão a atuação como elemento avaliador, perfil que deveria caber, na verdade, a comissões avaliadoras legitimamente constituídas conforme princípios democráticos e transparentes emanados da própria constituição institucional. Neste sentido, refira-se, por exemplo, os diversos papéis avaliativos definidos por Estatuto e Regimento Geral de instâncias como CEPE, CPPD e CONCUR (além das instâncias análogas existentes em nível de Unidades Acadêmicas).

Esta situação inerente à estrutura organizacional traz implicações diretas sobre a efetiva e adequada inserção de uma estrutura respaldada por legislação externa, como a CPA, pois existe algum nível de superposição entre as atribuições desta e as dos demais órgãos avaliativos supracitados anteriormente constituídos pela IES.

Outra distorção da visão que a comunidade universitária eventualmente manifesta sobre as atribuições do órgão, diz respeito a uma conotação associada à funcionalidade de ouvidoria institucional, a qual deve ser desempenhada por elemento próprio da estrutura organizacional, especificamente constituído para tanto, com independência e autonomia em relação aos órgãos executivos e legislativos da IES, conforme indicações do Fórum Nacional de Ouvidores Universitários (FNOU).

As atribuições da Secretaria de Avaliação Institucional, assim como de alguns outros órgãos da Administração Central da Universidade, não estão explicitadas através do seu Estatuto ou do Regimento Geral. Dada a inexistência do Regimento da Reitoria, terminam por ficar sem definições específicas e regimentais das suas atribuições. Como consequência, suas atribuições foram sendo progressivamente moldadas pela prática administrativa da Instituição.

No período de gestão Reitoral findo em 2008, a SAI desempenhava as funções de coordenação das atividades da CPA e dos NAUs, instâncias que vieram a ser formalmente integradas entre si quando do surgimento da CPA, por força da lei do SINAES (alterações

inseridas no Regimento Interno da CPA da UFRGS). Também coordenava as ações da avaliação das disciplinas de cursos de graduação (incluindo a avaliação do docente e da infraestrutura pelo corpo docente). Além disso, era a responsável por cancelar a avaliação da produção intelectual dos docentes, processo basicamente analisado pela Biblioteca Central.

Este conjunto de atividades desempenhadas pela SAI relaciona-se, em parte, com uma cultura organizacional em que o trabalho avaliativo seria basicamente desempenhado por comissões de avaliação externas ao mesmo, conforme fica demonstrado pelo próprio histórico de sua organização administrativa. Como consequência, seu corpo funcional é bastante reduzido, constituído por apenas dois servidores.

Além do mais, pela própria cultura de se manter o foco das atividades avaliativas ligado aos processos de auto-avaliação (lógica herdada do PAIUB configurada, no caso da UFRGS, pelo PAIUFRGS), a ênfase na prestação de serviços de preparação às formas e procedimentos de avaliação externa ficou relegada a um segundo plano.

Deste modo, a SAI, atualmente, não está preparada, a partir dos seus próprios recursos humanos, para a prestação de serviços de suporte ao atendimento às exigências legais impostas pelo SINAES, sendo necessário recorrer à assistência de outros órgãos da Administração Central (como a Pró-Reitoria de Planejamento, a Pró-Reitoria de Graduação, a Secretaria de Ensino a Distância e ao Gabinete do Reitor) para poder executar suas atividades.

Contudo, para a Universidade, impõe-se a necessidade crescente de viabilizar o incremento da sintonia entre os procedimentos avaliativos externos, base da ação regulatória dos órgãos do Governo Federal, e o provimento de serviços necessários à preparação da Instituição para a submissão aos mesmos.

O eventual aumento do corpo funcional da SAI permitiria que o órgão pudesse promover uma maior integração entre os NAUs e a própria CPA. Hoje, verificam-se dificuldades em concretizar esta aproximação, decorrente do próprio distanciamento de natureza histórica existente entre a CPA e os NAUs, estes criados como instâncias avaliativas próprias das Unidades universitárias da UFRGS, em período bem anterior ao da inserção da CPA, criada para atendimento à legislação.

Como conclusão geral da análise desta dimensão, a CPA sugere que a Instituição continue ampliando as práticas de planejamento como forma de melhoria dos seus processos internos, e o produto intermediário e final destas. Tal providência poderia permitir,

até mesmo, que a Universidade criasse uma instância de análise e geração de informações de interesse estratégico a partir dos dados levantados, de modo a subsidiar a gestão acadêmica administrativa.

Entre as recomendações mais específicas, alinha-se a da necessidade de ser elaborado documento, para cumprimento às exigências legais, referente ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade, muito embora os documentos referentes aos planos de gestão dos diversos períodos de reitorado possam suprir parte das necessidades de referência em diretrizes e rumos a serem seguidos pela Instituição.

Na mesma linha da adequação dos documentos de gestão, sugere-se a revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação, de modo a adequá-los aos requisitos impostos pela legislação educacional, inclusive, a referente à avaliação dos cursos.

Seria também recomendável que a Administração Central da UFRGS implantasse um serviço de Ouvidoria para canalizar as manifestações da comunidade acadêmica que, enquanto partícipe de todos os processos, deve ter uma instância a quem submeter as dificuldades vivenciadas e contribuir para as correções necessárias.

Do mesmo modo, é recomendável que a Administração Central providencie a elaboração do Regimento da Reitoria, de modo a que ficassem esclarecidas as atribuições e o posicionamento relativo de seus órgãos, bem como o regramento do funcionamento da sua estrutura. Finalmente, recomenda-se que a vinculação da CPA à estrutura organizacional da Universidade seja realizada, tendo em vista a simetria com outras instâncias que também desempenhem atividades de caráter avaliativo.

8.5 AVALIAÇÃO DA GESTÃO INSTITUCIONAL NO PERÍODO 2006-2008

A gestão, enquanto projeto, pode ser avaliada através dos resultados alcançados no ensino, na pesquisa e na extensão que são oferecidos pela Instituição, os quais permitem um balanço de seus rumos em direção à qualidade desejada. No entanto, é possível também avaliar a gestão universitária enquanto processo de articulação e harmonização entre ações e estratégias para atingir metas definidas. Observa-se que a avaliação dos processos de trabalho, analisando a eficácia e a eficiência da rotina num amplo esforço de informatização das tarefas administrativas, auxilia na construção de um processo crítico, dinâmico e que possibilita o aperfeiçoamento deste em sua totalidade. A avaliação é um instrumento para repensar os compromissos, as metas, os modos de atuação e as finalidades da ação universitária.

Nesta última perspectiva, a metodologia adotada na UFRGS envolveu o planejamento sistematicamente apoiado na avaliação e sucessivas reavaliações das metas

traçadas e pretendidas.

Segundo dispõe o próprio Estatuto e Regimento da UFRGS, cada nova administração deve apresentar seu Plano de Gestão e Relatórios de Avaliação a cada ano. Com base nestes documentos a CPA observa o desenvolvimento das atividades de Planejamento e Avaliação das ações empreendidas em cada uma das instâncias da Universidade. Assim sendo, considera-se como balizamento inicial para a realização deste relatório, no que concerne a esta dimensão, no período 2006-2008, o Plano de Gestão 2004-2008.

8.6 PLANO DE GESTÃO 2004-2008

O Plano de Gestão apresentado pelo Reitor José Carlos Ferraz Hennemann foi aprovado em 06 de maio de 2005 pela Decisão nº 093/2005 do Conselho Universitário. Desdobra-se em 08 grandes metas e em 49 estratégias que delineiam, em linhas gerais, os programas, projetos e atividades da UFRGS para o período considerado.

Os aspectos essenciais da proposta tiveram como objetivo:

- 1) Qualificação das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão;
- 2) Ampliação da oferta de vagas e de novas formas de acesso, preservada a qualidade acadêmica;
- 3) Fortalecimento da integração da Universidade com a sociedade nos âmbitos regional, nacional e internacional;
- 4) Valorização, qualificação e otimização dos quadros de servidores docentes e técnicos administrativos;
- 5) Qualificação do ambiente acadêmico e fortalecimento da assistência ao estudante;
- 6) Qualificação, manutenção e segurança dos espaços e da infraestrutura da UFRGS;
- 7) Modernização das instâncias e dos processos de planejamento e de gestão;
- 8) Ampliação dos espaços democráticos da Instituição, de forma ética e transparente, ancorada no diálogo permanente.

Para atender os princípios norteadores desta gestão, foram previstas ações que contemplaram as atividades de ensino, pesquisa e extensão nos mais diferentes níveis de atuação da Universidade.

8.7 ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA GESTÃO INSTITUCIONAL

Considerando-se os Relatórios de Gestão e as observações realizadas, pode-se verificar que as atividades planejadas tiveram atenção permanente da Administração da Universidade no período avaliado. Cabe destacar que a maioria delas foi plenamente realizada. Obviamente sempre há aquelas que por motivos vários não puderam realizar-se, e outras tantas inseridas no contexto de atuação da Universidade por determinações superiores advindas do Governo Federal, por decisões posteriores do CONSUN, CEPE e CONCUR, ou mesmo por senso de oportunidade administrativa dos gestores no período.

Destacam-se, a seguir, as realizações mais importantes, em consonância com as metas planejadas, considerando-se o âmbito desta avaliação e a dimensão agora abordada:

- Criação da Pró-Reitoria de Coordenação Acadêmica que passou a articular a integração dos esforços entre as Pró-Reitorias e Secretarias acadêmicas, fomentando a criação de novos cursos e o avanço do Ensino a Distância na UFRGS;
- No Ensino de Graduação houve considerável ampliação, alcançando-se em 2008 a oferta de 69 opções de ingresso, totalizando 4.312 vagas no Concurso Vestibular, sendo 12 cursos com oferecimento noturno e os demais nos turnos diurno e/ou misto. Os cursos de Licenciatura são em número de 16 e comportam 20% do alunado, hoje composto por 24.272 estudantes com matrícula ativa na graduação; incluídos os alunos dos cursos de Educação a Distância inseridos nos Programas Especiais de Graduação;
- Programa Especial de Graduação, concebido para possibilitar a oferta de cursos novos, de forma esporádica (isto é, oferta não regular), com número limitado de edições e processo seletivo específico. Através deste, foram criados os cursos de Pedagogia e Administração a distância, e o curso de Biologia Marinha, oferecido em consórcio com a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul;
- No Ensino a Distância são ofertados cursos de graduação: Pedagogia, Administração, Música, Biologia, Letras - Inglês, Letras - Espanhol, Matemática, Geografia e Artes Visuais;
- Aperfeiçoamento dos procedimentos de matrícula via *internet*, possibilitando a matrícula de 100% dos alunos com adequado atendimento da demanda;

- A Editora da UFRGS foi transferida para a nova sede localizada no *Campus* da Saúde. Foi lançada a Livraria Virtual, que permite a divulgação e venda do acervo de publicações em nível nacional e internacional;
- Constituído por 71 Programas, o sistema de Pós-Graduação da UFRGS oferece 139 cursos: 68 Mestrados Acadêmicos, 09 Mestrados Profissionais e 63 cursos em nível de Doutorado, distribuídos em todas as áreas do conhecimento. Atualmente participam do sistema 1.410 professores, 3.501 estudantes de doutorado e 4.445 estudantes de mestrado, totalizando 7.946 estudantes no *stricto sensu*, entre os quais mais de 150 originários de outros países da América Latina, África e Europa;
- No que se refere às Ações Afirmativas, a UFRGS se destacou garantindo acesso, já no ano de 2008, para 1.325 estudantes num percentual de 30% do total das vagas oferecidas, o que lhe coloca num prisma de vanguarda e pioneirismo no avanço dessas conquistas;
- Sobre a alocação do orçamento, bem como de outros recursos obtidos junto ao MEC, a UFRGS atendeu demandas primeiramente relacionadas com as atividades fins desta Universidade - ensino, pesquisa e extensão, com seu desenvolvimento institucional e com o melhoramento de sua infraestrutura, de acordo com as estratégias definidas no Plano de Gestão 2004-2008;
- Na segurança, destaca-se a criação de Comissão permanente com os objetivos de desenvolver ações referentes à segurança no *Campus* do Vale, ampliação dos postos de vigilância, iluminação, investimento na aquisição de equipamentos para a Coordenadoria de Segurança, tais como veículos, rádios e uniformes; cercamento do *Campus* da Saúde; fiscalização de acesso aos *campi*; reuniões setoriais e campanhas de orientação para conduta da comunidade universitária;
- A implantação de uma Política Ambiental e a criação do Sistema de Gestão Ambiental foi realizada ampliando-se o Centro de Gestão e Tratamento de Resíduos Químicos da UFRGS. A Coordenadoria de Gestão Ambiental da UFRGS foi criada pela Portaria nº 27, de 12 de abril de 2007, e atua de acordo com a Política Ambiental da Universidade. Através de sua Administração Central e da Direção de seus órgãos a UFRGS se compromete com a melhoria contínua de seu desempenho ambiental e prevenção da poluição, adotando procedimentos e práticas que visem à prevenção de impactos ambientais

negativos, em conformidade com os requisitos legais, gerando alternativas que propiciem a sustentabilidade da comunidade universitária e de toda a sociedade, desenvolvendo uma estratégia de mudança cultural através de uma política pedagógica ambiental.

Para uma apreciação pormenorizada recomenda-se a consulta aos Relatórios de Gestão dos anos correspondentes ao período analisado que são publicados regularmente no *site* da Universidade.

8.8 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

O Quadro 108 apresenta a avaliação da Dimensão Planejamento e Avaliação.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
A cultura da avaliação na Instituição vincula-se às atividades de Auto-Avaliação, minimizando a atenção aos procedimentos de Avaliação Externa.	Cultura da avaliação na Instituição.	Disseminar a cultura da Avaliação Externa na Instituição.
Infraestrutura insuficiente para as ações que demandam avaliação institucional.		Prover recursos para realização das atividades de avaliação institucional.
O posicionamento das instâncias avaliativas CPA/NAUs na estrutura organizacional da Instituição não está claramente definido.		Propor o posicionamento das instâncias avaliativas CPA/NAUs na estrutura organizacional da Instituição.
Falta de regulamentação interna acerca dos processos e procedimentos de avaliação (interna e externa) no âmbito da Universidade.	Estrutura (SAI, CPA e NAUs) constituída e em funcionamento na Universidade.	Elaborar e aprovar, no CONSUN, regulamentação acerca dos processos e procedimentos de avaliação (interna e externa) no âmbito da Universidade.

Quadro 108 - Avaliação da Dimensão Planejamento e Avaliação

9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A assistência estudantil perfaz um conjunto de obrigações, responsabilidades e ações destinadas a promover condições objetivas para que os alunos regularmente matriculados na Universidade tenham garantia de permanência e diplomação.

Na UFRGS existem três órgãos/departamentos que atendem diretamente aos estudantes: a Secretaria de Assistência Estudantil (SAE), o Departamento de Controle e Registro Discente (DECORDI) e o Departamento de Atenção à Saúde (DAS).

A SAE é a instância institucional responsável pela execução da política de assistência ao estudante. É sucedânea de diferentes órgãos administrativos, que, ao longo do tempo, vinham cumprindo a função de oferecer serviços no âmbito dos benefícios estudantis, da alimentação, da atenção à saúde, da moradia estudantil, da recreação e do lazer. Sua atual especificidade revela a importância e relativa autonomia que a assistência estudantil passou a ter em relação a outros serviços e ações.

Desde 1968, com o surgimento do Departamento de Assistência Estudantil, essas múltiplas faces e funções foram evidenciadas pelas seguintes estruturas: 1970 - Diretoria de Assistência e Recreação, vinculada à Superintendência Acadêmica; 1973 - Departamento de Assistência Estudantil; 1976 - Pró-Reitoria da Comunidade Universitária; 1993 - Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade Universitária; 1997 - Superintendência dos Assuntos da Comunidade Universitária; 2001 - Secretaria de Assuntos Estudantis; 2009 - Secretaria de Assistência Estudantil.

Essas estruturas acompanharam a dinâmica de ciclos de gestão da Universidade e respondiam à natureza das demandas conjunturais específicas, seja no plano interno da Instituição, como nas ações mais gerais no âmbito do sistema federal de ensino. Neste sentido, se a atual SAE foi consequência dessa evolução, foi aos poucos recuperando uma fisionomia funcional próxima de uma identidade institucional vinculada especificamente à assistência estudantil.

9.1 COERÊNCIA DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS

A atual finalidade da SAE consolidou-se no plano institucional com a edição da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu no âmbito das IFES, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujo pressuposto principal considera a *“centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às*

desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal". (Anexo 90).

O PNAES configura-se como um marco institucional, onde a política de estado no âmbito do sistema educacional público federal define estratégias e ações para a consecução da política em relação à assistência estudantil.

A SAE estrutura-se, a partir de então, dentro desses marcos, compatibilizando as políticas e ações construídas anteriormente com as novas responsabilidades estabelecidas na legislação vigente.

O PNAES compreende como ações de assistência estudantil, iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I) moradia estudantil; II) alimentação; III) transporte; IV) assistência à saúde; V) inclusão digital; VI) cultura; VII) esporte; VIII) creche e IX) apoio pedagógico. Essas ações, conforme orientação geral da SESu/MEC, difundida na 44ª. Reunião de Trabalho do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE), realizada em 2008, devem ser hierarquizadas e dimensionadas de acordo com as especificidades de cada IFES, vinculadas ao seu padrão de intervenção na área de assistência estudantil. De acordo com a mesma, as ações estruturalmente estratégicas são a moradia estudantil e a alimentação.

A SAE, a partir desses pressupostos e considerando o acúmulo de ações nessas áreas, orienta-se:

1) No cumprimento dos objetivos e metas institucionais do PNAES consolidando sua missão de órgão da Universidade destinado a executar as ações de assistência estudantil, visando disponibilizar os meios que garantam as condições de permanência e diplomação dos alunos alvos dessas políticas;

2) Na definição de ações setoriais que produzam melhorias e sustentem a expansão nas ações de moradia estudantil e alimentação;

3) Na definição de ações que associem a satisfação de demandas em ações complementares de auxílio-transporte, auxílio creche, apoio pedagógico e assistência à saúde, seja para os beneficiários da moradia estudantil e alimentação, ou para os demais estudantes que comprovem carências sócio-econômicas;

4) No estímulo de iniciativas da comunidade discente para ações nas áreas de cultura e lazer vinculadas a melhorias na integração do ambiente universitário, no convívio e na permanência;

5) Na modernização dos instrumentos de planejamento e gestão administrativa, financeira e orçamentária no campo de assistência estudantil, de modo a consolidar sua identidade institucional, estabelecendo um padrão eficaz de cooperação com todas as instâncias da Administração.

Além da execução das ações do PNAES, a SAE igualmente orienta-se:

a) Nas ações destinadas ao acompanhamento e garantia do cumprimento dos objetivos das ações afirmativas e do ingresso indígena no ciclo 2008-2012;

b) Na consolidação do processo de expansão de bolsas de trabalho e permanência, garantindo o aumento do número de beneficiários;

c) No aperfeiçoamento do sistema de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, qualificando as interfaces internas com a área acadêmica, principalmente as Comissões de Graduação dos cursos, no sentido de ampliar o universo de campo de estágios para a comunidade discente.

A assistência estudantil supõe a sistemática manutenção, expansão e melhoria dos espaços físicos destinados a moradia estudantil (casa de estudante), alimentação (restaurantes universitários) e outros espaços de responsabilidades da SAE. Igualmente é necessária a permanente interação com os órgãos representativos dos estudantes (DCE, Diretórios e Centros Acadêmicos), visando estabelecer uma relação institucional eficaz e mutuamente cooperativa.

As ações da SAE integram uma proposta pedagógica comprometida com qualidade de ensino, humanização das relações pessoais e de transformação social, visando propiciar condições de permanência do aluno carente na Universidade.

O desenvolvimento da comunidade universitária, enquanto linha de ação do Plano de Gestão do período 2004-2008, abriga um conjunto de ações suficientemente articuladas para garantir a permanência dos alunos regularmente matriculados com vistas à sua diplomação nos prazos estipulados em lei. A assistência estudantil, no contexto das novas políticas de expansão das universidades, principalmente a partir dos pressupostos do REUNI, impõe às IFES planejamento capaz de satisfazer o cumprimento de importantes metas.

Os custos relativos à evasão de alunos, à repetência e à trajetória escolar assistemática podem ser reduzidos ou evitados também através dos benefícios concedidos aos alunos. A ampliação dos investimentos em assistência estudantil, com ênfase nos

restaurantes universitários e nas casas de estudantes, é responsabilidade permanente da Universidade, implicando a aplicação de recursos orçamentários especificamente destacados para tal finalidade. Os mecanismos de controle para a otimização do uso desses benefícios para os quais se destinam estão referenciados no planejamento e gestão da SAE, apontando para o acompanhamento dos resultados quantitativos a serem alcançados e as mudanças estruturais a serem realizadas.

A ampliação do horário de funcionamento dos serviços destinados a atendimento dos estudantes visa compatibilizar a expansão dos cursos e a menor dispersão em torno das atividades acadêmicas. Para contribuir com o desempenho acadêmico desejável e de acordo com os requisitos de permanência e diplomação dos estudantes, a Instituição promoverá a ampliação e a unificação do atendimento psicossocial e pedagógico dos alunos, de modo a contribuir para a plena potencialização das capacidades de desenvolvimento acadêmico e pessoal.

O ingresso de estudantes oriundos de grupos étnicos e sociais historicamente em desvantagem no processo de socialização brasileiro (egressos de escola pública, auto-declarados negros e indígenas), como consequência das ações afirmativas, levou a Universidade à criação de Comissões de Acompanhamento desses alunos, oportunizando o recolhimento de demandas específicas relativas às condições de permanência e promovendo ações que garantam a consolidação da cultura de respeito à diversidade e à tolerância étnico-social.

A infraestrutura de atendimento a esses estudantes, seja em relação aos espaços de desenvolvimento de atividades de ensino, ou aquela inerente ao sustento individual (bolsas-permanência/bolsas-trabalho, estágios, benefícios de assistência - alimentação, moradia, auxílio-transporte, apoio-pedagógico e outros) está há muito incorporada ao cotidiano de gestão da Universidade, possuindo instâncias próprias e consolidadas para o planejamento, execução, avaliação e aperfeiçoamento dessas ações. A Instituição entende ser necessária a compatibilização desta forma de participação ativa no processo de inclusão social com a sustentação da oferta de recursos humanos altamente capacitados à sociedade.

9.1.1 Estágios

A UFRGS firmou convênios com empresas privadas e públicas possibilitando que seus alunos realizassem estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios. O estágio não obrigatório é regulamentado pela Resolução nº 27/2003, do CEPE e é dirigido aos alunos dos cursos de graduação, tendo por objetivo a complementação do ensino e da

aprendizagem através de uma vivência prática com o cotidiano do campo profissional, em instituições públicas ou privadas. Podem participar os alunos que tiverem concluído a primeira etapa de seu curso com desempenho acadêmico favorável e com plano de atividades aprovado pela COMGRAD do curso que frequenta.

No Quadro 109 apresenta-se o número de estágios realizados no período 2005-2008.

Estágios conveniados com empresas	2005	2006	2007	2008
Estágio obrigatório	255	207	278	315
Estágio não obrigatório	4821	5041	5345	5721
TOTAL	5076	5248	5623	6036
Convênios para realização de estágios	Número de empresas			
Empresas públicas e privadas	247	503	753	921

Quadro 109 - Estágios obrigatórios e não obrigatórios realizados em empresas conveniadas, 2005-2008

Fonte: Secretaria de Assistência Estudantil.

9.1.2 Bolsas Acadêmicas

9.1.2.1 Bolsa Permanência

Tem por objetivo proporcionar experiência profissional complementar à formação, em nível técnico-administrativo, e auxílio econômico para a continuidade da vida acadêmica. Destina-se a todos os alunos matriculados nos cursos de graduação e da Escola Técnica, devendo compatibilizar a natureza do trabalho com a área de formação. O critério de concessão da bolsa é a análise da situação sócio-econômica e do desempenho escolar do aluno.

9.1.2.2 Bolsa Treinamento

A bolsa treinamento é mantida com recursos das Unidades de Ensino e tem os mesmos objetivos e critérios da bolsa permanência.

9.1.2.3 Bolsa REUNI

As bolsas REUNI, que estão em vigência desde 2008, são de acesso exclusivo a alunos de graduação e representaram acréscimo significativo ao número regular de bolsas permanência. Essa modalidade de bolsas é complemento estratégico à política de expansão preconizada pelo Reuni e consolida, de modo articulado, a política de permanência estabelecida pelo PNAES.

O Quadro 110 apresenta o total de bolsas concedidas ao ano no período 2005-2008.

Benefício	2005	2006	2007	2008
Permanência (Médio e Fundamental)	27	1	0	0
Treinamento (Médio e Fundamental)	21	5	0	0
Permanência (Técnico)	2	25	30	52
Treinamento (Técnico)	3	29	47	42
REUNI (Técnico)	-	-	-	2
Permanência (Graduação)	339	320	277	345
Treinamento (Graduação)	255	279	334	292
REUNI (Graduação)	-	-	-	142
Totais	647	659	688	875

Quadro 110 - Beneficiados com Bolsas Permanência e Treinamento, 2005-2008

Fonte: Secretaria de Assistência Estudantil.

9.1.3 Benefícios da Moradia Estudantil

A UFRGS possui três casas de estudantes: Casa do Estudante Universitário (CEU), no *Campus* Centro; Casa do Estudante da Faculdade de Agronomia e Veterinária (CEFAV), *Campus* do Vale; Casa do Estudante da UFRGS (CEUFRGS), no *Campus* da Saúde. A CEU é administrada pela SAE e as outras duas são gerenciadas pelos moradores. A auto-gestão utilizada pela CEFAV e CEUFRGS refere-se aos procedimentos de seleção para ingresso, bem como a normatização das relações de permanência e convívio, estipulados em Regimento Interno. Entretanto, cabem à administração da Universidade as responsabilidades de manutenção da infraestrutura física e ambiental dessas casas, bem como o atendimento das normas gerais que se vinculam com o benefício de moradia estudantil.

As casas são destinadas a estudantes não residentes em Porto Alegre ou Região Metropolitana, que comprovem situação econômica desfavorável. Todas as casas dispõem de vagas masculinas e femininas e, para candidatar-se, o aluno deve atender aos critérios do processo seletivo. Cada casa tem seu regimento próprio e processo de seleção específico, cujas datas são divulgadas por meio do Edital de Seleção.

O Quadro 111 apresenta o total de vagas por Casa de Estudante.

Nº de Vagas	
Casas	Apartamentos
CEU	367
CEUFRGS	42
CEFAV	102
TOTAL	511

Quadro 111 - Total de Vagas nas Casas de Estudantes

Fonte: Secretaria de Assistência Estudantil.

O sistema de controle de entrada e saída de moradores da CEU é gerenciado pela SAE, cuja relação de ingressantes/solicitantes foi de 93/117 em 2006; 87/168 em 2007 e 103/218 em 2008.

9.1.4 Restaurantes Universitários (RUs)

A UFRGS mantém cinco RUs localizados nos *campi*: RU1 *Campus* Centro; RU2 *Campus* da Saúde; RU3 *Campus* do Vale; RU4 Faculdade de Agronomia e RU5 Escola de Educação Física, abertos aos alunos, professores e técnicos administrativos. Os restaurantes funcionam no sistema de *buffet* com variações diárias de cardápios, estabelecidos por nutricionistas, a partir de critérios que atendam às exigências de uma dieta equilibrada. Os restaurantes do Centro e do Vale oferecem almoço e janta, os demais apenas almoço. O Quadro 112 apresenta o número de refeições servidas nos RUs.

Restaurantes Universitários	2005	2006	2007	2008
Refeições servidas	973.851	922.935	1.119.102	1.343.129
Média mensal de refeições	81.154	76.911	93.258	111.927

Quadro 112 - Refeições Servidas e média mensal nos RUs, 2005-2008

Fonte: Secretaria de Assistência Estudantil.

9.1.5 Benefícios de Alimentação

A comprovação de nível de carência econômica, aliada ao bom desempenho acadêmico, possibilita aos estudantes frequentar os restaurantes universitários, pagando valores subsidiados. Os alunos da UFRGS pagam o valor da refeição conforme sua categoria: aluno com benefício de auxílio alimentação paga R\$0,50, aluno sem este benefício paga R\$1,30, servidores técnico-administrativos e docentes pagam R\$1,75 e vinculados a projetos institucionais R\$2,40.

9.1.6 Benefício Saúde

O Departamento de Atenção à Saúde (DAS), órgão ligado à PROGESP, oferece ao aluno com benefício saúde, atendimentos clínicos na área da medicina, nutrição e enfermagem. A determinação do benefício saúde é realizada pela SAE.

O benefício deve ser renovado semestralmente e integra uma proposta pedagógica comprometida com a qualidade de ensino, humanização das relações pessoais e transformação social, visando propiciar condições de permanência do aluno com situação financeira insuficiente na Universidade.

O aluno pode fazer o agendamento junto à secretaria do DAS, pois não há serviço de pronto-atendimento. No caso de atendimento odontológico a primeira consulta deve ser agendada pessoalmente no primeiro dia útil do mês.

Além do apoio ao aluno com benefício saúde, o DAS disponibiliza a todos os alunos da Universidade o serviço de Perícia Médica, no evento de qualquer acidente ou doença que implique em impedimento de comparecimento às atividades acadêmicas.

A solicitação de perícia também pode ser feita pessoalmente ou agendada por telefone. Na data da perícia o aluno deve apresentar o cartão de identificação da UFRGS e o atestado do seu médico. O prazo para solicitação de perícia é de dez dias úteis, a contar do último dia do atestado, sendo que, em caso de internação hospitalar, o prazo para requerimento será de dez dias úteis, a partir do primeiro dia útil após a data da alta hospitalar. Em 2007 foram concedidas 382 licenças para tratamento de saúde aos alunos e, em 2008, 520 licenças.

A Resolução nº 17/2007 do CEPE possibilita ainda o afastamento por gozo de licença maternidade e paternidade. A licença maternidade, com duração máxima de 120 dias, poderá ser requerida na 36ª semana, sendo necessária a realização de perícia médica, ou após o nascimento, mediante a apresentação da certidão de nascimento. A licença paternidade, com duração máxima de oito dias consecutivos, pode ser requerida à Divisão de Saúde e Junta Médica do DAS, mediante a apresentação da certidão de nascimento.

9.1.7 Colônias de Férias

A Colônia de Férias de Tramandaí-RS e o Centro de Lazer de Capão Novo-RS funcionam durante todo o ano. Podem ser utilizados pelos servidores, docentes e técnico-administrativos, ativos, inativos e pensionistas, discentes regularmente matriculados na UFRGS e seus acompanhantes. São organizados calendários com a distribuição dos locais e os períodos de férias, feriados e finais de semana. Os meses de janeiro a março (alta temporada) são de uso preferencial da comunidade acadêmica e seus acompanhantes. Nos demais meses do ano, grupos externos à comunidade universitária podem utilizá-los, desde que previamente autorizados pela SAE.

Na alta temporada, a seleção para vagas na colônia de férias e do Centro de Lazer de Capão Novo são realizadas por sorteio, de acordo com o Edital da SAE.

As instalações da Colônia de Férias de Tramandaí constituem-se de apartamentos e alojamentos. Os apartamentos são de um e dois dormitórios que comportam quatro, cinco ou sete pessoas. Os alojamentos são divididos em masculino, com capacidade para 45 pessoas, e o feminino aloja 90 pessoas. Possuem serviços de bar e restaurante,

churrasqueira e cancha de bocha coberta, futebol de areia, quadra de vôlei gramada, quadra de futsal e basquete de cimento, mesa de pingue-pongue, sinuca, piscina adulto e infantil, jogos recreativos, sala de TV e vídeo.

As instalações disponíveis no Centro de Lazer de Capão Novo são: 13 sobrados de um dormitório, com capacidade para receber até seis pessoas cada. Tem também em sua estrutura: cancha de bocha aberta, quadra de vôlei gramada, mesa de pingue-pongue, sinuca, piscina adulto, jogos recreativos, sala de TV e vídeo, galpão com churrasqueira e freezer comunitário.

O Quadro 113 apresenta o número de beneficiados na colônia de férias.

Colônias de Férias	Beneficiados		
	2006	2007	2008
Servidores docentes e técnico-administrativos	360	373	382
Dependentes de servidores	1.348	1.420	1.450
Alunos	572	580	615
Beneficiados / Solicitantes (%)	41,4	41,6	50,4

Quadro 113 - Número de Beneficiados nas Colônias de Férias, 2006-2008

Fonte: Secretaria de Assistência Estudantil.

9.1.8 Apoio aos Diretórios e Centros Acadêmicos

A SAE concede auxílios financeiros direcionados à representação estudantil (Diretórios e Centros Acadêmicos) que garantem a execução de suas atividades regulares e viabilizam a formulação ou participação em eventos culturais e de interesse acadêmico. Constitui-se em elo de ligação entre a Administração Central da UFRGS e as representações estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os demais Diretórios e Centros Acadêmicos, para atendimento das demandas estudantis.

9.2 PROGRAMAS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DOS DISCENTES REFERENTES À REALIZAÇÃO DE EVENTOS

A SAE atua de modo cooperativo com as Unidades de Ensino e as Representações Estudantis, nas atividades de recepção aos calouros, que ocorre no âmbito de todas as unidades de ensino, na primeira semana letiva. A Decisão nº 02/2001 do Conselho Universitário estabeleceu normas relativas ao trote universitário, reconhecendo como sendo um ritual de iniciação às atividades universitárias, o qual expressa tanto a alegria dos novos alunos, como a satisfação da Instituição em ver-se mais uma vez renovada pelos novos integrantes. O atendimento do princípio de que sejam evitadas nas atividades de trote, práticas que envolvam violência sob as formas física, sexual e psicológica, bem como atentem contra a dignidade humana, encontra na Secretaria de Assistência Estudantil, o

estímulo aos denominados “troles solidários”, experiências já disseminadas em várias unidades, onde práticas assistenciais e de doações são efetivadas.

A PROGRAD disponibiliza, na medida do possível, auxílio financeiro aos estudantes para participação em atividades acadêmicas ligadas à graduação, embora não tenha um programa institucionalizado de apoio a eventos acadêmicos com destinação específica de recursos. Realiza anualmente, desde 2006, o Salão de Graduação, que acontece paralelamente ao Salão de Educação a Distância, que teve início em 2005. Este espaço foi criado com o propósito de promover o intercâmbio de informações e a troca de experiências relacionadas as atividades desenvolvidas pelos estudantes de graduação, divulgando e valorizando as vivências práticas e de sala de aula no âmbito da graduação, além de proporcionar à comunidade acadêmica espaços de reflexões e discussões acadêmicas.

O Salão de Educação a Distância tem o propósito de discutir e divulgar a EAD, promovendo o compartilhamento de experiências e a produção de conhecimentos na área, contando com a participação de professores, alunos, tutores e monitores a distância e demais integrantes da comunidade acadêmica da UFRGS.

A Pró-Reitoria de Pesquisa, através do Programa de Fomento à Pesquisa, criado em 1985, tem como objetivos apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, a organização de eventos e divulgar os trabalhos realizados no âmbito da pesquisa por docentes, técnico-administrativos e estudantes. No decorrer dos anos, houve aperfeiçoamento do Programa: as modalidades foram informatizadas, o que agilizou a tramitação e apreciação das solicitações e os mecanismos de seleção foram implementados, ou seja, as solicitações encaminhadas ao Programa passam por consultoria *ad hoc* para análise de mérito. Nos últimos anos, o auxílio-viagem para apresentação de trabalhos pelos estudantes de graduação, bolsistas de IC, constitui-se também numa contrapartida importante aos programas de Iniciação Científica. Analisando-se a demanda nos últimos 3 anos (2006, 2007 e 2008), tem-se 3.470 solicitações de auxílio e 2.409 atendimentos (78%). (Ver também seção 2.4.5). Desta forma, garante-se a presença de trabalhos de estudantes da UFRGS em todos os importantes eventos de área realizados no País e no Mercosul.

No âmbito da PROPESQ e da PROEXT são realizados, respectivamente, o Salão e Feira de Iniciação Científica e o Salão de Extensão, eventos da maior importância no processo de desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Quando da realização de eventos ou participação dos estudantes em seminários, encontros e congressos, a SAE também apoia estas ações através do DCE, dos Diretórios e

Centros Acadêmicos, por meio de dotação financeira. Os alunos participam de atividades curriculares e complementares nas diferentes instâncias da Universidade e externas a ela. No que se refere a participação em eventos no Mercosul existe um programa com financiamento específico denominado Mobilidade Acadêmica no Mercosul.

A RELINTER organiza evento de recepção aos alunos internacionais e o Dia das Relações Internacionais, conforme mencionado na seção 3.2.1.

9.3 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

Em 2008 foi implementado o Programa de Ações Afirmativas (ver também seções 2.1.2 e 3.3.1.1) que instituiu a política de reserva de vagas para acesso, no total de 30%, em todos os cursos de graduação e cursos técnicos, de candidatos egressos do sistema público de ensino fundamental e médio (15%) e de candidatos autodeclarados negros egressos do sistema público (15%). O Programa também criou 10 vagas para acesso a candidatos indígenas. Além de ampliar o acesso e de promover a diversidade étnico-racial e social no ambiente universitário, há um conjunto de ações que visam apoiar a permanência e o sucesso acadêmico dos ingressados pela reserva de vagas já concebidas.

A política de assistência aos alunos indígenas e cotistas soma-se, contudo, às sistemáticas ações institucionais de assistência estudantil a todos os alunos regularmente matriculados na Universidade, políticas estas descritas na seção 9.1.

As várias modalidades de bolsas também se constituem num importante mecanismo de estímulo à permanência, oferecendo condições institucionais de atendimento aos discentes. As bolsas acadêmicas, detalhadas na seção 2, são gerenciadas pelas respectivas Pró-Reitorias: monitoria (Pró-Reitoria de Graduação), pesquisa (Pró-Reitoria de Pesquisa), extensão (Pró-Reitoria de Extensão), monitoria EAD (gestão conjunta Pró-Reitoria de Graduação e Secretaria de Educação a Distância); além das bolsas gerenciadas pela SAE.

No âmbito do REUNI houve um expressivo aumento no número de bolsas de assistência, oferecidas através da SAE, que começou a ser executado em 2008. A partir dos resultados alcançados naquele ano, para 2009, projeta-se uma reorientação que possibilite suprir as demandas reprimidas e reforço dos laços do aluno com o curso, assim como o incremento de experiências relevantes para o seu futuro profissional.

A cada ano a UFRGS vem ampliando o acesso às informações necessárias ao discente, disponibilizando-as através do **Portal do Aluno**:

- Informações Acadêmicas e Institucionais - inclui horários, currículos,

ordenamentos, vetores de possibilidades, situações de matrículas pendentes, etc.;

- Códigos dos Prédios da UFRGS - permite que o aluno localize cada um dos prédios da Universidade através de seus códigos em cada um dos *Campi*;
- Programa de Educação Tutorial (PET) - divulga os programas de atividades, planejamento e recrutamento dos diversos Grupos PET em várias unidades.
- Mobilidade Estudantil (Intercâmbio, Aluno Visitante) - inscrições e informações acerca do programa de intercâmbio de estudantes, o qual possui grande demanda;
- Atividades Complementares - apresenta aos alunos as diversas oportunidades de complementação de sua formação, permitindo que os mesmos se inscrevam e participem destas atividades de acordo com sua formação e interesse;
- Estágio Não-obrigatório - lista as oportunidades de estágios ofertados pelas mais diversas entidades (empresas, órgãos públicos e privados);
- Quem são os alunos da UFRGS? - contém dados estatísticos anuais, com base em coleta de dados dos alunos ingressantes na UFRGS;
- Chamamentos - Vestibular, Extravestibular e Ex Officio;
- Matrícula - totalmente informatizada a partir de 2006, o estudante tem a possibilidade de realizá-la via *internet*. O processamento ordenado da solicitação de matrícula reuniu toda a experiência dos coordenadores de curso da Universidade e a capacidade dos analistas do Centro de Processamento de Dados. A partir deste novo sistema de matrícula garante-se ao aluno a possibilidade de planejar o andamento do seu curso de acordo com seu rendimento escolar;
- Programa de Monitoria - disponibiliza aos alunos as possibilidades de atuação como monitores, bem como o nome e os horários de atendimento dos monitores em cada disciplina que conta com esta facilidade de apoio;
- Revalidação de Diplomas de Graduação - informações necessárias à tramitação dos documentos para revalidação de diplomas obtidos no exterior, tanto de graduação como de pós-graduação, por delegação do MEC, para toda a região sul do país;
- Transferência Compulsória - instrui os postulantes de vagas por esta via sobre as

regras vigentes e os procedimentos necessários à deflagração do respectivo processo administrativo;

- Manual de Informações Gerais ao Aluno - reúne orientações sobre os procedimentos administrativos internos da UFRGS, relativos às atividades acadêmicas;
- Processo Seletivo - Concurso Vestibular - divulga as informações constantes dos editais específicos e sobre o processo seletivo e desempenho dos candidatos em cada uma das provas, etc.;
- Portal da PROGRAD - conteúdos programáticos da graduação, recusa de matrícula e jubramento, comissões de formatura, solicitação de atestados (frequência, provas, etc.) e transferência para outra Instituição de ensino.

9.3.1 Ações Específicas de Atendimento ao Discente

As ações de atendimento aos discentes, a seguir, são de responsabilidade da SAE.

9.3.1.1 Acompanhamento aos Moradores das Casas de Estudantes Universitários

O Serviço de Acompanhamento ao Morador (SAM), implantado no primeiro semestre de 2003, contou inicialmente com o trabalho de duas profissionais do serviço social e uma da sociologia. Desde sua implantação foram atendidos 2.100 alunos e familiares. Atualmente as ações de acompanhamento, que eram apenas disponíveis aos moradores da CEU, deverão se estender para o conjunto das casas, tendo em vista o ingresso de nove novos profissionais: sete assistentes sociais e dois psicólogos, condição indispensável para a expansão e melhoria dessas atividades.

Essa ação tem por objetivo prestar acompanhamento aos estudantes moradores da CEU quanto às suas necessidades no que diz respeito à convivência em grupo e a sua relação com a moradia estudantil.

O atendimento ao morador assegura a moradia, não apenas sob o ponto de vista material, mas também quanto à inserção do aluno no novo meio em que passa a conviver. As ações desenvolvidas se estendem aos familiares e à comunidade. A natureza e os objetivos desse nível de acompanhamento adotam uma abordagem multidisciplinar de intervenção, de modo a identificar os procedimentos técnicos e administrativos compatíveis com o cenário encontrado.

Nesse sentido o apoio pedagógico, o diagnóstico e suporte psicossocial, se orientam na perspectiva de acolher os pedidos dos moradores que apresentam dificuldade emocional,

desadaptação, desorientação, uso de álcool e outras drogas, com apoio às famílias dos mesmos, quando necessário.

É compromisso de gestão da SAE estender o acesso a esses serviços de acompanhamento ao conjunto dos alunos regularmente matriculados na Universidade, incorporando igualmente a cooperação com a RELINTER no atendimento dos alunos internacionais.

9.3.1.2 Análise de Desempenho Acadêmico

O Setor de Análise de Desempenho Acadêmico tem como atividade principal o controle do rendimento escolar dos alunos que requerem ou renovam benefícios como: Restaurante Universitário, Bolsa Permanência e Moradia Universitária. A análise é feita através do comprovante de matrícula e histórico escolar e, quando necessário, entrevista com o aluno.

O objetivo desse controle é estimular que os alunos com benefícios ou moradores das Casas de Estudantes da UFRGS realizem seu curso obtendo o maior aproveitamento possível. Para tanto, procura-se negociar acordos quanto ao rendimento escolar, assim como oferecer orientação a respeito do desempenho acadêmico para que possam usufruir dos benefícios, refletir sobre sua situação acadêmica, visando a busca de alternativas para a superação das dificuldades de permanência na Universidade.

As atividades estão integradas ao desenvolvimento do trabalho das ações gerais de acompanhamento dos estudantes, fornecendo informações acadêmicas (desempenho acadêmico, conclusão de curso, permanência no curso, matrícula, trancamento de matrícula) e sobre tempo de permanência. Faz parte do trabalho o acompanhamento dos moradores da CEU, mesmo fora do período de solicitação de benefícios, no que se refere ao desempenho acadêmico (reprovações, trancamento, mudança de curso) e ao tempo de permanência na CEU.

O atendimento aos acadêmicos com necessidades especiais tem sido uma preocupação constante da UFRGS e existem dois programas e um setor de atendimento voltados para esta clientela: Acessibilidade das Pessoas Portadores de Deficiência ou Mobilidade Reduzida, Núcleo de Apoio ao Aluno com Deficiência Visual (NAPNES) e Setor de Apoio a Alunos com Deficiência Visual (SAADVIS) (ver seção 3.3.1.1).

9.3.2 Investimentos em melhorias na infraestrutura das Casas de Estudantes, dos Restaurantes Universitários e das Colônias de Férias

O Quadro 114 demonstra os investimentos realizados no ano de 2008 em relação à moradia estudantil (DME), ao benefício alimentação (DAL) e ao lazer (DIL).

Setor	DME	DAL	DIL	Total
Equipamentos	5.980,00	37.982,80	24.085,00	68.047,80
Obras	33.130,16	34.619,83	41.950,35	109.700,34
Total	39.110,16	72.602,63	66.035,35	177.748,14

Quadro 114 - Investimentos realizados em obras e equipamento, 2008

Fonte: Secretaria de Assistência Estudantil.

Em 2008, os investimentos em infraestrutura e manutenção do espaço físico foram incrementados a partir de sua incorporação aos objetivos e recursos específicos do PNAES, muito embora sempre tenham sido despendidos esforços pela SAE neste sentido.

9.4 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS E CRIAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A Universidade implementou o Portal do Egresso desde 2004, com o objetivo de manter a comunicação com o egresso e acompanhá-lo no percurso de sua trajetória profissional. Algumas informações sobre os egressos são passíveis de coleta pelo portal, tais como área de atuação, vínculo profissional e avaliação da importância do curso realizado para as atividades profissionais.

É facilitado ao ex-aluno da UFRGS manter sua conta de correio eletrônico (@ufrgs.br) indefinidamente, permitindo e facilitando o diálogo com a Universidade.

As oportunidades de formação continuada oferecidas aos egressos pela UFRGS são reingresso de diplomado nos diversos cursos de graduação; oferta de cursos de pós-graduação nas diferentes áreas de formação, bem como a existência de cursos de extensão abertos à comunidade. A extensão oportuniza um maior contato e participação de egressos da UFRGS, promovendo cursos de educação continuada (presencial ou a distância), permitindo a atualização e o aprimoramento de profissionais. Este tipo de curso apresenta demanda significativa.

Também são viabilizadas oportunidades de interação com os egressos por meio da Maratona de Empreendedorismo, a qual tem por objetivo proporcionar uma visão empreendedora e gerencial no desenvolvimento de novos negócios; e através da Associação dos Antigos Alunos da UFRGS (AAAUFRGS), entidade civil de direito privado,

criada por profissionais formados pela Universidade, congregando como associados os egressos dos cursos de graduação, pós-graduação, da Escola Técnica e do Colégio de Aplicação.

Na última reforma estatutária da UFRGS, a Associação conquistou o direito de representação no CONSUN tendo sido atuante nos últimos 10 anos, participando das discussões e decisões da Universidade. A AAAUFRGS também participa da Comissão Própria de Avaliação, com um membro indicado.

A Associação tem como uma de suas metas estabelecer canais de comunicação com os egressos e a Universidade, inclusive, fomentando a participação de seus associados nas atividades-fim da UFRGS. Um número expressivo de alunos de pós-graduação, principalmente na modalidade da especialização ou de cursos de extensão universitária, são egressos da UFRGS e associados da AAAUFRGS.

9.5 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

O ingresso dos estudantes na Universidade, seu desenvolvimento ao longo do curso até sua titulação é facilitada pelas políticas instituídas de atendimento ao discente. O acesso a empréstimos de publicações nas bibliotecas, a instalação de laboratórios de informática em todos os cursos, a manutenção e construção de novas moradias estudantis, de restaurantes universitários, oferecendo refeições de qualidade a preços subsidiados e programas de bolsas são elementos primordiais à permanência dos estudantes, principalmente os de situação econômica desfavorável que hoje participam do Programa de Benefícios da SAE.

A UFRGS vem mantendo e ampliando a dotação orçamentária destinada a executar os benefícios voltados à permanência dos seus estudantes, além daquelas já específicas pelo PNAES, apesar da dificuldade em conquistar verbas federais para tal no âmbito do Ministério. Isto se manifestou na manutenção da qualidade da alimentação, na abertura do novo restaurante do *Campus Olímpico*, na ampliação de vagas do restaurante do *Campus do Vale*, ou na ampliação do restaurante do *Campus Centro* e no projeto de construção de um outro restaurante no *Campus do Vale*.

A iniciativa da instalação de laboratórios de informática nas casas de estudantes, a proposta de revitalização do centro de vivências do *Campus do Vale* e o incentivo à instalação de laboratórios de informática nas Unidades de Ensino visam facilitar o acesso de estudantes a toda estrutura de conhecimentos da Universidade. A contínua atualização do valor das bolsas, promovida ao longo dos últimos anos, a ampliação do atendimento

psicopedagógico a todos os alunos regularmente matriculados na Universidade, são ações que objetivam resultados e demonstram efetivamente o interesse da Administração Central de garantir todas as condições de permanência aos estudantes da UFRGS, no âmbito de suas responsabilidades.

A adoção das novas modalidades de ingresso, consubstanciado nas Ações Afirmativas, reflete os esforços de redução das desigualdades socioeconômicas, consolidando o processo de democratização da Universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização que inicia com a possibilidade de acesso à educação superior gratuita, se efetiva com a criação de mecanismos que garantam a permanência e a diplomação dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais economicamente desfavorecidos e que apresentam dificuldades concretas de superarem os obstáculos a sua mobilidade social e sucesso profissional.

As ações desta Secretaria integram uma política de assistência comprometida com qualidade de ensino, humanização das relações pessoais e de transformação social, visando não apenas propiciar condições de permanência do aluno carente na Universidade, mas consolidar no ambiente universitário a cultura da diversidade e o respeito a todas as representações sociais.

A política de assistência estudantil é entendida como responsabilidade institucional, comprometida com a democracia, o pleno exercício da cidadania e articulada a outras ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, garantido uma formação integral a todos os alunos da Universidade.

O Quadro 115 apresenta, de modo sucinto, a avaliação desta dimensão.

Resultados Alcançados		Recomendações
Fragilidades	Potencialidades	
Mudanças normativas.	Ênfase da política governamental na área de assistência estudantil e a definição específica de dotação orçamentária; Presença institucional contínua e sistematização e aperfeiçoamento dos controles quanto ao cumprimento das finalidades; Disponibilidade de recursos humanos qualificados.	Ampliar as ações de assistência estudantil em geral, de modo a garantir a estabilidade e a continuidade das políticas de inclusão, permanência e diplomação do estudante na IES.
Restrições e velocidade da execução orçamentária.	Comprometimento institucional e definição de metas de gestão.	
Dependência de resolução administrativa de vários órgãos.	Reestruturação da Administração, melhoria e rapidez no atendimento de demandas.	
Pouca interação da Universidade com os egressos.		Criar um canal de comunicação com os egressos; Proporcionar maior contato dos egressos com a Universidade mediante a oferta de serviços; Manter os egressos informados acerca de eventos, cursos e outras atividades que a Universidade oferece; Abrir espaço para uma eventual reciclagem ou aperfeiçoamento profissional aos egressos.
Inexistência de estudos sistemáticos sobre o perfil do aluno da UFRGS, seu desempenho e outros dados capazes de orientar a ação da Universidade.	Disponibilidade de pessoal capacitado, de dados e instrumentos para tal.	Viabilizar estudos sobre os alunos, seu perfil e desempenho, utilizando os recursos disponíveis.

Quadro 115 - Avaliação da Dimensão Política de Atendimento ao Estudante

10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

10.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A capacidade de financiamento da Instituição é determinada, em primeiro lugar, pelos recursos que lhe são alocados pelo Tesouro, através do orçamento anual, bem como pela captação de recursos próprios, de recursos de Convênios e de recursos pelas Emendas ao orçamento inicial, apresentadas pela ANDIFES, por parlamentares, individualmente, ou pela bancada de parlamentares do Estado. A emenda ANDIFES, até aqui elaborada anualmente, visa ajustar o orçamento das IFES à matriz aluno-equivalente, de modo que, conforme o caso, o orçamento inicial recebe ou perde recursos.

A sustentabilidade financeira, por sua vez, é alcançada pelo planejamento anual, na medida em que se busca o equilíbrio entre receitas e despesas, e provendo o melhor para a Universidade em termos de presente e futuro, garantindo assim a continuidade da oferta de educação superior, o que vem ao encontro da responsabilidade e compromisso social da Instituição.

Assim, através do planejamento e da captação de recursos, busca-se minimizar a restrição orçamentária, disponibilizando as verbas necessárias para o atendimento das demandas que possibilitam o desenvolvimento das atividades fins da Universidade, ou seja, das áreas de ensino, pesquisa e extensão, visando sempre à eficiência e eficácia na utilização dos recursos, bem como para a assistência estudantil, priorizando o acesso, a inclusão e a permanência do aluno em sala de aula.

A gestão desses recursos é desenvolvida, principalmente, pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAN), que tem por missão coordenar e executar, no âmbito da Universidade, os processos de planejamento, orçamento, sistematização de informações, racionalização de custos e registro dos atos financeiros, contábeis e patrimoniais, bem como desenvolver ações de suporte administrativo, promovendo o desenvolvimento organizacional da Universidade.

A PROPLAN, como uma Pró-Reitoria de suporte às atividades fins da Universidade, vem cumprindo seu papel e desempenhando com êxito as metas previstas anualmente. Cabe salientar que as atividades fins da UFRGS ocorrem, em grande parte, face ao apoio e à execução dos procedimentos operacionais executados pela PROPLAN.

As atividades de rotina da PROPLAN, como a realização de pagamentos dentro do trâmite da despesa pública e eventuais excepcionalidades, o acompanhamento de convênios, o fornecimento de informações institucionais, a coleta e patrimonialização de

bens, a abertura de licitações, o serviço do protocolo, do arquivo, o controle de veículos e o fornecimento do almoxarifado vem tendo sua execução normal, sem solução de continuidade.

Observe-se que, em sua atuação, a PROPLAN trabalha em relação direta com as Unidades, no sentido de receber e analisar suas demandas, buscando encontrar as melhores soluções dentro da restrição orçamentária; com a FAURGS e as demais Fundações de Apoio, buscando uma maior transparência em todos os atos firmados com aquelas Fundações; com a Auditoria Interna, parceira permanente na implementação de rotinas, decisões e iniciativas caracterizadas pela legalidade, legitimidade e agilização; com os coordenadores dos CT-INFRA, uma vez que cabe à PROPLAN o acompanhamento de todo o aspecto financeiro dos mesmos; com as demais Pró-Reitorias, em várias comissões, como a relativa às Bolsas para os alunos e a do REUNI, que acompanha semanalmente a execução do referido Programa; com a SUINFRA, uma vez que a execução orçamentária das obras e reformas definidas para o exercício depende das iniciativas e resultados daquela Superintendência, especialmente no que diz respeito ao licenciamento ambiental, quando necessário, e à documentação requerida - plantas, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo - para a liberação de recursos.

Por outro lado, a Pró-Reitoria possui um perfil e um papel estratégico no desenvolvimento da Universidade, tendo em vista seu caráter decisório no que tange à determinação de prioridades orçamentárias e prospecção de recursos, tanto para o atendimento tempestivo de demandas inesperadas, quanto para o cumprimento qualificado da missão da UFRGS. Concomitantemente, também é papel da Pró-Reitoria desenvolver, anualmente junto ao MEC, um trabalho que visa à complementação dos recursos orçamentários definidos no início do ano.

Importante ressaltar que todas as decisões tomadas em termos de alocação de recursos têm como orientação maior a consolidação de uma Universidade inclusiva e de qualidade, ou seja, o aperfeiçoamento das atividades fins da UFRGS, ensino, pesquisa e extensão, bem como o crescimento sustentado da oferta de vagas e de condições de acesso e permanência do aluno na Universidade.

Assim, o papel estratégico da PROPLAN consolida-se na esfera do planejamento, conforme acima mencionado, tendo em vista que o mesmo contribui para a sustentabilidade, ou seja, busca demonstrar a forma como a UFRGS tenta garantir, frente à disponibilidade de recursos, a otimização de sua utilização.

O ponto de partida é o Plano de Gestão elaborado no início de cada Reitorado, onde estão definidos os princípios norteadores, bem como as grandes linhas de ação e metas a serem atingidas no período.

Com este foco, e considerando o orçamento estimado para cada exercício, a PROPLAN passa a desenvolver um processo de planejamento anual, a partir das demandas das diferentes Unidades e da Administração Central encaminhadas até o mês de outubro do ano anterior. Trata-se, então, de conciliar necessidades e restrição orçamentária, para o que se torna essencial a priorização das demandas encaminhadas, sempre solicitada a cada um dos proponentes de despesas, seja no que se refere ao custeio, à aquisição de equipamentos ou à realização de obras.

Ainda com relação ao planejamento, a PROPLAN responde pela elaboração do Relatório Anual de Gestão, apresentado ao Tribunal de Contas da União (TCU), o qual integra a PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL da UFRGS, segundo legislação constante na seção 10.4. O Relatório de Gestão anual é publicizado na página da UFRGS, logo após sua aprovação pela Controladoria Geral da União (CGU). Nesse Relatório, o qual consolida as informações demandadas nos documentos oficiais - entre outros dados - são também apresentados os Indicadores de Gestão da Universidade, conforme legislação do MEC.

O Relatório de Planejamento Anual é elaborado no primeiro semestre de cada ano com base nos dados fornecidos por todas as Unidades Administrativas da UFRGS, acompanhando as alterações na legislação vigente. Ao final do segundo semestre é desencadeado o processo de coleta das informações e avaliação sobre os resultados alcançados, visando consolidar o Relatório Anual de Gestão.

Dentro do perfil estratégico da Pró-Reitoria, cumpre salientar a participação da UFRGS no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD), o qual congrega as universidades federais integrantes do Sistema Federal de Ensino Superior, cuja fonte de financiamento comum é o Tesouro Nacional.

O FORPLAD funciona como um órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das IFES (ANDIFES), realizando análises e estudos que servem como base na construção de propostas e planos para o Sistema Federal de Ensino Superior. Desde a sua criação, o FORPLAD promove amplos debates sobre atividades, funções e objetivos das universidades públicas, assim como de todo o Sistema Federal de Ensino Superior no país. Possui caráter permanente e reúne os pró-reitores de planejamento, de administração e

ocupantes de cargos equivalentes das IFES estudando e propondo soluções para os problemas relacionados com as áreas de planejamento e administração das instituições.

10.1.1 Breve histórico da PROPLAN

Historicamente, as áreas de planejamento e administração eram estruturas separadas dentro da Universidade, a exemplo de várias outras IFES. A Pró-Reitoria de Planejamento responsabilizava-se pela área orçamentária, financeiras e informacional da UFRGS e a então Superintendência de Administração (SUPAD) gerenciava e executava todos os serviços administrativos e gerais de apoio à Universidade (processos de compras, importações, patrimônio, protocolo, arquivo geral, transportes).

A partir de 2000, procedeu-se a unificação dessas estruturas, criando-se a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, a qual passou a englobar toda a gama de atividades até então desenvolvidas pela SUPAD. Notoriamente, a Pró-Reitoria tornou-se uma estrutura de grande porte, compondo-se de oito departamentos e contando com aproximadamente 100 servidores.

10.1.2 Estrutura da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

Para desempenhar as atribuições que lhe cabem, a PROPLAN conta com a seguinte estrutura:

- DEPARTAMENTO GERAL DE ASSESSORAMENTO (DAGER)

O Departamento Geral de Assessoramento tem como função assessorar todas as atividades da PROPLAN, dando suporte aos Departamentos, atuando como facilitador e agenciador entre as Unidades internas e externas da Pró-Reitoria. Presta assessoramento, acompanhando e coordenando todas as ações relativas às áreas de Licitações/Compras, Transporte, Importação, Almoxarifado, Patrimônio, Contabilidade/Finanças, Programação Orçamentária, Informações e Planejamento Institucionais e Execução de Projetos e Convênios.

É constituído por:

- a) Divisão de Protocolo Geral;
- b) Divisão de Documentação;
- c) Secretaria do DAGER.

- DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS (DCF)

O Departamento de Contabilidade e Finanças tem como responsabilidade o registro dos fatos e atos financeiros, contábeis e patrimoniais da UFRGS, em conformidade com o Plano de Contas da União.

É constituído por:

- a) Divisão de Contabilidade;
- b) Divisão de Execução Financeira;
- c) Divisão de Análise e Despesa;
- d) Divisão de Análise Administrativa.

- DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (DPO)

O Departamento de Programação Orçamentária tem por finalidade, elaborar a proposta de orçamento junto ao MEC e executar e acompanhar o orçamento interno.

É constituído por:

- a) Divisão de Análise e Controle do Orçamento;
- b) Divisão de Planejamento e Orçamento;
- c) Divisão de Execução Orçamentária.

- DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E TRANSPORTE (DELIT)

O Departamento de Licitação e Transporte tem a função de dirigir as áreas de licitação e contratos da UFRGS, de acordo com a legislação vigente, bem como gerenciar a área de transporte da Universidade.

É constituído por:

- a) Divisão de Licitação;
- b) Divisão de Transportes.

- DEPARTAMENTO DE IMPORTAÇÃO (DEIMPORT)

O Departamento de Importação tem por objetivo auxiliar no procedimento de importação nas diversas instâncias da Instituição e junto aos órgãos anuentes externos, bem como prestar aos requisitantes toda assessoria necessária durante a aquisição.

É constituído por:

- a) Divisão de Importação;

- b) Divisão de Encaminhamento a Pagamento/Prestação de Contas.

- DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO DE PROJETOS E CONVÊNIOS (DEPROCON)

O Departamento de Execução de Projetos e Convênios tem como principais objetivos propiciar condições auxiliares no gerenciamento de recursos de convênios, através de controle, assessoramento, pagamentos por empenhos, prestação de contas e análise das mesmas, mantendo a flexibilidade das rotinas já implementadas e possibilitando a expansão das operacionalidades na captação de novos recursos.

É constituído por:

- a) Divisão de Acompanhamento e Execução;
- b) Divisão de Prestação de Contas.

- DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL (DIPI)

O Departamento de Informações e Planejamento Institucional tem como função coordenar o sistema de informações universitárias, coletando-as e divulgando-as tanto para suporte do planejamento da Universidade como para responder a solicitações advindas de entidades externas. Participa de fóruns de discussão de planejamento e informatização da UFRGS, incluindo a modelagem de dados e implantação do respectivo banco de dados. É responsável pela interação entre a UFRGS e o MEC no que diz respeito às informações universitárias.

É constituído por:

- a) Divisão de Computação;
- b) Divisão de Informações Institucionais;
- c) Divisão de Planejamento Institucional.

- DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO (DEPATRI)

O Departamento de Patrimônio é responsável pelo controle dos bens móveis e imóveis da Universidade. Realiza tombamento, registro e controle (transferências, alienações, comodatos, etc.) destes bens, além do recolhimento, classificação e baixa definitiva por alienações nas devidas modalidades, tais como leilão, doação, entre outras. Ao DEPATRI compete ainda, organizar, orientar, controlar e executar todas as atividades inerentes ao cadastramento dos bens móveis, bem como divulgar normas de controle patrimonial no âmbito da Instituição.

É constituído por:

- a) Divisão de Tombamento e Levantamento de Bens Móveis;
- b) Divisão de Registro e Cadastro de Bens Móveis;
- c) Divisão de Registro e Cadastro de Bens Imóveis;
- d) Secretaria do Departamento de Patrimônio e Almoxarifado.

10.2 COERÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA APRESENTADA PELA IES COM O ESTABELECIDO EM DOCUMENTOS OFICIAIS

O planejamento orçamentário e financeiro mantém coerência com o que foi previamente estabelecido nos documentos oficiais da Universidade, o que se revela pela concentração de seus esforços para atingir as metas programadas, as quais são rediscutidas e ajustadas periodicamente. Por outro lado, é desenvolvido um estrito controle das despesas, tendo em vista a adequação entre os recursos e o atendimento das necessidades, sempre priorizadas, de modo a maximizar os resultados face à restrição orçamentária.

Atenção especial vem merecendo a alocação dos recursos do REUNI, cujo objetivo específico é a ampliação dos cursos de graduação. O total previsto a ser alocado pelo MEC na UFRGS, entre 2007 e 2012, é de R\$ 150.703.542,00, sendo R\$ 114.384.692,00 na rubrica de custeio e R\$ 36.318.850,00 na de capital, o que compreende obras e equipamentos. Através de tal iniciativa, que vem se realizando conforme o cronograma estabelecido, garante-se a expansão e a sustentabilidade da oferta de ensino de graduação na Universidade.

Legislações pertinentes estabelecidas em documentos oficiais

No que tange à área de legislação, a PROPLAN é definida pela extensa gama de leis das áreas orçamentária, financeira, informacional e patrimonial.

A contabilidade pública é fortemente regrada e normatizada. Na Constituição Federal de 1988 consta nos artigos 70 a 75, que tratam da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária e nos artigos 165 a 167, que tratam de Planejamento e Orçamento.

As principais pautas específicas são as Leis Federais nº 4320/64 e nº 8.666/93.

A Lei nº 4.320 institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito

Federal. Constituiu-se em uma lei abrangente, normatizando sobre planejamento, orçamento, finanças, contabilidade e auditoria.

A Lei nº 8.666/93, que regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Para além dessas duas grandes normativas, segue listado o rol da legislação que define os procedimentos relativos à área: Lei Federal nº 10.520/02; Decreto-Lei nº 200/67; Leis nº 8.212/91, 9.711/98, 9.715/98, 10.028/00, 10.180/01, 11.768/08 e 11.897/08; Leis Complementares nº 101/00, 116/03 e 123/06; Decretos nº 93.872/86, 2.271/97, 2.829/98, 3.000/99, 3.048/99, 3.555/00, 3.589/00, 3.590/00, 3.591/00, 3.722/01, 4.950/04, 5.355/05, 5.450/05, 5.992/06, 6.170/07, 6.708/08; Instruções Normativas STN nº 08/96, 01/97, 03 e 04/04, 06/07; Instrução Normativa Conjunta STN/SFC nº 04/00; Instrução Normativa SRP/MPS nº 03/04; Instrução normativa SRF nº 480/04; Portaria Interministerial MF/MPOG nº 322/01; Portarias STN nº 448/02 e 564/04; Portaria MF nº 95/02; Portaria MP nº 41/05; Portaria Conjunta STN/SOF nº 03/08; Decreto (RS) nº 37.699/97; Lei Complementar (Município de Porto Alegre) nº 7/1973; Decreto (Município de Porto Alegre) nº 15.416/06.

Na área orçamentária, as diretrizes macro são oriundas dos Planos Plurianuais de Investimentos (PPA), da Presidência da República, desdobrada nos respectivos Ministérios. O Governo ordena suas ações com a finalidade de atingir objetivos e metas por meio do PPA, plano de médio prazo elaborado no primeiro ano de mandato do presidente eleito, para execução nos quatro anos seguintes. O PPA é instituído por lei, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas referentes a programas de duração continuada.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA. A LDO:

- a) compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- b) orienta a elaboração da LOA;
- c) dispõe sobre as alterações na legislação tributária e
- d) estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LOA visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO. A Universidade enquadra-se na modalidade orçamento fiscal.

A Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, da Presidência da República, já referida acima - a chamada lei das licitações, constitui-se em um dos principais baluartes legais na condução dos processos administrativos de compras da Universidade. Institui normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito da Administração Pública.

No que tange aos processos de importação, as Leis Federais nº 8.010/1993 e 10.964/2004, do Ministério da Fazenda, dispõem sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, isentando de impostos máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica. Destas duas Leis Federais, a nº 8.010/93 constitui-se em aporte de referência básica na área. Assim também a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, normatiza as importações, dispondo sobre a isenção ou redução de impostos.

Quanto aos convênios firmados com a Universidade, a Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estabelece normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

A Lei nº 8.958/94 da Presidência da República, dispõe sobre as relações entre as IFES e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Paralelamente, a Lei nº 10.973/04 da Presidência da República, lei de inovação tecnológica, dispõem sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

Outra importante base legal é a Instrução Normativa STN nº 01/1997, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou realização de eventos.

A Portaria nº 4.870 de 17.11.2008/UFRGS estabelece procedimentos complementares quanto à prestação de serviços na Universidade (Anexo 91).

Os convênios cumprem as legislações normativas e diretrizes de cada um dos órgãos financiadores, no que tange aos processos de prestação de contas.

Na área de planejamento e informações institucionais encontra-se o Pesquisador Institucional, que é o interlocutor e responsável oficial por diversos sistemas de dados do MEC. Atualmente são: E-MEC - Sistema de regulação, SIEDSUP - Cadastro de docentes e cursos; Censo da Educação Superior (INEP), AVAL - Sistema de acompanhamento da avaliação institucional, PingIFES - Sistema de captura de dados da SESu utilizado, principalmente, para o cálculo da matriz de orçamento das IFES. Todos esses sistemas afetam vários fluxos operacionais do MEC que repercutem diretamente nas atividades fins da UFRGS.

Além disto, esta área é responsável por elaborar e consolidar anualmente o planejamento da Universidade e o Relatório de Gestão, conforme as normativas da CGU e do TCU, que se renovam anualmente. Para 2008, as normas legais foram: Decisão Normativa TCU nº 93 de 03 de dezembro de 2008, Decisão Normativa TCU nº 94 de 03 de dezembro de 2008 e Portaria nº 2.238 da CGU de 19 de dezembro de 2008.

O patrimônio público é regido pelo Decreto-Lei nº 200/67, que dispõe sobre a organização da Administração Pública Federal e estabelece diretrizes para a Administração Federal.

A Lei nº 8.666/93 também se constitui em base legal para a área, bem como a Instrução Normativa nº 001/93 de 19 de agosto de 1993, do Ministério Público Federal, cuja finalidade é disciplinar os procedimentos inerentes ao recebimento, controle, padronização, distribuição, alienação e baixa dos bens integrantes do patrimônio.

10.3 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DA INSTITUIÇÃO E POLÍTICAS DE CAPTAÇÃO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

As fontes de receita da Universidade são os recursos do Tesouro repassados pela União, através da Lei Orçamentária Anual e suas suplementações durante o exercício, emendas parlamentares, receitas próprias diretamente arrecadadas, recursos provenientes de convênios firmados com órgãos federais e convênios com órgãos do Estado e prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul.

A Universidade conta ainda com recursos captados de órgãos de fomento à pesquisa. Os diferentes projetos que captam recursos definem a alocação dos mesmos, bem como medidas de capacitação. Estas diretrizes norteiam a utilização dos recursos do Tesouro e das receitas próprias, assim como aqueles provenientes das emendas. Em termos de orçamento, no período 2008/2006, obteve-se um aumento de 26%, observando-

se que, no ano de 2008, contou-se com recursos do PNAES os quais, embora descentralizados pela SESu, fazem parte da matriz de alocação das IFES.

No que se refere à matriz ANDIFES, no período de 2005 a 2008 a UFRGS sempre contou com aportes, ou seja, não se enquadrava nas IFES que, segundo a matriz, teriam recebido um orçamento superior a seu quadro de aluno-equivalente. Em termos de convênios, o valor executado em 2008, R\$ 69.051.427,71, foi mais de três vezes superior ao registrado em 2005. Observe-se que, paralelamente a estes recursos, tem-se aqueles específicos do programa REUNI, como mencionados anteriormente.

10.3.1 Convênios

Os recursos de convênios são oriundos de projetos elaborados pelos diversos órgãos da Universidade, tendo à sua frente docentes e/ou técnicos na busca de recursos, seja para pesquisa, ensino, extensão ou para a própria manutenção da Universidade. Tais recursos são executados em pagamento de bolsas, de prestação de serviços de pessoa jurídica/física, aquisição de passagens aéreas, aquisição de material de consumo, aquisição de equipamentos, entre outros. Os convênios são firmados, basicamente, com órgãos do MEC - CAPES/SESu/SETEC/FNDE/Secretaria de Ensino a Distância - Ministério dos Esportes, Ministério da Saúde, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O aporte maior de recursos injetado na Universidade é o descentralizado pela Capes, que paga as bolsas de pós-graduação. Em um patamar um pouco abaixo está a SESu, que descentraliza créditos para atividades meio e fim da Universidade. O Ministério dos Esportes aloca seus recursos exclusivamente na ESEF; o Ministério da Saúde, na Faculdade de Medicina, Faculdade de Farmácia e Faculdade de Educação. Quanto aos demais Ministérios, a alocação de recursos é distribuída em diversas unidades da Universidade. Cabe lembrar que a execução de todos esses convênios, exceto a Capes, são empenhados pelo DAC/PROPLAN.

Para os convênios não cabe comparação quanto à evolução do aporte de recursos, tendo em vista que são recursos oriundos de projetos.

10.3.2 Emendas (Individuais/Bancadas)

Tanto os recursos de Emendas Individuais como os de Emendas de Bancada devem ser executados na infraestrutura da Universidade. As Emendas Individuais destinam-se a reformas dos prédios e/ou aquisição de equipamentos e as de Bancada são exclusivamente para obras, ou seja, expansão da área física da Universidade.

Para os recursos de Emendas também não há comparativos na relação da evolução orçamentária, tendo em vista que são recursos provenientes de projetos.

10.4 POLÍTICAS DIRECIONADAS À APLICAÇÃO DE RECURSOS PARA PROGRAMAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Há atendimento de demandas por equipamentos e manutenção da infraestrutura, priorizando-se as necessidades dos setores relacionados com as atividades fim da Instituição e a assistência estudantil.

Os recursos do Tesouro são alocados preferencialmente para ações que visem amenizar os pontos de estrangulamento, quando identificados, e que previnam futuros problemas relacionados à expansão das atividades decorrentes da implementação de novos programas, não incluídos no REUNI.

Neste caso, garantindo a melhoria da infraestrutura e o aparelhamento de laboratórios e de salas de aula, conta-se com recursos para investimentos no valor de R\$ 36.318.850,00, no período 2007-2012, dos quais R\$ 26.851.000,00 em obras e R\$ 9.467.850,00 em equipamentos. Estão contemplados no REUNI a construção de um novo prédio de salas de aula, de novas instalações para o Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), a ampliação das Faculdades de Medicina e de Arquitetura, bem como a aquisição de equipamentos que possibilitem o funcionamento qualificado das atividades de ensino.

10.4.1 Dispêndios com pessoal

Como apresentado no Quadro 116, a execução de 2008/2007 e 2007/2006, teve um crescimento médio de 13%, o qual está relacionado a fatores tais como: aumento salarial nas carreiras do magistério, dos servidores técnico-administrativos, aposentados e pensionistas.

Além disso, pode-se citar a conjugação de esforços do Governo para ampliar o quantitativo da massa trabalhadora de educação de ensino superior, realizando diversos concursos públicos, em que o Ministério da Educação foi bastante beneficiado, haja visto a grande quantidade de servidores que ingressaram na Universidade nos últimos anos.

Todos esses fatores fazem com que a folha de pagamento esteja em curva ascendente. Pode-se considerar o aumento na folha salarial, em função da expansão nas universidades, ou seja, pela criação de novos cursos. O próprio REUNI, embora recente, contribuiu para o crescimento. Outro fator significativo a ser considerado no aumento da folha de pagamento são as ações judiciais transitadas em julgado, incorporadas ou não aos

vencimentos dos servidores. Por fim, consideremos nesse conjunto de fatores, o aumento vegetativo da folha.

10.4.2 Outros Custeios e Capital (OCC)

Os valores constantes no Quadro 116, dos recursos oriundos do Tesouro-OCC, referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008 quantificam o orçamento autorizado. Na parte de Outros Custeios, estão inseridos valores de manutenção (LOA), benefícios e emendas individuais. Quanto à parte de capital, estão inseridos valores da Lei Orçamentária Anual e emendas individuais.

A execução do orçamento em Outros Custeios (retirando a parte de benefícios e emendas), ano a ano, representa a manutenção de ações das diferentes despesas que a Universidade tem. Esta execução é distribuída através de diversos programas de trabalho dentro da aplicabilidade instituída, quando da realização da proposta orçamentária para o ano seguinte. A previsão de distribuição dos recursos é realizada, por ordem de prioridade, da seguinte forma:

- 1º) Despesas Compulsórias/Contratos = 70%;
- 2º) Distribuição para as Unidades de Ensino;
- 3º) Distribuição para os Órgãos Auxiliares, Suplementares e Pró-Reitorias;
- 4º) Bolsas;
- 5º) Diárias e Passagens;
- 6º) Reformas e
- 7º) Outros.

As despesas compulsórias, conforme item 1 da relação acima, são referentes às demandas de energia elétrica, segurança, limpeza, telecomunicações, locações de mão-de-obra, água e esgoto, manutenção de equipamentos de informática, copiadora e outros. Estas despesas são empenhadas pela PROPLAN (80%) e SUINFRA, após publicação da Lei Orçamentária, e pagas mensalmente. Aos demais itens, a distribuição é feita mensalmente.

Quanto aos recursos de capital, os mesmos são alocados entre obras e aquisição de equipamentos. Em relação às obras, os valores são pré-definidos quando da elaboração da proposta orçamentária para o ano seguinte. Para os recursos alocados em equipamentos,

os mesmos são centralizados na PROPLAN, em atendimento às diversas demandas ocorridas durante o exercício.

O orçamento de Outros Custeios do Tesouro, referente a esses três últimos anos, mostrou-se suficiente para a manutenção plena da Universidade, ou seja, representou garantia de sustentabilidade de suas atividades. A evolução do orçamento do Tesouro para Outros Custeios e Capital, comparando os últimos três anos, nas relações 2008/2007 e 2007/2006, como apresentados no Quadro a seguir, revela aumento satisfatório no seu valor absoluto, uma vez que a Universidade tem honrado todos os seus compromissos durante o exercício, enfatizando principalmente as despesas compulsórias, não havendo notas fiscais em atraso devido à falta de orçamento. A rubrica de Despesas de Exercícios Anteriores praticamente não é mais executada. Têm-se conseguido, com esses patamares orçamentários, alcançar metas e objetivos na proposta orçamentária, cuja elaboração ocorre no início do segundo semestre do ano anterior.

Percentualmente falando, os acréscimos no Orçamento na relação de 2007/2006 estão na casa de 13%, e em 2008/2007 em 6%. Este decréscimo está relacionado ao fato de que quando da elaboração da proposta orçamentária para 2008 (elaborada em 2007) havia um valor projetado para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) dentro do teto do Tesouro. Ocorreu que, na Lei Orçamentária Anual nº 11.647 de 24 de março de 2008, tal recurso não foi contemplado. No decorrer do exercício de 2008, os recursos do PNAES estavam programados para serem descentralizados às universidades, através da SESu/MEC, tendo a Universidade encaminhando inclusive, Plano de Trabalho com as devidas demandas. Tivessem os recursos do PNAES inseridos na Lei Orçamentária Anual de 2008, o acréscimo de 2008/2007 seria de 16%. De fato, ao analisar-se os números autorizados em 2006 – 56,1 milhões, 2007 – 63,5 milhões e 2008 – 67,3 milhões, percebe-se a elevação na relação de recursos ano após ano.

Recursos do Tesouro	2006	2007	2008
Pessoal	524.311.526,00	555.596.343,00	631.469.239,00
Outros Custeios	41.386.074,00	48.941.585,00	49.972.161,00
Capital	2.440.195,00	3.000.000,00	4.000.000,00
Total	568.137.795,00	607.537.928,00	685.441.400,00

Quadro 116 - Orçamento Autorizado, 2006-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento, 2009.

Convênios e Emendas	2006	2007	2008
Convênios	33.480.785,26	65.163.376,08	69.051.427,71
Emenda de Bancada	2.175.000,00	4.736.000,00	-----
Emendas Individuais	650.000,00	900.000,00	3.050.000,00

Quadro 117 - Convênios e Emendas, 2006-2008

Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento, 2009.

10.5 AVALIAÇÃO DA DIMENSÃO

Uma das ações mais importantes em 2008 foi o fato da PROPLAN assumir a coordenação das atividades relativas ao REUNI, gerenciando os recursos alocados para a Universidade.

No seu conjunto de departamentos, a PROPLAN busca atender de forma eficiente e eficaz às necessidades da Administração Central e das diferentes Unidades, visando contribuir para as soluções adequadas ao melhor desempenho da Instituição.

Nesse sentido, inclusive, reestruturou-se administrativamente na seguinte configuração:

- criou o DAGER, visando qualificar o assessoramento aos demais departamentos, dando suporte e fazendo a interface necessária entre todas as Unidades da UFRGS, com o intuito de otimizar os resultados;
- ampliou a Comissão Permanente de Licitação (CPL), tendo sido criado o DELIT;
- criou o DEIMPORT;
- estabeleceu nova configuração ao DEPATRI, ampliando sua estrutura;
- alterou a denominação do Departamento de Acompanhamento de Convênios (DAC), para traduzir de maneira mais adequada suas reais funções, passando a denominar-se Departamento de Execução de Projetos e Convênios (DEPROCON).

Tal iniciativa ocorreu no movimento de atender às propostas da nova Administração da UFRGS que assumiu a Reitoria em setembro de 2008 e formulou para a Universidade uma série de ideias a serem implantadas, com a finalidade de melhorar a gestão administrativa e patrimonial.

Entretanto, é fato notório que a legislação que rege as formas de dispêndio dos recursos públicos, muitas vezes, pesa e enrijece o gerenciamento da Administração Pública. Esta legislação, no intuito de conduzir com lisura e ética os procedimentos relativos aos bens e recursos públicos acaba, por vezes, engessando as possibilidades de gestão, resultando em pouca flexibilidade no gerenciamento dos recursos financeiros, no seu dispêndio e captação.

A UFRGS, como Instituição de Ensino Superior, constituída sob a forma de autarquia de regime especial vinculada ao Ministério da Educação, responde a toda a legislação federal pertinente à área e, portanto, está sujeita a todas essas questões.

A estrutura da PROPLAN, por outro lado, que prospecta recursos e gerencia estes mesmos recursos na execução de atividades de suporte à Universidade, diferencia-se de grande parte das estruturas existentes em outras IFES brasileiras.

Talvez coubesse uma avaliação interna no que tange à resolutividade da estrutura colocada desta forma, tendo em vista que o mesmo órgão que capta recursos realiza o dispêndio destes mesmos recursos. Paralelamente, a junção entre a extinta SUPAD e a Pró-Reitoria de Planejamento transformou-se em uma estrutura de grande porte que abrange tarefas muito diversas, desde a elaboração de Relatórios Anuais de Gestão até o gerenciamento dos veículos da Universidade ou a abertura de processos administrativos.

Outro ponto a ser debatido é o modelo orçamentário interno da UFRGS. O mesmo caracteriza-se por ser extremamente descentralizado, sendo que cada Unidade Acadêmica tem autonomia no gerenciamento dos recursos dentro de um escopo previamente determinado. Pode-se dizer que este modelo orçamentário é único nas universidades federais brasileiras. Ao mesmo tempo em que a autonomia na gestão dos recursos proporciona uma flexibilidade e liberdade dentro da Unidade, em que pese as legislações da área mencionadas anteriormente, por outro lado poderia resultar em uma multiplicidade de pequenas compras realizadas ao mesmo tempo, por diferentes Unidades, adquirindo um mesmo produto que poderia ter sua aquisição com preços mais competitivos se comprado em grandes quantidades. Este problema, entretanto, já vem sendo enfrentado com a obtenção de otimização de resultados na esfera da Universidade.

O Quadro 118 apresenta a avaliação da dimensão Sustentabilidade Financeira.

Resultados Alcançados		Recomendações
Potencialidades	Fragilidades	
O Programa REUNI, como uma possibilidade concreta de expansão da UFRGS, com o aumento da oferta de vagas, consequente contratação de pessoal e ampliação da infraestrutura.	As limitações orçamentárias definidas anualmente pelo MEC.	
A evolução do orçamento do Tesouro para Outros Custeios e Capital nos últimos três anos.	A prioridade à educação traz alguma segurança, mas a dependência da definição do orçamento está sempre presente.	
A possibilidade de captação de recursos via convênios e emendas parlamentares.		
O corpo funcional da PROPLAN caracteriza-se por possuir reconhecida experiência na área, dominando a legislação e os procedimentos pertinentes, não havendo solução de continuidade.	Número insuficiente de servidores técnico-administrativos, em especial de nível superior, nas áreas de contabilidade e administração.	
O que pode ser caracterizado como potencialidade também pode vir a ser uma fragilidade, quando se trata do tamanho da Pró-Reitoria.	A PROPLAN hoje é uma grande estrutura que tem sob sua responsabilidade toda a área orçamentária e financeira, bem como o suporte administrativo à Universidade.	Avaliar de que forma o tamanho da Pró-Reitoria incide sobre seu gerenciamento.
	A pesada normatização das áreas concernentes ao trabalho desenvolvido pela Pró-Reitoria pode impedir uma flexibilização por vezes necessária ao gerenciamento.	Acompanhar a legislação da área e possibilidade de interlocução com os órgãos normatizadores.
O relacionamento qualitativo, interface e interlocução da PROPLAN com os diferentes órgãos e unidades da Universidade.		
	Modelo orçamentário interno da UFRGS. O mesmo caracteriza-se por ser bastante descentralizado, sendo que cada Unidade Acadêmica tem autonomia no gerenciamento dos recursos dentro de um escopo previamente determinado. Ao mesmo tempo em que a autonomia na gestão dos recursos proporciona uma flexibilidade e liberdade dentro da Unidade, por outro lado poderia resultar em uma multiplicidade de esforços e processos de compras, por diferentes Unidades, com o risco de aquisição com preços menos competitivos.	Buscar a otimização das compras na esfera da Universidade.

Quadro 118 - Avaliação da Dimensão Sustentabilidade Financeira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O SINAES, na busca da melhoria da qualidade da educação superior, apresenta importantes desafios para as IES, especialmente as públicas de grande porte, a exemplo da UFRGS.

Preconizando o envolvimento e a participação democrática da comunidade universitária nos processos avaliativos, o SINAES veio reforçar a trajetória da avaliação desenvolvida pela UFRGS ao longo das duas últimas décadas, referenciada, sobretudo, pela proposta do PAIUB. Há que se reconhecer que a UFRGS estabeleceu uma cultura própria de avaliação, caracterizada pela sua continuidade, permanência e consolidação.

O SINAES inovou ao promover a avaliação em diferentes níveis: de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, lançando desafios para que as IES cumprissem as exigências legais, tanto em relação à avaliação, quanto à regulação.

Neste cenário procurou resguardar o respeito à diversidade e a afirmação da autonomia e identidade das instituições. Entretanto, uma legislação nacional encontra dificuldades de implementação e operacionalização, considerando-se o tamanho do país e suas múltiplas diferenças, em diversos aspectos.

Como exemplo destas dificuldades, pode-se citar que o porte, a história e a identidade pública ou privada de cada Universidade, entre outros fatores, cooperam de forma decisiva na elaboração/disponibilização dos documentos pertinentes para os processos avaliativos e, conseqüentemente, nos resultados esperados da avaliação.

Entretanto, os resultados que têm sido obtidos pela UFRGS nos procedimentos avaliativos de seus cursos, demonstram a qualidade do ensino que ministra, em níveis de graduação e pós-graduação, a relevância das atividades de pesquisa e o comprometimento social assumido pela via da extensão, conjunto de fatores que, por critérios de avaliação

utilizados pelo MEC, situam a UFRGS entre as melhores Instituições de Ensino Superior no país, conforme demonstrado ao longo deste Relatório.

Este documento apresenta uma visão panorâmica da Universidade, estimulada pela construção e análise dos conteúdos propostos nas dez dimensões preconizadas pelo SINAES, revelando a grande diversidade de atividades desenvolvidas pela UFRGS, bem como as estreitas relações que mantém com a comunidade externa, seja em âmbito local, nacional ou internacional.

Desta forma encerra-se o 4º Ciclo Avaliativo da UFRGS com resultados positivos no que tange à reflexão e busca de melhoria de seus processos e organização interna.

Fruto deste contexto e da mudança de reitorado, em setembro de 2008, a Secretaria de Avaliação Institucional passou por uma reestruturação interna, contemplando, em essência, a visão da atual gestão. Esta visão caracteriza-se pela proposição do estímulo à atividade de planejamento como condição prévia à realização dos processos avaliativos de caráter institucional, bem como o preparo da Universidade para o cumprimento dos requisitos de avaliação externa dos órgãos governamentais.

O desafio colocado para o 5º Ciclo Avaliativo consiste em repensar o sistema interno de avaliação da UFRGS (PAIPUFRGS/SINAES) da forma como está estabelecido. Implica sobretudo, em propor regulamentações, sistemáticas e modelos internos que possam estabelecer parâmetros norteadores para as ações avaliativas nas unidades acadêmicas e administrativas, buscando um alinhamento necessário que possa vir a contribuir para o cumprimento da missão institucional.

Os resultados das avaliações gerais dos cursos devem servir de estímulo para a busca de patamares ainda mais elevados de qualidade na Instituição, mantendo sua cultura de comprometimento com a busca permanente de melhoria dos serviços prestados. A continuidade da auto-avaliação, a par da prática da avaliação externa, deve constituir-se em recurso permanente e indispensável para tornar esta busca efetiva.

Outro importante desafio está na elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional de forma coletiva e democrática, como historicamente vivenciada pela UFRGS e que integra sua concepção de universidade pública, gratuita, academicamente qualificada, plural e comprometida com o Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Da concepção à regulamentação**. 4. ed. Brasília: INEP, 2007.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Instrumento de avaliação externa**. Brasília: INEP, 2008.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Roteiro de auto-avaliação Institucional 2004**: orientações gerais. Brasília: INEP, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Estatuto e regimento geral**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano de gestão 2004-2008**. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de gestão 2000-2004**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Avaliação Institucional. **Avaliação institucional permanente na UFRGS**: graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, gestão. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Avaliação Institucional. **Programa de avaliação institucional permanente da UFRGS**: 2º ciclo avaliativo – ênfase na avaliação interna. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Avaliação Institucional. **Programa de avaliação institucional permanente da UFRGS/ Sistema nacional de avaliação da educação superior – PAIPUFRGS/SINAES**: 3º ciclo avaliativo. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Avaliação Institucional. **Avaliação institucional permanente da UFRGS**: relatório de avaliação institucional. Projeto PAIPUFRGS/SINAES 3º ciclo avaliativo. Porto Alegre: UFRGS, 2004-2005.

COORDENADORES DOS NÚCLEOS DE AVALIAÇÃO DAS UNIDADES - NAUS

COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Prof. Tadeu Rossato Bisognin (Coordenador)

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Prof. Clézio Saldanha dos Santos (Coordenador)

Prof. Gilberto de Oliveira Kloeckner (Vice-Coodenador)

ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Profa. Miriam Stock Palma (Coordenadora)

Técnica Cíntia Bueno Marques (Vice-Coodenadora)

ESCOLA DE ENFERMAGEM

Profa. Simone Algeri (Coordenadora)

Prof. Dilmar Paixão (Vice-Coodenador)

ESCOLA DE ENGENHARIA

Prof. Carlos Eduardo Pereira (Coordenador)

Profa. Denise Carpena Coitinho Dal Molin (Vice-Coodenadora)

ESCOLA TÉCNICA

Prof. Geraldo Ribas Machado (Coordenador)

Prof. Júlio Xandro Heck (Vice-Coodenador)

FACULDADE DE AGRONOMIA

Prof. Carlos Alberto Bissani (Coordenador)

FACULDADE DE ARQUITETURA

Profa. Elena Salvatori (Coordenadora)

Prof. Eber Pires Marzulo (Vice-Coodenador)

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Profa. Regina Helena Van Der Laan (Coordenadora)

Profa. Jussara Pereira Santos (Vice-Coodenadora)

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Profa. Romina Batista de Lucena de Souza (Coordenadora)

Fabricio Tourrucoo (Vice-Coodenador)

FACULDADE DE DIREITO

Prof. Sérgio Borja (Coordenador)

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Prof. Leonardo Sartori Porto (Coordenador)

FACULDADE DE FARMÁCIA

Profa. Sandra Beatriz Rech (Coordenadora)

Profa. Simone Martins de Castro (Vice-Coodenadora)

FACULDADE DE MEDICINA

Prof. Paulo Roberto Ferrari Mosca (Coordenador)

FACULDADE DE ODONTOLOGIA

Profa. Sonia Maria Blauth Slavutzky (Coordenadora)

Prof. Carlos Eduardo Baraldi (Vice-Coordenador)

FACULDADE DE VETERINÁRIA

Prof. Emerson Antônio Contesini (Coordenador)

INSTITUTO DE ARTES

Profa. Maria Ivone dos Santos (Coordenadora)

Prof. Francisco de Assis Almeida Junior (Vice-Coordenador)

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS

Profa. Suzana Bencke Amato (Coordenadora)

INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

Prof. Adriano Brandelli (Coordenador)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BÁSICAS DA SAÚDE

Prof. Tadeu Mello e Souza (Coordenador)

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Profa. Helen Osório (Coordenadora)

INSTITUTO DE FÍSICA

Profa. Márcia Cristina Bernardes Barbosa (Coordenadora)

Prof. João Batista Marimon da Cunha (Vice-Coordenador)

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Prof. Fernando Pohlmann Livi (Coordenador)

INSTITUTO DE INFORMÁTICA

Prof. Luis da Cunha Lamb (Coordenador)

INSTITUTO DE LETRAS

Profa. Jane Fraga Tutikian (Coordenadora)

Profa. Maria Lúcia Machado de Lorenci (Vice-Coordenadora)

INSTITUTO DE MATEMÁTICA

Prof. Rudnei Dias da Cunha (Coordenador)

INSTITUTO DE PESQUISAS HIDRÁULICAS

Prof. Dieter Wartchow (Coordenador)

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Profa. Inês Hennigen (Coordenadora)

INSTITUTO DE QUÍMICA

Prof. César Liberato Petzhold (Coordenador)